

1 2 9 0



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Daniel Cruz Fernandes

PÉRIPILOS E PEREGRINAÇÕES:
GÊNESE E CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO
DAS NARRATIVAS DE VIAGENS

Tese no âmbito do Doutoramento em Literatura de Língua Portuguesa orientada pelo Professor Doutor Albano António Cabral Figueiredo e apresentada ao Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Agosto de 2023

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

**PÉRIPILOS E PEREGRINAÇÕES:
Gênese e construção do espaço
das narrativas de viagens**

Daniel Cruz Fernandes

Tese no âmbito do Doutoramento em Literatura de Língua Portuguesa orientada pelo Professor Doutor Albano António Cabral Figueiredo e apresentada ao Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Agosto de 2023



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Financiamento

Entre 1 de setembro de 2017 e 31 de outubro de 2021 o trabalho de pesquisa que deu corpo a esta tese de doutoramento foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) [SFRH/BD/134138/2017], acolhido pelo Centro de Literatura Portuguesa (CLP) da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.



Agradecimentos

Devo os meus mais sinceros agradecimentos às instituições que deram suporte a esta investigação, a começar pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), cujo financiamento se fez fulcral à exclusiva dedicação que empreguei neste trabalho nos últimos anos. Em igual medida, agradeço ao Centro de Literatura Portuguesa (CLP), que vem me acolhendo nesta minha longa travessia estrangeira, assim como à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e a todo corpo de funcionários, muito prestativos e solidários em seu serviço. Também não deixo de alargar um especial abraço às bibliotecas que frequentei, sobretudo à Biblioteca Central da FLUC e à Biblioteca Geral da UC, para além daquelas que me fizeram ultrapassar fronteiras, como a imaginosa Bodleian Library of Oxford, de onde garimpei grande parte da atualização da minha pesquisa.

Por fim, todos os agradecimentos são para as pessoas que me acompanharam por esses intermitentes caminhos. Ao meu orientador, o Professor Albano Figueiredo, sempre atento aos deslizes das palavras, sempre generoso em seu modo de ensinar e partilhar o conhecimento. Muitos outros docentes foram bastante importantes neste meu percurso investigativo; porém, seria injusto não saudar com destacado apreço o Professor José Augusto Cardoso Bernardes, com seus profundos contributos não apenas circunscritos à arguição da minha qualificação, e a Professora Maria João Simões, sempre muito solidária e inspiradora nas suas análises críticas.

Fiz muitas amizades durante este tempo de doutoramento, pelo que seria pouco apontar somente o nome de alguns. Dedico um agradecimento inevitável à Secção de Escrita e Leitura da Associação Académica de Coimbra, a SESLA, cujo espaço foi dimensão de tantos encontros.

À minha família, pelo preço da distância que nos aproxima.

À Monise, minha companheira.

Situada no campo de estudos das narrativas de viagens, esta tese apresenta e elabora uma nova perspectiva de leitura e análise crítica sobre a unidade discursiva de tais narrativas no universo literário. Segundo o que defende, o primeiro passo se faz por distinguir a representação do espaço como a sua estratégia compositiva fundamental, abarcando por ela um conjunto nocional inerente à prática e ao reconhecimento da escrita de viagens – medição de distâncias, simulação de movimento, inventário descritivo, assimilação da diferença, etc. Posto isso, o argumento central da tese consiste em identificar e sistematizar duas linhas de força históricas matriciais desse espaçamento cognoscível das narrativas de viagens: a literatura periplográfica e a tradição de relatos de peregrinação cristã. Aqui, a periplografia é relida não apenas em seu enquadramento temporal circunscrito à Antiguidade, mas antes sob a criação de um modelo de escrita fundante. Já as peregrinações remetem a uma relação de percepção e expectativa sobre o espaço que, em última instância, direcionam as projeções sensíveis através de desdobramentos do lugar sagrado. Ainda que tal hipótese de leitura possa ser aplicada a narrativas de viagens de diferentes contextos epocais, neste trabalho foi balizada pelo período das grandes explorações marítimas portuguesas, em torno dos séculos XV e XVI. Entretanto, pelo viés histórico-evolutivo aplicado a esta investigação, o *corpus* recolhido e discutido durante os capítulos reporta a um critério qualitativo em função de um movimento de construção e desenvolvimento das narrativas de viagens ao longo do tempo.

Palavras-chave: narrativas de viagens; espaço literário; périplo; peregrinação; explorações marítimas.

Abstract

Situated within the field of travel narrative studies, this thesis presents and elaborates a new perspective of reading and critical analysis about the discursive unity of such narratives in the literary universe. According to what it argues, the first step is to distinguish the representation of space as its fundamental compositional strategy, encompassing by it a notional set inherent to the practice and recognition of travel writing – measurement of distances, simulation of movement, descriptive inventory, assimilation of difference, and so on. That said, the central argument of the thesis consists in identifying and systematizing two matrix historical force lines of this cognizable spacing of travel narratives: periplography literature and the tradition of Christian pilgrimage accounts. In this context, periplography is reread not only in its temporal framework circumscribed to antiquity, but rather under the creation of a founding writing model. Pilgrimages, on the other hand, refer to a relationship of perception and expectation about space that ultimately directs sensitive projections through unfoldings of the sacred place. Although this reading hypothesis can be applied to travel narratives from different epochal contexts, this work was based on the period of the great Portuguese maritime explorations, around the 15th and 16th centuries. However, by the historical-evolutive bias applied to this research, the corpus collected and discussed during the chapters reports to a qualitative criterion due to a movement of construction and development of travel narratives over time.

Keywords: travel writing; literary space; periplous; pilgrimage; maritime explorations.

Sumário

INTRODUÇÃO -----	8
-------------------------	----------

CAPÍTULO I

O espaço na origem das narrativas de viagens: os périplos da Antiguidade -----	23
---	-----------

1. <i>Périplo</i> , de Cílix de Carianda: o esboço de um primeiro mapa -----	25
2. <i>Périplo de Hanão</i> : a povoação do imaginário-----	30
3. <i>Descrição da Grécia</i> , de Heráclides Cretense: a deambulação urbana-----	37
4. <i>Orla Marítima</i> , de Avieno: a visualidade periplográfica -----	44

CAPÍTULO II

Percepção e expectativa sobre o espaço: as primeiras peregrinações cristãs -----	50
---	-----------

1. <i>Itinerário</i> , de Egéria: espaço e memória -----	54
2. <i>Epítáfio de Santa Paula</i> , de Jerônimo: viagem sob os olhos da fé-----	62
3. <i>Navegação de São Brandão</i> : peregrinação ao outro mundo -----	69

CAPÍTULO III

As primeiras narrativas de viagens no horizonte português: da gênese ao despontar de novos imaginários -----	80
---	-----------

1. <i>Vida de São Teotónio</i> : uma primeira narrativa de viagens -----	83
2. <i>De Canaria</i> , de Giovanni Boccaccio: a formação de uma nova cosmovisão -----	92
3. <i>Conto de Amaro</i> : o outro mundo e o mesmo -----	102
4. <i>Diário da Jornada do Conde de Ourém</i> : descrever a cidade -----	112

CAPÍTULO IV

Novos périplos, novas fronteiras: desdobramentos da escrita das viagens-----125

1. *Crónica de Guiné*, de Gomes Eanes de Zurara: o mapeamento do território indicial-----128
2. *Relação da Viagem de Vasco da Gama*, de Álvaro Velho: a assimilação da diferença -----139
3. *Carta do Achamento do Brasil*, de Pêro Vaz de Caminha: escrever como fronteira-----151

CAPÍTULO V

Novas peregrinações, novas utopias: formas do imaginário das narrativas de viagens ---164

1. *Itinerário da Terra Santa*, de Pantaleão de Aveiro: mensurar a memória -----166
2. *História do Japão*, de Luís Fróis: por outros paraísos -----177
3. *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto: o inimaginável -----195

CONCLUSÕES FINAIS-----210

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----216

Introdução

Narrativas de viagens são textos cuja estratégia compositiva se faz em função da construção do espaço. Na base desse processo identifico a articulação de duas linhas de força históricas fundamentais: a literatura periplográfica e os relatos de peregrinação.

Com efeito, todo o percurso de seleção, sistematização e análise teórica e interpretativa que, doravante, dará corpo a esta tese encontrará nesse duplo enunciado resposta a uma prévia pergunta: afinal, pensando textualmente, o que são narrativas de viagens? Tal pergunta, decerto, foi ganhando contornos mais precisos ao longo da investigação e, para além de saber o que eram ou como se comportavam diacronicamente, comecei a me interessar pela sua suposta origem, caso houvesse um momento inteligível. Devo ressaltar também que o meu ponto de partida instigava a essa perspectiva evolutiva, posto eu estar interessado pelos desdobramentos literários históricos que culminariam nos relatos das explorações marítimas portuguesas dos séculos XV e XVI.

Voltemos aos enunciados. Parto de uma definição móvel, tensionada para a compreensão de um processo e não para um enquadramento genológico estanque, mesmo porque seria tarefa árdua considerando a multiformidade dos textos em questão. Assim, a minha reflexão crítica será direcionada a distinguir e interpretar alguns modos de articulação entre as categorias narrativas que individualizam, no plano discursivo, as narrativas de viagens, tanto de forma integral quanto parcelar em outros gêneros. Essa composição estratégica, como defendo, terá a sua centralidade na representação do espaço, cuja raiz se entrelaça por essas duas linhas de força sintáticas, semânticas e pragmáticas, nomeadamente, périplos e peregrinações.

O conceito operativo basilar desta tese é o espaço. Passo, então, a situar a minha perspectiva sobre ele. Começo com a semiótica estruturalista ou «topológica», retomando a distinção estabelecida por A. J. Greimas entre extensão e espaço¹. Extensão, segundo a sua leitura, exigiria alguma imaginação da nossa parte por ser a plenitude das coisas, a continuidade sem fim nem começo na qual tudo é contido e perfeito ou, por suas palavras,

¹ A. J. Greimas ([1976] 1981: 115).

a «substância» da vida. Já a «forma» seria o espaço, um corte abrupto nesse ininterrupto fluxo como única possibilidade de significar o mundo, mesmo o reduzindo. Nesse sentido, delimitamos o espaço a uma disposição concreta, tangível e por ele se torna apreensível, inclusive, o inapreensível (voltarei adiante a essa ideia).

Avançando por essa reflexão, uma segunda distinção importante para entendermos, em seu tempo, os processos de textualização e tematização do espaço² nas narrativas de viagens pode ser vista – sem sairmos ainda do estruturalismo – em um ensaio de Yuri Lotman³, publicado poucos anos antes ao de Greimas. Nele, indagando a natureza do objeto artístico e a sua resultante imagem do mundo, o semioticista irá segmentar a apreensão do espaço conforme dois modelos de percepção: o universalizante e o ético. Se ao primeiro se destringam binômios linguísticos vetoriais, como alto e baixo, direita e esquerda, perto e longe, ao segundo se atribui um código de valores polarizados entre bom ou ruim, verdade ou mentira, acessível ou inacessível e, em última instância, céu e inferno.

Por outras palavras, Lotman estabelece uma diferença entre a orientação e, de certo modo, a experiência sobre o espaço, sem com isso atravessar uma superfície perene de sentidos. Neste aspecto, melhor contributo trouxe a geografia cultural ao pensar em dinâmicas de interação e prática sociais, relações afetivas, memória, ou seja, o senso do lugar⁴. Mas o lugar, de fato, também é o corpo vivo do espaço. Desde a sua raiz latina, a ideia do *locus* sempre foi atribuída a uma delimitação concreta e de potencial imagético (um prédio, uma cidade), enquanto o *spatium*, muito mais vago, marcado principalmente como intervalo de distância ou de tempo⁵. Opto, sobretudo, por uma definição simples, e também um método de leitura, em que possamos desenvolver o conceito de espaço como localização e movimento e o de lugar como experiência, contingência e, acrescento, detalhamento descritivo⁶.

² Sobre os conceitos, ver Marie-Laure Ryan (2012).

³ Yuri Lotman ([1970] 1982: 271).

⁴ Sobre o conceito, ver Yi-Fu Tuan (1983: 9). Entretanto não seguirei a distinção topofílica feita pelo autor entre os conceitos de espaço e lugar, considerando ao primeiro, por exemplo, aspectos de abertura ou liberdade e, ao segundo, clausura e conforto.

⁵ Sobre essas distinções, veja-se Aron Gurevitch ([1982] 1991: 111) e, mais recentemente, Jean-Claude Schmitt (2006: 320).

⁶ Marie-Laure Ryan (2016: 7) opera uma distinção semelhante e por ela me oriento, principalmente sobre o espaço, compreendido entre «location, position, arrangement, distance, direction, orientation, and movement». Já o lugar, por sua concepção, será o reflexo das ações humanas sobre o espaço, justamente a ideia da experiência. Contudo, julgo que deveríamos acrescentar a essa definição de lugar a questão do discurso descritivo, como justificarei adiante.

É importante ressaltar aqui a pertinência de uma definição que se adequa às funcionalidades das narrativas de viagens. O principal entrave que observo é a relação do espaço, na posição de categoria narrativa, congeminado à caracterização de personagens ou, com maior distância, à intriga. Considerando serem textos majoritariamente descritivos, de pouquíssima importância aos desenlaces do enredo⁷, a composição estratégica deve ser invertida, alçando o espaço de meio para finalidade propositiva.

Espaço e lugar, por sua vez, desdobram-se nas suas formas de representação. O meu objetivo será o de demonstrar constantes de tal desdobramento que possibilitem identificarmos uma unidade discursiva nas narrativas de viagens. No âmbito da textualização espacial, por exemplo, concordo e seguirei com Miguel Ángel Pérez Priego⁸ ou Francisco López Estrada⁹ quando sublinham a função da sequencialidade itinerante particularmente ativa nesse plano diegético, atenção também dada mais recentemente por Julio Peñate Rivero, atento às variações entre escalas (estações) e etapas (caminhos), linearidade das rotas e os seus desvios, padrões de espacialização componentes de uma, repito, «continuidad discursiva»¹⁰. Como veremos ao longo dos capítulos, o vocabulário teórico do espaço, tributário principalmente da geografia literária¹¹, ainda nos trará matizes sobre o conceito de itinerário, assim como de mapas, fronteiras, margens e estriamentos.

No que tange às arestas do lugar, assume nele papel central a representação ou, segundo as antigas retóricas, o elogio à cidade. Como um braço do gênero epidíctico, o *laudibus urbium* expressa uma das primeiras modelizações descritivas do espaço urbano¹². Quintiliano, no século I, sugeria ao orador um adequado proêmio voltado à fundação da cidade, sequenciado por uma especial atenção aos seus monumentos, obras públicas de diversa ordem, templos e fortalezas. Da pedra à paisagem, passamos para o

⁷ Carl Thompson (2011, 28) prefere assumir uma postura mais moderada em relação à essa proposta: «In some cases, the writer will opt for a narrative mode of ‘showing’ rather than ‘telling’». Luis Albuquerque García (2006: 79), por sua vez, entende que os episódios narrativos geralmente são isolados e se resolvem de imediato no plano diegético das narrativas de viagens.

⁸ Miguel Ángel Pérez Priego (1984: 220).

⁹ Francisco López Estrada (1984: 129).

¹⁰ Julio Peñate Rivero (2015: 44).

¹¹ Na esteira de Robert Tally Jr. (2013: 79-82), à geografia literária cabe um duplo movimento de focalização do espaço, tanto na sua representação textual quanto nas condições extratextuais que tal espaço remete, por exemplo, a sua memória histórica.

¹² Ernst Robert Curtius ([1948] 1995) já havia dado alguma atenção a esse tópico, mas foi Miguel Ángel Pérez Priego (1984) que o trouxe para o universo das narrativas de viagens e mais recentemente Luis Albuquerque García (2006 e 2011) com mais contributos.

enquadramento do clima, da terra, «o encanto nas praias do mar, nas planícies abertas e nos recantos agradáveis; e enalteçemos a utilidade das regiões salubres e férteis»¹³.

Tal esquematização, certamente, vai adquirindo breves reformulações ao longo do tempo. Desde a Alta Idade Média, como nos mostra os *Excerpta rethorica*, o *laudibus urbium* é sugerido a partir de uma hierarquia descritiva baseada em seis tópicos, cuja tradução, de forma aproximada, seria: i) fundadores e história da cidade, ii) lugar e condições de fortificação, iii) qualidade da terra, fertilidade e águas, iv) costumes locais, v) edifícios e monumentos e, por fim, vi) uma evocação à memória dos seus cidadãos mais ilustres¹⁴. Veremos, no decurso deste trabalho, os reflexos desse modelo retórico na constituição formal das narrativas de viagens.

Nos finais do século XVI, o *laudibus urbium* começa a ser incorporado às chamadas artes de viajar ou *ars apodemica*, espécies de manuais de apontamentos de viagens, inicialmente concebidos para a instrução de peregrinos (daí também serem conhecidas por *prudencia peregrinandi*)¹⁵. O elogio ganha ares de relatório científico e os tópicos se ramificam pormenorizadamente. A nova padronização aconselha o viajante sobre o destino, a cultura local, a cultura de outros povos europeus coparticipantes das empreitadas, línguas, medicina, etc. Em poucos anos, espelhando o acento dessas diretrizes, haverá uma proliferação de narrativas de viagens formalmente mais homogêneas. Veremos alguns dos seus sinais, ou pelo menos alguns dos seus sintomas, nos textos mais tardios que irão ser discutidos no âmbito desta tese. A consolidação da *ars apodemica* será, por outras palavras, um dos parâmetros do nosso marco *ad quem*.

Ainda no século XVI um termo começa a reaparecer em alguma produção europeia relacionado às cidades: a descrição¹⁶. Em 1554, Damião de Góis publica a sua *Urbis Olisiponis descriptio*, apenas para mencionar um notório exemplo. É uma breve relação sobre Lisboa, de tônica promocional para um convite aos seus amigos estrangeiros conhecerem o patrimônio material e imaterial da sua terra. Poderíamos enquadrá-la no nosso campo de pesquisa, mas a presente economia investigativa não nos permitirá tão alargado passo. Quero apenas sublinhar a mencionada referência à “descrição” e a importância constitutiva nos modos de representação do espaço das narrativas de viagens.

¹³ Quintiliano (2013: III, 513).

¹⁴ O excerto original pode ser consultado em *Rhetores latini minores*, compilação organizada por Carolus Halm (1817: 587). A atenção sobre este documento se deve particularmente ao ensaio de Miguel Ángel Pérez Priego (1984).

¹⁵ Há vasta bibliografia sobre o assunto, mas deixo a indicação para o artigo introdutório de Daniel Carey (2019) e para volumoso estudo de Justin Stagl (2002).

¹⁶ Philippe Hamon (1981: 5) aponta para o mesmo fenómeno na França.

Góis a utiliza como indicativo genológico, diferentemente de uma outra acepção corrente apresentada por figura de estilo, de cariz ornamental. Com alguma maturação do tempo, chegaríamos hoje na diferença entre descrição e discurso descritivo, este já não como gênero, também não exatamente como modo, mas sim um «registro textual» complexo ou, em última instância, uma «inquietação sobre o estatuto do literário enquanto produção artística», para acompanharmos a visão de Helena Buescu¹⁷. É justamente na base desse conflito que se enquadram os estudos literários sobre narrativas de viagens.

Outra possibilidade de olharmos as variáveis entre a descrição e o descritivo é descriptarmos os seus sentidos nucleares, ainda sob o magma da sua nomenclatura: *descriptio* deriva do grego ἔκφρασις ou, ao nosso sabor, écfrase¹⁸. É provável que tenha surgido por volta do século IV a.C. em breves poemas epigramáticos alocados em estátuas¹⁹, cuja interação deu origem ao seu mais conhecido significado: écfrase é uma representação verbal de uma representação gráfica, ou seja, um princípio intermediático²⁰. Assim o vemos no *Laocoonte* (1744), de E. G. Lessing, e, depois de um aparente esquecimento, revitalizado no vocabulário crítico por Leo Spitzer em um estudo sobre John Keats²¹. Desde então, o conceito vem ganhando ampla popularidade.

Aparece imediatamente associada à écfrase a imagem do escudo de Aquiles descrita de forma vívida no décimo oitavo canto da *Ilíada* de Homero. Ou seja, é um processo estilístico que pressupõe a imitação não de uma realidade concreta, mas de uma outra imagem criada, uma *falsa fictio*²². Na Idade Média, como bem o mostrou Claire Barbetti²³, a écfrase irrompe não propriamente de uma imagem artística, mas sim de um conjunto complexo de sonhos e de visões, dada uma tendência estética contornada antes pela memória do que pela mimese. Já no Renascimento parece recuperar um diálogo mais direto com outras manifestações artísticas, reduzida assim, em parte, a uma figura de estilo.

¹⁷ Helena Buescu (1990: 23).

¹⁸ Muitos autores mencionam essa origem, como Benjamin Colbert (2020), Paulo Martins (2016), João Adolfo Hansen (2006), entre outros. No entanto, não encontrei um estudo filológico elucidativo para tal processo.

¹⁹ Paulo Martins (2016: 166) elabora uma boa síntese desse processo.

²⁰ A frase supracitada é de James Heffernan (1991: 299): «ekphrasis is the verbal representation of graphic representation».

²¹ Leo Spitzer (1955).

²² O termo é usado por João Adolfo Hansen (2006: 86).

²³ Claire Barbetti (2011: 8).

Digo “em parte” porque em seu escopo se costuma ampliar a um segundo sentido, não só circunscrito a uma figura, mas também a um princípio literário²⁴, o que, evidentemente, recupera-nos a distinção entre a descrição e o discurso descritivo. Deriva ela dos exercícios das antigas *Progymnasmata* gregas dos últimos séculos antes de Cristo, com algum avanço latino também²⁵. Deixa de ser predominante a referência à imitação de uma obra de arte e passam a ser objeto de estudo outros diversos processos descritivos, classificados por diferentes campos temáticos como a topografia, a cronografia, a prosopografia (retratos), a pragmatografia (objetos), etc. Em sua *Arte de hablar* (1532), Juan Vivés, destacado humanista e entusiasta também das artes de viajar, define «la descripción», pelo menos as mais «prolijas», aproximadas ao modelo de imitação das «artes pictóricas, escultóricas y la orfebrería»²⁶. Contudo, essa sensível arte, que «hartas veces invade el campo de la narración»²⁷, tem a sua prática organizada principalmente por essa mencionada segmentação por campos temáticos. Dá-nos ainda o exemplo de uma ideal descrição de batalha, muito pormenorizada, de versatilidade focal e sensorial, para conseguir reproduzir, inclusive, o inimaginável. É interessante notar que a ordem de tais campos temáticos também será a base definidora do *laudibus urbium* nas retóricas quinhentistas²⁸.

A continuidade discursiva que procuro nas narrativas de viagens passará, evidentemente, por um olhar atento à incidência histórica de campos temáticos como objeto descritivo, tais como o modelo de representação topográfica, o ambiente urbano, o periférico, o palaciano, a igreja, a ruína, sem deixarmos de lado os movimentos socioespaciais derivados de procissões, de marchas ou de batalhas. Entretanto, outro conceito fundamental a este estudo pode ser extraído da visão de Vivés sobre a descrição, quando se refere à questão de tornar imaginável o inimaginável (algo que já vimos de relance no comentário de Greimas). A éfrase, como o mundo grego a concebeu, deve ser vista como um princípio literário abrangente, uma figura macroestrutural ou um modo discursivo, postulado e construído por uma particular figura de expressão que é a hipotipose²⁹. Das suas designações, a primeira se refere à visualidade e a segunda à persuasão. Persuasão porque traduz à visão indireta do leitor a visão direta do narrador,

²⁴ Paulo Martins (2016: 199).

²⁵ Paulo Martins (2016: 164) traça o percurso desses manuais retóricos.

²⁶ Juan Luis Vivés (1947: 779).

²⁷ Juan Luis Vivés (1947: 775).

²⁸ Cf. Luis Albuquerque García (2006: 84).

²⁹ Na esteira de Jean Yves le Bozec (2002: 4), poderíamos dizer também enargia, dado que as definições seriam praticamente as mesmas.

assumindo este a legitimidade comprobatória do relato. Para tal processo, base da historiografia e das narrativas de viagens, designava-se o termo *autopsia* ou, para o gosto da época, *αὐτοψία*³⁰. Já a visualidade, caríssima a esta pesquisa, tinha por função a hipotipose, por meio do cromatismo e dos efeitos de luminosidade, trazer aos olhos do leitor aquilo que antes se mantinha ausente. Roland Barthes a caracteriza como a institucionalização literária da fantasia³¹. Jean Yves le Bozec vai mais além e afirma, com algum entusiasmo, que a possibilidade de aparição do insondável é, por outras palavras, a do divino³².

Eis aqui o rastro de um dilema que permeou por décadas grande parte das definições de narrativas de viagens: a polarização entre a ficção e a realidade. Em geral, assume-se o pressuposto de que o narrador tem a intenção de expor uma verdade em seu relato, e disso não tenho dúvida. O problema, creio eu, é definir a matéria que escapa a ela. Zweder Von Martels foi um dos pioneiros ao mostrar a variabilidade histórica da compreensão de ficção nas narrativas de viagens, ainda que a sua conclusão fosse insuficiente. Para ele, os textos de viagem atingiam um valor holístico de tal modo que tudo que abordasse o seu tema pudesse ser enquadrado nesse conjunto, de Ovídio a Marco Polo³³. Pulverizando as suas fronteiras, chegaríamos na linha de pensamento de, por exemplo, Michel Butor, na qual toda escrita é viagem³⁴. Como não concordar?

Sigo, entretanto, uma perspectiva de leitura que procura cercear uma tangibilidade estrutural das narrativas de viagens, justamente onde verdade e ficção se digladiaram por alguns anos. Na virada do milênio, Maria Alzira Seixo distinguia, dentro do campo de ação de uma «poética» da viagem, os textos com intenção referencial explícita, segmentados por variados subgêneros compostos por finalidades diplomáticas, comerciais, missionárias ou, entre outros, apenas subsequentes do empreendimento das «descobertas», mesmo porque o seu enfoque é este hoje mal denominado período. Fora deles, outros dois campos: as viagens imaginárias (lendas, utopias ou tudo sem adesão a uma circunstância real) e a viagem na literatura como «ingrediente literário»³⁵. Vemos, evidentemente, uma classificação derivada de uma concepção espacial e a ela aproximo um trabalho mais recente de Julia Kuehn e Paul Smethurst, quando começamos a perceber

³⁰ Paulo Martins (2016: 174).

³¹ Roland Barthes ([1968] 2004: 187).

³² Yves Le Bozec (2002: 6).

³³ Zweder Von Martels (1994).

³⁴ Michel Butor (1974).

³⁵ Maria Alzira Seixo (1999: 17).

a diluição das fronteiras entre o real e a ficção. No prefácio do seu *New Directions in Travel Writing Studies* (2015), antes de distinção, os autores salientam o tráfego de uma realidade mediada por mundos representados, mundos imaginários e, porque não, mundos alternativos (transgressivos e contra-hegemônicos).

Alguns anos antes de Seixo, de forma ainda mais concisa, Eugénia Popeanga, dedicada particularmente às viagens medievais castelhanas, separava sob o critério da intenção de realidade os «libros de viajes» da «literatura de viaje», este dilatado pela amplitude do tema. Contudo, ao inverter a sua perspectiva ao horizonte de expectativas do leitor da sua época, via como a mensagem, independentemente da sua origem, tornava-se, sobretudo, lúdica: «El público busca el deleite y las aventuras «verdaderas» se convierten, en el acto de lectura, en aventuras inventadas, esta vez no por el autor sino por el lector»³⁶. Isso não ocorre apenas na mundividência medieval e concordo com outros autores que postulam essa característica como uma das bases da continuidade discursiva das narrativas de viagens. Peñate Rivero mostra como ainda hoje viajantes europeus não hesitam em descrever as montanhas do Peru como transcendentais paisagens ou dentro do que o autor denomina por «real-maravilhoso»³⁷. Outro exemplo é o de Janicke Kaasa, que analisa relatos de viagens ao Ártico, sempre um espaço empírico alusivo à imaginação descritiva³⁸.

O *corpus* que selecionei para este trabalho também é uma provocação a esses limites entre realidade e ficção na unidade discursiva das narrativas de viagens. A sua própria natureza descritiva, como referi acima, na sua potencialidade visual imagética, hipotipótica, já apresenta um problema literário congênito. Ademais, do ponto de vista material, quase todos os textos que serão abordados aqui levantam dúvidas sobre a sua autoria ou o grau de intervenção editorial sobre eles, minando novamente a plausibilidade do real³⁹. Não menos importante será o horizonte de expectativas de cada tempo, considerando que a nossa trajetória começará milênios atrás.

Não pretende ser esta uma tese sobre história cultural, mas me esforcei para situar contextualmente cada narrativa deste estudo, quando tal horizonte nos iluminasse para fundamentos imprescindíveis do seu significado. A escolha dos textos respeitou um critério temporal qualitativo, onde cada qual pudesse revelar por partes uma concepção

³⁶ Eugénia Popeanga (1991: 18).

³⁷ Julio Peñate Rivero (2015: 50).

³⁸ Janicke Kaasa (2019: 478).

³⁹ O problema da autoria e das edições também foi discutido por Julia Kuehn e Peter Smethurst (2015: 4).

macroestrutural que procuro elucidar nas narrativas de viagens, cujo norte, como já mencionei, serão as portuguesas do período das explorações coloniais marítimas. Ao todo, esse *corpus* estará dividido em cinco blocos histórico-temáticos que, por sua vez, darão origem aos respectivos capítulos. Tentei também minimizar os saltos temporais seguindo a ilusão especular de um fio condutor. É neste fio que bifurco os eixos dos périplos e das peregrinações.

Compreende-se a literatura periplográfica como o conjunto de narrativas de viagens produzidas na Antiguidade greco-latina, ainda que não completamente restrita a esses domínios geopolíticos⁴⁰. Na sua etimologia imediata, um périplo ou *περίπλους* designa a uma circum-navegação⁴¹ ou também, como propõe Pere Villalba i Varneda, a escrita dessa viagem⁴². Fundamentalmente, deriva da periplografia o primeiro conjunto nocional das narrativas de viagens, cuja acesa discussão crítica irá procurar novas chaves interpretativas e classificatórias, sendo a representação do espaço a sua força motriz por excelência.

Já as peregrinações balizam as diretrizes conceituais desta tese pela potencial influência a um modelo de percepção e expectativa sobre o espaço. Considerarei, em particular, a ação peregrina de motivação cristã, posto o direcionamento do meu *corpus* ser tributário, claro está, dos entornos da cosmovisão quatrocentista e quinhentista portuguesa. Teremos atenção não somente a uma concepção geográfica restritiva dessas viagens, mas, principalmente, aos desdobramentos axiológicos promovidos pela sua prática.

Assim, voltando os olhos para a materialidade desta tese, indico que meu primeiro capítulo será dedicado à periplografia, decomposta por quatro (sub)linhas de força evidentes através de quatro respectivos textos. Começaremos com uma breve recolha de fragmentos dispersos de Cilax de Carianda, o mais antigo deles, para entendermos (precariamente) os seus motivos de interesse e a arqueologia da textualização do espaço distanciado que, mais tarde, a teoria irá definir por périplo universal. O segundo texto, por oposição a esse, será um périplo regional, talvez o mais conhecido deles, o *Périplo de Hanão*. O nosso enfoque aqui será o de perceber as nuances de um movimento de interiorização territorial da viagem, refletidos pela pragmática do apontamento e, derivado

⁴⁰ Sigo aqui a concepção macroestrutural de uma literatura periplográfica formulada por Francisco González Ponce (2008: 29).

⁴¹ Jonathan Burgess (2019: 23).

⁴² Pere Villalba i Varneda (1985: 44).

dessa aproximação sociocultural com o outro civilizatório, as primeiras fricções mais estridentes com o imaginário.

Tanto Cilax quanto Hanão situam-se em épocas muito remotas ou, melhor dizendo, pertencem ao enquadramento historiográfico grego Arcaico e Clássico⁴³, rondando assim os séculos VI e V a.C. O terceiro texto, disperso por três fragmentos, avança alguns anos aos alvares do período helenístico e é uma periegesis, ou seja, uma viagem por terra⁴⁴. A narrativa é atribuída a Heráclides Cretense e nela nos interessa o primeiro modelo de elogio à cidade. Por fim, já bem avançado cronologicamente, é a retórica da visualidade ou a aplicação esquemática do exercício da éfrase que nos leva à *Orla Marítima*, de Rúfio Festa Avieno, um poema latino em trímetros iâmbicos escrito no berço da cristandade.

Périplos universais e regionais, descrição de cidades e retórica da visualidade: são estas as primeiras direções para, adiante, elaborarmos um ponto de vista sobre os périplos já não restrito historicamente, mas que remeta a um movimento de viagem mais amplo. Faço também a importante ressalva sobre o caráter hermenêutico da minha abordagem sobre tão remotos e labirínticos textos; por isso a fulcral importância que darei à teoria e à crítica periplográfica, assim como para os trabalhos tradutológicos. A ressalva, em menor escala, serve igualmente para o próximo capítulo.

Passaremos depois para a outra face dessa moeda das viagens, as peregrinações, a serem devidamente situadas no nosso segundo capítulo. Circunscrevo-as ao universo da cristandade, como anteriormente esclareci, dada a regionalização geoestratégica “europeia” e, por fim, portuguesa pelo qual optei como critério orgânico deste estudo. Em alguns pontos isso pode dar margem para algumas ambiguidades, como, por exemplo, no que tange aos desdobramentos semânticos do paraíso terrestre, evidentemente de memória mais larga na literatura. Adquire, entretanto, uma roupagem nova na escatologia cristã e por esses céus e infernos a diacronia do nosso imaginário das viagens seguirá se alimentando.

Além disso, as peregrinações trouxeram novos ingredientes para a descrição do espaço que afetaram basicamente todas as categorias narrativas deste processo compositivo, começando por uma nova subjetividade presencial da entidade confluída

⁴³ O enquadramento que sigo é de Francisco González Ponce (2008).

⁴⁴ A distinção entre viagens ao redor do mar ou da terra para périplo e periegesis é relativamente consensual, mas me situo a partir do trabalho atualizado de Jonathan Burgess (2019: 23).

em autor-narrador-personagem⁴⁵. Não é uma regra, mas foi um importante critério quando selecionei para este segundo capítulo o *Itinerário*, de Egéria. Também a relação do sagrado como experiência espacial e, doravante, o embrião estético da paisagem, sugerido pela suspensão a um tempo mítico serão, em resumo, algumas das bases para uma leitura ampliada do conceito de peregrinação.

Sem sairmos de Jerusalém, passaremos para o *Epitáfio de Santa Paula*, de autoria de Jerônimo, redigido também nos alvares do quarto século da cristandade. O escopo desta abordagem será, sobretudo, pensado nas funções das narrativas de viagens, vistas sempre como estratégias compositivas, inseridas em textos de maior amplitude genológica. Em paralelo a esse problema, Jerônimo funda um modelo de contraposição a uma cronologia itinerante baseado na interioridade perceptiva. Por esses “olhos da fé”, discutiremos sobre os limites da referencialidade das narrativas de viagens.

Se Jerônimo nos conduz a uma reflexão mais profunda sobre a imersão da viagem a uma temporalidade suspensa, mítica, a *Navegação de São Brandão* nos força a uma ruptura mais abrupta pela sua representação escatológica fabular. O estudo sobre tal obra, concluindo com ela o capítulo, revela nuances paradigmáticas com a mundividência da época que nos situam em uma visão mais abrangente sobre o que é o compromisso com o real e como as projeções do “outro mundo” se dão na escrita por uma retórica sensorial apelativa, cuja reverberação será anotada ao longo desta tese.

Peregrinações itinerantes, peregrinações idealizadas e viagens místicas: estas serão as bases para aprofundarmos uma leitura e argumentação crítica acerca das peregrinações não somente como ramificação genológica, mas também como linha de força discursiva das narrativas de viagens. Desses polos orientadores se espraia, como veremos, uma constelação temática e valorativa que, a partir de constantes reformulações, flutua do lugar sagrado para paraísos terrestres, imaginações sacramentais, visões mediadas pela fé ou, em última instância, uma nova relação afetiva entre sujeito e espaço.

Aproximando tal perspectiva analítica aos conteúdos teóricos e conceituais da periplografia, temos anunciadas as direções propositivas desta tese. Os três capítulos restantes serão discutidos sob a articulação dessas linhas, constantemente ampliadas por novos sentidos absorvidos pelo seu movimento histórico. Vejamos, portanto, como se sucedem.

⁴⁵ Para uma leitura histórica da subjetividade narrativa nas peregrinações cristãs, ver Mary Campbell (1988: 2).

A partir do terceiro capítulo entraremos naquilo que pode ser melhor compreendido como o horizonte português. A *Vida de São Teotónio*, o primeiro texto a ser analisado, remete à origem política do país, desfiando por ele os primeiros laivos de uma mundividência de unidade nacional. Nessa hagiografia, há um pequeno *excursus* geográfico por Jerusalém, muito aproximado ao de Jerônimo, também redigido sob a orientação de uma passagem espiritual. É uma obra latina, escrita por um discípulo anônimo do santo e, para além da vereda terrestre, apresenta de forma preambular uma compósita narrativa marítima. Será por essas duas vias que perscrutaremos a memória literária e os primeiros indícios de uma escrita de viagens portuguesa.

Despontando a aventura sobre o mar como a ação promotora de um sólido conjunto de narrativas de viagens em Portugal, a investigação sobre tais precedentes nos conduz a um espaço de fronteiras mais alargadas. Para vislumbrarmos a formação de uma cosmovisão mais abrangente, aproximo neste capítulo um breve relato de uma das primeiras expedições às Canárias, do início do século XIV, cuja autoria é atribuída ao italiano Giovanni Boccaccio. Capitaneada pela frota portuguesa, também não se trata de um testemunho *in loco*, mas sim de uma releitura literária articulada pelo conhecido escritor. Ainda assim, por ela se revelam os traços de uma estrutura compositiva fundamental, um esboço de racionalização descritiva que, em paralelo, concorre com os interstícios da imaginação sobre desconhecidas terras.

Invertendo agora esses polos semânticos, o terceiro texto justamente apontará para a contaminação do empirismo das viagens no plano mítico da literatura de visões. Desta forma, pelo *Conto de Amaro* – também a primeira narrativa em língua portuguesa do nosso *corpus* – veremos como uma projeção, a princípio, alegórica acaba por revelar alguns sintomas de uma domesticação do paraíso através da caracterização de uma cidade. Por outras palavras, a domesticação do paraíso é um processo de compreensão e planejamento do espaço revelado através da conjugação entre a memória sagrada e a experiência da realidade. Entender tais confluências nos auxiliará na interpretação e na definição de um olhar mais alargado sobre as linhas de força discursivas que orientam esta investigação.

Ainda um quarto texto será discutido e analisado neste capítulo, reforçando com ele o papel das cidades na gênese constitutiva das narrativas de viagens. Com o *Diário da Jornada do Conde de Ourém ao Concílio de Basileia*, veremos como a textualização do espaço urbano no seio da Idade Média portuguesa recupera tanto uma geoestratégia

periplográfica quanto recorre às fronteiras do imaginário ao oferecer ao seu leitor o “exotismo” do longínquo e diverso, mesmo que circunscrito ao território europeu.

O que aproxima os referidos quatro relatos neste capítulo é, sobretudo, uma mundividência medieval em transformação e, por conseguinte, quatro distintos movimentos de escrita que ancoram nossa compreensão das continuidades discursivas das narrativas de viagens dentro de um horizonte português. O ponto de saturação de tal mundividência, com reflexos nesta produção textual, se dará em paralelo com a abertura dos oceanos e, mais tarde, com a sua disfórica “ressaca”. Serão esses os dois eixos temáticos que darão base aos últimos dois capítulos desta tese.

Ao primeiro deles – o nosso quarto capítulo – aproximo três relatos marítimos, com diferentes propostas genológicas, mas todos circunscritos a um ato inaugural por testemunharem um espaço a si desconhecido. Começaremos com a *Crónica de Guiné*, de Gomes Eanes de Zurara, considerado um testemunho inicial da era das grandes navegações. Por ele, observaremos como a voracidade da expansão de fronteiras geográficas e epistemológicas se faz, na margem de um código axiológico cavaleiresco em transformação, entre as linhas efêmeras do movimento das batalhas e um novo olhar que desponta sobre a paisagem a si inaugural, refrescada por uma retórica do deleite.

Já a *Relação da Viagem de Vasco da Gama*, redigida por Álvaro Velho, parte igualmente da revelação de um espaço novo, porém, não propriamente inédito, posto ser os entornos do oceano Índico férteis nas projeções imaginárias do Ocidente. A negociação desses dois movimentos será a nossa base de leitura. Além disso, teremos atenção não apenas a uma textualização cartográfica mais sistemática dos mares e das terras, mas também aos desdobramentos do discurso descritivo que, por meio de efabulações verbo-visuais e afetivas, realocam tal espaço da diferença justamente no âmbito de uma memória da fertilidade, da riqueza ou, em última instância, do almejado “outro mundo”.

Desse modo, o último texto do presente capítulo traz para o centro do debate novamente o conceito de fronteira, ao perscrutar os limites tangíveis do “novo mundo” sob o olhar de Pêro Vaz de Caminha através da sua *Carta*. Trata-se, portanto, de aproximar e relacionar uma panóplia de horizontes comerciais, políticos, culturais e religiosos com o filtro da subjetividade da escrita. Neste aspecto, é notável a instauração autodiegética da experiência, assim como a idealização do espaço promovida pela ótica do escrivão.

Todos os três textos, para além de despontarem de um acontecimento inaugural, respondem a um movimento de navegação periplográfico, ou seja, resultam, grosso

modo, de uma perspectiva costeira sobre a terra. O nível de interação com as comunidades visitadas decorre sob uma camada superficial de trocas e expectativas muito mais efusivas do que o futuro, mais tarde, revelaria. Ademais, tenhamos atenção em como essa prática de escrita carrega marcas profundas da historicidade das narrativas de viagens, assim como as renova conforme o horizonte de expectativas do seu tempo.

Por fim, na esteira dessa utopia das viagens, projetemos o nosso último olhar para além da euforia desse primeiro instante e, avançando para os finais do século XVI e já início do século XVII, assentemos esta investigação sobre três relatos de peregrinação. Serão três diferentes enquadramentos sobre o tema, cada qual motivado por particulares compreensões sobre a ação e o sentido de peregrinar. Começaremos com o *Itinerário da Terra Santa*, de Pantaleão de Aveiro, retornando aos entornos de Jerusalém para percebermos como a atualidade da sua escrita se reafirma na construção de um espaço edênico ressignificado pelas exigências de um espírito crítico racionalizante.

Jerusalém também será a propulsora de uma idealização do espaço, mas agora desterritorializada para as bordas da cartografia quinhentista, isto é, o Japão. A reinvenção de uma Jerusalém primitiva, ordenada pela doutrina evangélica e constantemente azorragada pelas forças endógenas da cultura nipônica, é o pano de fundo da *História do Japão*, de Luís Fróis. Com ela, para além de avaliarmos os desdobramentos paradisíacos do espaço e a sua relação do ponto de vista afetivo com o sujeito, teremos em conta uma mais avançada sistematização descritiva oriunda das prerrogativas das ordens missionárias.

Sob a esteira desse acento afetivo, até martirológico, e de uma mais minuciosa atitude perscrutadora sobre o espaço, encerro esta investigação em torno da *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, síntese de um processo histórico e ponto culminante de articulações retórico-estilísticas quando pensamos nas fronteiras das narrativas de viagens em relação a sua autonomia no universo literário.

Périplos e peregrinações, como postulei nestas linhas introdutórias, tanto podem ser compreendidas como dois conjuntos temáticos diversos no âmbito das narrativas de viagens, como também podem – e serão – operacionadas como fundamentos ou linhas de força discursivas presentes nos diferentes textos que dão corpo a esta tese. Assim, a partir destes capítulos, veremos como se corrobora e justifica esta minha hipótese de leitura, tendo em vista a gênese e a construção do espaço em tais narrativas.



Figura 1. Mapa de Bedolina (Craig Alexander, 2007: 366).



Figura 2. Mapa tridimensional de Bedolina (Emanuela Casti, 2018: 28).

Capítulo I. O espaço na origem das narrativas de viagens: os périplos da Antiguidade

Viajamos desde sempre. A viagem antecede o movimento, aspira-o e o planeja. A sua origem é impenetrável, não há memória, diferentemente do percurso. Nesse começo longínquo da nossa transumância nômade, o percurso foi o primeiro sinal antrópico sobre a terra⁴⁶. Logo vieram outras demarcações, outras espacialidades, até o surgimento das primeiras narrativas gráficas de viagem: os mapas rupestres.

As imagens que abrem este capítulo estão esculpidas sobre a pedra e são conhecidas vulgarmente por mapa de Bedolina. Têm cerca de 4 por 2,5 metros de diâmetro e se preservam na fronteira entre a Itália e a França há mais ou menos quatro mil anos. Na Europa, devem ser os exemplares mais antigos. Por um olhar circunstancial conseguimos identificar padrões geométricos, retângulos como plantações, linhas simulando caminhos, um centro e a sua periferia. São imagens apreensíveis, mas nos faltam ferramentas para dizer, ao certo, a qual mundo se referem. Um campo de cultivo poderia ser um culto à fertilidade e, se prestarmos bem atenção à sua parte superior, um traçado ziguezagueante se assemelha a um rio, mas o rio nunca existiu. Aliás, Catherine Delano Smith, que nos orienta nesta encriptada leitura, alerta para as ambiguidades comuns nesse tipo de conjunto pictórico entre as representações miméticas e as simbólicas⁴⁷.

O problema do mapa de Bedolina é o anátema do nosso ponto de partida: a narrativa que deseja mapear o espaço real transforma o espaço real em uma narrativa. Talvez esteja previamente implícita a ruptura referencial ao creditarmos essa mediação ao domínio dos mapas. Mapas são sinédoques da totalidade, pasteurizam deformações perspectivas, ludibriam sobre os seus limites. Contudo, são nossas únicas direções. Peter Turchi⁴⁸ prefere observá-los como metáforas, figurações que ocupam o lugar da realidade, assim como as palavras e o problema passaria (ou voltaria) a ser linguístico.

⁴⁶ Aqui me guiei com Francesco Careri (2013: 50).

⁴⁷ Catherine Delano Smith (1982: 15).

⁴⁸ Peter Turchi (2004).

Houve um tempo em que cabia aos poetas a revelação do mundo. Homero foi uma espécie de demiurgo costurando cartografias reais e imaginárias para um público de breves horizontes⁴⁹. A imagem mental oferecida ao seu leitor recorria a «estratégias diagramáticas» de ordem diversa, mas, sobretudo, compondo um equilíbrio com as tensões narrativas das suas epopeias⁵⁰. Tal imagem é suficientemente ampla para podermos delimitá-la ao campo das narrativas de viagens; porém, historicamente foi um estágio, assim como o foram os mapas rupestres, os menires e os dólmens, o percurso e a célula da imaginação.

A arte de contar histórias de viagens, aos poucos, foi ganhando novos contornos estratégicos, muito por conta de processos políticos e econômicos que lançaram mundo a fora birremes gregos e fenícios, trirremes, galés, esquadras ou qualquer outro aparato militar desejoso pelo desconhecido. É dessa antiga «experiência colonizadora»⁵¹, oriunda de um movimento expansionista da Antiguidade, situado por volta do século VI a.C., que teve início a produção deste conjunto textual mais tarde classificado por literatura periplográfica. A essa intenção descritiva documental soma-se – e sigo aqui Pere Villalba i Varneda⁵² – uma legitimação oscilante de fontes históricas e, com algum acento, o assombramento lendário e mitológico, muito provavelmente delineado pelo deleite dos seus interlocutores.

Como já tive oportunidade de o explicar, tomo a periplografia não apenas como uma classificação periodológica, mas, também, como um princípio nocional ou uma linha de força que, doravante, nos ajudará a entender uma arquitetura fundamental das narrativas de viagens. É partindo desse pressuposto que organizei este primeiro capítulo, segmentado por quatro textos, cada qual imbuído de mostrar certas características que julgo basilares para uma compreensão histórica do nosso tema.

Movimento e escalas são a disposição minimamente referencial a que todas as narrativas aqui selecionadas se projetam. Um segundo passo é termos atenção às diferentes formas de mapeamento territorial. Cilax de Carianda, o mais antigo dessa seleção, orienta-nos pelo essencial da jornada, medindo distâncias e nomeando as terras, mas desponta vez ou outra a uma abertura à memória do espaço. Hanão, por sua vez, nas breves e sabotadas sentenças sobreviventes dessa sua lendária viagem, redireciona tal

⁴⁹ Para esse contexto, ver Francisco Javier Gómez Espelosín (1996).

⁵⁰ Christina Ljungberg (2017: 96).

⁵¹ Michael Allain (1977: 18).

⁵² Pere Villalba i Varneda (1985: 44).

abertura para um universo lúdico, com um colorido aventureiro, de tendência maravilhosa. São périplos marítimos, para além de certa contemporaneidade e por isso compartilham formas específicas de medição cartográfica. Já a *Descrição da Grécia*, de Heráclides Cretense, será o nosso exemplo periegético, ou seja, um trajeto terrestre e, por conseguinte, uma nova orientação escalar. Às formas de disposição e hierarquização visual da cidade somam-se aspectos da prática social e cultural percebida; portanto, encontraremos nele alguns elementos sugeridos pela experiência do lugar. Por fim, não menos importante será a *Orla Marítima*, de Avieno, mas dela quero, sobretudo, enfatizar a produção de imagens, a retórica da visualidade empregada pelo poeta para dar vida às costas litorâneas do seu périplo tardio, nas bordas da demarcação periodológica da periplografia.

1. *Périplo*, de Cílix de Carianda: o esboço de um primeiro mapa

O mais antigo périplo preservado até os nossos tempos é de autoria de Σκύλακος Καρυανδέως, melhor conhecido por Cílix de Carianda. Sabemos, através do livro IV das *Histórias* de Heródoto, que o navegador viveu no século VI a.C. e foi um heleno súdito do rei da Pérsia Dario I. O historiador menciona a sua presença em uma grande frota enviada ao norte da África, cuja intenção era explorar os confins dos rios Indo e Nilo⁵³. De fato, pouco tem de semelhante essa viagem à relatada no seu *Périplo*. Evidentemente há aqui uma série de camadas que precedem à atribuição autoral e a fazemos de forma deliberadamente simplificada para fins didáticos, assim como o fez Julián Garzón Díaz, editor e tradutor para espanhol da obra que será aqui utilizada⁵⁴. O manuscrito original, para visualizarmos a dimensão da incerteza, hoje preservado na Biblioteca Nacional da França, é uma tradução medieval do século XIII, cuja fonte, no máximo, não avançaria do século IV a.C.⁵⁵. Por isso, será comum encontrarmos em paralelo a denominação de Pseudo-Cílix.

⁵³ Heródoto (2000: IV, 58). Para mais outros exemplos de citações antigas sobre Cílix, ver Ivan Matijašić (2017) e Francisco González Ponce (2008).

⁵⁴ Daqui em diante, farei referência sempre a essa edição espanhola de José Garzón Díaz como (Cílix: 2008), visto não haver ainda uma em língua portuguesa. Para o cotejo com a versão grega original, utilizei a transcrição e a tradução inglesa de Graham Shipley (2011).

⁵⁵ Essas informações estão tanto em Garzón Díaz (*in* Cílix, 2008: 81) quanto em Shipley (2011: 1).

Sem dúvida, é um documento comprometido, dando à narrativa um contorno quase espectral do que poderia ter sido em sua origem. Isso não impede, contudo, que possamos avançar com uma leitura cautelosa e panorâmica, digamos assim, atenta à sua disposição estruturante, aos seus tópicos de interesse e ainda a perspectivas de sugestão ideológica aproximadas ao seu contexto de produção.

Posto isso, temos divididos em 114 fragmentos⁵⁶, uns curtíssimos, outros nem tanto, o relato da viagem de Cílix de Carianda em torno do mundo “habitado”. A expressão é interessante, pois o termo utilizado é o *oikoumenē*, hoje recorrente no vocabulário da ecologia e das políticas de globalização, sem contarmos o peso da abordagem cristã. No *Périplo*, a sua extensão previa basicamente a Europa, alguma parte da Ásia e o norte da África. A navegação costeira, como já nos situa a autodenominação genológica, dará a conhecer o perímetro dos mares Mediterrâneo e Negro, projetando de forma etnotopográfica a localização de cidades para o interior da terra.

Essa é uma segunda divisa colocada por Cílix na disposição do seu plano geoestratégico: demarcar as cidades helenas de todas as restantes. Entretanto, não deixa de nomear toda a pulverização étnica iniciada desde o início da jornada com os iberos, até as ramificações mais particulares dos «povos bárbaros»⁵⁷. É evidente o domínio tanto da mundividência helênica nesse grande inventário quanto do espaço dado ao continente europeu. Em geral, este ocupa quase dois terços da cartografia política do *Périplo*, restando uma leitura curta, porém particular, do Oriente Médio e, encerrando o trajeto, um mais longo e excêntrico excerto sobre a Líbia dos fenícios. Voltarei adiante a esses pontos, sem antes deixar de reforçar que essa mencionada extensão se dá entre dois conjuntos de colunas de Hércules apontadas no mar Mediterrâneo: as primeiras posicionadas na «humilde» Líbia, as outras na «magnífica» Europa⁵⁸.

Para além de nomear, Cílix de Carianda também mediu a terra. As distâncias navegadas são feitas por diárias e cada dia (ou noite) percorridos, em média, equivalia a soma de 500 estádios, sendo cada um deles definido por cerca de 177,6 metros, caso

⁵⁶ Obra do copista, como adverte Shipley (2011: 4).

⁵⁷ Descrevendo a Sicília, por exemplo, fala das suas diferentes etnias ou «έθνη βάρβαρα», que são: elymos, sicanos, sículos, fenícios e troianos (Cílix, 2008: 112).

⁵⁸ Cílix (2008: 163). Há sutis diferenças nas traduções. No original, são esses adjetivos: Ταπεινή e υψηλή. Shipley (2011: 85) apenas distinguiu como «low» e «high». Garzón Díaz, como vimos, já carregou mais a expressão. Consultei também o *Diccionario Griego-Español*, de Florencio Sebastián Yarza (1945: 1457), e para o segundo termo encontramos maior universo semântico, aproximado tanto pela ideia de perfeição como também de guia, ou aquilo que direciona.

pensado como um estádio délfico, não ático⁵⁹. Pormenores. No mais, tal viagem provavelmente se efetuou a bordo de um trirreme⁶⁰. A par disso, temos algumas orientações práticas de marinharia, ao seu estilo lacônico: «Desde Nesto la navegación es sinuosa (πλοῦς ἐστι κολπώδης)»⁶¹. Da mesma natureza que essa são as sentenças que pressupõem uma experiência *in loco*: «Hasta el promontorio la primera ciudad en dirección del sol poniente es Falasarna y su puerto cerrado»⁶². Nesse sentido, deveríamos pensar na função linguística que ordena o discurso e cria, por conseguinte, o efeito da continuidade do percurso. O mais extensivo é o uso de marcadores como o «depois» (μετά) e o uso dos dativos locativos, próprios do grego antigo. Em suma, eis os primórdios da textualização do espaço nas narrativas de viagens:

[72] (Sindos) Después de (μετά δέ) los maiotes está el pueblo de los sindos pues éstos se extienden también hacia fuera del lago, y éstos tienen estas ciudades helenas: la ciudad de Phanágoros, Cepi, el Puerto Sindico y Patus.

[73] (Cercetas) Después del Puerto Sindico está el pueblo de los cercetas.

[74] (Toretas) Después de los cercetas está el pueblo de los toretas y la ciudad helena de Toricao con su puerto.

[75] (Aqueos) Después de los toretas está el pueblo de los aqueos (μετά δέ Τορέτας Ἀχαιοί ἔθνος).

[76] (Henioqueos) Después de los aqueos está el pueblo de los henioqueos.

[77] (Coraxos) Después de los henioqueos está el pueblo de los coraxos.

[78] (Colica) Después de los coraxos está el pueblo de la región de Colica.

[79] (Melancleni) Después de Colica está el pueblo de los melanclenos, entre ellos discurre el río Metasoris y el río Egipto⁶³.

Esses fragmentos nos remetem à região do mar Negro ou, na linha de leitura, o começo da Ásia. Imagino eu, com base nos estudos seguintes sobre o *Périplo de Hanão*, que essa desidratada estrutura descritiva é a que melhor nos aproxima dos traços originários de Cílix. Possivelmente, a presença demarcada do narrador logo ao *incipit* da obra também o seja, elucidada pelo conceito da autolegitimação (*autopsia*): «Comenzaré, pues, desde las columnas de Heracles (ἀρξομαι δέ ἀπό Ηρακλείων στηλῶν)»⁶⁴. Aqui se

⁵⁹ Gárzon Díaz (2008: 271). Já Shipley (2011: 14) acha difícil definir a precisão da medida do estádio, só padronizada após Ptolomeu.

⁶⁰ Difícil ter certeza. Em dada altura, descrevendo a largura de um porto, diz que inclusive passava um trirreme (τριήρης) e embarcações de carga, sendo essa a única referência ao transporte (Cílix: 2008: 118).

⁶¹ Cílix (2008: 117), Shipley (2011: 27). Perto da atual Croácia.

⁶² Cílix (2008: 127) Entornos de Creta. No original a expressão que se utiliza para determinar o sentido do sol, ou seja, sentido sol posto é esta: «πρός ἥλιον δυόμενον» (Shipley, 2011: 32).

⁶³ Cílix (2008: 141-143), Shipley (2011: 39).

⁶⁴ Cílix (2008: 109), Shipley (2011: 24). Para uma discussão mais profunda sobre marcadores pessoais em Cílix, ver também Shipley (2011: 19).

acrescentam, inclusive com algum pioneirismo⁶⁵, as sentenças que remetem à retomada do fio narrativo: «Pero retorno de nuevo hasta el continente, desde donde me he apartado»⁶⁶. Não obstante, conforme avançamos na leitura, fica mais claro um distanciamento referencial. Cílix estipula medidas constantemente: largura de rios, abertura de portos, intervalo entre ilhas. «Creta», por exemplo, «tiene la extensión (ἔστι δέ ἡ Κρήτη μακρά) de dos mil quinientos estadios, ciertamente estrecha (στενή δέ), y se extiende desde el ocaso del sol hasta la salida del sol»⁶⁷. Contudo, mede, mas não participa efetivamente de quase nada do que é descrito.

Por outra perspectiva, podemos extrair desses apontamentos tópicos de interesse que, com o desenrolar histórico das narrativas de viagens, irão ser organizados em hierarquias descritivas e, logo, nos primeiros modelos retóricos de geovisualização. A mais usual menção se faz aos portos (λιμὴν), cujo sentido original melhor se adaptaria a uma condição natural do que a uma infraestrutura⁶⁸. A situação topográfica, para além de rios e extensões de costas, desponta na saliência de montes e algum campo arável. Alguns povos moram nas alturas, em aldeias (κώμας), como os caones e os casopes⁶⁹, outros têm fortificações (τείχος) como mais ao sul terá o povo da Ambracia e os beócios⁷⁰. Sobretudo, não faltará a indicação de templos religiosos ilustrando a difusão da cultura helênica pelo mundo habitado. Descrevendo a Líbia, quase no fim da sua jornada, localiza na altura de um monte um templo consagrado a Poseidon e nos permite imaginar, ao seu modo, um pouco do que seria ele por dentro: «En el altar están gravadas imágenes de varones, leones y delfines, y dicen que Dédalo lo realizó»⁷¹. Ainda um outro exemplo, para nos situarmos nas trevas da mundividência epocal, é vermos ao longe o templo de Hefesto ou Ἡφαίστου, conhecido por ser o deus dos ferreiros, honrando a sua função ao ter a sua casa constantemente envolta de fogo: «mucho fuego que se mueve espontáneamente de la tierra, arde y jamás se extingue (καί οὐδέποτε σβέννυται)»⁷².

⁶⁵ Shipley (2011: 95) diz que foi o primeiro a usar.

⁶⁶ Cílix (2008: 111).

⁶⁷ Cílix (2008: 127), Shipley (2011: 32).

⁶⁸ Os sentidos que o *Diccionario Grego-Español* (1945: 844) nos dá passam pela ação de estancar, água estancada ou mesmo um lago.

⁶⁹ Cílix (2008: 120-121). São povos que vivem no atual golfo de Ambracia, na Grécia.

⁷⁰ Cílix (2008: 121 e 124).

⁷¹ Cílix (2008: 165). No original: «έν δέ τῷ βωμῷ εἰσί γεγραμμένοι ανδριάντες, λέοντες, δελφῖνες, Δαίδαλον δέ φασι ποιήσαι» (Shipley, 2011: 51). Garzón Díaz traduziu por «varones», Shipley apenas por «human statues» e no grego antigo aparecia como «γεγραμμένοι ανδριάντες», que uma tradução literal daria por «estátuas perfeitas», onde se pressupõe serem humanos.

⁷² Cílix (2008: 151), Shipley (2011: 43).

O plano cartográfico construído por Cílix de Carianda faz assim uso do que poderíamos chamar de memória do espaço. Por vezes é apenas um recurso inventariante, como o comentário toponímico que, doravante, será cristalizado no *incipit* das cartilhas de viagens ao longo dos séculos. Salvo erro, aqui aparece uma única vez, ao esclarecer que a cidade de Léucade deriva de uma peleja entre epileucadios e acarnanos⁷³. Outro recurso mais tarde consagrado pelas palavras de Jerônimo e de larga tradição nos *topoi* das peregrinações cristãs é, pelos interstícios do imaginário, associar um lugar a alguém importante ou mesmo uma lenda. Homero (Ομηρος), aponta Cílix, está sepultado em Ios, nas Ilhas Cíclicas⁷⁴. Não muito longe estará Leuca, a sagrada ilha de Aquiles⁷⁵. Um monumento dedicado à Elpenor⁷⁶, outra menção à Calítrato⁷⁷, assim a narrativa se articula entre a geometria do espaço e as forças humanas que a moldam.

Em geral, é verdade que pouco conhecemos sobre as culturas locais neste ancestral relato. Uma ordem inventariante planificada, perimetral, dá o tom daquilo que Michael Allain enquadra como périplo universal, em contraste com os périplos regionais, estes sim com abertura maior a interações subjetivas e, por conseguinte, maior detalhamento descritivo⁷⁸. Entretanto, trata-se de uma classificação, *a posteriori*, baseada em dominantes, o que não exclui algumas passagens de ordem um tanto disfuncional, com alguma aproximação à etnografia.

Não é invulgar a descrição do jardim das Hespérides, território líbio, cuja mitologia desaguará nos imaginários ocidentais por imemorial tempo. Aqui é apenas descrita como uma floresta densa e enumera, ao estilo insaciável dos inventários dos futuros paraísos, toda a fortuna de plantas ou palavras que por lá vingam como: «μεμαίκυλα, συκάμινα, ἄμπελοι, μυρσίναι, δάφναι, κισσός, ἔλαιαι, κότινοι, ἀμυγδαλαί, καρύαι»⁷⁹.

Outro caso é o dos «lotófagos» (Λωτοφάγοι)⁸⁰, cujo nome já indica o seu gosto particular pelas flores de lótus: «éstos usan el loto como comida y bebida». Então Cílix descreve o fruto, «em cuanto a su tamaño, semejante a outro fruto de arbusto» e, para

⁷³ Cílix (2008: 122).

⁷⁴ Cílix (2008: 132).

⁷⁵ Cílix (2008: 140).

⁷⁶ Cílix (2008: 111).

⁷⁷ Cílix (2008: 138).

⁷⁸ Michael Allain (1972: 17).

⁷⁹ Shipley (2011: 48). Por uma tradução aproximada temos: romãs, pereiras, medronheiros, amoras, vinhas, murta, louros, heras, oliveiras e oliveiras selvagens.

⁸⁰ Shipley (2011: 48).

arrematar um dos raros momentos agrológicos do seu *Périplo*, amplia o seu olhar sobre as condições de cultivo da região: «También la isla produce mucho grano, de trigo y cebada. La isla, pues, tiene um *suelo fértil* (εύγειος)»⁸¹. Outro caso, já para irmos arrematando esta leitura, é a nunca despercebida caracterização do povo etíope – «barbudos y melencos, y son los más hermosos de todos os hombres» –, hábeis guerreiros, «ejercitados jinetes y buenos lanzadores de jabalinas y arqueros», ainda com destaque ao uso que fazem das «flechas incendiarias» ou, mais imagético no original, flechas coloridas (χρώνται)⁸² pelo fogo, «χρώνται τοῖς βέλεσι πεπυρακτωμένοις»⁸³.

Como disse anteriormente, não há na narração profunda interação com o conteúdo descrito. Temos, por outro lado, o primeiro desenho estrutural das narrativas de viagens, traçado sobre os vetores da textualização do espaço. Rompem esse movimento breves sinais da terra – sobretudo portos, fortalezas, templos –, que, adaptados a novas formas de relato, ganharão no futuro novos coloridos, novas composições imagéticas despontadas pela retórica dos campos temáticos. Para além disso, é importante sublinharmos a presença de um imaginário efabulativo – templos que ardem, jardins abundantes –, ainda que em breves apontamentos, mas que já demonstram, em última análise, algum exotismo localizado, como é o caso das descrições asiáticas.

Essa síntese que faço do *Périplo* de Cílix de Carianda também anuncia alguns tópicos de interesse a serem revistos com mais cautela agora no âmbito da nossa próxima narrativa de viagens periplográfica. Da expedição cartográfica dos mares avançamos para um retrato mais insidioso relativo não somente às práticas de navegação, mas também às primeiras explorações por terra e, por conseguinte, as bordas de um remoto processo de expansão colonial. Os limites da fronteira são o pano de fundo no qual se aponta o *Périplo de Hanão*.

2. *Périplo de Hanão*: a povoação do imaginário

Segundo Heródoto, Hanão foi um rei cartaginês, pai de Amílcar, o general lendário das batalhas contra os sicilianos, nas sombras do século V a.C. Teria morrido Amílcar de maneira heroica, conta o historiador, atirando-se contra o fogo após um

⁸¹ Cílix (2008: 160), Shipley (2011: 49).

⁸² Cf. *Diccionario* de Sebastián Yarza (1945: 1527).

⁸³ Shipley (2011: 52).

combate perdido⁸⁴. De fato, aqui o protagonista é o filho, não o pai. É pena ter escapado a Heródoto a história de Hanão ou, pelo menos, a história desta eloquente expedição liderada pelo próprio, irrompida pela costa africana vento abaixo. Teria ela, sob o testemunho do seu relato, ultrapassado o atual estreito de Gibraltar até vencer, em um feito impressionante, os alísios do cabo do Bojador – quase dois mil anos antes de Gil Eanes – até chegar em umas ilhas avançadas do «Νότον Κέρας», literalmente traduzido como «Corno do Sul»⁸⁵. Ao retornar, memorizou no templo de Baal, deidade púnica do tempo, em dezoito tábuas de bronze a façanha do seu *Périplo*, este sim mais conhecido do que o seu suposto autor.

A primeira menção ao *Périplo de Hanão* é feita, segundo o que se consta, ainda pelo mitógrafo Paléfato, nos alvares do século IV a.C., e seguramente podemos dizer que houve, a larga escala, um fluxo ininterrupto de menções até o presente momento⁸⁶. Já o percurso do texto em si foi mais sinuoso. Reza a lenda que se mantiveram afixadas as ditas tábuas no mesmo templo até a queda de Cartago no século II a.C., quando deveria ter sido feita, enfim, a sua primeira cópia⁸⁷. O *Codex Heidelbergensis*, dos preservados o mais antigo e o mais utilizado pelos editores e tradutores atuais, datado de meados do século IX, teria tal manuscrito como origem. Frisemos ainda o impacto de outras novas edições ao longo dos séculos XV em diante, desaguando o *Périplo de Hanão* num manancial efervescente de verificação ou refutação das dimensões terrestres desenroladas pelo período das explorações marítimas⁸⁸.

Em mãos tenho uma tradução em língua portuguesa, de autoria de Victor Jabouille⁸⁹, e, para o sempre sensível cotejo, a de Francisco González Ponce⁹⁰, em espanhol. Ambas transcrevem o *Codex Heidelbergensis*, fonte também das nossas citações do original.

⁸⁴ Heródoto (2019: VII, 429).

⁸⁵ Victor Jabouille (*in* Hanão, 1994: 49) opta por chamá-las de «Corno do Meio-Dia», enquanto González Ponce (2008: 145) apenas as denomina por «Notúceras». É o espanhol quem traz um maior estudo sobre a (não) possível localização geográfica do Cabo, talvez inclusive uma alusão a um mito bizantino sobre um Corno de Ouro. Entretanto, seguindo o fluxo diegético e outras sinalizações mais plausíveis, chegaríamos nos entornos dos Camarões.

⁸⁶ Para esse percurso do texto, sugiro o trabalho de Trinidad Arcos Pereira e Antonio Santana Santana (2010), por ser relativamente um dos mais recentes e bem apurados.

⁸⁷ Enrique Gonzalbez Cravioto (2014: 14) é quem nos orienta nessa história lendária do documento.

⁸⁸ Para um inventário minucioso de edições e interpretações do *Périplo* pelos séculos XV em diante, ver Trinidad Arcos Pereira e Antonio Santana Santana (2010: 10-11).

⁸⁹ A versão traduzida será, evidentemente, essa de Victor Jabouille. Por isso passo a citá-la por (Hanão, 1994).

⁹⁰ Francisco González Ponce (2008).

Dado isso, passemos ao *Périplo de Hanão*. A obra se abre com um breve preâmbulo anunciando Hanão, rei de Cartago, para logo passarmos ao primeiro fragmento (supostas cópias das tábuas) dos dezessete seguintes. Este *incipit* é fundamental para entendermos as razões da expedição e, com algum detalhe, as condições da armada. Nota-se com isso também um modelo de disposição textual informativa que, no correr dos séculos, passará a ser regra das narrativas de viagens:

I - Decidiram os Cartagineses que Hanão (Ἄνωνα) navegasse para além das Colunas de Hércules e fundasse cidades (πόλεις κτίζειν) de Libifenícios. Navegou, pois, levando 60 navios com 50 remos, uma grande quantidade de homens e mulheres, em número de cerca de 30 000, alimentos e outro equipamento⁹¹.

Salta-nos primeiramente aos olhos a quantidade de pessoas embarcadas nesse assombroso empreendimento. Seria pressuposto deixar sinais posteriores na terra, dado que assumem fundar cidades pelo caminho. Mas nada pode ser comprovado, como sustentam os estudos arqueológicos⁹², suscitando fortes dúvidas acerca da veracidade dos fatos. Outra questão polêmica são as trinta mil pessoas que, considerando a narrativa, anunciam a difusão colonial da cultura cartaginesa pela costa ocidental africana. Divididos em sessenta navios, daria assim cerca de quinhentas por embarcação, número não tão impossível, segundo René Sénac. Um birreme de dois andares, como supõe, abarrotado, teria força de partida, mas não por muito tempo; por isso a necessidade de desembarques constantes⁹³. É como nos conta o *Périplo de Hanão*.

Talvez uma pergunta anteceda a essas questões, quando nos dirigimos a sua escrita. Melhor dizendo, será que ainda se preserva nessa tradução grega algo da matricial literatura púnica ou, infelizmente, será já o texto fruto de um imaginário helênico tardio? Gabriel Germain, nesse sentido, orienta-nos para dois pontos: um histórico-político, outro de matriz filológica. Ao primeiro, lembra o autor ser mais propício à pragmática cartaginesa não propriamente uma mentalidade militar colonizadora, mas sim antes comercial. Isso o conduz ao segundo ponto, uma sugestão de haver, pelo menos, duas camadas de escrita no corpo diegético, sendo a primeira avançada até o sexto fragmento, com uma escrita sóbria, de temática pacífica, transparecendo inclusive algum resquício da cultura originária, e a outra restante de caráter densamente efabulativo e composta por

⁹¹ Hanão (1994: 77).

⁹² Há, para esse aspecto, um estudo detalhado do arqueólogo Juan Gran Aymerich (1979).

⁹³ René Sénac (1966: 513).

uma poética de um «styliste médiocre»⁹⁴, com pouca probabilidade de ser, em seu todo, um percurso efetivamente realizado. Outros autores simplesmente consideram o *Périplo de Hanão* uma grande invenção ficcional⁹⁵.

Em se tratando de um texto tão antigo, de difusa consistência material, seria inevitável não nos estimular grandes divergências no que respeita a sua verdade factual. Entretanto, talvez não nos interesse tanto saber se, de fato, Hanão rasgou a costa africana até tão distante paralelo, mas antes pensarmos na intencionalidade do documento como transmissão de cultura, visão esta bem colocada por Victor Jabouille⁹⁶. Para nós, o foco continua a ser, evidentemente, a questão das narrativas de viagens e os seus fantasmáticos arquétipos.

Hanão também mediu e nomeou a terra. Esparsa a viagem por diárias e calcula o espaço a partir de estádios. O sol continua sendo a sua bússola, assim como o era em Cílix, dando-nos as coordenadas do destino: ora rumo ao poente (ἐσπέραν), ora rumo a nascente (ἀνίσχοντα). Os primeiros fragmentos, aqueles talvez de raiz mais antiga, são sucintos, referem a ações essenciais, mas em alguns casos deixam entrever alguma característica da terra, ora um arvoredo, ora elementos da fauna, ou mesmo uma silhueta topográfica, conforme vemos no fim do seguinte excerto:

II - Depois de cruzarmos por mar as Colunas e navegarmos no exterior durante dois dias, fundámos a primeira cidade, a que chamámos Timiatério; sob ela estendia-se uma grande planície (μέγα ὑπήν)⁹⁷.

Acaba por ser essa grande planície a característica nuclear de Timiatério, a cidade fundada. Reparemos⁹⁸ também nas flexões verbais: a terceira pessoa do plural torna participativa a narrativa: fundamos (ἐκτίσαμεν), chamamos (ὀνομάσαμεν), navegamos ou, como preferiu González Ponce, «recorrimos»⁹⁹ (ἐπλεύσαμεν)¹⁰⁰.

Uma questão interessante, já avultada brevemente por Victor Jabouille no seu estudo preliminar¹⁰¹, é a que diz respeito às diferenças entre as ações referidas por «fundamos» e, como aparece no quinto fragmento, «povoamos». Transcrevo-o de tão

⁹⁴ Gabriel Germain (1957: 216).

⁹⁵ Entre outros, deixo aqui a referência de Gabriel Escribano Cobo e Alfredo Mederos Martín (2000).

⁹⁶ Victor Jabouille (*in* Hanão, 1994: 29).

⁹⁷ Hanão (1994: 79).

⁹⁸ Como já antes reparou Victor Jabouille (*in* Hanão, 1994: 33), pelo que apenas trago mais exemplos.

⁹⁹ González Ponce (2008: 119).

¹⁰⁰ O *Diccionario* aceita apenas navegar (1945: 558).

¹⁰¹ Victor Jabouille (*in* Hanão, 1994: 47). Basicamente o que o autor ressalta é a possibilidade de se povoar um lugar pré-existente, enquanto a fundação implica um ato inaugural em terras talvez isoladas.

curto: «V - Tendo ultrapassado a laguna e navegado durante um dia, povoámos (κατοικήσαμεν) de novo junto ao mar as cidades chamadas Muralha Cárica, Gita, Acre, Melita e Arambo»¹⁰². Leríamos algo como *catōquesame(n)*, semente das futuras catequizações, projetos missionários, mas isso será tema a ser abordado posteriormente nesta tese. Por agora, entendamos, e parece pacífico o esclarecimento, que diferentemente de fundar, povoar sugere uma troca, um estar presente com o outro, ou seja, uma relação comercial. E Hanão nomeia as cidades, som por som, com diferente respiro – «Καρικόν τε τείχος καὶ Γύττην καὶ Ἴακραν καὶ Μέλιτταν καὶ Ἄραμβυν» –, cujo efeito encantatório nos distantes ouvintes de breves horizontes acabamos por ignorar, como lamenta Francisco Gómez Espelosín¹⁰³. Sobretudo, não percamos de vista as formas de mapeamento do imaginário implícitas na sequencialidade toponímica.

Adiante, é interessante notar como o aprofundamento pela costa – e a nossa suspeita em relação à plausibilidade do decurso – traz consigo elementos de um imaginário fabuloso, delineados por uma maior subjetividade descritiva. A mudança começa a surtir efeito por volta do sétimo fragmento, quando a expedição atravessa os entornos do rio Lixo (ποταμὸν Λίξον). Nele, de forma pacífica, instalam-se, em companhia dos lixitas, pastores de rebanho, como nos conta, «tendo-nos tornado amigos» (ἐμείναμεν ἄχρι τινὸς φίλοι γενόμενοι)¹⁰⁴. A partir daqui a narrativa se desdobra e aparecem os «inospitais (ἄξενοι) Etíopes», vivendo com animais selvagens no interior de altas montanhas. Christian Jacob¹⁰⁵ sublinha esse pormenor estilístico, o contraste entre a domesticação alusiva ao povo lixita, que pastoreava (βοσκήματ'), e a ambiência selvagem (θηριώδη) dos etíopes. Em tal montanha ainda encontramos os «Trogloditas», «homens de aspecto diferente», velozes como cavalos.

A partir daqui serão aproximados breves episódios de aventura a uma proposta de orientação periplográfica. Enquanto segue se desenovelando a geografia do desconhecido, rendendo eterno debate entre os exegetas dos antigos mapas, paulatinamente somos levados à presença do estranho, do hostil, de uma sensibilidade misteriosa e da sua extrapolação mítica. O palco, por excelência, dessa seiva romanesca será, sobretudo, a montanha.

¹⁰² Hanão (1994: 95).

¹⁰³ Francisco Gómez Espelosín (1996: 19).

¹⁰⁴ Hanão (1994: 87).

¹⁰⁵ Christian Jacob (1991: 16).

Logo no fragmento seguinte, ou seja, o nono, voltam a aparecer homens selvagens sobre «altas montanhas», agora «vestidos com peles de animais», em atitude claramente intimidadora e, como conclui nosso autor, «nos atacaram lançando pedras e impediram de desembarcar» (κωλύοντες ἐκβῆναι)¹⁰⁶. Ainda retornaremos a questão do espaço vetado, mas antes destaquemos de tal narrativa a evocação de uma série de paralelismos literários. Christian Jacob, autor que defende a hipótese puramente ficcional do *Périplo de Hanão*, observa nela ecos dos ciclopes da *Odisseia*¹⁰⁷. Gabriel Germain, por sua vez, recupera uma passagem de Heródoto na origem desse imaginário¹⁰⁸. Contrariamente a essas leituras (ou complementarmente conforme outro ponto de vista), Jean-Gabriel Demerliac e Jean Meirat, em um estudo de cariz antropológico, procuram relacionar a tribo mencionada com os Peulhs, de longa história no tráfico humano e de reconhecida falta de amistosidade com estrangeiros¹⁰⁹. De fato, nenhuma questão é absoluta sobre o nosso púnico monarca.

Avançados alguns passos, reencontraremos no décimo segundo fragmento «elevadas (μεγάλοις) montanhas arborizadas», cuja particularidade será a de nos introduzir um elemento sinestésico, espécie de sedução exalando de uma madeira «odorífera e de diversas cores» (ξύλα εὐώδη τε καὶ ποικίλα)¹¹⁰. Adiante, novamente nos depararemos com semelhante sensibilidade, «partindo à pressa» de «uma terra muito quente e cheia de perfumes»¹¹¹. A topografia mudou. Não estamos mais sobre as montanhas, claro está, tampouco a crítica conseguiu apontar uma hipótese muito concreta em concordância com a pista geotérmica aí sugerida. Contudo, González Ponce menciona, quase que de passagem, uma antiga «teoría esférica de la Tierra»¹¹², onde se leria de forma semelhante a fronteira da *oikoumenē*, ou seja, o fim do mundo habitado, melhor ainda, o fim do mundo propriamente dito.

¹⁰⁶ Hanão (1994: 93).

¹⁰⁷ Christian Jacob (1991: 23).

¹⁰⁸ Gabriel Germain (1957: 217). O autor menciona de Heródoto o livro IV, quando o historiador traça um quadro pintoresco dos Líbios. A rigor, parece-me mais acertada a um conjunto entre o fragmento oito e nove. Reproduzo-a aqui: «A parte da Líbia para os lados da Aurora, que os nómadas habitam, é plana e arenosa até ao rio Tritão; a que vai daí para ocidente, a dos lavradores, é muito montanhosa, cheia de arvoredo e de animais. Aí existem serpentes gigantescas e leões; há também elefantes, ursos, áspides, burros com chifres; aí existem os cinocéfalos e os acéfalos que têm os olhos no peito, segundo dizem; aí existem ainda homens e mulheres selvagens e muitos outros animais fabulosos» (Heródoto, 2000: IV, 146-147).

¹⁰⁹ Jean-Gabriel Demerliac e Jean Meirat (1983: 115).

¹¹⁰ Hanão (1994: 99).

¹¹¹ Hanão (1994: 105). Refiro-me aqui ao décimo quinto fragmento.

¹¹² González Ponce (2008: 143).

A próxima passagem que transcrevo de Hanão também rastreia o fim do mundo, mas agora sob a forma de uma ilha. Há uma referência toponímica – «Ἑσπέρου Κέρας» – que Victor Jabouille traduz literalmente, como veremos, por «Corno do Ocidente»; mas González Ponce opta por «Hesperúceras»¹¹³, mais próximo do som original e recuperando a alusão das mitológicas Hespérides. René Senac¹¹⁴ aposta ser, concretamente, o golfo de Benin. Então estaríamos para além do Bojador e, a partir disso, se espalham outras hipóteses. Gosto particularmente da ideia do fim do mundo, assim como Hanão. Demarcado o limite da realidade, abrem-se as portas para a imaginação:

XIV - Após ter feito aguada nesse local, navegámos em frente, ao longo da costa, durante cinco dias, no fim dos quais chegámos a um grande golfo, que os nossos intérpretes (ἑρμηνέες) disseram chamar-se o Corno do Ocidente. Nele havia uma grande ilha (νῆσος) e na ilha um lago salgado e neste uma outra ilha. Tendo desembarcado, não vimos, durante o dia, nada senão floresta; mas durante a noite, porém, acenderam-se inúmeros fogos e ouvimos o som de flautas (φωνὴν αὐλῶν), de címbalos e de tambores e gritos incontáveis. O medo (Φόβος) apoderou-se de nós e os adivinhos (μάντις) aconselharam-nos a abandonar a ilha¹¹⁵.

É interessante notar, primeiramente, que a composição técnica da tripulação contava, para além dos intérpretes (os futuros “línguas”), com alguns adivinhos. Mais do que isso, tais adivinhos, nessa sua única aparição no texto, fazem aqui uma mediação com o além e anunciam a delimitação do imponderável. Há camadas de mitologia na passagem, sobretudo em torno do deus Pan, o guardião dos extremos, comumente representado com a sua flauta, enquanto vagueia pelas florestas¹¹⁶ e assusta, causa *pânico*, como mais tarde a raiz do nome se contorcerá. O medo, ou o *phobos*, ao som da época, traz em especial para a nossa perspectiva das narrativas de viagens as primeiras intromissões mais agudas do narrador, incluído em uma coletividade, no que tange a uma reação não só sensorial (ver, ouvir, etc.), mas também sensível promovida pelo espaço.

A experiência do espaço, coloquemos assim a questão, ganha diferente roupagem quando voltada ao relato por terra. O périplo regional, como o de Hanão, ainda pautado pela cartografia dos mares, na cronografia da expansão, apresenta, entretanto, esse novo paradigma tensivo, incipiente etnografia, entre o sujeito enunciador e o outro. Não pouca

¹¹³ González Ponce (2008: 137).

¹¹⁴ René Sénac (1966: 527).

¹¹⁵ Hanão (1994: 103).

¹¹⁶ A referência a Pan e a sua alusão ao fim do mundo também é feita por Christian Jacob (1991: 21): «C'est une manière hyperbolique de signifier que l'on a atteint les confins méridionaux de la terre habitée».

será a veia ficcional a criar sentidos a esse outro civilizacional. O *Périplo de Hanão* termina de forma violenta, narrando a captura de umas misteriosas mulheres com o corpo coberto de pelos chamadas «Gorilas» (Γορίλλας)¹¹⁷. Os homens se defendem, lançam pedras e fogem, mas três dessas mulheres são aprisionadas. Contudo, resistem «mordendo e arranhando os que os levavam», ação intempestiva que culminará em tragédia, segundo podemos ler pelas palavras do texto: «Tendo-as morto em consequência, esfolámo-las e levámos as suas peles para Cartago»¹¹⁸.

Frisemos, com muita atenção, que a recursividade literária, avulsa a periplografia, levaria o texto de Hanão puramente a um ambiente efabulativo, um conto de mero entretenimento. Mas são justamente os marcadores periplográficos que sustentam o seu enquadramento na gênese das narrativas de viagens. Redefinindo esse ponto de vista, antes da ilha ou da montanha serem representações de ideias, são elas parte do espaço habitado.

Adiante, continuaremos a ampliar o nosso olhar sobre a terra. Deixaremos a perspectiva marítima para avançarmos por uma periegesis (περιηγησις), ou seja, relatos promovidos por circuitos terrestres. A literatura é vasta nesse aspecto, mais conhecida pela tradução latina do termo para *descriptio*, cuja moda será renovada pelos humanistas, como já pude comentar na introdução. Para conhecermos melhor as implicações estruturais desse ramo das viagens escritas, a nossa circunferência será restrita ao espaço agora helenístico da Hélade, conforme a tangenciou Heráclides Cretense.

3. *Descrição da Grécia*, de Heráclides Cretense: a deambulação urbana

São três breves fragmentos o que nos sobrou da *Descrição da Grécia* ou, em letras garrafais, ΠΕΡΙΗΓΗΣΕΩΣ ΕΛΛΑΔΟΣ. Presume-se uma escrita do século III a.C., supostamente preservada no *Codex Parisinus*, o seu manuscrito mais antigo, datado de meados do século XIII, e assim novamente afetada pelo pedágio linguístico medieval. Consultaremos esse original a partir da transcrição de Karl Müller¹¹⁹ e a tradução espanhola (por falta de uma em nossa língua) mais uma vez de Julián Garzón Díaz¹²⁰.

¹¹⁷ Victor Jabouille (*in* Hanão, 1994: 111) explica as voltas do vocábulo, mais propício a ser pensado em mulheres selvagens do que em símios.

¹¹⁸ Hanão (1994: 111).

¹¹⁹ Aqui se pode consultar também a tradução latina de Karl Müller (1855).

¹²⁰ Como será essa a tradução mais usual, ficamos com Heráclides (2008).

Sobre Heráclides (Ἡρακλείδης) sabemos pouco. Presume-se ser cidadão cretense (κρητικός), dada essa indicação patronímica, mas há opiniões divergentes que apontam tratar-se, na verdade, de crítico (χριτιχός)¹²¹. No *Codex*, pior está, nem a ele se atribui a *Descrição*, mas sim a outro periplógrafo conhecido por Dionísio, filho de Califonte¹²². Sem me ater muito a esse ponto, frisemos apenas que parte dessa “confusão” surge das formas como aparece inscrito o seu nome nos festivais de Delfos e Atenas, de onde também se revelam as qualidades de dramaturgo e comediante do nosso autor de viagens¹²³. Mais do que isso, tal contextualização nos ajudará a perspectivar a sua relação com a cidade, como veremos adiante.

Por agora, situemo-nos na sua *Descrição*. O nosso foco estará no primeiro fragmento, que é, afinal, o circuito completo da Grécia, conforme estipula Heráclides. Partindo de Atenas, passará, sempre ao norte, por Oropo, Tânagra, Plateias, Tebas, Antedônia, até traçar o fim do mapa na cidade de Calcis, já região da Tessália. O segundo, não menos importante, é dedicado ao Monte Pelion, quase nos limites setentrionais da Hélade. Mede-o e, ao caracterizá-lo em suas linhas gerais, dá-nos uma imagem de irreduzível fertilidade: «todo el monte es de blanda tierra (μαλαχόν), inundado de colinas y muy fértil (πάμφορον). Todo género de árboles nace en él»¹²⁴. Tal abundância poderá ser comprovada por um inventário de ervas medicinais, não fortuito motivo, como voltaremos a discutir. Por fim, o terceiro, algo muito breve, explica a extensão desse limite territorial, não deixando de pontuar alguma polêmica: «algunos dirán (φήσουσί) que nosotros estamos equivocados (ἀγνοεῖν) porque enumeramos Tesalia dentro de la Hélade (Θετταλίαν τῆς “Ελλάδος)»¹²⁵. Então justifica a sua escolha lembrando que Heleno, fundador lendário da Hélade, era da Tessália e, como indício evidente, falam a mesma língua helênica (φωναῖς ἑλληνίζουσιν).

Com efeito, a Grécia passava por transformações políticas e sociais que se arrastavam do imperialismo macedônico e não seria forçoso observar a motivação de Heráclides em delinear uma cultura grega resistente a essas novas dinâmicas¹²⁶. Por isso

¹²¹ Cretense parece ser mesmo o mais corrente, tendo em vista o grosso da crítica especializada hoje. Entretanto, Jeremy McInerney (2012: 247) traz algum suporte para a hipótese do «Criticus».

¹²² Conhecemos uma *Descrição da Grécia*, feita por este Dionísio, obra feita em versos e, ao que parece, um resumo da *Descrição* de Heráclides. Pode ser consultada também em Julián Garzón Díaz (2008).

¹²³ Jeremy McInerney (2012: 261) é quem nos traz com detalhes esse ponto e defende, por seu lado, ser Heráclides Criticus a designação correta.

¹²⁴ Heráclides (2008: 212), Müller (1855: 106).

¹²⁵ Heráclides (2008: 216), Müller (1855: 108).

¹²⁶ Jeremy McInerney (2012: 260) nos situa brevemente nesse contexto helenístico.

o seu apelo à memória do espaço, a uma mitologia em comum dispersa pela arquitetura da cidade, cuja prática acabava por se convergir, em paralelo, às narrativas das variadas apresentações dos tais festivais. Era um amplo circuito, agitado por um movimento de viagens não só restrito a artistas, mas também a políticos, diplomatas, intelectuais diversos e inclusive mercenários a espera de melhores oportunidades. A intensidade dessa circulação só seria revista na Europa, como aponta Maria Pretzler¹²⁷, nos futuros tempos do *grand tour* setecentista.

É nesse contexto que aparece a figura dos *poeti vaganti*, quase caçadores de recompensas dirigindo os seus versos a essa expectativa do imaginário da cidade¹²⁸. A *Descrição* de Heráclides nos chegou em prosa meramente ao acaso. Angelo Chianotis nos amplia um pouco mais esse panorama com um estudo sobre o festival de Eleuteria, em Plateias (206 a.C.), um pouco tardio para o nosso caso, mas ainda revelador das práticas narrativas convergentes entre a memória do espaço e os textos, dispostas por um variado quadro performativo previsto em sua programação, desde competições retóricas, teatro ou coros poéticos. A partir disso, propõe o conceito de «mnemopoetic» para perscrutarmos esse conjunto textual, devendo à «poiēsis» tanto a prática quanto a sua noção estética¹²⁹.

Para deixarmos mais clara essa discussão, vejamos como a Grécia é representada na *Descrição* de Heráclides, começando por Atenas. A narrativa desponta *in medias res* com marcas de deslocamento, digamos, de modo periplográfico, pautado passo a passo pelo itinerário, onde se avalia tudo o que se vê:

De aquí (Ἐντεῦθεν) se dirigen hasta la ciudad de los atenienses; el camino es agradable, todo cultivado, llevando algo humano a la vista. La ciudad está toda seca, escassa de agua (οὐχ εὐδρος), con calles malamente repartidas a causa de sua antigüedad. La mayor parte de las casas, sin valor, unas pocas de buena calidad. Contemplada súbitamente por los extranjeros (ξένων θεωρουμένη), se podría dudar si ésta es la misma celebrada ciudad de los atenienses¹³⁰.

Uma contradição nos é apresentada logo ao início: ao mesmo tempo que as cercanias de Atenas fartam-se em campos de cultivo, a cidade sofre pelos imperativos da falta de água. A imagem, ampliada, revela o paradoxo entre o triunfo do passado e os problemas do presente. Não deixa de ser uma frustração derivada de uma expectativa

¹²⁷ Maria Pretzler (2009: 355).

¹²⁸ Para uma leitura dos *poeti vaganti*, ver Richard Hunter e Ian Rutherford (2009: 17).

¹²⁹ Angelo Chianotis (2009: 254).

¹³⁰ Heráclides (2008: 200), Müller (1855: 97-98).

estrangeira sobre ela. Essa contemplação, como o coloca Heráclides sob a raiz do verbo θεωρέω (theoreo), permite-nos ampliar as redes de significações também para o universo cênico dos espectadores¹³¹. O público é a visão dos ξένων ou dos *xénon*, que no latim dará os «peregrini»¹³², ainda sem a carga devocional que o termo adquirirá no imaginário cristão.

Passada essa breve introdução, a cenografia de Heráclides – coloquemos assim – irá se erguer sobre a monumentalidade ateniense. O primeiro lugar é, evidentemente, o teatro, melhor dizendo, o Odeon (Ὠδῆϊον), o mais bonito da *oikoumenē* (οἰκουμένη)¹³³. Os elogios continuam a esse teatro memorável (θέατρον ἀξιόλογον), grande e digno de admiração, mas não chega a delinear um traçado descritivo com maior efeito. Em seguida, inclinamo-nos para admirar, no alto, o Partenon. Mas, afinal, por que não inversamente essa ordem? Parece ser justamente essa estratégia simbólica utilizada por Heráclides para sublimar Atenas sob o espectro teatral. Éric Perrin nos chama a atenção para essa hierarquia estratégica¹³⁴. Do teatro iremos ao inacabado templo Olímpico, suscitando uma estranha nostalgia de algo nunca realizado, «produciendo estupor el esbozo de la construcción»¹³⁵ e, para finalizar, os três ginásios: a Academia, o Liceu e o Cinosarges¹³⁶ (Ἀκαδημία, Λύκειον, Κυνόσαργες). Então Heráclides nos sugere uma composição de ambiente, repleto de árvores e ervas, onde floresce toda a classe de filósofos (φιλοσόφων), e a sua imaginação ainda se prolonga por algumas linhas suspendendo o tempo em ócio e em contínuos espetáculos (θέαι συνεχεῖς)¹³⁷. É, de fato, uma Atenas idealizada¹³⁸.

Adiante falará dos seus habitantes e relegará aos áticos as piores qualidades, como curiosos (περίεργοι) – elogio caro que voltaremos a discutir no próximo capítulo – ou enganadores (συχωραντώδεις)¹³⁹, enquanto aos atenienses atribuirá os louros de uma supremacia intelectual e artística. São outras fronteiras. Por fim, transcreve uma composição de Lisipo, em doze versos batidos em trímetros iâmbicos, parte sobre Atenas,

¹³¹ Das definições que podem ser observadas no LSJ (*Liddell, Scott, Jones Ancient Greek Lexicon*), *theoreo* remete à ação de ver, mas também ver um espetáculo.

¹³² Müller (1855: 98).

¹³³ Heráclides (2008: 200), Müller (1855: 98).

¹³⁴ Éric Perrin (1994: 198).

¹³⁵ Heráclides (2008: 201), Müller (1855: 99).

¹³⁶ Escola de filosofia fundada pelos cínicos (cf. Garzón Díaz, 2008: 419).

¹³⁷ Müller (1855: 98).

¹³⁸ Jeremy McInerney (2012: 249) observa-a como um «lieu de mémoire», enquanto Éric Perrin (1994: 193) prefere pensá-la como uma «cité-musée». O que ambos os autores destacam é a imagem de Atenas pautada por um passado nostálgico.

¹³⁹ Müller (1855: 99).

parte sobre Rodas. Tem uma levada satírica e começa assim: «Si no vieses Atenas, eres um tronco», (Εἰ μὴ τεθέασαι τὰς Ἀθήνας, στέλεχος εἶ)¹⁴⁰.

A próxima etapa será em Oropo (Ὀρωπὸν), começando agora a região da Beócia (Βοιωτία). Tece logo um comentário breve sobre o caminho, cerca de um dia (σχεδὸν ἡμέρας) de distância andada, com bons albergues à disposição dos caminhantes. É uma cidade de comerciantes, de cobradores de impostos, de jeito áspero (τραχεῖς) nos negócios, ou seja, qualidade que ficará muito mais clara no verso de Jénon que encerra a brevíssima passagem: «Todos son recaudadores de impuestos, todos ladrones» ou, mais sonoro, «Πάντες τελῶναι, πάντες εἰσὶν ἄρπαγες»¹⁴¹.

Passado Oropo, estipula a distância de onde está até Tânagra (Ἐντεῦθεν εἰς Τάναγραν)¹⁴² em 130 estádios. Um caminho ameno pela paisagem boécia, com plantações de oliveiras e muitas árvores, também livre dos roubos (τῶν κλώπων). Percorrido o trânsito, desenha uma topografia distante da cidade, salientando o relevo e a policromia, realçada na qualidade das casas, vistas, por sinal, um pouco mais de perto:

Sin embargo la ciudad es escabrosa (Ἡ δὲ πόλις τραχεῖα) y está situada en un lugar alto, en una superficie blanca y arcillosa (λευχὴ δὲ τῇ ἐπιφανείᾳ καὶ ἀργιλώδης): de casas con vestíbulos y equipadas de forma muy hermosa con pinturas quemadas¹⁴³.

De Tânagra ainda veremos um elogio aos seus habitantes, todos agricultores que, de fato, trabalham (ἐργάται). Agora de Plateias, 200 estádios adiante, basicamente nos dirá que são colonos atenienses e deixa para três versos cômicos de Posidipo o restante inventário:

Hay dos templos, un pórtico y un nombre,
un baño y la gloria de Salambro,
una costa en otro tiempo, es la ciudad de las Eleuterias¹⁴⁴.

νχοὶ δὺ' εἰσὶ καὶ στοὰ καὶ τοῦνομα,
καὶ τὸ βαλανεῖον καὶ τὸ Σηράμδον χλέος,
τὸ πολὺ μὲν ἀκτῆ, τοῖς δ' Ἐλευθερίοις πόλις¹⁴⁵.

¹⁴⁰ Heráclides (2008: 203), Müller (1885: 99).

¹⁴¹ Heráclides (2008: 204), Müller (1885: 101).

¹⁴² Müller (1885: 101).

¹⁴³ Heráclides (2008: 204), Müller (1885: 101).

¹⁴⁴ Heráclides (2008: 205).

¹⁴⁵ Müller (1885: 102).

Heráclides também menciona que o caminho de Tânagra até Plateias é deserto e pedregoso (ἔρημος καὶ λιθώδη)¹⁴⁶. Tebas, seguindo a sua rota, avançada 80 estádios, terá, por sua vez, um caminho plano e campestre (λεία πᾶσα καὶ ἐπίπεδος)¹⁴⁷ – começemos a reparar na padronização. O comentário a Tebas (Θήβας) vai mais alargado, mede também o seu perímetro de 70 estádios (σταδίων) e, por uma geometria topográfica, resume o que se pode ver à distância: «es toda plana, de figura redonda (στρογγύλη μὲν τῷ σχήματι), y de color negro (τῆ χροῖα δὲ μελάγγειος)»¹⁴⁸. No passo seguinte, dará destaque à infraestrutura da cidade, a começar pelos jardins cultivados (χηπεύματα), dizendo não haver iguais na Hélade, dado o sistema de irrigação das águas, proveniente de canais e de dois rios que a cruzam centralmente. Notemos essa atenção à frescura e à salubridade de Tebas, mais tarde reforçada como um ótimo lugar para se estar no verão (não no inverno), acrescida da boa qualidade dos ares, ou seja, é «aireada» ou «εὐήνεμός»¹⁴⁹.

Tais características, em conjunto, aproximam-se por uma semântica do bem-estar ou mesmo por um diagnóstico sanitário sobre as condições da cidade. Entretanto devemos ter em conta os efeitos dessa oscilação climática, muito provavelmente causadora da violência inata do povo tebano, o que é, contudo, um sinal positivo de bravura. Encontraremos em Hipócrates o pano de fundo para esse tipo de analogia entre o espaço e o comportamento humano, não sendo forçoso admitirmos um peso significativo das teorias do antigo médico na arquitetura compositiva do nosso relato, em especial à hierarquia descritiva sugerida pelo seu tratado *Sobre os ares, as águas e os lugares*¹⁵⁰.

De Tebas conheceremos ainda as suas mulheres, segundo um modelo que Heráclides define como padrão de beleza e elegância, «a respecto a su buena estatura, al movimiento y al ritmo de su cuerpo»¹⁵¹. Adiante, uma pincelada sobre os usuais vestidos «que parece que cubre todo el rostro en forma de máscara»¹⁵². Não deixa de mencionar terem voz agradável (ἐπίχαρις), ao contrário dos homens que a tem demais grave (βαρεῖα)¹⁵³, fato que nos parece quase uma curiosidade, caso desconsideremos a voz na sua relação direta com os ares, seguindo ainda a teoria hipocrática¹⁵⁴. No fundo, o que

¹⁴⁶ Müller (1885: 102).

¹⁴⁷ Müller (1885: 102).

¹⁴⁸ Heráclides (2008: 206), Müller (1855: 102).

¹⁴⁹ Heráclides (2008: 208), Müller (1855: 103).

¹⁵⁰ Hipócrates (1997).

¹⁵¹ Heráclides (2008: 207).

¹⁵² Heráclides (2008: 208).

¹⁵³ Müller (1885: 103).

¹⁵⁴ Um dos diagnósticos de Hipócrates (1997: 26) dava-se dessa forma: «Como cabe esperar, tienen la voz grave y ronca a consecuencia del aire que es allí, en general, impuro y malsano».

vemos não deixa de ser um esboço etnográfico, atento aos hábitos das sociedades locais com implicações no seu modo de vida. Veja-se, já nas páginas que encerram este texto, o retrato dos pescadores da Antedônia, «pelirrojos y delgados», sofridos e descarnados pela dura atividade marítima¹⁵⁵.

Em suma, tomando como exemplo de periegesi a *Descrição da Grécia*, de Heráclides Cretense, podemos inferir sobre modelos basilares de um ordenamento discursivo das narrativas de viagens no que tange ao espaço urbano. Notamos a estratificação do comentário sobre cada cidade e a sua hierarquia visual: a princípio o caminho, medido e ligeiramente adjetivado, para em seguida termos o desenho topográfico sob formas geométricas e vetoriais, altura e comprimento. Por extensão, dá-nos as particularidades do clima, do solo e das águas, por onde se pode relacionar a qualidade do espaço e o hábito da sua população, linha pela qual podemos incluir a exposição dos seus monumentos cívicos (o teatro, a academia, o templo). É de se destacar também o recurso à citação de outros autores com um apelo estilístico e dialogante sobre a cidade descrita.

Para nós, a antiga Grécia termina aqui. Vimos, pela perspectiva de três diferentes textos, cada qual ilustrativo de uma relação particular entre observação e espaço, um mais amplo conjunto nocional sobre as primeiras narrativas de viagens. Contudo, antes de estabelecermos uma síntese operativa das definições de periplografia, tendo em vista uma aplicação temporalmente mais alargada, integro neste capítulo um quarto exemplo, localizado nas margens finais da mundividência clássica. Já não será mais a língua helênica a nossa via condutora, mas sim a latina, e com ela ficaremos até o crepúsculo da Idade Média.

A *Ora Marítima* ou, na tradução portuguesa, a *Orla Marítima*, de Avieno, ocupará nesta tese duas funções: uma estruturante, reforçando e trazendo novos subsídios para a leitura dos périplos, e outra de enquadramento temporal. Ambas se aproximam quando olharmos para uma agudização performática do discurso descritivo, uma intensificação na linguagem da experiência sobre o espaço que, em última instância, estará correndo em paralelo na construção dos lugares santos dos primeiros relatos de peregrinação cristã, tema do nosso próximo capítulo.

¹⁵⁵ Heráclides (2008: 209).

4. *Orla Marítima*, de Avieno: a visualidade periplográfica

Não é de todo preciso, mas a *Orla Marítima* deve ter sido escrita por volta do ano 350. Um dos caminhos para se chegar a essa data leva em consideração o seu referido destinatário, um certo Probo, de afetiva ligação «*pars mei cordis Probe*»¹⁵⁶ ou, para a memória histórica, o Sextus Claudius Petronius Probus, cuja fama se fez nesses meados do século IV¹⁵⁷. Sobre Rufius Festus Avienus, o seu autor, conserva-se uma «epígrafe métrica» de onde se depreende também a carreira na diplomacia¹⁵⁸, exercendo atividade consular em terras distantes a Volsínios, na Etrúria, berço da sua abastada família. Ainda em tal epígrafe diz ser descendente de Caio Musônio Rufo, filósofo estoico do primeiro século da cristandade, sublinhando assim o lastro da sua herança cultural e uma espécie de saudosismo perante um mundo em abrupta revolução cristã, como voltarei a referir adiante.

Preserva-se uma edição tardia da *Orla Marítima*, datada de 1488. É esta a *editio princeps* com que iremos trabalhar, transcrita e traduzida ao português por José Ribeiro Ferreira¹⁵⁹. O texto apresenta intervenções externas de interpoladores, possíveis colagens de antigos périplos, há fragmentos ilegíveis e certamente está incompleto¹⁶⁰. Mesmo assim referimos a um extenso poema de 714 versos compostos por trímetros iâmbicos, de tendência didático-geográfica, já que responde, como o diz, a prévias perguntas colocadas pelo jovem Probo acerca da cartografia terrestre.

A extensão do percurso, sempre costeiro, medido (sem muita frequência) por dias ou sóis, parte do cabo Estrímnis (Bretanha)¹⁶¹ em sentido meridional, bordejando a então chamada Ophioussa (Península Ibérica ou apenas a sua parte ocidental)¹⁶², até adentrar pelo mar Mediterrâneo («*nostris maris*»)¹⁶³ e encerrar a sua jornada em Massilia ou Marselha. Retoma a rota de antigos viajantes, como Cílix de Carianda¹⁶⁴, citando-os e os

¹⁵⁶ Avieno (1992: 84).

¹⁵⁷ Sobre essa identificação, ver John Matthews (1967: 487) e Alessandro Franzoi (2001: 291).

¹⁵⁸ As atividades consulares parecem decorrer em dois momentos distintos, sendo um deles identificado em território africano. Sobre esses dados biográficos, ver Alessandro Franzoi (2001: 290-291) e Amedeo Raschieri (2007: 389).

¹⁵⁹ As citações, como visto, serão colocadas apenas como Avieno (1992).

¹⁶⁰ A edição de José Ribeiro Ferreira é bem elucidativa nesses aspectos.

¹⁶¹ José Ribeiro Ferreira (*in* Avieno, 1992: 46).

¹⁶² «Ofiússa é um topónimo de origem grega (Ophioussa) que significa “terra das serpentes”. Designa a Hispânia inteira, ou a parte ocidental, pelo menos» (Ferreira *in* Avieno, 1992: 45).

¹⁶³ Avieno (1992: 85).

¹⁶⁴ «Aqui estarão presentes Hecateu de Mileto e Helânico de Lesbos; Fileu de Atenas e Cílix de Carianda» (Avieno, 1992: 18).

confrontando com novas informações. Além disso, o ritmo do itinerário é costurado pelos usuais marcadores linguísticos que dão sequencialidade à viagem, em cuja tradução leremos depois, em seguida, aqui, etc. Entretanto, Avieno não nos fornece muitas informações sobre as condições da navegação. Nada sabemos sobre a sua frota, por exemplo. Já sobre as dificuldades do trajeto podemos ter melhor visão, como quando denuncia as calmarias do Atlântico e os barcos navegam «*lenta & languide*»¹⁶⁵ até ao norte.

Com efeito, as águas ocupam papel central no relato, em conformidade com os aspectos topográficos avistados durante o percurso. Em seu longo próêmio, extenso por volta de 80 versos, esclarece a Probo a centralidade desse direcionamento, ao passo que o seduz sob a intenção de por em frente aos seus olhos o conjunto de imagens subsequentes, recurso que podemos associar à figura da hipotipose ou da enargia. Reparemos nesse artifício sem desprezar à sonoridade silábica, mostrando assim uma dupla linha de força não só inventariante descritiva, mas sobretudo de contorcionismo estético na apresentação da sua proposta:

Terás os golfos recurvos e os cabos – quando o litoral se alonga em reentrâncias e quando os montes penetram longamente as ondas (*ut se supino porrigat litus situ/ ut longe in undas inserant sese iuga*). Verás como as altas cidades são banhadas pelo mar, de que nascentes brotam os grandes rios, como pressurosos atingem o abismo do mar e cingem ilhas a cada passo; como os portos amplamente curvam os braços seguros (*sinuentque late ut tuta portus bracchia*). Serás informado de como se estendem os pântanos e jazem os lagos, como os altos montes erguem os cumes escarpados e como as brancas ondas do mar banham os bosques¹⁶⁶.

Voltando à sequência das cidades e dos povos descritos, quase podemos associá-la à regra da unidirecionalidade dos périplos. Tal característica pressupõe um ordenamento linear do relato, resultando também na ausência dos roteiros de retorno, como ainda veremos em muitas narrativas de viagens futuras. Algumas incongruências, nesse sentido, aparecem na *Orla Marítima*, sendo um exemplo o verso «*in quas Besilus atque Cilbus flumina*»¹⁶⁷, no qual antecipa um rio ao outro na descida pelo estreito de Gibraltar. Pode ser lido como um ajustamento métrico, mas a questão parece ser, por vezes, mais ampla. A mesma inversão acontece na passagem anterior, quando descreve a

¹⁶⁵ Avieno (1992: 86).

¹⁶⁶ Avieno (1992: 18-19 e 84).

¹⁶⁷ Avieno (1992: 91). Os rios referidos, na atual nomenclatura, são o Besante e o Salado (cf. Ferreira *in* Avieno, 1992: 55).

bacia do rio Ana (Guadiana) antes dos povos cinetes, relativos ao cabo Cinético (São Vicente), ou seja, o Algarve. Fá-lo por um movimento de imagens, ilustrando como a água «sulca a sua terra (*sulcatque glaebam*)», abre-se em um novo golfo, estende-se para sul e «cinde-se, de repente, em dois braços (*memorato ab amni gemina sese flumina/ scindunt repente perque praedicti sinus*)»¹⁶⁸. Por fim, retorna e não deixa de medir a distância de um sol de viagem ao dito rio: «*hinc dictum ad amnem solis unius via est*»¹⁶⁹.

Atento a esses e a outros exemplos, González Ponce sugere a hipótese de Avieno abdicar do paradigma unidirecional para construir, sobre os motivos geográficos, unidades de visualização. Por tais agrupamentos pode criar um artifício de movimento e ir saltando aos olhos do leitor projeções pictóricas ou, como prefere, «*escenográficas*»¹⁷⁰. Assim, na passagem atrás referida, o rio Ana inaugura com alguma retórica a descrição dos povos cinetes, mais pelo efeito visual do que pela coerência periplográfica. Se voltarmos ao início do relato, os primeiros versos após o proêmio, semelhante propósito espetacular fica evidente: «O círculo da vasta terra jaz estendido e ao seu redor fluem de contínuo as ondas (*Terrae patentis orbis effuse iacet/ orbique rursus unda circumfunditur*)»¹⁷¹.

Outros recursos estilísticos sustentam a representação do espaço na *Orla Marítima*, mais bem situados sobre o princípio literário da éfrase. Reparemos na luminosidade reforçada sobre a descrição do monte Argentário: «as suas encostas brilham extensamente devido ao estanho e ele, à distância, reflecte nos ares maior esplendor, quando o sol bate com seus raios os elevados cumes» ou, na sua cadência latina, «*stagno iste namque latera plurimo nitet/ magisque in auras eminus lucem evomit/ cum sol ab igni celsa perculerit iuga*»¹⁷². Não seria forçoso sublinhar a intencionalidade sonora¹⁷³ de alguns versos, como as Colunas de Hércules que «ressoam (*perstrepunt*) fustigadas pelo duro setentrião»¹⁷⁴ ou a melodia acentuada «através dos quais o sonoro (*sonorus*) rio Anisto rola (*volvit*) as águas cheias de espuma e corta o mar com sua corrente»¹⁷⁵.

¹⁶⁸ Avieno (1992: 23 e 88).

¹⁶⁹ Avieno (1992: 89).

¹⁷⁰ González Ponce (1992: 131).

¹⁷¹ Avieno (1992: 19 e 85).

¹⁷² Avieno (1992: 25 e 91). A localização é imprecisa, talvez perto da bacia do rio Guadalquivir (Ferreira in Avieno, 1992: 54).

¹⁷³ Para uma discussão mais aprofundada sobre a questão do som na construção das éfrases, ver Michael Squire (2015: 5).

¹⁷⁴ Avieno (1992: 19 e 85).

¹⁷⁵ Avieno (1992: 32 e 97).

A leitura da éfrase, no sentido que estamos aqui observando, é devedora antes a uma ideia de movimento do que a de um detalhamento descritivo. Novamente nos aproximamos do teatro, como sugere agora Bert Selter¹⁷⁶. A exploração das perspectivas, uma «*illusion of watching*», esse por em frente aos olhos uma imagem já familiar é, conforme salienta Selter, um exercício de movimento e também de memória que Avieno embebe da retórica das *Progymnasmata*¹⁷⁷. Memória porque sob o signo da terra irá revelar o seu passado ou a sua persistência naqueles tempos de mudanças com a chegada do cristianismo¹⁷⁸.

Simpatizante da cultura da Antiguidade, segundo nos aponta a cartografia das costas, Avieno recupera sinais da sua história, primeiramente pela toponímia. «Nessa região arrasta-se o rio Teodoro», referindo-se a algum lugar da atual Múrcia, mas o que desperta a sua atenção é o nome, «Theodorus»: «não seja para ti motivo de pasmo que, neste lugar feroz e bárbaro, ouças um apelido grego (*cognomen huius Graeciae accipis sono*)»¹⁷⁹. Somam-se outros exemplos, como a «Hibéria», ainda circunscrita ao sul peninsular; «segue-se um cabo consagrado à deusa infernal (*sacrum infernae*) e um rico santuário»¹⁸⁰. Por essa linha, conheceremos outros templos, outras consagrações, como a Saturno «uma ilha abundante em ervas (*insula/ herbarum abundans*)», possivelmente na atual localização da cidade de Aveiro¹⁸¹.

Essa memória vinculada aos antigos cultos que Avieno insiste em reivindicar pelo plano terrestre, já se rarefazendo com novas dinâmicas ou mesmo novos polos urbanos não mais localizados nos portos de outrora, cria também, em paralelo, um rastro de desolação espacial. Veja-se o seguinte, não muito distante da atual Marselha e, em idos tempos, frequentado pelos cartagineses: «agora os rios Heledo e Órobo correm por campos desertos e por montes de ruínas (*vacuos per agros et ruinarum aggeres*), indício da antiga prosperidade»¹⁸². Acostumamo-nos a ver composições semelhantes, não muito

¹⁷⁶ Bert Selter (2010: 118).

¹⁷⁷ Bert Selter (2010: 125). Neste aspecto, o autor retoma a premissa do *logos periegeticos* (λόγος περιηγηματικός), cujo paralelo pode ser feito com a atividade deambulatória dos filósofos peripatéticos. Ver também Paulo Martins (2016: 176).

¹⁷⁸ Seria complementar a este tópico a análise de um segundo texto conhecido de autoria de Avieno, intitulado *Descriptione Orb*, onde nosso autor aduz à violência cristã a destruição da memória da Antiguidade, como lamenta sobre o incêndio dos templos de Diana e Apolo na Antióquia, em 362. Para mais detalhes, ver Amedeo Raschieri (2007: 392).

¹⁷⁹ Avieno (1992: 31 e 96).

¹⁸⁰ Avieno (1992: 25 e 91). A deusa referida refere-se ao mitômano grego Erebus (cf. Ferreira *in* Avieno, 1992: 51).

¹⁸¹ Avieno (1992: 21 e 87). A nota é de José Ribeiro Ferreira (*in* Avieno, 1992: 46-47).

¹⁸² Avieno (1992: 33 e 98). Sobre a nota (Ferreira *in* Avieno, 1992: 67).

diferente do que veremos nos relatos de peregrinações, cujo enleio nos levará às paisagens do Antigo Testamento sob o indício da pedra. Quero assim traçar um breve paralelo entre a composição da memória do espaço entre Avieno e os próximos textos que iremos trabalhar no seguinte capítulo, a pensar em uma segunda linha de força compositiva das narrativas de viagens, nomeadamente, as ditas peregrinações.

Avieno, em suma, mediu e nomeou a terra, reivindicando do espaço uma perspectiva afetiva e, por conseguinte, ideológica. Escreve o seu relato em versos, mantendo também uma regra de orientação periplográfica, apesar da discussão sobre a subversão da unidirecionalidade. É importante agora condensarmos a sua experiência com as anteriores, de forma suscinta, no sentido de resumir um conjunto nocional que atenda pelo nome de périplos.

*
* *

Podemos, primeiramente, inferir que todas as quatro narrativas acima expostas têm um propósito de definir um recorte do mundo habitado ou, como os gregos o chamavam, o *oikoumenē*. Intrínseco a esse processo é o estabelecimento das suas fronteiras, geográficas e epistemológicas, e a imaginação estimulada para além da sua margem. Por sua vez, os motivos de cada viagem são distintos, sendo despontados por finalidades militares, comerciais ou epidícticas, implicando, por conseguinte, em diferentes perspectivas da narração.

Mesmo que não possamos generalizar como regra, nossos quatro textos se apresentam pessoais, ou seja, recorrem a legitimação da experiência autoral (*autopsia*, ἀὐτοψία). Já a plausibilidade do trajeto narrado é assegurada pelo ordenamento sequencial do itinerário, cadenciado por marcadores linguísticos e mapeamentos inventariantes, isto é, por uma cartografia literária. Refiro-me à textualização do espaço nas narrativas de viagens, cujo primeiro modelo são esses périplos.

Vimos também variações sob os pontos de vista terrestres e marítimos, com implicações importantes na estrutura dos relatos. Contar o espaço, medi-lo e narrá-lo, nessa dupla acepção do λόγος¹⁸³, traz consigo uma certa instabilidade referencial, é evidente. Recuemos um passo e mal podemos creditar a autoria desses relatos ou, menos

¹⁸³ Das inúmeras acepções do termo *logos*, aproximo aqui os seus significados de contar tanto em sentido matemático quando narrativo (cf. LSJ).

ainda, extrair do seu corpo um conjunto de palavras originárias. Desde aqui, ficção e verdade se tornam um falso parâmetro; então será melhor rastreamos a memória cultural que tais textos nos legaram. Com isso não quero duvidar da intenção de realidade nessas narrativas, suficientemente comprováveis do ponto de vista geográfico, mas enfatizar a tendenciosidade dessa representação, ora pelo trabalho dos copistas, ora pela construção do imaginário de si e do outro civilizacional que transmitem e, naturalmente, as implicações sobre o espaço percebido.

No que tange à literariedade, estas narrativas de viagens devem ser vistas pelo prisma do discurso descritivo, a tal *secura* referencial que almeja uma relação direta com a realidade. Torná-lo visível pressupõe recursos estéticos como o efeito de presença, a luminosidade e a policromia, ou mesmo o convite a uma coparticipação do leitor na peça a ser narrada. Nesse aspecto, como vimos em particular na *Orla Marítima* de Avieno, destacam-se os procedimentos da *éfrase* ou, de forma mais alargada, algo dentro do conceito aristotélico de fantasia (φαντασία), de «olhos mentais»¹⁸⁴, espécie de imaginação que, nos relatos de peregrinação, será direcionada aos «olhos da fé», com condicionada interpretação.

Começamos aqui a avançar para o nosso próximo capítulo, tendo por foco uma segunda linha de força compositiva das narrativas de viagens, esses relatos de peregrinação. Fundamentalmente partimos de uma base periplográfica, de ordenamento sequencial e cartográfico do espaço, mas já nesse ponto, como veremos, ocorrerão breves rupturas. Mais significativas serão as implicações da memória cultural sobre a representação dos lugares sagrados e da simbiose ritualística implícita na ação peregrina.

¹⁸⁴ Para a relação da *éfrase* e da fantasia, ver Melina Rodolpho (2010).

Capítulo II. Percepção e expectativa sobre o espaço: as primeiras peregrinações cristãs

Por volta do ano 300, quando o jovem soldado Constantino atravessou a Aelia Capitolina, ao lado do então imperador Diocleciano, não sabia que jamais retornaria a essa cidade¹⁸⁵. Entretanto, também não poderia prever estar nesses confins quase desérticos do mar Mediterrâneo a origem de um legado que o marcaria para a posteridade: o seu papel fundamental na história do cristianismo e, por conseguinte, na história das narrativas de viagem. Para compreendermos essa aproximação, poderíamos saltar diretamente ao ano de 325, com o Concílio de Niceia; porém, no sentido de dar alguma organicidade a esta exposição, traçarei em linhas gerais o percurso de Constantino até esse momento.

Filho de Constâncio I, um dos quatro imperadores romanos desse *puzzle* administrativo do século IV, Constantino viria a herdar dele as terras mais ocidentais do império no ano de 306, com sede na antiga Gália. Seguirei aqui com a leitura de Edward Hunt, um dos maiores especialistas do período, que ressalta o seu progressivo ímpeto expansionista e a sua consequente habilidade em organizar um forte exército composto, sobretudo, por inúmeros soldados cristãos. Em poucos anos, tal máquina de guerra obteria o seu primeiro grande feito contra as tropas do imperador Magêncio, na Batalha da Ponte Mílvia, em 312, unificando assim em seu nome toda a ala ocidental do império. Eusébio de Cesareia, alguns anos mais tarde, narraria que na noite anterior à batalha Constantino teria sonhado com o sinal da Cruz¹⁸⁶.

Iniciava-se, desse modo, de maneira mais incisiva a relação de Constantino com o cristianismo. Logo no ano seguinte, o Édito de Milão viria a descriminalizar a nova religião, concedendo-lhe a mesma legitimidade dos antigos cultos romanos. Em crescente

¹⁸⁵ Edward Hunt precisa essa passagem entre os anos de 301 e 302 da era cristã (1997: 407).

¹⁸⁶ A *Vita Constantini*, de Eusébio de Cesarea (265-339), é a principal fonte biográfica sobre Constantino. Para mais informações, a edição de Averil Cameron e Stuart Hall (1999) apresenta um importante estudo sobre a obra.

político, aumenta o número de mosteiros e igrejas¹⁸⁷ ao longo do território imperial, fortes o suficiente para quando em 324, por fim, Constantino derrotasse Licínio e unificasse completamente um novo Império Romano. No contexto dessa reestruturação, Bizâncio torna-se Constantinopla e, para voltarmos ao nosso ponto de discussão, Aelia Capitolina volta a ser chamada de Jerusalém, a «Nova Jerusalém».

Com efeito, as relações entre a consolidação do cristianismo e as viagens (e conseqüentemente as suas narrativas) ganham notoriedade a partir do Concílio de Niceia, em 325. Lionel Casson explica que nesse concílio ecumênico, para além de discussões dogmáticas, foram também traçadas diretrizes de ordem mais pragmática, tendo em vista a necessidade de uma melhor infraestrutura do espaço da cristandade. Teve papel proeminente nessa discussão o bispo Macário de Jerusalém, responsável por essa cidade que se tornara um dos novos centros do poder geopolítico, ao lado de Roma, Antioquia, Atenas e Constantinopla¹⁸⁸. O bispo foi irredutível na proposta de se ampliar o *circus publicus* até a Palestina, isto é, modernizar estradas, segurança e hospedagem aos viajantes. Em poucos anos, surgiriam os primeiros relatos de peregrinação aos lugares sagrados¹⁸⁹.

Um ponto significativo da ocupação do território palestino durante o século IV gira em torno da viagem de Helena, mãe do imperador, um ano após o Concílio de Niceia, em 326. Nessa jornada, acompanhada por Macário, Helena delineou uma renovada relação entre o cristianismo e a Palestina, resgatando principalmente os lugares sagrados ligados à presença de Cristo, segundo o Novo Testamento. A herança de maior impacto dessa empreitada foi, sem dúvida, a descoberta de um fragmento da Vera Cruz, soterrada no Gólgota sob um templo de Afrodite, imediatamente mandado ser demolido para a edificação de uma igreja¹⁹⁰. O impacto desse achado era rememorado em um dos primeiros festivais da cristandade, a *Eucaenia*¹⁹¹, na data de 14 de setembro, hoje pouco significativo. Mais do que isso, Helena inaugurava, dessa forma, um estimulante mercado de relíquias, cobiçando peregrinos a atravessar o mundo em busca desses objetos

¹⁸⁷ Conforme Marlin Jeschke (2005: 112), do século IV à ocupação muçulmana do século VII registra-se a construção de pelo menos quinhentas igrejas só na Palestina. Sobre essa expansão, ver também Lionel Casson ([1974] 1994: 310).

¹⁸⁸ Lionel Casson (1994: 304).

¹⁸⁹ Foi apenas na era das Cruzadas que a expressão *Terrae sancta* passou a ser devidamente utilizada, como aponta Jonathan Smith (1987: 76).

¹⁹⁰ Consideremos aqui, na esteira de Béatrice Caseau (2001: 33), também uma maior política de moralidades imposta pelo governo de Constantino, no sentido de limpar a “promiscuidade” dos antigos cultos pagãos, sobretudo relacionados à Afrodite ou Vênus.

¹⁹¹ Sobre a *Eucaenia*, ver Ora Limor (2006: 326).

flutuantes entre a materialidade e a espiritualidade, dilema que voltará a ser abordado no âmbito deste capítulo.

Para além de lugar sagrado, a Palestina configurava as fronteiras do Império Romano com o Império Persa. Edward Hunt retoma a carta que Constantino recebeu da sua madrastra Eutropia, em 328, alertando-o para a expansão pagã (persa, no caso) nos recônditos orientais¹⁹². A porosidade dos limites territoriais alertava também para um significativo crescimento de sincretismos religiosos, em especial com judeus, dando azo a manifestações hostis ao centralismo romano cristão¹⁹³. Esse cenário nos explica o incentivo de Constantino às políticas de povoamento, destacadamente concentradas na edificação de mosteiros. Devemos compreender os mosteiros para além da sua dimensão de reclusão espiritual, percebendo-os, sobretudo, no contexto de afirmação do cristianismo na Palestina. Lorenzo Perrone sublinha, por exemplo, a energia missionária desses monges e irmãos na luta em evangelizar as tribos árabes originárias do território palestino, contribuindo assim para a consolidação de um espírito identitário que teria influência em questões econômicas e militares, evidentemente¹⁹⁴.

Vistas nesse contexto, as peregrinações eram também uma forma de ocupar as fronteiras cobiçadas do Império. Assim, a descoberta e a proliferação de lugares sagrados se tornavam atrativas aos diversos viajantes, ao passo que criavam uma prática comunitária fundadora, inclusive, de novas liturgias¹⁹⁵, a começar pela própria reflexão pessoal, de cariz ascética, resultante da deslocação por infindáveis distâncias. O *peregrinus*, outrora conhecido pela simples acepção de forasteiro¹⁹⁶, passava agora a exercer um papel importante na construção de novos imaginários. Ao olharmos para os relatos dessas experiências – e será este o objetivo deste capítulo –, percebemos as implicações de uma sinergia entre a interioridade e a exterioridade, que, na sua mais radical leitura, implica em novas formas de percepção do espaço literário¹⁹⁷.

¹⁹² Edward Hunt (1997: 416).

¹⁹³ Cf. Lorenzo Perrone (2006: 149).

¹⁹⁴ Lorenzo Perrone (2006: 150).

¹⁹⁵ Jenn Cianca (2019: 17-18) destaca a performatividade da relação do peregrino com o objeto sagrado na consolidação de novas práticas litúrgicas, principalmente na sua relação de transferência e internalização simbólica das relíquias. Joan Branham (2012: 201), sob a mesma perspectiva, propõe que o circuito de peregrinação pelos restos mortais dos mártires foi essencial para a reflexão sobre o culto dos santos.

¹⁹⁶ Maribel Dietz (2005: 27).

¹⁹⁷ Mary Campbell (1988: 19), nesse sentido, destaca que o peregrino não «visita», mas «reverencia» o lugar sagrado. Tal reverência está imbricada em um ato de experimentação do divino, absorvendo em si os reflexos do martírio ou da epifania contidos na sua memória cultural.

Wendy Pullan propõe que as relações do peregrino com o lugar sagrado abrem uma «ambiguidade e um paradoxo», posto serem projeções atemporais do transcendente sobre o natural e finito do espaço concreto¹⁹⁸. Nessa zona intermediária, o corpo peregrino sacraliza-se na busca pela sublimação espiritual, ao mesmo tempo que deve lidar com as adversidades mundanas e corriqueiras do cotidiano da viagem, procurando habitações, alimento ou estradas seguras. Resulta desse embate metafísico uma série de relatos de viagens que, na sua função primordial de guia, orientarão os seus leitores tanto para as estratégias concretas de eficácia do trajeto quanto para uma cartilha moralizante e alegórica dos desígnios da fé.

Do *corpus* selecionado para este capítulo separei uma tríade de textos que investem na experiência peregrina como prática discursiva. Os dois primeiros têm o protagonismo de mulheres, e tal escolha não é completamente arbitrária. De fato, um fluxo considerável de religiosas, participantes da vida monástica e – não menos importante – providas de uma condição social elevada, viabilizou a prática peregrina feminina ora como articulação política para a fundação de diversos mosteiros, ora por encontrar nessa nova comunidade uma alternativa a uma vivência austera imposta pela *doxa* clerical. Maribel Dietz frisa que a liberdade consentida para as primeiras peregrinas foi paulatinamente sendo restringida até serem impingidas regras monacais mais rígidas, como se atesta, por exemplo, na *Regula Benedictina* do século VI¹⁹⁹.

Tendo em vista essas circunstâncias, com o *Itinerário*, de Egéria, e o *Epitáfio Santa Paula*, de Jerônimo, retornaremos aos primeiros séculos da era cristã para discutir como tais modelos narrativos herdaram e renovam as formas estruturantes dos relatos de viagens, dando continuidade ao percurso analítico iniciado no primeiro capítulo com a periplografia. Para além de contemporâneas, uma diferença fundamental entre ambos os textos é a de que enquanto Egéria é autora do seu próprio relato Paula é descrita sob a exuberância retórica de Jerônimo. Tal dissimilaridade terá profundas implicações discursivas no que tange a caracterização das protagonistas, a escolha do visível e a sua relação com a construção do espaço literário, para além de suscitar novas reflexões sobre a unidade genológica em questão.

Por fim, considerando outras projeções terreas utópicas sob diferentes práticas peregrinas, avançaremos até a *Navegação de São Brandão*. O intuito dessa aproximação

¹⁹⁸ Wendy Pullan (2005: 393).

¹⁹⁹ Maribel Dietz (2005: 5). Para um olhar mais avançado sobre o percurso de perseguição através de sátiras e diversas opressões na trajetória das viagens das mulheres, ver também Leigh Ann Craig (2009).

será o de compreendermos a gênese dos relatos de viagens em sua disposição diacrônica, destringendo os seus elementos de continuidade e de ruptura, a potencialização estilística e a representação das formas naturais a partir do paradoxo entre o mundano e o sagrado. Enquanto as duas primeiras peregrinações se estendem por terra, nesta o itinerário se dará pelas águas, assimilando em suas linhas de força essa dimensão simbólica e pragmática das navegações.

1. *Itinerário*, de Egéria: espaço e memória

O *Itinerarium ad loca sancta* foi escrito por Egéria por volta dos anos 381 e 384, como se presume, sendo assim um dos primeiros relatos de peregrinação cristã que nos chegaram aos dias atuais. A sua descoberta, entretanto, foi recente e remonta aos finais do século XIX, pelas mãos do filólogo italiano Gianfrancesco Gamurini²⁰⁰. Trata-se, por sua vez, de uma “reedição” do século XI, dividida em duas grandes partes: o itinerário propriamente dito e um calendário litúrgico comentado. Para o âmbito deste trabalho, interessa-nos especialmente o primeiro texto, relativo a sua viagem.

O *Itinerário* nos chegou incompleto e, entre outras lacunas, não se pode determinar concretamente qual o seu ponto de partida. Em dada altura, Egéria referencia em discurso direto um comentário do «santo bispo (*sanctus episcopus*)» de Edessa, mais tarde identificado como Eulógio, elogiando-a e reconhecendo o «extremo esforço (*tam magnum laborem*) de vir das extremidades da terra até estes lugares (*ut de extremis porro terris uenires ad haec loca*)»²⁰¹. Tais extremidades deveriam apontar para o ocidente europeu, de forma nunca consensual entre a crítica sobre a sua verdadeira localização. Vejamos, em linhas gerais, um pouco dessa discussão.

A primeira hipótese seria a de ela ser originária da Gália. Em seu artigo “Who Was Egeria?”, Hagith Sivan destaca uma comparação feita pela monja aproximando o rio Eufrates na medida do rio Ródano²⁰², sugerindo assim alguma familiaridade com este. Adentrando por essa leitura, Sivan reconstitui o agitado ambiente da Aquitânia, com fluxo

²⁰⁰ A edição bilingue que utilizarei neste trabalho parte deste manuscrito, o códice *Arentinus* 405, guardado na Biblioteca da Fraternità dei Laici de Arezzo, e foi preparada por Alexandra Mariano e Aires Nascimento (1998).

²⁰¹ Egéria (1998: 146 e 147).

²⁰² A passagem referida é esta: «o grande rio, o Eufrates, enorme e quase aterrorador; com efeito, tem uma corrente tão impetuosa como a do rio Ródano (*sicut habet fluuius Rodanus*)» (Egéria, 1998: 142 e 143).

comercial intenso e proeminente existência de centros religiosos cristãos desde pelo menos o século II, o que tornaria verossímil essa origem²⁰³. Por outro lado, a maior parte da crítica considera hoje ser Egéria originária não da Gália, mas sim da Galícia. Os argumentos parecem ser mais amplos.

Da pouca documentação exterior ao *Itinerário*, consta uma carta de Valério de Bierzo, do século VII, endereçada a um mosteiro galego, mencionando o exemplo da monja peregrina²⁰⁴. Maribel Dietz recupera na crônica da história da Espanha de Hydatius, bispo galego que peregrinou à Jerusalém no mesmo período, uma passagem sobre o retorno de duas viajantes, dando azo ao reconhecimento da nossa autora²⁰⁵. A esse rastro histórico se somam, por fim, os estudos filológicos da linguagem egeriana, com a identificação de uma série de «hispanismos», como: *tenere consuetudinem* (tener costumbre), *plicare* (llegar) ou *subire* (subir)²⁰⁶.

De qualquer modo, Egéria fez longa viagem, provavelmente por terra, alternando caminhada e transporte com animais, optando assim pelo «conforto» do *cursus publicus* romano²⁰⁷. A navegação pelo mar Mediterrâneo, por outro lado, era dificultada tanto pela restrição climática entre abril e outubro quanto pela pirataria²⁰⁸. Para termos uma ideia de comparação, Lionel Casson calcula que o *Itinerarium Burdigalense*, redigido poucos anos antes ao de Egéria, cruzou a Burdigala (atual Bordeaux) à Palestina, ou seja, 3400 milhas romanas, em 170 dias²⁰⁹.

Evidentemente, não era uma jornada fácil. Também por isso encontraremos, em primeiro plano, a concepção de uma proposta instrutiva no texto egeriano, endereçado para as suas companheiras monacais. Assim se apresenta sob um molde epistolar, demarcado pela interlocução direta. Tais instruções se referem a questões práticas da viagem, as dificuldades do percurso, os postos de soldados romanos auxiliares à deslocação e, sobretudo na segunda parte, os rituais inerentes aos lugares sagrados. Egéria circula no espaço das recentes igrejas erigidas como memória e testemunho dos passos de Cristo, como a da Natividade ou a do Santo Sepulcro. Descreve minuciosamente os

²⁰³ Hagith Sivan (1988: 67).

²⁰⁴ A *Epistula in laude Egeriae*, de Bierzo, pode ser consultada em Pierre Maraval e Manuel Cecilio Díaz y Díaz (1982).

²⁰⁵ Maribel Dietz (2005: 47).

²⁰⁶ Alexandra Mariano (*in* Egéria, 1998: 32-35) traz uma síntese mais alargada dos estudos sobre os hispanismos.

²⁰⁷ Lionel Casson (1994: 315).

²⁰⁸ Maribel Dietz (2005: 13).

²⁰⁹ Lionel Casson (1994: 315).

ofícios ao longo da semana, a cerimônia dos domingos, para além da Semana Santa e do Pentecostes. Nessa descrição dos hábitos litúrgicos, vemos em consolidação a doutrina do Novo Testamento, ao passo que no itinerário propriamente dito são ainda os lugares sinalizados no Velho Testamento a direção do seu interesse.

A resposta para isso pode ser vista por uma perspectiva teológica. Waldemar Janzen reforça a importância de uma leitura espacial mais concreta no conjunto veterotestamentário, ativo sob a expectativa da territorialização de uma Terra Prometida, enquanto a doutrina cristã sugeria, em alguma medida, a interiorização espiritual do lugar divino²¹⁰. O ensinamento de Paulo é ilustrativo desse movimento – «Não sabeis que sois templo de Deus e que o espírito de Deus habita em vós?»²¹¹ –, mas não o suficiente para esfriar o fluxo migratório peregrino às bordas do mar Mediterrâneo.

Foquemo-nos agora no itinerário propriamente dito. A falta da completude dos fólhos originais nos lança a uma narrativa iniciada *in medias res*, em torno da subida ao monte Sinai, sob o espectro da história de Moisés. O percurso total pode ser ainda dividido em mais três sequências narrativas: a exploração do monte Nebo, a rota de Jerusalém à Carneias e, por fim, uma viagem à Mesopotâmia, encerrada com o seu retorno a Constantinopla, de onde, aparentemente, escreve a(s) sua(s) carta(s)²¹². Fê-lo em cerca de três anos, como o diz²¹³.

A base do *Itinerário* é perieagética, visto serem deslocações por terra, mas não de forma unidirecional, o que seria descabido imaginar, pois Egéria viveu longo período em Jerusalém, nomeada também por «Helia»²¹⁴, ao sabor dos romanos. Mede distâncias, ora por milhas, ora por «etapas (*mansiones*)», e para volumes mais específicos opta pela medida dos passos: «segundo pudemos avaliar à vista», refere-se ao monte Sinai, «uns dezasseis mil passos em comprimento (*in longo*), enquanto que em largura (*in lato*) diziam que tinha quatro mil»²¹⁵. Ademais, toda narrativa é pautada pela sequencialidade dos marcadores linguísticos, cuja ênfase se fará na simulação da presença no espaço visível. Vejamos com mais detalhes esse ponto:

²¹⁰ Waldemar Janzen (1973: 169).

²¹¹ 1 Coríntios (3, 16). As citações bíblicas serão feitas a partir da versão de Frederico Lourenço, salvo algumas exceções da edição de Almeida Corrigida Fiel, devidamente sinalizadas por ACF.

²¹² «Deste lugar, senhoras, minha luz, enquanto escrevia isto a Vossa Caridade (*De quo loco, domnae, lumen meum, cum haec ad uestram affectionem darem*) (...)» (Egéria, 1998: 170 e 171). Não é possível determinar com precisão se o *Itinerarium ad loca sancta* como o conhecemos não procede de uma coletânea de cartas.

²¹³ «*ieramus tres annos*» (Egéria, 1998: 138).

²¹⁴ «*per Palestina regressa sum in Helia, id est in Ierusalimam*» (Egéria, 1998: 112).

²¹⁵ Egéria (1998: 80 e 81).

este é o lugar onde Moisés escreveu (*est locus ubi scripsit Moyses*) o livro do *Deuteronomio*; este é também o lugar (*hic etiam est locus*) onde Moisés proclamou integralmente, aos ouvidos de toda a assembleia de Israel, as palavras deste cântico²¹⁶.

Notemos uma intenção eufórica nesse tipo de sentença, cuja finalidade é por em frente aos olhos do leitor a imagem construída. Não obstante, evoca-se um nível performático de interpretação que extravasa os limites do texto ou, como bem resume Jonathan Smith tendo em vista a generalização dessas peregrinações, «in Jerusalem, story, ritual, and place could be one»²¹⁷. É a partir dessa intersecção de camadas que o amplo espaço e os seus segmentos localizados vão ganhando corpo. Mais profundamente, a representação da terra adquire certo acento estético e se aproxima a uma dimensão afetiva ou, em alguma medida, «topofílica», quando revelada de forma sensorial, sinestésica e integradora com o sujeito observador²¹⁸.

Visto isso, avancemos para outro excerto do *Itinerário*. Passa-se na travessia entre Jerusalém e Carneias, cidade que em outros tempos viveu Job. Tal localização é fiel às Sagradas Escrituras: «*in terra Ausiditi, in finibus Idumaeae et Arabiae*»²¹⁹. Prenuncia o encontro a cidade de Salém, outrora do rei Melquisedeque, conforme se lê no livro do Gênesis²²⁰, dando uma atenção diferente ao espaço. Conta-nos Egéria que:

Neste percurso (*itinere*), em caminho, vi sobre a margem do rio Jordão um vale muito belo e ameno (*uallē pulchram satis et amenam*), com vinhas e árvores em abundância (*habundante*), porque havia ali numerosas (*multe*) nascentes de ótima água²²¹.

As qualidades exortadas aqui sinalizam a uma espécie de idealização do plano visual, erigida não só pela beleza, mas também associada ao bem-estar, rica em mantimentos e, especialmente, em água. Alguns passos adiante encontraremos semelhante estrutura textual, aquando da chegada a Enon, cidade onde João Batista havia exercido ministério. Caminhando com o auxílio de um guia local, menciona Egéria ser

²¹⁶ Egéria (1998: 116 e 117).

²¹⁷ Jonathan Smith (1987: 86).

²¹⁸ Recupero aqui o tema da topofilia a partir do estudo de Yi-Fu Tuan, considerando, dentro de um amplo espectro, a relação entre percepção geográfica e a sua dimensão afetiva ([1974] 1980: 5).

²¹⁹ «Ele vivia na terra de Ausítis, nas fronteiras de Idumáia e da Arábia» (Job 42, 17). Frederico Lourenço, em nota, informa que essa passagem, respeitante ao epílogo do livro de Job, só é encontrada na versão da Septuaginta.

²²⁰ «E Melquisedeque, rei de Salém, trouxe pão e vinho; e era este sacerdote do Deus Altíssimo» Gênesis (14, 18) – edição ACF.

²²¹ Egéria (1998: 128 e 129).

«sempre por um vale ameníssimo (*uallem amenissimam*), até que chegámos a um pomar muito ameno (*ualde amenum*), onde nos mostrou, no meio, uma fonte de água óptima e pura (*aquae optime satis et pure*) que de um só jorro formava um verdadeiro rio»²²². Vemos, portanto, uma adjetivação seletiva que, paulatinamente, suspende a narração a um espaço cujas características acionam a memória literária para o idílio paradisíaco.

Com efeito, um fator fundamental para a ilusão espacial sugerida pelas descrições parte de um jogo de perspectivas que nossa narradora procura mediar ou, mais a fundo, instrumentalizar na sua integração com aquilo que é percebido. Essa experiência legitimadora (*autopsia*) ganhará contornos contundentes na composição das paisagens sagradas. Para abrir tal discussão, destaco a passagem sobre o monte Nebo, por onde Egéria nos revela parte da cartografia dos lugares santos. Tenhamos atenção aos seus detalhes, sobretudo à focalização:

Então nós, cheios de alegria (*gauisi satis*), saímos imediatamente para fora. De facto, da porta desta igreja (*Nam de hostio ipsius ecclesiae*), víamos o lugar onde o Jordão entra no mar Morto; este lugar aparecia a nossos pés, tendo em conta a maneira como estávamos colocados (*qui locus subter nos, quemadmonum stabamus, parebat*). Víamos (*Vidimus*) também em frente (*de contra*) não apenas Lívias, que estava para cá do Jordão, mas também Jericó, para lá do Jordão, tão elevado era o lugar (*excelsus locus*) alcançado onde estávamos, isto é, diante da porta da igreja. Também a maior parte da Palestina, que é terra da promessa (*terra repromissionis*), se via dali, bem como todo o país do Jordão, pelo menos tão longe quanto a vista podia alcançar (*in quantum tamen poterat oculis conspici*)²²³.

Uma paisagem, para uma definição simples, é um recorte de uma totalidade espacial. Uma contenção trágica do infinito, na leitura de Georg Simmel²²⁴. Articula-se pela situação de um ponto de vista subjetivo (não meramente objetivo ou referencial) e é imprescindível a ela o estabelecimento de uma linha do horizonte, a fronteira do imaginário²²⁵. A paisagem sagrada, para nos situar no tempo de Egéria, é ainda um arquétipo do que viria a se tornar a paisagem do Renascimento em diante. Primeiramente, não havia a compreensão do termo, cuja consolidação principia no vocabulário tardio da

²²² Egéria (1998: 132 e 133).

²²³ Egéria (1998: 124 e 125).

²²⁴ Georg Simmel (2013: 11).

²²⁵ Sobre a linha do horizonte e um «pensamento de horizonte», remeto a Michel Collot (2013: 83).

pintura²²⁶. Havia, sim, «la pensée paysagère», um estágio de abstração formal com os seus primeiros laivos na representação artística²²⁷.

Vemos, no excerto destacado, uma arquitetura paisagística ao se demarcar o local de observação, as suas nuances direcionais e o campo de visão que se estende, literalmente, até a ruptura horizontal. Já as imagens oferecidas não muito se distanciam de um inventário cartográfico, mais toponímico do que topográfico, isso caso desconsideremos o contexto peregrino e o ritual de fé implícitos em tal movimento. A sentença se abre com a modalização do seu estado de ânimo, no caso um furor coletivo, posto o que se observa exija também o trânsito de uma interioridade a uma exterioridade, princípio básico da compreensão da paisagem a qualquer tempo²²⁸. O que nos falta, por outro lado, é um detalhamento descritivo do espaço percebido; por isso precisamos entender tal espaço por diferente perspectiva.

Situemo-nos novamente na dinâmica de circulação do *Itinerário*, dirigido a um público monacal. Todo e qualquer lugar mencionado em seu texto remete a uma memória em comum oriunda dos livros sagrados. Assim, a ausência de referenciais descritivos mais pormenorizados se complementa com esse imaginário pressuposto ou, para utilizarmos o conceito de Francine Cardman, a «sacramental imagination»²²⁹. Mais do que isso, essa complementaridade convida o seu leitor a uma participação ativa no que lhe é narrado, não apenas por ser potencialmente alguém que irá percorrer o mesmo trajeto, inspecioná-lo *in loco*, mas também pelo arbítrio do reconhecimento e perpetuação dos lugares-comuns, lugares de familiaridade.

Desse modo, nos relatos de peregrinação, a construção do espaço ou, mais bem definido, dos locais sagrados, deve ser entendida, dentro da sua complexidade, como um índice transitivo, algo sempre vinculado a uma narrativa anterior, um «place where», segundo Mary Campbell. A autora vai além e refere a uma diluição do espaço pela sua extensão temporal, onde a «geography tends to be history; description then comes in the

²²⁶ Michael Baxandall ([1972] 1991: 28) destaca alguns exemplos de como o conceito de paisagem começa a ser empregado na pintura italiana, com referências bem objetivas por parte dos clientes dos pintores: «Um contrato podia mesmo detalhar o que o cliente entendia por paisagem. Quando Ghirlandaio foi contratado em 1485 para pintar os afrescos para Giovanni Tornabuoni no coro de Santa Maria Novella, em Florença, aceitou incluir “figuras, edifícios, castelos, cidades, montanhas, colinas, planícies, rochas, trajes, animais, pássaros e bestas de toda a sorte”».

²²⁷ Augustin Berque (2013: 3).

²²⁸ Michel Collot (2013: 57).

²²⁹ Francine Cardman (1982: 23).

form of narration»²³⁰. Tal processo levará, em seu extremo, a uma realização alegorizada da narrativa de viagem²³¹.

Fica claro que a compreensão desse *locus* passa também por uma nova relação entre tempo e espaço. Ora Limor sublinha que o peregrino dessa Antiguidade tardia participa de uma continuidade eterna dos acontecimentos históricos, ou seja, plasma-se suspenso no campo de percepção o passado, o presente e o futuro nos lugares sagrados²³². Como veremos na seguinte passagem, Egéria pode participar na cenografia da paisagem junto a persistência de uma memória coletiva:

Passando, pois, o rio (*Transeuntes ergo fluuium*), chegámos a uma cidade chamada Lívias, que se encontra neste descampado (*quae est in eo campo*) onde, naquele tempo, os filhos de Israel tinham estabelecido o seu acampamento. De facto, as fundações do acampamento dos filhos de Israel e as habitações onde moraram são visíveis neste lugar ainda hoje (*in eo loco in hodie parent*). Na realidade, este descampado é imenso no sopé dos montes (*infinitus subter montes*) de Arábia ao longo do Jordão. De facto, este é o lugar (*hic est locus*) de que está escrito: «E os filhos de Israel choraram Moisés em Arabot de Moab e do Jordão, frente a Jericó, durante quarenta dias»²³³.

Toda a vastidão do espaço cristaliza-se sobre um tempo absorto. Os olhos testemunham a geografia toponímica das Sagradas Escrituras, recuperando os fragmentos de uma história distante, somente crível. A participação nesse fluxo mítico é, sobretudo, sensorial. Nesse aspecto podemos aproximar a oferta das «eulogias», uma espécie de materialização consumível do lugar sagrado, por meio, geralmente, de um fruto cultivado em tal local²³⁴. Com maior intencionalidade, chegaremos à irrupção do miraculoso, como veremos em outros relatos. Por agora, ara-se um campo de deslumbramento, onde, por exemplo, ainda se pode notar a sarça ardente de Moisés, sem arder, mas constatando que «esta sarça até hoje não morreu e produz rebentos (*qui rubus usque in hodie uiuet et mittet uirgultas*)»²³⁵.

Antes de fecharmos esta leitura sobre o *Itinerário* e retomar dele, de forma sintética, elementos importantes para uma compreensão do espaço nos relatos de peregrinação e, globalmente, nas narrativas de viagens, volto a nossa atenção para a sua instância narrativa, ou seja, a quem reconhecemos pela voz de Egéria. Afinal, até que

²³⁰ Mary Campbell (1991: 6).

²³¹ Sobre o processo de alegorização, ver Sabine MacCormack (1990: 28).

²³² Ora Limor (2006: 323).

²³³ Egéria (1998: 116 e 117).

²³⁴ Um exemplo de eulogia mencionado por Egéria: «após termos recebido as *eulogias*, isto é, os frutos do pomar de S. João Baptista (*id est de pomario sancti Iohannis Baptistae*)» (Egéria, 1998: 134 e 135).

²³⁵ Egéria (1998: 92 e 93).

ponto podemos considerar o *Itinerário* resultado exclusivo de uma experiência de viagem? Leo Spitzer pondera essa exclusividade, sublinhando que o *ego* da enunciação cumpre apenas uma função didática em um texto de matriz exemplar. Essa função, como observa o crítico, será largamente difundida durante a Idade Média, colocando em causa a própria subjetividade autoral. Na base da sua argumentação salienta o excessivo número de descrições estereotipadas do espaço e, por um ponto de vista macroestrutural, reverberado em proposições dialógicas – a narradora está sempre a interpelar os seus guias com perguntas – aos moldes das cartilhas retóricas clássicas²³⁶.

Em linhas gerais, a colocação de Spitzer se dirige melhor a textualização do espaço egeriano do que a sua experiência de viagem propriamente dita. A questão do estereótipo evidentemente é redutora e deve ser realocada, como vimos, sobre as funções de interlocução que se complementam em determinado imaginário – a tal imaginação sacramental. Resultam desse processo os primeiros traços de uma estética paisagista, um dos pontos centrais que deveríamos reter desta leitura. Por conseguinte, a interpretação do espaço literário se deve a uma mais complexa amplitude, envolvendo inclusive uma descontinuidade temporal promovida por uma narrativa sagrada sempre a ser alcançada na representação desse espaço. Essa cosmovisão de base, paulatinamente, irá ganhando novas formas em outras narrativas de viagens, espraiando-se por concepções de paraísos terrestres e estilemas deles derivados a outras circunstâncias descritivas, como veremos ao longo desta tese.

Voltando finalmente ao *Itinerário*, somos conduzidos por um circuito permeado por constantes novas ramificações. A essa dinâmica devemos um estado de ânimo empolgante da nossa narradora, um frêmito motivado ora pelo comovente encontro de uma antiga amiga²³⁷, ora simplesmente provocado pela sua reverberante curiosidade: «Então eu, como sou muito curiosa (*Tung ego, ut sum satis curiosa*)»²³⁸. Esse tipo de sentença leva a uma indagação sobre, afinal, o que deve ser visto e registrado de uma jornada peregrina? A fronteira entre o sagrado e o mundano correu em mais alargadas discussões conceituais e no seu centro gravitava a natureza da *curiositas*.

²³⁶ Leo Spitzer (1949: 249).

²³⁷ Refiro-me a Martana: «Quando me viu, que alegria para ela e para mim! Como poderei descrevê-la? (*Quae me cum uidisset, quod gaudium illius uel meum esse potuerit, nunquid uel scribere possum?*)» (Egéria, 1998: 164 e 165).

²³⁸ Egéria (1998: 136 e 137).

São Jerônimo, autor que dará sequência a este trabalho, cuja obra ajuda a alavancar os pilares do cristianismo²³⁹, enclausura a curiosidade sob a ótica da estrita edificação do espírito; não muito diferente de Santo Agostinho que, por exemplo, nas suas *Confissões*, chega a postular a curiosidade, ao lado da vaidade e da soberba, como as três grandes tentações a serem reprimidas. Vale lermos o excerto:

existe na alma, disfarçado sob o nome de conhecimento e ciência (*nomine cognitionis et scientiae paliata*), uma espécie de apetite vão e curioso (*uana et curiosa cupiditas*), não de se deleitar na carne por meio dos mesmos sentidos do corpo, mas sim de sentir por meio da experiência da carne (*sed experiendi per carnem*). Visto que esse apetite está no desejo de conhecer, e que os olhos ocupam o primeiro lugar entre os sentidos em ordem de conhecimento, ele é designado na Escritura por concupiscência dos olhos (*concupiscentia oculorum*)²⁴⁰.

Nota-se a contraposição a uma carnalidade que, em última instância, conduzirá a um projeto estético teológico antinaturalista, posto ser a natureza visível apenas rastro, senão distração, da matéria divina²⁴¹. Em verdade, Agostinho retoma da Antiguidade essa duplicidade semântica da curiosidade, entre a sede do saber e o supérfluo, decretando, já como uma nova epistemologia, uma verdadeira ciência do espírito²⁴². Não percamos de vista essa discussão quando analisarmos certo laconismo referencial nos próximos relatos de peregrinação que compõem este capítulo.

2. *Epitáfio de Santa Paula*, de Jerônimo: viagem sob os olhos da fé

Respondendo a Paulino, a quem a vida monacal solitária de Jerusalém começava a interessar, Jerônimo acaba por o persuadir em caminho contrário: «*Non Hierosolymis fuisse, sed Hierosolymis bene uixisse laudandum est*»²⁴³ – algo traduzido como: «não é

²³⁹ Jerônimo (347-420), natural de Estridão, deixou uma extensa obra, dispersa entre hagiografias, epístolas e, sobretudo, o legado da tradução latina da Bíblia, a conhecida *Vulgata*.

²⁴⁰ Agostinho (2000: X, 514).

²⁴¹ A transcendência espiritual deveria ser explorada na interioridade do ser, onde se guarda na consciência uma memória divina. Para uma leitura aprofundada desse aspecto da obra de Santo Agostinho, ver Jorge Coutinho (2016: 90).

²⁴² A *curiositas* latina deriva, por sua vez, não apenas do vocábulo grego *periergia* (περιεργια), como se costuma rastrear, mas também de *polupragmon* (πολυπραγμων), cujo sentido estará mais próximo a circunstâncias excessivas ou «busy about many things», como o traduz Joseph Torchia (2013: 28). Em Cícero, a duplicidade da curiosidade estava ligada tanto a uma ação prática por meio da *sophia* quanto por desejos supérfluos e individualistas da *phronesis* (Walsh, 1988: 79).

²⁴³ Trata-se, pela enumeração atual, da epístola 58 (Jerônimo, 1962: 508).

de se louvar ter estado em Jerusalém, mas sim de ter vivido bem em Jerusalém». O patriarca distingue assim em sua resposta duas concepções da cidade: a primeira física e a segunda, realmente importante, aquela que pode ser interiorizada, independentemente de uma vivência *in loco*. Na sequência dessa epístola, chega a mencionar, entre outros exemplos, o de Santo Antônio, o eremita, cujas virtudes não se mingam por nunca ter estado presente na cidade santa²⁴⁴.

Com efeito, a intenção de Jerônimo era antes alertar para um movimento deambulatório, vão, descolado de uma pragmática espiritualizante. Nesse sentido, o relato da peregrinação de Paula, este que nos faz aproximar o autor e as narrativas de viagens, acaba por ser um texto de matriz exemplar. Tenhamos atenção para o fato de se tratar apenas de um excerto estratégico dentro de uma proposta genológica mais abrangente, nomeadamente o *Epitaphium Sanctae Paulae*, redigido em memória da futura santa por volta do ano 404, em Belém²⁴⁵. Também conhecida por epístola 108, dela tal relato ocupa cerca de um terço do plano diegético, funcionando como uma travessia biográfica, um ponto de rotação entre a vida cidadina aristocrática romana e aquela que a iria consagrar e consumir o resto dos seus dias no internato do monastério²⁴⁶.

À primeira vista, a epístola teria como destinatária Eustóquia, a única filha de Paula a acompanhar pelas veredas peregrinas, o que não impedia, evidentemente, uma projeção intencional mais alargada do seu discurso. Nesse sentido, também para cimentar o caráter exemplar e moralizante do texto, Andrew Cain²⁴⁷ chama nossa atenção para a presença, em certos passos, da figura de um *lector*, a quem Jerônimo se dirige como quem procura um auditório: «Deseja o leitor saber o valor das suas virtudes? (*Vult lector breuiter eius scire uirtutes?*)»²⁴⁸.

Já agora, se o relato de viagem que nos interessa possui uma função de instrução empírica ou, simplesmente, se se pode tomá-lo como um guia, não parece ser esta a intenção de Jerônimo. Façamos um breve resumo do percurso: Paula sai de Roma, por

²⁴⁴ Jerónimo (1962: 509).

²⁴⁵ Irei utilizar a tradução para língua portuguesa dos capítulos relativos ao relato de viagem realizada por Maria Cristina Martins (2020). Entretanto, tenho comigo a tradução espanhola de todo o epistolário de Jerônimo, a cargo de Daniel Ruiz Bueno (1962), para cotejo e eventuais consultas do restante do *Epitaphium* e das demais cartas do nosso autor. Ambos partem da versão latina de Jérôme Labourt ([1955] 2003), cuja transcrição, doravante, será feita.

²⁴⁶ Conjecturando acerca da biografia de Paula, Daniel Ruiz Bueno aponta como decisiva para sua partida à Palestina a morte do seu marido, Teoxico, em 379. Três anos depois, Paula teria conhecido Jerônimo, em Roma, quando juntos pensaram na sua mudança definitiva para Belém, ocorrida em 385. Morreria, conforme o ano do *Epitáfio*, em 404 (*in* Jerónimo: 1962: 250).

²⁴⁷ Andrew Cain (2010: 117).

²⁴⁸ Jerónimo (1962: 254).

via marítima, posto o inverno ter terminado²⁴⁹, em direção ao Chipre. Nesse caminho, cruza as calmarias do mar Adriático e, triunfante, avança pelo cabo Maleia e pelas ilhas Cíclades, descritas brevemente sob o adorno dos versos de Virgílio: «*sparsasque per aequor Cycladas, et crebris... freta concita terris*»²⁵⁰. Do Chipre, após uma estadia de dez dias e inumeráveis trabalhos de caridade, parte ao porto de Selêucia e, em seguida, à Antioquia, de onde rumará aos lugares sagrados montada em animal apropriado, ou seja, um «burrinho (*asello*)»²⁵¹. Para a descrição restante da viagem, Jerônimo faz uma advertência:

Deixo de mencionar a sua viagem à Celessíria e à Fenícia (*Omitto Syriae Coeles et Phoenicis iter*) (pois decidi não escrever todas suas viagens (*neque enim odoeporicon eius disposui scribere*)); mencionarei tão somente os lugares que estão contidos nos livros sagrados (*ea tantum loca nominabo, quae sacris uoluminibus continentur*)²⁵².

A questão colocada tem implicação na genologia do texto. Quer assim esclarecer que a viagem narrada não contará com certo grau descritivo esperado e, de balde, uma orientação instrumental com exaustivas medições e circunstâncias de trajeto, modelo tal não muito diferente de um *Itinerário* como o de Egéria. Contudo, não deixa de utilizar o termo *iter* e, talvez por erudição, faz o contraponto a partir do seu sinônimo, de matriz grega, *odoeporicon* (ὄδοιπορικόν)²⁵³. Como mostra Susan Weingarten, à época de Jerônimo havia uma tendência, nos círculos romanos letrados, de produção de itinerários em versos e com teor satírico²⁵⁴. De alguma forma, penso que isso pode ter acentuado a sua opção por uma estrutura dissemelhante, cuja saída encontrara suprimindo essa funcionalidade da narrativa e a abrindo para uma via de maior alegorização do espaço, como veremos adiante.

Em terra, a excursão pelo território palestino será onde a narração irá se concentrar, mas a extensão do trajeto alcançará Alexandria, antes do referido recolhimento à Belém. A textualização dessa viagem é feita pelas usuais marcações periplográficas que dão movimento e sequência ao itinerário, muito embora seja omissa em números de distância e de tempo. Alterna-se entre sequenciais saltos de cidade em

²⁴⁹ «*Tandemque exacta hieme, aperto mari*» (Jerônimo, 2020: 208).

²⁵⁰ «pelas dispersas superfícies planas de Cíclades, e pelos espessos estreitos efervescentes de terras» (Jerônimo, 2020: 210).

²⁵¹ Jerônimo (2020: 210).

²⁵² Jerônimo (2020: 210-211).

²⁵³ A tradução espanhola de Daniel Ruiz Bueno é mais esclarecedora quanto ao sentido do termo *odoeporicon*: «pues no me he propuesto escribir un *diario de viaje*» (Jerónimo, 1962: 260).

²⁵⁴ Susan Weingarten (2005: 223).

cidade, intercalados por efêmeros sinais sagrados e, por onde atinge a sua profundidade, relatando a experiência de Paula com o espaço.

A recorrência de narrativas de viagens parcelares ou de um *excursus* geográfico, melhor assim colocado, em textos com mais abrangente proposta, como é o presente caso do *Epitáfio*, areja-nos a leitura às influências que ao longo do tempo foram sendo por elas absorvidas. Particularmente os relatos de peregrinação condensam uma gama significativa de diferentes matrizes textuais, a começar pela sobreposição do espaço dos livros sagrados. Outra direção importante é pela consolidação do gênero hagiográfico, cujas primeiras referências não distam do horizonte do patriarca²⁵⁵.

Analisando esse processo formativo das popularmente conhecidas como “vidas de santos”, Georgia Frank o aproxima do gênero corrente das histórias (*historiai*), já ele estruturado com inserções estratégicas de persuasão apoiadas em *excursus* geográficos. Contudo, a autora aponta para uma diferença tendencial importante entre ambas no que tange a instância narrativa, desvanecendo esse narrador usualmente autodiegético, de postura autoconsciente («self-conscious») da linha historiográfica, para o distanciamento de um relator agora inclinado a uma gama de artifícios retóricos, de vibrante visualidade, para a construção da personagem em questão, um «self-effecting», como o define²⁵⁶.

É característico do *Epitáfio* encontrar soluções representativas calcadas em elaborados processos estilísticos que, caso queiramos traçar um breve paralelo à espontaneidade de Egéria, criam filtros mais densos entre a natureza da experiência e a literariedade do relato. Vejamos, por exemplo, a seguinte passagem: Paula acabara de conhecer os lugares sagrados de Belém e, em plena comoção, avança em estado de êxtase pelas estradas que levam a Gaza:

Imediatamente, com o passo apressado (*concito gradu*), começou a caminhar em direção à velha estrada que conduz a Gaza, para a riqueza e potência de Deus (*ad potentiam uel ad diuitias Dei; et tacita secum uoluerit*²⁵⁷); como o eunuco etíope, que prefigura os povos gentios, mudou sua própria condição (*mutauerit pellem suam*): enquanto relia o Velho Testamento, encontrou a fonte do Evangelho²⁵⁸.

²⁵⁵ Como é sabido, Jerônimo escrevera a *Vita Pauli heremitae* e, pouco antes, Atanásio de Alexandria, com sua *Vita Antonii*, davam assim os primeiros contornos do gênero hagiográfico.

²⁵⁶ Georgia Frank (2000: 41).

²⁵⁷ Diferentemente do que vemos aqui, a tradução espanhola de Daniel Ruiz Bueno não deixou passar esse estado de espírito meditativo da personagem: «y, calladamente, meditaba dentro de sí misma» (Jerónimo, 1962: 265).

²⁵⁸ Jerônimo (2020: 216).

Jerônimo parece pressupor que o seu leitor conheça previamente a cartografia palestina e então omite, como já dito, circunstâncias referenciais sobre distância, tempo, qualidade da estrada, nem ao menos as usuais advertências sobre as condições de segurança são apontadas, o que também nos conduz a um espaço inclinado ao descolamento da realidade empírica. Dessa forma, a passagem de Paula traz consigo certos rebatimentos imagéticos que tendem a consagrá-la pela imaterialidade espiritual. A comparação com o eunuco etíope²⁵⁹ sugere, a princípio, uma humildade serviçal, mas aponta igualmente para uma espécie de transsubstanciação na qual a futura santa encarna fisicamente uma mudança: «*mutauerit pellem suam*»²⁶⁰.

Com efeito, a diluição das fronteiras espaçotemporais resulta em modos mais persuasivos de apresentação das narrativas sagradas, com Paula podendo participá-las por uma espécie de suspensão de planos de vivência. Tal processo é particularmente acentuado na descrição da manjedoura de Cristo, quando Jerônimo, em raro momento, se permite testemunhar a passagem:

Eu que escutava (*Me audiente*), jurava que ela via com os olhos da fé (*fidei oculis*) a criança enrolada nos panos, e vagando no presépio, os Magos adorando Deus, a estrela que brilhava em cima (*stellam fulgentem desuper*), a Virgem mãe, o pai zeloso, os pastores que vindos de noite para que vissem a palavra que havia sido realizada (*ut uiderent uerbum quod factum erat*), e então para que afirmassem o início do evangelho de João: “No princípio era o Verbo”, e “o Verbo se fez carne”²⁶¹.

Há uma disposição cenográfica da passagem, partindo da centralidade da criança para um ordenamento sucessivo de quadros, cada qual ilustrando um personagem e um movimento dramático: a adoração dos magos, a fisionomia zelosa de José, os pastores que atravessam a noite ou a estrela brilhante. A preocupação estética, uma legitimação hipotipótica tributária de elementos prosopográficos e de certa luminosidade que dão, amplamente, a tonalidade efrástica à cena, é acionada, por sua vez, por aquilo que Jerônimo nomeia como os olhos da fé (*fidei oculis*). Para além de sugerir a uma apropriação comprometida do conceito aristotélico de fantasia ou de «olhos mentais», os olhos da fé se tornam um canal profundo no qual a palavra, no seu ímpeto materializante,

²⁵⁹ A figura de um eunuco etíope aparece tanto em Jeremias (38, 7) quanto nos Atos (8, 27).

²⁶⁰ Relativo à palavra «*pellis*», encontramos não somente o sentido genérico de aparência, mas também uma mais literal associação à pele ou ainda à textura do couro (Bianchet e Rezende, 2014: 367). Susan Weingarten (2005: 233), por sua vez, avulta a hipótese de Jerônimo recorrer a estereótipos satíricos ao construir esse incomum bronzeamento de Paula.

²⁶¹ Jerônimo (2020: 214).

se realiza em concretude, se presentifica no espaço da leitura. Georgia Frank, na sua interpretação, sublinha a aproximação da moralidade à retórica e justamente nesse ponto temos um cerceamento da curiosidade, posto os olhos da fé imperativamente serem direcionados a uma lição exemplar: a devoção de Paula²⁶².

Entre a reivindicação de um passado mítico e a constatação da experiência da viagem, posto ser dessa tensão que emerge o espaço desses primeiros relatos de peregrinação, um elemento que ganha destaque são as ruínas. O ponto de partida no *Epitáfio* parece ser derivado da sua predisposição ao gênero das *consolationes*, onde as ruínas se consagravam habitualmente como um lugar-comum, uma metáfora do corpo que se esvai, em detrimento de um espírito memorialístico remanescente²⁶³. Um tom exemplar acompanhará a presente visão arruinada, como podemos ver, adiante, através das portas de Sião:

Não essas portas (*Non eas portas*), que hoje percebemos como destruídas em fagulhas e cinzas (*quas hodie cernimus in fauillam et cinerem dissolutas*), mas as portas nas quais o inferno não prevalece, e pelas quais entra a multidão de crentes em Cristo. Aqui se mostra a coluna da Igreja (*Ostendebatur illic columna ecclesiae*) que sustenta o pórtico, manchado pelo sangue do Senhor (*infecta cruore Domini*), no qual foi preso e flagelado. Mostra-se o local (*Monstrabatur locus*) onde havia descido o Espírito Santo sobre as cento e vinte almas, para que se cumprisse o vaticínio de Joel²⁶⁴.

Não seria forçoso traçar um rebatimento de imagens entre o corpo flagelado de Cristo e as portas de Sião, na condição arruinada que se apresenta. No mesmo sentido espiritual, Jerônimo direciona a sua sentença para uma verdade anterior, perpetuada pela coluna que ainda preserva o sangue do martírio. O espectável miraculoso é reforçado por uma carregada sinalização linguística do visível, através de conjuntos verbais, adverbiais e dêiticos. Poder ver a perpetuação do episódio narrado também se torna fulgurante pelo impacto disfórico da paixão – em traços leves, claro está, caso queiramos nos antecipar a uma comparação com os futuros relatos de peregrinação influenciados pela literatura martirial dos séculos XVI e XVII²⁶⁵.

Em suma, os olhos da fé são devedores dos olhos mentais da fantasia, mas por diferente disciplina. Isso não impede a abertura a um mais amplo imaginário, oriundo

²⁶² Georgia Frank (2000: 20).

²⁶³ Sobre as *consolationes*, ver Susan Weingarten (2005: 228).

²⁶⁴ Jerônimo (2020: 213).

²⁶⁵ Tal questão voltará a ser abordada no capítulo 5 desta tese, principalmente nas leituras sobre Luís Fróis e Fernão Mendes Pinto.

também do horizonte da escatologia cristã, que irá alegorizar radicalmente a representação do espaço, tornando cada vez mais complexo distinguir as margens da experiência concreta da viagem relatada e a sua abstração. Voltemos mais uma vez ao *Epitáfio* e acompanhemos de um só fôlego a passagem em que Paula contempla em Samaria os túmulos dos profetas João Batista, Eliseu e Obadias:

Aí ela estremeceu com tantos milagres (*Vbi multis intremuit mirabilibus*), de fato via claramente demônios rugirem por diversos tipos de tormento, e, diante dos túmulos dos santos, via os homens uivando com vozes de lobos (*ululare homines luporum uocibus*), latindo (*latrare*) como cães, rugindo (*fremere*) como leões, sibilando (*sibilare*) como serpentes, mugindo (*mugire*) como touros. Via outros tocarem a terra com a cabeça virada para trás, e mulheres suspensas pelos pés, sem que suas vestes caíssem na face. Ela tinha piedade de todos, e pelas lágrimas derramadas por cada um deles, suplicava a clemência de Cristo²⁶⁶.

O apelo é evidentemente sonoro, um aspecto nunca irrelevante da retórica ecfrástica. Já o conteúdo tem uma dimensão que extravasa a expectativa do miraculoso e beira o campo intangível da maravilha²⁶⁷. A escolha dos animais talvez não seja arbitrária, arejando as intermitências do universo simbólico medieval. Por essa linha, chegaremos ao nosso próximo texto, a *Navegação de São Brandão*, derivado das viagens utópicas da Alta Idade Média e conseqüentemente mais um eixo compositivo dessa linha de força das peregrinações.

Para uma síntese breve, o *Epitáfio* composto por Jerônimo realoca, assim, o espaço em uma zona suspensa entre a realidade e a memória sagrada. A geografia se torna indicial para um segundo texto, aquele que privilegia o exemplo da vida de Paula. Podemos aqui aproximar o conceito de «theological cartography²⁶⁸», proposto por Joan Branham em relação a esses primeiros relatos de peregrinação cristã, no sentido de situar o mapeamento territorial característico das narrativas de viagens a partir de uma perspectiva ritualística. Por conseguinte, a descrição da subjetividade da viajante estará condicionada à edificação de novos pilares de adoração, elegendo-a aquilo que deve ser visto, ao passo que torna o próprio trajeto da peregrina como futuro objeto de culto. Ao participar da continuidade dos acontecimentos bíblicos, Paula adquire o *status* do sagrado, recondicionando os fatores empíricos do trajeto.

²⁶⁶ Jerônimo (2020: 220).

²⁶⁷ Como define Jacques Le Goff ([1983] 2010: 20), em resumo, a diferença entre a maravilha e o milagre, no âmbito da cultura cristã, dá-se por ser este um elemento até «restrito» do campo do maravilhoso, visto a sua previsibilidade constitutiva.

²⁶⁸ Joan Branham (2012: 201).

Em sua máxima acepção, a peregrinação é a ascendência de Paula. O rito de passagem que modela o *excursus* geográfico no *Epitáfio* determina uma tendência à pulverização do desenho do espaço concreto a favor de uma intenção de representação alegórica, completamente alcançada no texto a seguir, sob os inóspitos mares do Norte. O quase desconhecido extremo das terras do Oriente Médio, sob o ponto de vista dos centros urbanos do século IV, permitia também o sopro imaginativo percorrer áreas inquestionáveis, sobretudo quando pensados sob a égide dos paraísos terreaux. Peregrinação e transgressão da linha do horizonte também é o que nos conduz à *Navegação de São Brandão*.

3. *Navegação de São Brandão*: peregrinação ao outro mundo

Brennan mac Hua Alta ou, para nossa mais palatável pronúncia, Brandão de Clonfert (480-576)²⁶⁹ foi um abade irlandês, posteriormente santificado pelo apostolado junto aos já referidos mares do Norte. Somando-se a sua quase centenária existência, são identificados alguns pontos factuais e factíveis da sua biografia, como o local de nascimento na atual Adfert, uma origem familiar abastada e a fundação de mosteiros ao longo da Grã-Bretanha²⁷⁰. De fato, foi figura conhecida em seu tempo e, sobretudo, para além dele. A primeira transcrição de uma lenda oral em seu nome possivelmente é anterior ao século IX, sob o título *Egressio familiae Brendani*, hoje perdida²⁷¹. Até o século XVI, como mostra John Anderson, podem ser contabilizados cerca de 120 manuscritos, com ramificações semânticas diversas, o que mostra a vivacidade da presença de Brandão no imaginário popular europeu²⁷².

Em Portugal não foi diferente. São dos arquivos monásticos portugueses as duas versões latinas remanescentes da *Nauigatio Brendani*, cuja edição crítica que utilizo fica a cargo de Aires Nascimento. Como detalha o autor, a versão tradicional vem de dois manuscritos produzidos no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, por volta do século XII, e será esta a base da nossa leitura. A segunda versão deriva de uma reescrita elaborada na corte inglesa do século XII, a conhecida versão Benedeit, copiada em Alcobaça no século

²⁶⁹ A designação de Brandão de Clonfert também é uma maneira de o diferenciar do seu contemporâneo, igualmente abade irlandês, Brandão de Birr (Benito Ruano, 1951: 37).

²⁷⁰ Para mais detalhes da sua biografia, ver Aires Nascimento (*in* Brandão, 1998: 7-11).

²⁷¹ John Anderson (1988: 315).

²⁷² John Anderson (1988: 315).

XIII²⁷³. Não há substancialmente grandes alterações entre ambas, pelo menos no que tange ao encadeamento do enredo. Contudo, a comparação trará valiosos contributos na análise de alguns episódios isolados²⁷⁴.

A aproximação da *Navegação de São Brandão* ao nosso *corpus* responde primeiramente a uma expectativa de observarmos alguns desdobramentos semânticos e estruturais dos relatos de peregrinação ao longo do tempo. Não segue o caminho a Jerusalém, muito embora a memória representativa do seu espaço irradie nessa nova composição enigmática que termina com a «Terra da Promissão dos Santos», o seu salvífico destino. Teremos atenção não apenas à linguagem construtora desse *topus* paradisíaco, mas também ao exercício meditativo em torno da viagem e a projeção estimulante de uma geografia para além da fronteira dos mares.

A chave de leitura deste texto consiste em entender, e transcrevo Ana Isabel Martín Ferreira, «la doble posibilidad que se presenta de relatar viajes imaginarios como reales y, al contrario, de relatar viajes reales con tintes imaginarios»²⁷⁵. Concretamente, a ilha de São Brandão passou a existir na cartografia oceânica desde meados do século XII, flutuando fantasmática durante toda a era das explorações marítimas – e mais além²⁷⁶. São férteis os desenlaces da sua localização; no entanto, podemos nos perguntar até que ponto tais coordenadas podem ser deduzidas da narrativa brandaniana. A sedução começa pela residual notação periplográfica na estimativa de algumas distâncias e, com maior grau de abstração, na interpretação indicial da topografia das ilhas alegóricas descritas durante o itinerário. Façamos, portanto, uma breve síntese da *Navegação de São Brandão*.

A história começa com um relato de Barinto sobre a sua viagem à dita «*Terra Repromissionis Sanctorum*»²⁷⁷. Podemos interpretá-lo funcionando como uma *mise en abyme* resumida ou como uma autorização à predestinação de Brandão ao encontro do mirífico lugar. Fato é que após ouvir e se deixar encantar pelas características desse paraíso (voltaremos adiante a esse ponto), o nosso monge passa a organizar uma expedição com outros catorze religiosos e juntos «construíram um pequeno barco muito ligeiro (*fecerunt nauiculam leuissimam et miserunt*)»²⁷⁸ a fim de alcançá-lo. Costuma-se

²⁷³ Aires Nascimento (*in* Brandão, 1998: 69-73).

²⁷⁴ Sobre as semelhanças e comparações entre ambas as obras, ver também Fremiot Hernández González (1992) e Jude Mackley (2008).

²⁷⁵ Ana Isabel Martín Ferreira (2006: 29).

²⁷⁶ Aires Nascimento (*in* Brandão, 1998: 55) indica a última presença da ilha no atlas de Stieler, de 1847, algures no oceano Índico.

²⁷⁷ Brandão (1998: 84).

²⁷⁸ Brandão (1998: 84 e 85).

associar esse barco a um «curach» ou «coracle», com surpreendente capacidade de navegação²⁷⁹. Feito isso, partem da costa irlandesa, num local antes conhecido por «*Sedes Brendani*»²⁸⁰. Pelo mar, adentramos em um labiríntico percurso cíclico repetido anualmente entre as mesmas longas calmarias, irrupções fantásticas e ilhas alegóricas. Vencida tal provação após sete anos, atingem o objetivo e lhes é facultada a capacidade de voltarem.

Retornemos agora ao início da viagem. Para visualizarmos um pouco do que fica dito, destaco a descrição da navegação até chegarem na sua primeira etapa, a ilha deserta:

Subindo S. Brandão para o barco (*Ascendens sanctus Brendanus nauem*), puseram-se a navegar contra o solstício estival (*ceperunt nauigare contra solsticium estiuale*). Quinze dias depois, porém, cessou o vento e puseram-se a navegar a pulso até desfalecerem. (...) Passados quarenta dias e esgotados todos os mantimentos, apareceu-lhes pelo lado norte uma ilha muito pedregosa e escarpada (*apparuit eis insula ex parte septentrionali ualde saxosa et alta*). Durante três dias andaram em volta (*circuissent*) dela sem encontrarem um porto, mas ao terceiro dia descobriram a entrada de acesso²⁸¹.

O jogo entre o mimético e o simbólico cria as ambiguidades necessárias para a revelação do espaço permanecer sob a ordem velada da *obscuritas*. Apesar da notação geográfica apresentar certa coerência, primada por alguma plausibilidade nas indicações de direções e nos residuais contornos topográficos da ilha, já o tempo parece respeitar a diferente propósito. O que se nota é o rebatimento constante da ideia de um plano cíclico, do pequeno episódio ao mais amplo sentido escatológico da obra. Essa circularidade acaba por ser uma sucessão de etapas probatórias que definem a vida peregrina, cujo modelo de redenção pode e deve ser associado aos episódios da vida de Cristo ou, mais pontualmente, a uma metáfora do seu Calvário²⁸².

Semelhante questão é posta no passo seguinte do seu itinerário, mas com argumentos mais estimulantes. Considerando a continuidade da navegação em sentido ao «solstício estival», como vimos acima, o barco se deparará com uma nova ilha, «uma ilha com várias fontes (*diuersis fontibus*) e junto de uma grande vastidão de águas repletas de peixes (*aquas largissimas plenas piscibus*)». Soma-se a esses elementos a presença de

²⁷⁹ Cf. Aires Nascimento (*in* Brandão, 1998: 126) e Jude Mackley (2008: 84). A este propósito, um destaque especial merece a célebre expedição liderada pelo geógrafo e escritor Tim Severin, em 1978, que retraxa a bordo de um *coracle* uma suposta trajetória da *Navegação de São Brandão* escalando o Atlântico Norte até a costa canadense. Tal experiência pode ser lida em *The Brendan Voyage*, publicada no mesmo ano.

²⁸⁰ Brandão (1998: 84). Lido hoje como a Península de Dingle, ponto mais ocidental da Irlanda.

²⁸¹ Brandão (1998: 86 e 87).

²⁸² Cf. Jude Mackley (2008: 97). Sobre a circularidade e o propósito da redenção final, ver também Dolores Corbella (1991: 133).

«ovelhas em rebanhos vários (*oues et diuersi greges*) todas alvas e grandes como vacas (*omnes candide et magne ut boues*)»²⁸³. Não seria forçoso admitir uma correlação de tais características às ilhas Faroe, ancestral abrigo da ovinocultura²⁸⁴. Entrementes, o tempo diegético nos situa nas festividades da Páscoa, cujo sacrifício do «cordeiro imaculado (*agnum immaculatum*)» compõe a oferta ritualística.

Essa idealização do espaço se desdobra com alguma plasticidade nos diversos episódios que compõem a *Navegação de São Brandão*. Primeiramente, ainda por um plano conceitual, vemos a suspensão a um tempo mítico operar uma transcendência mais radical em relação ao que vínhamos acompanhando nos relatos de peregrinação anteriores. Aqui, derivada do ascetismo exemplar da vida monacal, a passagem sobre a ilha do «santo padre Albeu» nos permite, em particular, imaginar um estado corporal onde «não nos servimos de nada que precise ser preparado ao lume nem sentimos frio ou calor, doença ou envelhecimento nos nossos membros (*frigus aut estus aut languor nec senectus in membris nostris est*)». Tenhamos atenção a um modelo imagotípico recorrente em diversas projeções paradisíacas alçado pelo equilíbrio climático e pela imortalidade. O mosteiro de Albeu conta ainda com o privilégio de uma iluminação eterna, de uma «seta de fogo (*sagitta ignea*)» que desce do céu até as suas lâmpadas, «o qual não se extingue (*qui non exurit*)»²⁸⁵, posto arder como a sarça de Moisés.

Claro está que a presença das escrituras sagradas continua sendo operativa na construção de um espaço não somente circunscrito à geografia bíblica. Vejamos, por exemplo, o fundamento da perfeição simétrica, costumeiramente alusivo às visões de Ezequiel²⁸⁶. Vemo-lo na descrição da ilha de Paulo, o eremita: «era efectivamente uma ilha pequena e de forma redonda (*insula parua et rotunda*) com quase um estádio tanto à largura (*latitudinus*) como ao comprimento (*longitudinus*) e também em altitude (*altitudinus*)»²⁸⁷. Igualmente estranha é a proporção lateral de uma misteriosa «coluna no mar (*columna in mare*)», com «quatro lados de mil e 400 côvados (*cubitis*) em cada um (*mesura erat per unumquodque latus*)»²⁸⁸.

²⁸³ Brandão (1998: 88 e 89).

²⁸⁴ Em dinamarquês, «Faer-Eyjaer», a ilha das Ovelhas, a duzentas milhas náuticas da costa irlandesa, foi também o destino seguido pela já referida viagem de Tim Severin (1978: 105).

²⁸⁵ Brandão (1998: 96 e 97).

²⁸⁶ Em particular, as proporções do templo descritas em Ezequiel (40 a 48).

²⁸⁷ Brandão (1998: 110 e 111).

²⁸⁸ Brandão (1998: 104 e 105).

Deriva de um amplo sincretismo religioso a função desse elemento exógeno que é a coluna na *Navegação de São Brandão*²⁸⁹. Em dada altura, abre-se uma janela e é oferecido um cálice de cristal a Brandão. A versão tradicional é bem sucinta na sua descrição, enfatizando a sua altura, «mais alta que a camada de ar (*nam altior erat quam era*)», a sua cor prateada e o cristal como o seu único elemento, «*Color eius argenteus et uelut cristallus clarissimus*»²⁹⁰. Já a versão Benedeit apresenta o mesmo episódio sob um diferente viés. A coluna, agora densamente iluminada, passa a ser um templo onde inclusive se consagra uma missa. Nesse seu interior, o grau de visualidade se torna minucioso e exuberante:

Ele, logo que dera entrada, depara com um altar de esmeralda (*smaragdinum uidet altare*) cujas colunas descem até ao mar. O sacrário, esse, era composto de sardónicas (*Sacrarium uero erat ex sardonibus*), o pavimento de calcedónicas (*pauimentum ex calcedonibus*). E vêem (*uident*), numa coluna maior, três colunas menores que sustentam tudo aquilo. As lâmpadas são de berilo e por isso não temem qualquer perigo (*Lampades sunt de berillo, qua re nullum timent periculum*)²⁹¹.

Essa representação descritiva aditiva demarca uma importante diferença entre as duas versões da *Navegação de São Brandão*, pelo menos entre essas que circularam nos alvares do horizonte português. O nosso interesse aqui é sondar os imaginários da viagem e as projeções espaciais literárias derivadas deles. Calculemos, pelo contraste dessas versões, os contornos de um paraíso terrestre incrustado nas bordas orientais do oceano²⁹². Pelo texto tradicional, a saga peregrina de Brandão e dos seus companheiros encontrará ao fim de «quarenta dias», navegando «em direção a uma praia do oriente (*contra orientalem plagam*)», uma «luz imensa (*lux ingens*)» que anunciava a chegada na Terra da Promissão. Basicamente se estrangula em um curto parágrafo o conjunto visual desse encontro:

avistaram uma terra espaçosa e coberta de árvores de fruto (*uiderunt terram spaciosam ac plenam arboribus pomiferis*), como no tempo do outono (*sicut in tempore autumnali*). Deram volta (*Cumque circuissent*) àquela terra e não lhes sobreveio qualquer indício de noite. Alimentavam-se apenas dos frutos e bebiam das fontes e assim durante quarenta

²⁸⁹ Para uma introdução à significação da coluna na obra, da simbologia bíblica ao folclore nativo, ver a nota de Aires Nascimento (*in Brandão*, 1998: 132) e os estudos de Jude Mackley (2008: 195).

²⁹⁰ Brandão (1998: 102 e 103).

²⁹¹ Brandão (1998: 170 e 171).

²⁹² Dolores Corbella (1991: 140) sublinha essa perspectiva direcional ao oriente nas versões da *Navegação de São Brandão*, cuja tradução do simbolismo medieval remete à espiritualidade, ao passo que as referências ao ocidente marcam, por sua vez, a materialidade da experiência vital.

dias percorriam aquela terra toda sem conseguirem chegar ao fim dela (*perlustrabant terram illam totam et non poterant finem illius inuenire*)²⁹³.

Ademais, uma nota lateral sugere a presença de pedras preciosas, posto ser indicado a Brandão levar consigo as suas «gemas (*gemis*)». Em resumo, a ideia de perfeição que alicerça a passagem se instala pela ordem da abundância, da estabilidade climática (sendo o outono o seu parâmetro) e da intangibilidade do espaço, cujo infinito remete a própria condição espiritual que se sobrepõe à materialidade mundana. Já na versão Benedeit, o paraíso se oferece mais palpável e tentador. Reparemos na sua primeira imagem, quando se revela uma muralha de valor incalculável sobre o mar:

Havia, porém, gemas encastoadas nas paredes que resplandeciam intensamente (*ualde resplendebant*). Eram de toda a espécie de pedras preciosas (*omni genere lapidis preciosi*) com que as paredes estavam embutidas: de jaspe com jacintos, de cristal com berilo, de ametista com sardónicas, de esmeralda com topázios. Estas pedras transmitem brilho umas às outras (*qui omnes ad inuicem sibi splendorem prebent*)²⁹⁴.

A notação inventariante das pedras preciosas, em contraste com a referência antes indeterminada das gemas, indica-nos uma guinada tendencial do discurso descritivo quando acionado ao campo da imaginação. Mesmo a presença da iluminação, reforçada nessa passagem pela sugestão das cores aproximadas e por um apelo estilístico superlativo, deriva, por sua vez, de uma releitura do elemento luz presente na versão tradicional da *Navegação de São Brandão* simplesmente como a composição do divino: «a sua luz é Cristo (*lux enim illius Christus est*)»²⁹⁵. Entretanto, retomemos, a título de comparação, o seguimento da narrativa da versão Benedeit, onde se transparece a matriz originária do texto:

Depararam (*Viderunt*) realmente com uma terra de extrema fecundidade (*fecundissimam*), embelezada de bosques e rios (*siluis et fluminibus decoratam*), ornamentada (*ornatam*) de toda a casta de árvores e de flores, as quais dão fruto sem cessar, tanto no calor do verão como no frio do inverno (*nec calore estatis, nec hyemali frigore cessant*). Aí é contínua a estação temperada e a primavera eterna (*temperata et uer eternum*). Os frutos das árvores e o perfume das flores têm sempre novidade, a floresta está repleta de caça diversa; os rios são abundantes em toda a casta de peixes e deixam correr o leite, o mel escorre em vez do orvalho (*et mel ibi pro rore fluebat*), e são as montanhas de ouro que aí formam o relevo. A quem aí permanece, nenhum mal (*nullum malum*) lhe acontecerá,

²⁹³ Brandão (1998: 114 e 115).

²⁹⁴ Brandão (1998: 186 e 187).

²⁹⁵ Brandão (1998: 114 e 115).

nem fome nem sede nem calor nem intempéries de invernia, nem sofrerá qualquer necessidade, mas tudo aí lhes correrá prosperamente²⁹⁶.

Aproximando os dois excertos, percebemos, por exemplo, que a intangibilidade da paisagem anterior dá lugar a um enquadramento circunscrito do campo visual. Agora, nota-se um trabalho exaustivo junto a representação da abundância, proliferada em diversos outros aspectos como a caça ou a beleza contemplativa da natureza. São tempos diferentes. A secularização do olhar investigativo dava os seus primeiros passos em uma “Europa” que se renovava. A versão tradicional deixa melhor exposta a arqueologia discursiva da lenda brandoniana, mitigada pelo ímpeto reprimido da *curiositas* sobre a matéria mundana²⁹⁷. Já a Benedeit nos situa em novo paradigma, este que nos conduzirá ao contexto dos primeiros relatos de viagens portuguesas, tema dos nossos próximos capítulos.

Fica evidente que a *Navegação de São Brandão* é resultado de sucessivas intervenções que pulverizam a distinção nuclear da sua origem. Podemos, entretanto, seguir o fio condutor da viagem, mais precisamente da navegação, para por ele identificarmos outras camadas que dão corpo ao seu texto. Muitos autores apontam, por exemplo, para o pano de fundo das culturas originárias célticas na composição da história, nomeadamente tributárias de gêneros literários como o *echtrae* e o *immram*. David Dumville define o *echtrae* como uma narrativa popular, de tradição oral pré-cristã, cuja unidade temática é a ação de um herói rumo a um mundo sobrenatural, o chamado «*tír tairngiri*». Sempre sobre as águas, tal viagem exhibe ainda a particularidade do não retorno, o simples «outgoing» para um lugar imaginário²⁹⁸. O *immram*, por sua vez, é a sua releitura cristã, aditivada por essa renovada simbologia do paraíso terrestre, onde podemos enquadrar, com ressalvas, a *Navegação de São Brandão*²⁹⁹.

A própria condição da insularidade irlandesa era um convite à tentação para além dos mares. Situando o lugar sagrado algures nesse horizonte, muitos religiosos imbuídos

²⁹⁶ Brandão (1998: 188 e 189).

²⁹⁷ Sobre uma percepção estética interiorizada, agostiniana, da *Navegação de São brandão*, ver John Anderson (1988: 319).

²⁹⁸ David Dumville (1976: 73-90).

²⁹⁹ Ao concluir o seu ensaio sobre a função da alegoria na *Navegação de São Brandão*, Dorothy Ann Bray (1995: 10) alerta para um grau de sofisticação da narrativa incomum à cultura do *immram*. Um olhar mais alargado nos permite um enquadramento abrangente sob o gênero medieval das literaturas de visões, cujo enredo se concretiza justamente pela busca do paraíso terrestre, exemplaridade cristã e a consequente predestinação das personagens, conforme sintetizou Howard Path (1950: 81).

de um (excessivo)³⁰⁰ espírito ascético e penitencial, assumiam a si um exercício profundo e embarcavam, sob a condição da eternidade, pela longitude sem retorno das águas, faceta peregrina esta denominada por *peregrinatio pro amore Dei*³⁰¹. Observando com alguma sensibilidade, as lições referentes às longas privações na embarcação e o exemplo de Paulo, que gradativamente deixava de se alimentar, inspirando Brandão a um jejum radical, saciando-se somente de «pouquinha água (*aque pauxillum*)» «de três em três dias»³⁰², dão a crer, em seu conjunto, uma funcionalidade instrumental para esse tipo de imersão martirológica. O ímpeto de devoção irrestrita é sublinhado logo ao início da narrativa com a concordância das condições da viagem pelos monges:

Abade, a tua vontade é também a nossa. Porventura, não deixámos a nossa família, não pusemos de lado a nossa herança e não entregamos os nossos corpos nas tuas mãos? Por isso, estamos preparados para irmos contigo seja para a vida seja para a morte (*Itaque parati sumus siue ad uitam siue ad mortem tecum ire*). Basta-nos, aliás, buscar a vontade de Deus (*Vnum tantum tamen est ut queramus dei uoluntatem*)³⁰³.

Por outro lado, a simbiose textual da *Navegação de São Brandão* resulta em uma maior complexidade quanto ao destino dos viajantes. Aqui, nota-se a reprodução de imagens consagradas em antigos bestiários ou, estruturalmente, o esboço derivativo das epopeias. A superação dos desafios de cada etapa percorrida e a predestinação da personagem possibilitam o seu enquadramento como uma «odisseia monástica»³⁰⁴. A fonte do sono, a luta dos grifos ou a distopia da ilha dos ferreiros – tributária do mito de Hefesto³⁰⁵ – ambientam-nos em modelos culturais herdados da Antiguidade, ao passo que são renovados pela ortodoxia cristã. Comparando a refiguração do herói clássico na construção de Brandão, Jude Mackley sublinha a perda dos atributos sobre-humanos, semidivinos, sob um auréola mortal e exemplar de santo, posto não haver sequer a

³⁰⁰ Eloy Benito Ruano (1951: 36) sublinha a particularidade ascética e penitencial do monacato irlandês, inclusive como um problema junto ao clero romano.

³⁰¹ Sobre essa prática, ver Dorothy Ann Bray (1995: 3).

³⁰² Brandão (1998: 113).

³⁰³ Brandão (1998: 84 e 85).

³⁰⁴ Cf. Eloy Benito Ruano (1951: 41).

³⁰⁵ «Seguidamente, oito dias depois, avistaram uma ilha agreste, pedregosa e escarpada, sem árvores nem vegetação, (*uiderunt insulam rusticam atque saxosam scabiosamque, sine arboribus et erbis*) pejada de forjas de ferreiros» (Brandão, 1998: 104 e 105). A ilha dos ferreiros, assim como é descrita, é de recorrente aparição das narrativas de viagens, visto por nós já em Cílix de Carianda. A ortodoxia cristã irá lhe atribuir características infernais ou apocalípticas, como vemos ainda na *Navegação de São Brandão*: «Então toda a ilha apareceu a arder, como se fosse um globo (*Tunc apparuit arsa tota insula illa quasi anus globus*), e o mar fervia como se fosse uma marmitta cheia de carnes, quando levanta fervura ou quando é bem servida de lume. (...) um fedor intenso lhes chegava também ao nariz (*Fetor quoque ingens ad nares eorum perueniebat*)» (Brandão, 1998: 104 e 105).

expectativa dos milagres. Mas, segundo observa a autora, preserva-se em sua gênese algumas funções actanciais como a propriedade de lhe ser permitida a catábase ou o retorno da viagem ao submundo³⁰⁶.

Com efeito, essa confluência de linhas de força discursivas terá reflexo em outras histórias de aventuras marítimas, mais tarde acentuadas pelo desfecho trágico de muitas delas. Vemos aqui, em seu processo formativo, a providência divina concorrendo à mitologia dos monstros, o exemplo de conduta e a advertência da imprudência – como é o caso da fonte do sono ou o da cobiça e a punição pelo roubo do colar na ilha deserta – e ainda, do ponto de vista estrutural, a apresentação dos motivos da viagem, as circunstâncias que a antecedem e um esboço de linguagem técnica de marinharia.

Em suma, devemos frisar a presença da *Navegação de São Brandão* na formulação de um novo horizonte de expectativas que amanhecia no prelúdio da expansão navegacional europeia ou, para nosso interesse mais específico, portuguesa. Um dos seus desdobramentos mais explícitos pode ser confrontado na arquitetura genológica do *Conto de Amaro*, que será visto com melhor atenção no capítulo seguinte. Ambos são textos cujo contributo à estabilidade discursiva das narrativas de viagens se dá tanto do ponto de vista mítico-especulativo quanto linguístico-instrumental, posto oferecem modelos de representação do mundo mais tarde forjados na sua construção do espaço.

*

* *

Segundo Eugenia Popeanga, há uma ambiguidade importante que devemos ter em conta quando inserimos os relatos de peregrinação no campo das narrativas de viagens. A questão colocada é a de que são textos mais voltados para um processo iniciático de experiência pessoal do que norteados pela inscrição da realidade empírica. Ao mesmo tempo, um «modelo libresco, previamente codificado», subalternizará a relação do sujeito com o espaço geográfico percebido. Além disso, toda a alegorização de caráter moralizante será, por sua vez, vinculada a um itinerário, a uma referência espacial concreta e, se não verificável, compreendida pelo menos como possível pelos olhos do leitor³⁰⁷.

³⁰⁶ Jude Mackley (2008: 59).

³⁰⁷ Eugenia Popeanga (1991: 28).

Tal proposição, como é colocada, nos ajuda a entender melhor as imbricações e as particularidades das peregrinações no universo das narrativas de viagens. Entretanto, é avisada alguma cautela para não assumirmos a existência de dois núcleos genológicos distintos, mas sim orientarmos essa discussão para a leitura dessas narrativas de viagens como uma única continuidade discursiva, complexamente heterogênea, na qual os relatos de peregrinação são uma das suas principais linhas de força compositivas, segundo pretendo demonstrar nesta tese.

Visto isso, a seleção do *corpus* deste capítulo foi pensada para nos servir de base para a identificação e a reflexão crítica sobre os relatos de peregrinação, subsumindo a sua gênese e o seu desdobramento na literatura de visões da Idade Média. Tendo em vista as intersecções literárias essenciais observadas em comum nesses três textos, podemos chegar aos seguintes critérios para a sua definição: i) a construção de um espaço literário tributário a um prévio conjunto imagético dependente das sagradas escrituras; ii) a cartografia teológica, ou seja, a condição ritualística dessa construção na qual o peregrino se torna não apenas o exemplo, mas também o próprio objeto de culto; iii) a participação fenomenológica junto ao espaço narrado, com uma particular intensidade promovida pelos recursos retórico-estilísticos que criam o efeito devocional contemplativo da visualidade; e, por fim, iv) a idealização espacial proveniente das projeções miríficas dos paraísos terrestres.

Todos os textos respeitam uma sequencialidade itinerante de ordem periplográfica, isto é, permitem ao leitor elaborar um mapa mental a partir de coordenadas vetoriais linguísticas e geográficas. Há, contudo, reservas no que tange a essa referencialidade, como vimos na proposta de Jerônimo. Ao subestimar o exercício prático da deslocação em prol da concentração meditativa nos locais sagrados, o autor acaba por permitir uma mais acentuada suspensão mítico-temporal da personagem em percurso, portas essas que se abrem à alegorização do espaço, cujo reflexo podemos ver, segundo o nosso exemplo, na *Navegação de São Brandão*.

Tenhamos atenção também a um efeito discursivo dessa tendência, em que os relatos de peregrinação irão absorver novas matrizes líricas e romanescas em sua composição já heterogênea, como pude destacar acima através da identificação de epístolas, epitáfios, *consolationes*, narrativas lendárias diversas, entre outras. A intrusão da subjetividade da personagem viajante, referida pelo alerta de Eugenia Popeanga, terá, por sua vez, desdobramentos importantes na constituição geral das narrativas de viagens,

a começar pelo universo hagiográfico, mas, doravante, nas suas confluências com o gênero das autobiografias.

Em suma, com o conjunto destes dois primeiros capítulos pudemos estabilizar um ponto de partida teórico e conceitual, bifurcado pelas linhas de força da periplografia e das peregrinações, respeitando também uma evolução cronológica que agora nos aprofundará pelos últimos séculos do período medieval. Nossa atenção passará a incidir em alguns textos que nos situam sobre os primeiros registros de viagem portugueses, mas por uma abordagem mais ampla, voltada à investigação das suas projeções empíricas e imaginárias ou, por outra perspectiva, ao prelúdio da era da expansão colonial marítima.

Capítulo III. As primeiras narrativas de viagens no horizonte português: da gênese ao despontar de novos imaginários

Como se sabe, até o século XII, grande parte do território europeu era um bosque impenetrável, com «raros oásis» de povoamento, para utilizarmos a expressão de Aron Gurevitch³⁰⁸. Foi lento e gradual o processo de ampliação das terras aráveis, das pastagens ou da drenagem dos pântanos que inviabilizavam o cultivo e germinavam doenças como a malária³⁰⁹. Em Portugal, tal quadro pode ser estendido até meados do século XV, como sublinha António Oliveira Marques, habitando nos seus recônditos «feras e animais bravios», para além de todo um imaginário criado pelo espaço interdito³¹⁰.

Nesse contexto, a população habituava-se a uma visão passiva, não interativa, perante a natureza³¹¹. Cruzar uma floresta medieval era se comprimir por muros densos de vegetação, com a visibilidade turvada pela imprevisibilidade do caminho e, porventura, confabulada por concepções simbólico-religiosas que atribuíam sentidos ancilários à condição humana a esse espaço. O legado animista da teologia patrística, ou seja, a categorização do mundo conforme uma perspectiva dogmática autocentrada, como conclui Robert Lenoble, mostra-nos que o primeiro entendimento herdado pelo pensamento na Idade Média era, sumamente, «uma ideia moral sobre a natureza»³¹².

Em paralelo, a reflexão filosófica proveniente do mundo árabe, desde o século IX, projetava-se sobre um empirismo crítico no qual o conhecimento se emancipava da fé nos estudos sobre a natureza. Das experiências químicas de Al-Farabi (872-950), dos avanços no campo da botânica feitos por Avempace (1080-1138), da tradução e dos comentários de Averróis (1126-1198) sobre a *Física*, de Aristóteles, um caudal de conhecimento³¹³ renovado chega aos centros da cristandade, concretizando as bases da Escolástica e de toda fortuna literária das primeiras universidades europeias. Assim, gradativamente, a permissão do olhar sobre o mundo sensível vai se libertando dos modelos impenetráveis da teologia patrística.

³⁰⁸ Aaron Gurevitch (1991: 59).

³⁰⁹ Sobre o assunto, ver também Maria Serena Mazzi (2018: 43) e Ferdinand Braudel (1987: 229).

³¹⁰ António Oliveira Marques (1981: 1).

³¹¹ Cf. Martin Locker (2018: 5).

³¹² Robert Lenoble ([1962] 1990: 50).

³¹³ Para um panorama da filosofia medieval do mundo árabe, ver Andrés Martínez Lorca (2015).

A especulação teórica da Baixa Idade Média floresce sobre os questionamentos entre *ratio* e *fidei*. Já Berengário de Tours (1000-1088), célebre teólogo francês, «insistia em que a evidência racional é superior aos argumentos de autoridade»³¹⁴. Mais tarde, Pedro Abelardo (1079-1142) trará a dialética aristotélica para, nas palavras de Eugenio Garin, secularizar «a ciência suprema das estruturas do absoluto» em apenas um «instrumento para articular um discurso válido»³¹⁵. Somando contributos importantes como os de São Boaventura (1217-1274) e, em particular, São Tomás de Aquino (1225-1274), situamo-nos sobre uma nova perspectiva naturalista que irá revolucionar a mentalidade ocidental.

Concomitante a essa nova forma de compreender o mundo sensível, as fronteiras da Baixa Idade Média europeia se alteram significativamente. A unidade administrativa proveniente da formação dos primeiros países irá revitalizar a malha rodoviária do continente, abandonada desde o declínio do Império Romano³¹⁶. Intensifica-se o fluxo de pessoas entre as cidades, os centros intelectuais migram do confinamento dos mosteiros para a urbanidade das catedrais e das universidades, enquanto a eterna itinerância das novas ordens mendicantes irrompe os limites da cartografia medieval³¹⁷. Em 1247, o franciscano Giovanni da Pian del Carpine atravessa a Ásia Central pela Rota da Seda, caminho que será posteriormente imortalizado pelo *Il Milione* ou, para a nossa familiaridade sonora, *As Viagens de Marco Polo* (1298-1299).

Decerto, o livro de Marco Polo impulsionou uma nova expectativa em relação ao mundo conhecido (*oikoumenē*), infiltrando o desejo do maravilhoso em uma cartografia medieval metamorfa, em constante dilatação. Antes dele, já fermentava o imaginário orientalista ocidental as notícias de um célebre presbítero, residindo com grande exército e infindável riqueza em algum espaço não distante dos jardins do Éden. A *Carta do Preste João*, cuja primeira circulação remonta à segunda metade do século XII, ao retomar da escatologia sagrada os seus traços mais exotéricos e exuberantes, proporcionou um profícuo modelo de profusão do detalhamento descritivo que irá, por longo prazo, ecoar

³¹⁴ Cf. Jorge Coutinho (2016: 147).

³¹⁵ Eugenio Garin ([1954] 1989: 115).

³¹⁶ Cf. Maria Serena Mazzi (2018: 39).

³¹⁷ Tal movimento é descrito com detalhes em *O tempo das catedrais*, de Georges Duby ([1975] 1979). Nesse sentido, destaca-se também a leitura de José Ángel García de Cortázar (1996) sobre uma tipologia complexa do perfil do viajante medieval, entre peregrinos, estudantes, diplomatas, cavaleiros andantes, trovadores, entre outros.

por sucessivas propostas de narrativas de viagens, como poderemos ver, em alguma medida, neste capítulo³¹⁸.

Essa breve contextualização histórica nos aponta para um gradativo processo de racionalização e modelização do espaço que permeou os últimos séculos da Idade Média até a sua ruptura paradigmática com a era das explorações marítimas. É justamente nesse interstício que situo o *corpus* deste capítulo. Os quatro textos que orientarão a nossa leitura crítica têm, nesta tese, o propósito de evidenciar certas tendências estruturais, conceituais e literárias dos relatos de viagens, não apenas tributárias, mas também renovadoras dos seus modelos anteriores, devidamente discutidos nas páginas acima. Desse modo, cada uma dessas narrativas nos oferecerá um prisma de observação sobre o horizonte conjectural português, alavancadas pelas linhas de força da periplografia e das peregrinações.

Começaremos, assim, analisando um excerto peregrino contido em a *Vida de São Teotónio*, tido como a primeira narrativa de viagem marítima portuguesa. Para além da vereda por terra sobre os lugares sagrados e o seu subjacente efeito de comoção, interessamos sobretudo a descrição da turbulenta travessia mediterrânica, um notável antecedente discursivo do que, doravante, irá ser potencializado nas narrativas de naufrágio. Ainda sobre o mar, avançaremos para o início das expedições atlânticas encabeçadas por Portugal, em torno da sua geografia insular mais próxima. O relato, por sua vez, parte da pena de Giovanni Boccaccio, uma possível releitura de outros testemunhos *in loco*. Por ele, salvo o contributo de uma mais alargada conjectura geopolítica dos primórdios das explorações, veremos também como se recupera da escrita dos périplos um esboço discursivo que irá antecipar uma nova sistematização inventariante a ser promovida ao longo do tempo. Com esses dois textos encerramos conjuntamente o nosso repertório em língua latina.

O terceiro relato nos levará de volta ao desdobramento das peregrinações a partir da literatura de visões, sob a ordem do *Conto de Amaro*. Ao distinguirmos na sua arquitetura genológica os traços constituintes de prévios modelos de escrita de viagem, especialmente a *Navegação de São Brandão*, poderemos elucidar parte do processo de racionalização de critérios representativos contido nessa narrativa monacal, tanto pela

³¹⁸ Hilário Franco Júnior (2012: 35) esclarece que o manuscrito mais antigo da *Carta do Preste João* é do século XIV, mas nada impede que o seu conteúdo fosse sobejamente conhecido pela rede de informações dos cistercienses de Alcobaça. Sobre Marco Polo, segundo Vitorino Nemésio (*apud* Mejía Ruiz, 1998: 221), chegou de Veneza pelas mãos do Infante D. Pedro, com o século XV avançado.

experiência de navegação quanto na imagem projetada de um paraíso terrestre “urbanizado”. Por fim, será sob a lente da cidade que encerraremos este capítulo, revertendo a nossa atenção investigativa às estratégias compositivas resultantes do testemunho oficial do narrador do *Diário da Jornada do Conde de Ourém ao Concílio de Basileia*.

Em suma, a disposição cronológica que entrelaça tais narrativas muito se atém ao espaço dos séculos XIV e XV, posto estar neste interim não somente uma maior produção textual, mas partir dos seus autores uma mais astuciosa reflexão compositiva literária. Entretanto, recuemos antes ao contexto fundacional do país e, pela ótica peregrina, destacaremos os primeiros sinais do imaginário coletivo florescendo no campo das narrativas de viagens portuguesas.

1. *Vida de São Teotónio*: uma primeira narrativa de viagens

Fez eco a afirmação de Mário Martins sobre conter o plano diegético de a *Vita Theotonii* a primeira narrativa marítima de viagens portuguesa³¹⁹. O texto não leva a assinatura do seu autor, conhecido para a posteridade como o “discípulo anônimo”, e, pelo tom adotado, pessoa muito próxima ao recém-falecido Teotónio (1078-1162). A hipótese melhor aceita é a de que tenha sido redigido em 1163, um ano após a sua morte e no contexto do início do seu processo de canonização, dirigido pelas ordens eclesiásticas locais³²⁰. Assim, respiramos aqui os primeiros ares de Portugal.

As transcrições mais recentes da obra³²¹ tomam por base o Ms. 52 do Fundo de Santa Cruz, da Biblioteca Municipal do Porto, uma cópia direta do original, possivelmente do século XV³²². Foi Alexandre Herculano o responsável pelo resgate desse documento dos porões do mosteiro de Coimbra em 1834. Vale destacar que também foi a partir dele que, como sinaliza Maria Helena da Rocha Pereira, o historiador problematizou pela primeira vez a passagem da aparição de Cristo na Batalha de Ourique, visto não haver nenhuma menção ao referido episódio no conflito testemunhado *in loco*

³¹⁹ Mário Martins (1951: 112).

³²⁰ Cf. Aires Nascimento (*in* Teotónio, 2013: 66). Já José Geraldes Freire (1984: 94) prorroga essa data para 1173, no contexto da canonização de São Bernardo de Claraval.

³²¹ Nomeadamente a reedição de Maria Helena da Rocha Pereira ([1982] 2012) e a mais recente, que irei utilizar neste trabalho, a de Aires Nascimento (2013).

³²² José Geraldes Freire é mais preciso com a datação do documento para 1476 (1984: 91).

por Teotónio³²³. Não são poucas as particularidades reveladas por tão interessante texto como, por exemplo, a suposta influência em *Os Lusíadas* ou a primeira expressão da ideia de saudade na literatura portuguesa, ainda na sua prefiguração latina; mas voltaremos a esses e a outros pontos mais adiante. Para não nos alongarmos em digressões contextuais, fixo esta análise crítica nos elementos que nos auxiliam a pensar, de fato, a narrativa de viagem propriamente dita.

Apesar de breve, a peregrinação de Teotónio à Terra Santa ocupa um lugar estratégico na construção mítica do santo pelos olhos benevolentes do seu discípulo anônimo. Sob um ponto de vista simbólico, divisa as águas do seu período formativo – nascimento na Galícia e primeiros anos de escolaridade em Viseu – e a sua posterior estabilização no mosteiro de Santa Cruz em Coimbra, onde o percurso biográfico anota a sua consolidação em um quadro mais amplo na hierarquia eclesiástica portuguesa. Ponto alto da narrativa, ilustra-se por essa viagem a ambiguidade de uma trajetória tanto terrena quanto espiritual.

O modelo hagiográfico escolhido pelo autor traz uma perspectiva unilateral da vida do homenageado. Não há espaço para desvios éticos ou arrependimentos posteriores, ou seja, a sua vida é descrita como um exemplo. Maria Helena da Rocha Pereira destrinça esse argumento situando-o na sua função catequética, pressupondo uma circulação interna entre os Cônegos Regrantes de Santa Cruz³²⁴. Isso não impede, contudo, de o texto apresentar formas romanescas populares, enlevando a sedução de alguma trama aventureira pontual para além de uma sequência de lições moralizantes³²⁵. Consequentemente, o pacto referencial da narrativa de viagens irá ser matizado pela figuração ideal de Teotónio e pela forma da expressão da sua experiência relatada.

Dadas essas diretrizes, aproximemo-nos agora ao nosso campo de interesse. A peregrinação de Teotónio é descrita sob dois segmentos narrativos: a travessia marítima e o percurso por terra. Na cronologia da hagiografia, é referenciado ser essa a sua segunda viagem para os lugares sagrados. A primeira – mencionada sem detalhes – teria ocorrido

³²³ Maria Helena da Rocha Pereira (2012: 12). Com efeito, o auxílio divino foi prestado «ao patrocínio de S. Tiago cuja festa passava nesse dia» (Teotónio, 2013: 151).

³²⁴ Maria Helena da Rocha Pereira (2012: 14).

³²⁵ Como sintetiza Cristina Sobral (2005: 98), os recursos literários do gênero hagiográfico arquitetam-se por funções panegíricas, épicas e romanescas. Em seu estudo, a autora ainda aponta para as dificuldades de uma demarcação absoluta entre a historiografia eclesiástica (supostamente de base informativa) e a hagiografia (de matriz catequizante), posto ambas conterem elementos aproximados em sua expressão literária.

por volta de 1121 e a segunda, o nosso objeto de leitura, em torno de 1127³²⁶. É justamente quando avulta o motivo deste retorno que o autor, transcrevendo Jerônimo, o justifica pelo «*desiderio sanctorum locorum*», cujo sentido prefigura a ideia da saudade³²⁷.

Evidentemente não foi só a saudade que levou Teotónio de volta à Terra Santa. Segundo as palavras do discípulo anônimo, era intenção do santo desprender-se dos bens materiais mundanos e se entregar definitivamente à via peregrina³²⁸. Entretanto, acabaria retornando a Portugal, ao contrário, talvez, de outros integrantes da «não pequena multidão (*non modica peregrinorum turba*)» que o acompanhara no início da empreitada, segundo lemos no texto³²⁹.

Podemos também associar a sua viagem às ainda frescas resoluções do Concílio de Clermont-Ferrand (1095), encabeçadas pelo Papa Urbano II, costurando a união da cristandade para o assalto de retomada da Palestina, originando assim o conhecido movimento das Cruzadas. Deriva desse contexto o segundo grande ciclo de peregrinações a Terra Santa³³⁰, com forte pendor para a ocupação e o povoamento cristão das localidades em conquista. Ao refletir sobre esse panorama contextual, António Cruz não hesita em identificar Teotónio como o «primeiro cruzado português». Segundo o autor, tais peregrinações também serviam para os religiosos aprenderem táticas militares, visto a responsabilidade de defesa de um vasto patrimônio constantemente colocado em risco pelas ramificações europeias da guerra santa³³¹. Se faltam dados mais concretos para essa

³²⁶ Essas são previsões propostas por José Galdes Freire (1984: 96). José Marques (2001: 103), por outro lado, avança para 1130 a data da segunda viagem, sob o argumento de que, assim retornado a Portugal, Teotónio foi convidado por D. Telo para integrar a comunidade dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho, fundada em 1132. Não há menção sobre o ano na obra.

³²⁷ Teotónio (2013: 106). Como bem sinaliza Aires Nascimento, essa é mais uma expressão retirada do *Epitaphium* de Paula. Na sua tradução, não hesita em interpretar a sentença como a «saudade dos lugares santos» (Teotónio, 2013: 107).

³²⁸ «sem tomar em conta casa, parentes, vassalos, haveres, ou qualquer outra coisa que pertencesse ao século (*que ad seculum pertineret*), saiu da sua terra (...)» (Teotónio, 2013: 107).

³²⁹ Teotónio (2013: 109). Não nos são dados maiores detalhes sobre a condição das embarcações. Maria Serena Mazzi (2018: 109) estima uma média de 50 a 100 pessoas por barco para esse período. Entretanto, como adverte a autora, são conhecidas relevantes exceções. Em 1184, Ibn Yubayr bordejou a Palestina acompanhado por dois mil cristãos. Não muito adiante, em 1250, é certo que em uma única embarcação foram inventariados 453 passageiros, para além dos tripulantes.

³³⁰ Como vimos no capítulo anterior, o primeiro ciclo de peregrinações acontece nos finais do século IV e foi decorrente da institucionalização do cristianismo no seio do Império Romano.

³³¹ António Cruz (1984: 23). Acresce-se, segundo levanta Maria Helena da Rocha Pereira (2012: 61), a aproximação aos cavaleiros da Ordem Teutônica dos Cruzados, cuja visita ao mosteiro pode ser estimada durante a peregrinação.

hipótese de instrução, a participação de Teotónio, pelo menos, nas cruzadas ibéricas, gerenciando o destino dos refugiados moçárabes, dá azo para tal identificação³³².

Voltando à viagem propriamente dita, é, de fato, a travessia marítima uma composição literária mais estimulante em relação ao percurso por terra, este demasiado próximo aos seus prévios modelos, como veremos adiante. O excerto da navegação, por sua vez, aparece ricamente ilustrado por consecutivas tensões e desenlaces, acentuando uma tendência efabulativa nos relatos de peregrinação. Para a nossa análise crítica, divido-o em duas situações narrativas com diferentes desfechos: a primeira regida pela pragmática da marinharia e a segunda pela irrupção do maravilhoso. Vejamos com mais detalhes essa leitura.

Segundo as palavras do discípulo anônimo, Teotónio demorou dez semanas para chegar ao porto de São Nicolau (atual Bari, Itália) e lá aguardou mais seis semanas até os ventos se tornarem favoráveis para a continuação da viagem. Nesse espaço de tempo, deu assistência aos pobres, estimulou a misericórdia e ajudou a reestabelecer a paz entre os desavindos³³³. Dos exemplos mencionados, não passa despercebido o financiamento da passagem e do sustento de alguns peregrinos que se somaram à aventura. Em geral, essa caracterização axiológica é trabalhada ao longo de toda hagiografia, mas no contexto específico da narrativa marítima prenuncia também os atributos necessários para a personagem agir sobre os episódios de provação:

De que modo se tenha procedido desejo confiá-lo à memória, para que do perigo (*ut ex periculo*) que se observa em parte da peregrinação de tão grande homem (*quod in parte peregrinationis tanti uiri cernitur*), facilmente se perceba, por semelhança, quantos e quão graves foram os perigos que ele suportou pelo nome de Cristo por terra e por mar (*in terra marique pericula pro Christi*)³³⁴.

Preparado o leitor para tais adversidades, começa então o discípulo anônimo a narrar como teria sido o trajeto, segundo lhe confiou o santo. Na altura do cabo Málea irrompe a primeira tempestade. Reparemos na exploração dos recursos estéticos: o apelo ao ritmo sequencial da oralidade, o uso da *amplificatio* e da *accumulatio*, para além de uma vertiginosa captação de movimentos:

³³² Encontramos no texto essa passagem na qual o santo, que não saía do mosteiro «nem sequer até a porta exterior», vai negociar a segurança desses cativos de uma batalha liderada por D. Afonso Henriques. O tom é apocalíptico, dizendo «que se não os libertassem, cairia sobre eles a ameaça da grande ira do Senhor (*magnum eis furor domini immineret*)» (Teotónio, 2013: 137).

³³³ Teotónio (2013: 107).

³³⁴ Teotónio (2013: 108 e 109).

de repente o céu toldou-se (*subito cellum contenebratum*), e eis que uma nuvem, com ventos violentos e um terrível fragor (*uiolentia uentorum et terribili fragore*), os encobriu por cima. Revolvendo o mar desde o mais profundo, sacudia as procelas que caíam como se fossem montanhas de água (*aquosi montis*) e ora mergulhava nas profundezas o navio embalado pelo volume das águas ora o abismo profundo (*precipiti profundo*) o atirava de novo para os cumes mais altos das cristas das ondas (*rursus ad superiores uertices et undarum cumulos extollebat*) e novamente abria as ondas e os deixava cair com todo o peso e, coisa que só de dizer causa espanto (*quod dictu mirabile est*), puxava até às alturas a água do mar como se fosse por um cano bem perceptível a que os marinheiros chamam “sifão” (*cifum uocant*)³³⁵.

É de se salientar o trabalho estético do excerto, recorrendo à criatividade de metáforas – «montanhas de água» –, aos reforços pleonásticos – «mergulhava nas profundezas», «abismo profundo» – e a verbos que simulam movimentos abruptos – «revolvendo», «sacudia», «caíam», «mergulhavam», «atirava», «puxava».

Mesmo delineado de forma hiperbólica, o relato não ultrapassa a fronteira da plausibilidade. A descrição do fenómeno do «sifão», cuja vocabulário prático enriquece o efeito de realidade do texto, não muito difere em qualidade da apresentada, entre outros exemplos, por Luís de Camões em *Os Lusíadas*³³⁶. Outro ponto importante é o de que a resolução dessa situação narrativa irá ocorrer de forma absolutamente técnica, graças aos procedimentos da marinharia executados, com grande esforço, pela tripulação. Nesse aspecto, a *Vida de São Teotónio* embebe também de uma função didascálica, para usarmos o conceito de Giulia Lanciani³³⁷, ou seja, apresenta uma proposta instrutiva prática, assemelhada à ideia de guia. Tenhamos atenção ao seu desfecho e, sobretudo, à linguagem abordada:

A verdade é que os marinheiros, uma vez percebida com antecedência a tempestade (*Sed et naute iam antea cognita tempestate*), logo que o navio começou a rodar por entre as procelas das vagas e num repente (*et cum summa celeritate*) se arrancou o mastro e caiu às ondas, começaram a colher as velas (*ceperunt uela deponere*), a prender os cabos (*rudentes*) e as vergas bem como todos o equipamento do leme (*gubernaculorum*) do

³³⁵ Teotónio (2013: 108 e 109).

³³⁶ «De aqui levado um cano ao Pólo sumo/ Se via, tão delgado, que enxergar-se/ Dos olhos, facilmente não podia;/ Da matéria das nuvens parecia. // Ia-se pouco e pouco acrecentando/ E mais que um largo masto se engrossava;/ Aqui se estreita, aqui se alarga, quando/ Os golpes grandes de água em si chupava;/ Estava-se co as ondas ondeando;/ Em cima dele ãa nuvem se espessava,/ Fazendo-se maior, mais carregada,/ Co cargo grande d'água em si tomada» (Camões, 2000: V, 217-218). Acrescento o comentário de António Cruz (1984: 42) referente à comparação das obras: «Uma análise serena, despida de preconceitos, leva-nos a admitir que para além de um mesmo tema, o trecho da Vida de S. Teotónio e as estrofes camoneanas acusam uma idêntica expressão e servem-se, não poucas vezes, das mesmas palavras em *vulgar*».

³³⁷ Giulia Lanciani (1997: 61).

navio (*navis armamenta*), de forma a evitar que ficassem à deriva à violência do mar, e a lançar fora o vasilhame (*uasorum*) para o navio ficar mais leve³³⁸.

Da amplitude do mar à dinâmica das condições da viagem, passaremos adiante a uma mais dúbia relação com a realidade, senão rarefeita ou já pulverizada pela intromissão de um imaginário fabuloso. Conduzindo o seu leitor pela premente tensão do enredo, quase como uma cesura estrutural anuncia que: «Aliás, a momentos de terror outros maiores se acrescentam (*Sed et terribilibus terribiliora succedunt*)». Então nos é figurado o corpo de uma «*terribilis besta*», com «olhos como se fossem tochas de fogo a arder (*quasi tede ignis accense*)», conforme o testemunhara o próprio santo «*sicut nobis sanctus referebat*». Para trazer maior impacto visual, tentava-se traçar uma comparação: «Uns diziam que era um dragão, outros que era um monstro, outros que era o demónio (*Alii eam drachonem, alii monstrum, alii demonem esse dicebant*)»³³⁹.

Caso queiramos destrinçar algumas influências da caracterização desse monstro, a sua relação mais explícita se encontra no livro de Job, cuja citação «*quase tede ignis accense*» foi devidamente sinalizada por Aires Nascimento. Nele, tende-se ao retrato do demoníaco, enquanto a referência ao dragão nos sugere um vínculo mais próximo ao *Apocalipse* de João. Consideremos, também, o lugar-comum consagrado aos monstros marinhos nas literaturas visionárias, a exemplo da *Navegação de São Brandão*, onde uma mitologia cristã se intersecciona com elementos exógenos. Além disso, ampliando ligeiramente o nosso olhar, a estrutura desta narrativa marítima, como bem sugere Maria Helena da Rocha Pereira, vertida na oscilação de calmarias e tormentas e, conforme o passo seguinte, na intervenção divina, revela uma aproximação ao modelo virgiliano³⁴⁰.

Dada a nova situação adversa e composta dramaticamente a condição de todos perante a suposta besta, Teotónio reúne os seus últimos esforços e, prostrado em oração, invoca (*inuocauit*) a presença do Senhor. Para além do clamor do salvamento, a oração feita de improviso traz um último apelo: o merecimento para ver o «glorioso sepulcro da tua ressurreição», tendo em vista o imenso sacrifício que fizeram vindos dos «confins do mundo (*finibus mundi*)»³⁴¹. Enfim o apelo é atendido e a maravilha pode ser vista com a

³³⁸ Teotónio (2013: 108 e 109-111).

³³⁹ Teotónio (2013: 108 e 111).

³⁴⁰ Maria Helena da Rocha Pereira (2012: 7). A autora aponta principalmente para o canto I da *Eneida*. Para uma leitura diacrônica da evolução das narrativas marítimas, migrando das epopeias para os romances de cavalaria e, por fim, às peregrinações medievais, ver Jean Delumeau ([1978] 2009: 55-65).

³⁴¹ Teotónio (2013: 110 e 111).

calmaria das águas e uma «nova luz (*Noua igitur lux*)» a iluminá-los até o desembarque na costa palestina³⁴².

Esse tipo de narrativa marítima de viagens é, como vemos, fundamentalmente sustentada pelo plano de redenção espiritual contido no projeto da peregrinação. A experiência livresca é renovada através dos seus primeiros modelos, tanto em exemplos – a navegação de Paulo no livro dos Atos é basilar – quanto em imagens. Analisando de forma prospectiva, temos aqui um estágio intercalar na formação dos textos que irão estimular, principalmente a partir do século XVI, a vertigem do mar, cuja popularização mais notória virá adiante com a coletânea de Bernardo Gomes de Brito, a conhecida *História Trágico-Marítima* (1735-1736).

No plano temático, seguindo a sugestão de Giulia Lanciani, é possível traçarmos um paralelo entre as adversidades impostas pela aparição dos monstros marinhos com os futuros assaltos de corsários e piratas³⁴³. A descrição das tempestades e da recursividade vocabular da marinharia são muito próximas. Já na comparação feita em relação ao desfecho, percebemos uma semelhante função moralizante, mas operada por princípios diferentes. Aqui, todo percurso exemplar de Teotónio o legitima para ser o agente de uma resolução factual. No futuro, as narrativas de naufrágio atenderão a uma perspectiva mais materialista da viagem, onde a imprudência irá ser penalizada, na maioria das vezes, com a tragédia³⁴⁴.

Em linhas gerais, a tessitura ficcional da narrativa marítima torna ambivalente o seu discurso referencial. Se, por um lado, temos um desenho vívido das tensões práticas da navegação, por outro, nada nos é indicado quanto a direções de ventos, portos intermediários ou mesmo distâncias. Pesa o fato de ser um trajeto conhecido e, sobretudo, não ser uma experiência efetivamente realizada pelo seu narrador. A prática não era novidade. Eugenia Popeanga sublinha a incidência, principalmente na Baixa Idade Média, de guias de peregrinação altamente tipificados, onde cada vez menos a experiência

³⁴² «Deus omnipotente que de modo extraordinário aterroriza os seus espíritos de forma mais extraordinária lhes manifestou a sua misericórdia (*omnipotens deus, qui eorum mentes mirabiliter terruerat, mirabilis eis misericordiam suam exhibuit*)» (Teotónio, 2013: 110 e 111). O excerto, retirado do *Dialogorum* de Papa Gregório I (540-604), conforme a indicação de Aires Nascimento, também pode ser lido dentro do plano do milagre, sendo Teotónio o agente divino da intervenção.

³⁴³ Giulia Lanciani (1997: 76).

³⁴⁴ Giulia Lanciani (1997: 75) nomeia como «desejo de proveito» a função dominante dos textos da *História trágico-marítima*. O pano de fundo de tais textos é jogar com a expectativa dos leitores quanto ao enriquecimento material provido das expedições marítimas e o conseqüente fiasco decorrente das imprudências organizacionais da tripulação, como excesso de peso, falta de bens alimentares, etc.

do viajante tornava-se imperativa para a redação do relato³⁴⁵. Explica-se tal prática como solução ao impasse entre as dificuldades de deslocação em tempos de guerra e a necessidade de se alimentar a fé e o seu testemunho *in loco* pelos lugares sagrados. Entretanto, derivam desse movimento formas de representação literária pouco atentas às dinâmicas reais do espaço, recaindo muitas vezes em modelos sociais estereotipados. Ampliando um pouco o nosso olhar sobre a gênese e a construção das narrativas de viagens, notaremos o papel fundamental dessa mesma prática nos discursos coloniais europeus dos séculos posteriores, ou seja, a incidência de uma «dialética do reforço», como propõe Edward Said, que apenas cristaliza imagens pré-concebidas sobre o outro civilizacional³⁴⁶.

Ainda que de forma mais inocente, a dialética do reforço nos relatos de peregrinações medievais ajudou a dissipar a concretude da territorialidade palestina e de países vizinhos, tomando-os como meros canais de espiritualidade à mercê de uma ideologia cristã imposta. Diluído na continuidade de um tempo sagrado indeterminado, a *Vida de São Teotónio* não apresenta reflexões antropológicas ou sociais relevantes para aquele momento histórico. A experiência transmitida despreza quase tudo da ordem do mundano.

Assim, não muito se acrescenta a viagem por terra, cujo perímetro não excede a Palestina. Sem ser explicitado o tempo percorrido, a primeira parte do itinerário começa do porto de Jope até alcançar Nazaré e, em seguida, ao monte Tabor, onde nos oferece a contemplação vivida no local por Teotónio: «subindo até ao cume (*In cuius uerticem ascendens*), fixava o mais diligentemente que podia o olhar nos mais diversos lugares (*aspiciebat deligentissime loca plurima*) que o Senhor santificara nas suas caminhadas»³⁴⁷. Se compararmos a passagem com a do *Epitáfio* de Paula, cujo modelo é explícito, vemos aqui uma desidratação textual, uma opacidade cartográfica generalizada³⁴⁸. No passo seguinte, em Samaria, lembramos da descrição de Jerônimo sobre o arrebatamento espiritual da personagem defronte os túmulos dos profetas. Aqui,

³⁴⁵ Eugenia Popeanga (1991: 28).

³⁴⁶ Edward Said ([1979] 2008: 136) utiliza o conceito da «dialética do reforço» em relação a um *corpus* de narrativas de viagens inglesas e francesas do século XVIII, voltado para a compreensão do Oriente.

³⁴⁷ Teotónio (2013: 112 e 113).

³⁴⁸ O monte Tabor, conforme o relata Jerônimo: «Contemplava (*Aspiciebat*) ao longe os montes Hermon e Hermonim, e os vastíssimos campos (*campos latissimos*) da Galileia, nos quais Sísera, e todo o exército dele, foram abatidos pela vitória de Baraque. O rio Quisom dividia a planície ao meio (*mediam planitiem diuidebat*), e era posta à vista a cidadela próxima a Naim, na qual o filho da viúva foi ressuscitado» (Jerônimo, 2020: 220).

a narrativa é meramente informativa: «visitou o sepulcro (*uidit sepulchrum*) de S. João Baptista e o dos Doze Profetas, bem como o de Eliseu e o de Abadias»³⁴⁹.

Há, contudo, passagens nas quais o discípulo anônimo permite-se a uma descrição mais apelativa. O próximo passo será Jerusalém e, inclusive do ponto de vista referencial, cria-se a ilusão de uma maior proximidade: o Gólgota se encontra descendo «um pouco à esquerda (*descendit paululum ad leuam*)» do Monte Calvário e a «curto espaço (*breui spaciolo*)» chega no Santo Sepulcro, o «*medium mundi*» da concepção cartográfica da época³⁵⁰. Evidentemente, toda visualidade oferecida pelo texto exige a participação ativa do leitor ao rememorar as narrativas sagradas, mas também identificar uma rede complexa de alusões e citações a um cânone consagrado. O curto retrato de Teotónio imerso no local da crucificação é um entrecruzamento de, pelo menos, quatro diferentes matrizes referenciais:

Prostrado perante ela, de coração e corpo inteiro, prestou-lhe adoração como se estivesse a ver o Senhor aí pendente (*prostatus, quasi pendentem dominum cerneret, adorabat*). Recordava a sentença de morte ou de maldição proferida contra si e contra todo o género humano por causa da desobediência do primeiro homem (*sententiam in se et in omnem hominem prolatam*), mas também a clemência da propiciação e de piedade do Filho de Deus de quem havia lido, “que se tornara por nossa causa maldito para nos remir do maldito” (*factus pro nobis maledictum ut nos a maledicto redimeret*) e que naquele lugar sofrera os escarros, os insultos, os murros, as bofetadas, a coroa de espinhos, as chicotadas, a cruz, os cravos, o fel, o vinagre, e a morte (*sputa, proba, colaphos, alapas, spineam coronam, flagella, crucem, clauos, fel, acetum, lanceam, mortemque pertulerat*)³⁵¹.

O resultado é uma passagem de intensa carga emotiva. A criteriosa seleção das fontes proporciona aproximação com o seu interlocutor, sugere visualidade à cena – «como se estivesse a ver», «naquele lugar». Por fim, articula uma enumeração gradativa da memória imagética atinente ao suplício de Cristo.

O *excursus* terminará, segundo afirma o discípulo anônimo, com uma estadia mais prolongada no mosteiro dos cônegos regulares do Santo Sepulcro. Dariam abrigo ao santo ou, como diz, «de bom grado lhe dariam também vida em comum (*Communem etiam societatem uiuendi uolentes ei dabant*) se quisesse ficar a viver com eles (*si cum illis habitare uellet*)». Os tempos eram de guerra e cabia aos religiosos a proteção das relíquias

³⁴⁹ Teotónio (2013: 112 e 113).

³⁵⁰ Teotónio (2013: 112 e 115).

³⁵¹ Teotónio (2013: 112 e 113). Na sequência dos trechos latinos, temos Jerônimo, Agostinho, *Gálatas* e a impactante gradação final aparece em textos de Eusébio e Rupertus Tuitienses, segundo a identificação de Aires Nascimento.

sagradas, no caso, «a guarda do Sepulcro (*et custodiam sepulchri*), coisa que sabiam ele desejar acima de qualquer tarefa». Não ficou, acabou por voltar a sua «Hispania», em viagem difícil, alternada «ora em navio (*nauibus*), ora a pé (*nunc pedibus*), ora em transporte de burro (*nunc asello deportatus*)»³⁵².

Para arrematarmos essa leitura, frisemos que o relato da peregrinação por terra é essencialmente individualizado na experiência ascensional de Teotónio, seguindo o nosso autor a tônica de prévios modelos literários. Essas vozes que liturgicamente vão compondo a mensagem persuasiva e as imagens de comoção do texto ordenam a relação entre personagem, espaço e memória mítica. É o reforço de um exemplo secular, ainda muito aproximado à exposição de Jerônimo.

Já a narrativa marítima realoca Teotónio em uma trama coletiva, trazendo elementos práticos do exercício da marinharia, em vivaz interação social. O mar também permite uma diferente posição no que tange as flutuações entre os planos terrenos e celestiais, aderindo a uma atmosfera de traços fantásticos, regida por monstros e intervenções divinas diretas. Parece ser uma nova demanda dos leitores. Do século XII em diante, como bem mostra Jean Delumeau, torna-se significativa a presença das aventuras marítimas no plano diegético dos relatos de peregrinação europeus³⁵³.

Com efeito, entre projeções e tremores, o *excursus* da *Vida de São Teotónio* nos ajuda a visualizar, em seu instante histórico, as relações entre o sujeito e o seu incógnito espaço circundante, cujas fronteiras paulatinamente iam sendo ampliadas pelas urdiduras do progresso. É da efervescência desse imaginário que a experiência do mar vai encontrando os seus primeiros sinais cognoscíveis.

2. *De Canaria*, de Giovanni Boccaccio: a formação de uma nova cosmovisão

Seguindo o rastro dessa reflexão, o próximo texto nos levará aos ecos das primeiras explorações marítimas encabeçadas pelos portugueses, ou seja, as ilhas atlânticas. Entretanto, o testemunho nos chega filtrado por diferentes olhares e se revela, em sua forma final, nas poucas páginas que o constituem, sob a autoria inesperada do

³⁵² Teotónio (2013: 118 e 119).

³⁵³ Jean Delumeau (2009: 56).

ilustre humanista Giovanni Boccaccio (1313-1375). Será este a nossa última fonte latina, mas antes de a ele chegarmos, faço uma breve contextualização.

O desfecho das Cruzadas, como é sabido, penderam a um estrangulamento da presença cristã nos principais eixos geoestratégicos com o Oriente Médio. Paralelamente, entre os séculos XII e XIII, o continente europeu vivia o esplendor de um renascimento urbano. Rotas comerciais conectavam as grandes feiras da Inglaterra e da Flandres com as potências mediterrâneas de Gênova e de Veneza. A demanda por mercadorias diversas aumentava de forma exponencial, alicerçada por novas políticas econômicas relacionadas à banca de crédito e à moeda. Visto a escassez de matéria prima em tão diminuta extensão territorial, Portugal se adequa aos novos tempos, mirando a transposição dos mares³⁵⁴.

Dentro desse âmbito comercial, Luís Adão da Fonseca pontua a importância da unificação do território português a partir de 1249, após a tomada do Algarve pelo rei D. Afonso III, criando assim o domínio cristão do «primeiro atlântico»³⁵⁵. Tal corredor, que aproximava reinos desde a Inglaterra, agora tinha as portas do Mediterrâneo sob o seu domínio. Contudo, o poderio turco e egípcio do norte da África e a posterior queda de São João de Acre – o porto palestino – em 1291 minaram a autonomia fiscal dessa basilar rota de comércio, obrigando Portugal e o resto da cristandade a cogitar a então indômita costa ocidental africana. Nesse mesmo ano de 1291 é constituída a primeira expedição para cruzar o cabo do Bojador, comandada pelos irmãos genoveses Vadino e Ugolino Vivaldi, missão da qual nunca retornariam³⁵⁶.

Dadas essas linhas gerais, adentremos no século XIV, quando Boccaccio escreve o seu relato sobre as ilhas Canárias. Devemos ainda situar essa conjuntura – fundamental para percebermos adiante os objetivos da sua narrativa – nas intempéries de um século marcado, conseqüentemente, por desenfreado crescimento urbano, malfadado por crises climáticas que diminuíram a produção de grãos, ciclos de peste bubônica dizimando um terço da população europeia e, sobretudo, intermináveis guerras³⁵⁷. Desse modo, as primeiras explorações marítimas portuguesas – para não alargarmos a centralidade da nossa leitura – foram motivadas também pela obtenção de bens alimentares, de mão-de-obra e, para o juízo das almas, pela expansão do cristianismo.

³⁵⁴ Para uma leitura aprofundada desse contexto histórico, ver Vitorino Magalhães Godinho (1990).

³⁵⁵ Luís Adão da Fonseca (2009: 48).

³⁵⁶ Sobre a polêmica expedição e uma bibliografia mais ampla, ver Alberto Quartapelle (2018).

³⁵⁷ Para uma síntese do período, ver Jaime Cortesão ([1962] 2016: 73).

Todo esse novo empreendimento dependia centralmente da organização de uma armada sólida. É assim que a presença italiana começava a se tornar concreta em Portugal. A nomeação do genovês Emanuele Pessagno (ou Manuel Pessanha) como primeiro almirante da frota marítima portuguesa, em 1317, é um ponto fundamental nesse percurso³⁵⁸. Imbuído da missão de modernizar a armada, considerando também o iminente perigo de retomada árabe, foi sob o seu comando que floresceram os primeiros laivos de um profundo processo de expansão marítima.

Pensar na presença italiana apenas pela figura de Pessagno é também limitador, visto toda a política oficial de D. Dinis, continuada por D. Afonso IV, para estabelecer em território nacional as grandes companhias comerciais sob o nome, por exemplo, das famílias florentinas dos Bardi ou lombardias dos Bussão, sem contar a pluralidade desse intercâmbio cultural e estratégico inclusive nas universidades³⁵⁹. Foi a partir dessa conjuntura que, em julho de 1341, uma expedição financiada pela coroa portuguesa e capitaneada pelo genovês Niccoloso de Recco saiu de Lisboa rumo às Canárias, cujo relato seria depois narrado por Giovanni Boccaccio, como veremos agora.

Em 1826, o filólogo italiano Sebastiano Ciampi publicou a transcrição de uma breve narrativa de viagens intitulada *De Canaria et insulis reliquis ultra Ispanian in Oceano noviter repertis* (1342-1344) ou, simplesmente, *De Canaria*, e a atribuiu ao famoso escritor florentino Giovanni Boccaccio. Segundo Ciampi, o texto faria parte de um conjunto de anotações dispersas do autor, reunidas em um caderno conhecido hoje pelo manuscrito *Zibaldone Magliabechiano*, acervo da Biblioteca Magliabechiana de Florença³⁶⁰. Algumas vozes críticas destoaram da certeza autógrafa da obra, apontando para uma gratuidade argumentativa³⁶¹. Vitorino Magalhães Godinho, cuja tradução iremos utilizar, reserva-se a nomeá-la como a “hipótese” de Ciampi³⁶². No entanto, como veremos, os estudos mais recentes ratificam tal hipótese com bastante solidez.

A relação de Boccaccio com a cultura geográfica do seu tempo pode ser avaliada por diferentes ângulos. No seu espólio, Sandro Pellegrini identifica o *De montibus*,

³⁵⁸ Para uma mais completa visão sobre Emanuele Pessagno, ver Giulia Rossi Vairo (2013).

³⁵⁹ Para uma leitura mais ampliada entre as relações de Portugal e Itália nesse contexto histórico, ver Mário Farelo (2019).

³⁶⁰ Sobre o achado de Sebastiano Ciampi, as primeiras repercussões e a possível data da redação do texto, ver Marcos Martinez (2001: 103).

³⁶¹ Vemos isso, por exemplo, nos trabalhos de Buenaventura Bonnet (1943) e Elias Serra Ràfols (1961).

³⁶² Essa tradução originalmente aparece nos *Documentos sobre a expansão quatrocentista portuguesa*, de 1944, e foi reeditada em 2011 no volume que aqui nos orienta. Para a transcrição latina, nossa referência será a de J. M. da Silva Marques, publicada também em 1944.

*silvibus, lacubus, flurninibus, stagnis seu paludibus et de nominibus marium*³⁶³, um minucioso tratado naturalista redigido por volta da década de 1360, influenciado pela próxima relação que teve com o geógrafo Andalo Di Negro (1260-1334). Boccaccio também era filho de mercadores navegantes. As notícias que chegavam sobre a diversidade do plano terrestre, para além de uma componente prática, pareciam estimular a curiosidade do escritor sobre os recônditos ainda desconhecidos do orbe, fronteiras entre a realidade e a imaginação. Se, como afirma Pellegrini, a esfericidade do planeta já era suficientemente esclarecida nos círculos intelectuais italianos, ainda a cartografia marítima espelhava o rastro fantasioso dos tempos imemoriais, principalmente no que tange às ilhas atlânticas³⁶⁴.

Segundo Felipe Fernández-Armesto, as ilhas Canárias eram uma toponímia recente na cartografia medieval, aparecendo pela primeira vez em 1339 no mapa de Angelino Dulcert – dois anos antes da presente viagem –, limitada a uma parcial exposição do lado norte do arquipélago³⁶⁵. A isso muito se devia a experiência de Lancerotto Marocello, (outro) navegador italiano que, entre 1312 e 1332, habitou aquela ilha que mais tarde levaria o seu próprio nome: Lanzarote³⁶⁶. Antes, a geografia insular identificava alguns lances dispersos de terra a partir da mitologia das ilhas de São Brandão, das Hespérides ou, como ainda o refere o mandante da expedição, o rei D. Afonso IV, as «ilhas Afortunadas»³⁶⁷.

Desde a Antiguidade Clássica, propagavam-se as lendas referentes às tais ilhas³⁶⁸. Nos alvares da Idade Média, Isidoro de Sevilha (560-636) plasmou em suas *Etimologias* uma visão particular sobre as «*Fortunatae insulae*», banhadas pela abundância das águas

³⁶³ Algo traduzido como: *Sobre os montes, selvas, lagos, rios, alagados, pântanos e o nome dos mares*.

³⁶⁴ Sandro Pellegrini (1998: 547).

³⁶⁵ Felipe Fernández-Armesto (1987: 153). Sobre a posição do *De Canaria* em uma «transição cartográfica», ver também Kevin Rodríguez Wittmann (2018: 153).

³⁶⁶ Sandro Pellegrini (1998: 551) sugere a hipótese do próprio Lancerotto estar presente na expedição narrada por Boccaccio (2011: 31) como um dos capitães das três embarcações mencionadas, visto a otimização do tempo de deslocação a partir da Europa, em «cinco dias».

³⁶⁷ *A Carta de el-rei D. Afonso IV ao Papa Clemente VI* (1345) é um documento contemporâneo à expedição canária e nos situa na sua conjuntura política. Segundo o rei, uma armada foi organizada, com dificuldades, no período entre as guerras de Castela (1336-1339) e Salado (1340), muito provavelmente em referência à narrada por Boccaccio. Pela imprecisão temporal, autores como Vitorino Magalhães Godinho têm uma postura mais reticente sobre a identificação da expedição mencionada pelo rei. Para uma leitura integral da *Carta*, ver os *Documentos sobre a expansão quatrocentista portuguesa* (2011: 39-41).

³⁶⁸ Por outro lado, lembramos que o *Périplo de Hanão*, visto no primeiro capítulo, avança pela costa ocidental africana localizando algumas ilhas, como a de Cerne, que podem ser referências ao arquipélago canário. Em Plínio, o velho, já aparece a ilha dos Lobos, conforme Alice García García e Antonio Tejera Gaspar (2014: 153).

e pela fecundidade do Sol, alertando ainda para o equívoco dos poetas em assinalá-las como o «paraíso», visto se situar este, como era sabido, na Ásia³⁶⁹. Quase com a mesma localização aparecem as Hespérides, outro arquipélago identificado por Isidoro «a la izquierda de la Mauritania (...) en la misma orilla del Atlántico, cerca de sus abismos»³⁷⁰. Assim, de *topos* literário e limite do mundo conhecido, as ilhas atlânticas começam a ganhar novo estatuto justamente a partir dos novos processos coloniais retratados em textos como o *De Canaria*. Não obstante, devemos situá-lo em um momento de transição cartográfica, assente em linhas de força tanto factíveis quanto idealizantes.

Tendo em conta essa atmosfera circundante, adentremos na narrativa de Boccaccio. Logo ao início, é esclarecido que as notícias sobre a expedição vieram de Sevilha a Florença em novembro de 1341 e, conforme sua fidedignidade, iria transcrevê-las. A hipótese de Marcos Martínez é que tais «cartas» eram destinadas à companhia dos Bardi, com quem o autor mantinha alguma proximidade³⁷¹. Não se sabe ao certo a finalidade da redação do texto, por ter sido encontrado em um bloco de anotações dispersas; talvez servisse apenas como um exercício de criação literária, derivado dos dados empíricos documentais³⁷². É desta confluência paradigmática que resulta também a importância do *De Canaria* para a compreensão de uma mundividência histórica das narrativas de viagens.

De Canaria é, em sua base estrutural, um périplo. O percurso é feito quase completamente por uma perspectiva navegacional costeira, acompanhando o suposto testemunho de Niccoloso de Recco – o que dá margem, claro está, para flutuações envolventes no que tange à focalização narrativa. Entre ilhas e arquipélagos pulverizados no horizonte, pode-se depreender um trajeto de cinco meses iniciado em Lisboa, com etapas em Fuerteventura, Grã-Canária, Tenerife, El Hierro, La Gomera, La Palma e, antes de voltarem novamente por Tenerife, alguma margem para se supor um avistamento da Madeira ou mesmo dos Açores, conforme a sugestão de Buenaventura Bonnet³⁷³. Evidentemente, são nomeações posteriores. Boccaccio apenas refere a existência da Canária, «a mais habitada de todas (*magis ceteris habitata*)»³⁷⁴.

³⁶⁹ Ou, por suas palavras: «abundante en todo género de árboles» (Isidoro de Sevilla, 1951: XIV, 339).

³⁷⁰ Isidoro de Sevilla (1951: XIV, 349).

³⁷¹ Marcos Martínez (2001: 103).

³⁷² Mais um fator a favor da legitimidade autoral do texto é que certas passagens apareceram em outras obras do escritor, como em *Esposizioni* (cf. Cardona, 1986 *apud* Martínez, 2001: 105).

³⁷³ Buenaventura Bonnet (1943: 121).

³⁷⁴ Boccaccio (2011: 35) e Marques (1944: 79).

Precede ao percurso uma relação dos antecedentes da viagem. Distingue-se nela a qualidade da frota, composta por duas naus e uma embarcação menor, tripulada por uma variedade de genoveses, florentinos e hispânicos, sendo o seu mandante e financiador o rei português – na altura, D. Afonso IV – e, também, a sua motivação bélica. O poderio militar é elencado entre cavalos, armas e «várias máquinas de guerra (*machinamenta bellorum uaria*)», cuja intenção se averbava na conquista de «cidades e castelos (*ciuitates et castra*)»³⁷⁵. Nota-se um prévio desencontro de informações, visto a condição rudimentar da povoação canária. No mais, o excerto introdutório ainda conta com uma antecipação do desfecho da viagem, discriminando sumariamente os bens adquiridos na expedição, como peles de animais, tinturas e quatro cativos. Estes terão destaque no inventário final da narração, com uma detalhada análise de suporte antropológico, revelando os seus costumes, a sua cultura alimentar, a sua predisposição «a fé e a lealdade (*fidei et legalitatis*)», mas também o seu desconhecimento de ouro ou de prata, dando um tom desolador aos benefícios da viagem: «Julga-se todavia que aquelas ilhas não são ricas, pois os navegadores mal puderam recuperar as despesas da viagem (*naute uix expensas uiatici exportandi resumpsere*)»³⁷⁶.

Um dos pontos de destaque na leitura crítica do *De Canaria* incide sobre o seu pioneirismo formal. Vittore Branca, devidamente retomado por Marcos Martínez, destrinça a estrutura do texto e conclui ser esta «el primer modelo descriptivo de todas las relaciones de viajes y descubrimientos precolombinos y colombinos»³⁷⁷. Segundo o filólogo, tal modelo inaugural se baseia em uma divisão em quatro partes. Transcrevo essa disposição tal qual o autor refere:

- a) Relación oficial sobre la navegación, con los datos introductorios sobre fechas, protagonistas, objetivos del viaje, etc.
- b) Informe narrativo del primer encuentro con los nuevas tierras y con sus indígenas.
- c) Prosecución del viaje hacia nuevos lugares.
- d) Consideraciones mercantiles y económicas, así como retrato antropológico de la población encontrada³⁷⁸.

Com efeito, observamos o alinhamento de tópicos fundamentais então dispersos pela historicidade das narrativas de viagens. Também é possível identificar uma sistematização inventariante que responde, por sua vez, a uma emergente otimização dos

³⁷⁵ Boccaccio (2011: 31) e Marques (1944: 77).

³⁷⁶ Boccaccio (2011: 34) e Marques (1944: 79).

³⁷⁷ Marco Martínez (2001: 104).

³⁷⁸ Cf. Branca (1993) *apud* Marco Martínez (2001: 105).

recursos empregados na viagem e às expectativas relacionadas a ela. Entretanto, soma-se a essa estratégia compositiva uma tendência à ficcionalidade, ora demonstrada na representação visual do discurso descritivo, ora projetada pela extrapolação de uma cosmovisão. Para melhor compreendermos essa tensão literária, passemos de imediato ao texto boccacciano.

O primeiro contato entre os navegadores e as populações originárias se dá, presumivelmente, em Fuerteventura. Localizada a 900 milhas de Sevilha, conforme o cálculo de Recco, esta primeira ilha tem «quase 150 milhas de circuito (*circuitus*), é toda pedregosa (*lapideam omnem*), cheia de selvas (*siluestrem habundantem*)» e, entre outros pormenores, habitada por homens e mulheres «grosseiros nos seus costumes e ritos (*asperi cultu et ritu*)». Houve alguma pilhagem de peles de animais, mas o capitão não «ousara penetrar até o interior (*non ausi nimium insulam infra ingredi*)»³⁷⁹. De fato, é um relato fugaz. O quadro do encontro, coloquemos assim, é moldado já na segunda etapa, aquando da chegada a Grã-Canária:

Passados desta a outra ilha maior, viram vir (*uenientem in litore uidere*) ao seu encontro grande multidão tanto de homens como de mulheres, quase todos nus. Alguns que pareciam (*uidebantur*) preeminentes vestiam peles de cabra tintas de amarelo e de vermelho (*pictis crocco atque rubro colore*) e, pelo que parecia de longe (*ut poterat a longe comprehendendi*), muito macias e delicadas (*delicatissimis et mollibus sutis*), e cosidas com cordões feitos das tripas com muita arte (*satis artificiose*); e, conforme podia depreender-se dos seus actos, mostravam ter um príncipe ao qual tributavam reverência e obséquo³⁸⁰.

Embora a situação narrativa posicione o sujeito observador distante no seu plano de visão, gradativamente avançamos sobre o espaço através de circunstâncias presumíveis, distinguindo da nua multidão aqueles «preeminentes (*preminere*)», a cuja performance gestual e, sobretudo, indumentária coube maior detalhamento descritivo. De uma ampla conjectura, passamos do contraste de cores à sensibilidade tátil da textura dos tecidos, revelando dessa confecção elaborada, inclusive, um grau de civilização refletido na suposição de uma hierarquia de poder.

Tal quadro, estático em sua composição pictórica, é continuado com o comentário das circunstâncias do encontro, sobretudo a incompreensão comunicativa que, adiante, irá se agravar até se tornar violência. A frota parte de praia e circunscreve a Grã-Canária,

³⁷⁹ Boccaccio (2011: 32) e Marques (1944: 78).

³⁸⁰ Boccaccio (2011: 32) e Marques (1944: 78).

podendo constatar ser o lado setentrional melhor cultivado, «*quam ab austro cultam*»³⁸¹. Após um panorama geral do avistamento, exposto pelo acúmulo substantivo – «casario, figueiras, arvoredos, palmeiras mas que não dão tâmaras, hortas, couves e outros legumes»³⁸² –, registra-se que desembarcaram 25 homens para uma averiguação em terra, por sinal a única intrusão de campo descrita no *De Canaria*. A ação exploratória é reportada com detalhes:

Aproximando-se das casas, viram (*hy uero intrantes domos eas uidere*) que eram fabricadas com arte maravilhosa (*mirabilis artificio*), e cobertas de madeiras enormes e belíssimas (*ingentibus ae pulcerrimus*); e, como encontrassem as portas fechadas e quisessem ver o que estava dentro, começaram a arrombá-las com pedras (*lapidibus infringere*); vendo isto, os habitantes que se tinham espalhado pelos caminhos, enfurecidos, encheram de altos gritos aqueles lugares (*altissimis clamoribus complere loca cepere*). Por fim, arrombadas as portas, entraram em quase todas as casas, onde só acharam figos secos, tão bons que pareciam de Ceresa, dentro de cabazes de palma, e trigo muito mais belo do que o nosso, com os grãos mais compridos e grossos, de cor mais branca, e cevada e outros cereais de que aqueles ilhéus se alimentavam. As casas belíssimas como eram e cobertas de esplêndidas madeiras, estavam interiormente branqueadas, como se fosse gesso (*domus uero cum essent pulcerrime et lignus pulcerrimis contecte introrsum omnes erant albissime tamquam ex gipso uiderentur albate*)³⁸³.

Novamente é sugestionado em aproximação o movimento do olhar que, nessa ocasião, implica na violação ética do espaço do outro. No entanto, daquilo que pode ser constatado, é sublinhada uma imagem baseada nas semelhanças que, por meio de comparações é feita com a cultura local – «pareciam de Ceresa», «e trigo muito mais belo do que o nosso». Para além da qualidade dos bens cultiváveis, o elogio mais extenso se dá, com mais afinco, no plano arquitetônico. A adjetivação superlativa marca a caracterização dessas casas – «enormes e belíssimas», «esplêndidas madeiras» –, retratadas tanto pela grandeza das formas quanto ao esmero da pintura, onde a cor branca é realçada também para o impacto visual. Em resumo, Boccaccio define por «*mirabilis artificio*» a ação construtora dos povos canários. Parece não ser apenas força de expressão.

No passo seguinte, é mencionada a profanação de um oratório, retirando dele uma imagem antropomórfica nua, de pedra, «com uma bola na mão (*manuque pilam*), cobertas as vergonhas (*obscena*) com uma espécie de bragas de palmas». Há um caráter exótico

³⁸¹ Boccaccio (2011: 32) e Marques (1944: 78).

³⁸² Boccaccio (2011: 32). Para o gosto do original: «*casas plurimas, ficus et albores et palmas dato sterelis palmas et ortos et caules et olera et ob*» (Marques, 1944: 78).

³⁸³ Boccaccio (2011: 33) e Marques (1944: 78).

na descrição. Não obstante, podemos suspeitar que a atribuição de uma qualidade maravilhosa, considerando a somatória de elementos semânticos distribuídos ao longo do relato, irá sugerir, de fato, a extrapolação dos limites da realidade. Não seria forçoso admitir a intertextualidade simbólica paralelamente funcionando com a notação topográfica do espaço.

Seguindo o percurso, há uma desorientação cartográfica – recurso conhecido da literatura visionária – quando estima entre dispersos 5 ou 40 milhas de distância a próxima ilha, onde apenas uma qualidade é apontada: «só encontraram árvores altíssimas e dirigindo-se para o céu (*proceras arbores plurimum atque directas in celum inuenerunt*)»³⁸⁴. Esse reforço ascensional alude a uma tipificação mítica do espaço, assim como a descrição da ilha seguinte, possivelmente El Hierro, aduzindo, não obstante, ao imaginário das ilhas brandonianas: «abundante de regatos e águas muito boas (*eam riuus et aquis optimis copiosam*), de denso arvoredo»³⁸⁵, para além de pombos, falcões e outras aves de rapina.

Antes do desfecho da narrativa, Boccaccio faz um balanço do itinerário, somando às 13 ilhas avistadas, uma série incalculável de outras: «E quanto mais avante andavam, mais ilhas viam (*et quanto ulterius incedebant tanto plures uidebant*), junto às quais o mar é muito mais tranquilo do que junto das nossas costas»³⁸⁶. É daqui que se depreende a possibilidade do avistamento dos Açores ou da Madeira³⁸⁷. Tal passagem, de ordem referencial periplográfica, conduz ao último conjunto descritivo atinente, ao que tudo indica, ao monte Teide, em Tenerife³⁸⁸. Ou a uma intrusão fantástica, caso sigamos à risca o texto boccacciano:

Encontraram ainda outra ilha aonde não desceram porque aos seus olhos apareceu uma certa maravilha (*mirabili quoddam*). Dizem que há lá um monte altíssimo, que avaliaram (*in hac montem consistere altitudinis pro existimatione*) em xxx milhas ou mais ainda, que se avista de muito longe (*qui ualde a longe uidetur*), e no cume aparece uma certa brancura; e, como todo o monte é formado de penhascos, aquela brancura (*album*) tem o aspecto de uma cidadela (*arcis*), contudo crêem que não o é (*nom arcem sed*), mas sim uma rocha agudíssima no topo da qual aparece um mastro da altura de um mastro de qualquer navio, tesa como um escudo, que enfunada pelo vento se estende muito; parece em seguida abaixar-se pouco a pouco para erguer-se depois, à guisa de mastro de grande navio, continuando sempre da mesma maneira. Dando volta à ilha por todos os lados

³⁸⁴ Boccaccio (2011: 33) e Marques (1944: 78).

³⁸⁵ Boccaccio (2011: 33) e Marques (1944: 78).

³⁸⁶ Boccaccio (2011: 34) e Marques (1944: 79).

³⁸⁷ Por sinal, hipótese também mencionada por Vitorino Magalhães Godinho (*in* Boccaccio, 2011: 38).

³⁸⁸ Leitura também feita por Vitorino Magalhães Godinho (*in* Boccaccio, 2011: 38) que não descarta também a hipótese de se retratar a Madeira.

(*quod undique circumdantes insulam*) viam acontecer o mesmo; pelo que, julgando ser por virtude de encantamento, não ousaram desembarcar (*quod monstrum cantatis fieri carnimibus arbitrantes in eadem insulam descendere ausi non sunt*)»³⁸⁹.

O emprego do maravilhoso rebate com o acima exposto, mesmo que apontado agora para uma situação explicitamente fora da realidade. As ilusões visuais criadas pela aparência do monte – «aspecto de cidadela», «grande navio» –, a sua incrível altura e a sugestão tanto do seu movimento próprio – «abaixar-se pouco e pouco para se erguer depois» – quanto o da observação – «Dando a volta à ilha por todos os lados» – elevam, claro está, a plausibilidade do relato para um universo enigmático e, acima de tudo, interdito. «Decerto encontraram muitas outras cousas, que o dito Niccoloso não quiere contar (*noluir recitare*)»³⁹⁰, assim conclui Boccaccio, alimentando o secretismo acerca das ilhas atlânticas.

Aproximamo-nos do fim de um espaço conhecido, os abismos do oceano que Isidoro de Sevilha mencionava. Também de uma linha do horizonte onde cessam os limites da mundividência medieval, mas que se pode pressentir, sob uma oblíqua cartografia, uma nova forma de inspeção e representação científica que se adaptará e responderá aos anseios de um convulsivo processo de expansão marítima.

De Canaria, para a historicidade das narrativas de viagens, traz uma mudança, um reordenamento descritivo, segundo a leitura crítica, modelo este cujo núcleo estrutural – relação, avistamento, continuidade e inventário final – poderá ser percebido em exemplos futuros. Ao mesmo tempo, é preciso delinear o seu plano diegético dentro dos contributos da periplografia, tendo em vista não só a textualização do espaço, mas também a sua instrumentalização militar e comercial, para além da ficcionalidade literária projetada ao circuito de recepção. Nesse ponto, de infusão imaginária, destacam-se, como sugiro, fórmulas cristalizadas na literatura visionária, arquétipos insulares, alusões simbólicas, espaços interditos, ou seja, o eixo motivacional derivado das peregrinações.

Nesse sentido, com o nosso próximo tópico voltaremos justamente a essa literatura de visões para percebermos, por um processo inverso ao *De Canaria*, como a experiência progressiva sobre o domínio do mar implica em adaptações e releituras mais condizentes com a expectativa dos leitores, inclusive em obras de teor alegorizante e exemplar, como será o caso da viagem de um «homem bõo» ao paraíso, contada em uma narrativa monástica portuguesa intitulada *Conto de Amaro*.

³⁸⁹ Boccaccio (2011: 34) e Marques (1944: 79).

³⁹⁰ Boccaccio (2011: 34) e Marques (1944: 79).

3. *Conto de Amaro*: o outro mundo e o mesmo

A versão mais antiga do *Conto de Amaro* se encontra na *Colleção Mystica de Frei Hilário da Lourinhã*, datada do século XV, porém, com origem mais certa no século anterior³⁹¹. Da mesma altura são as publicações castelhanas de *La vida del bienaventurado San Amaro*, de enredo muito semelhante – o que nos permite uma leitura de apoio sem grande prejuízo –, mas com atenção também as suas diferenças. Tal semelhança levou parte da crítica, em especial Otto Klob, a sugerir a existência de um texto latino matriz³⁹².

Presume-se alguma popularidade em seu tempo, tendo em vista os demais títulos da compilação do códice alcobacense, entre eles, a história do *Cavalleiro Tungula*, uma hagiografia de Santa Paula, a *Morte de S. Jeronimo* ou as *Contemplaçoens de S. Bernardo*³⁹³. Entretanto, é desconhecida a sua autoria, assim como os dados biográficos da personagem. Como veremos, será mais razoável admitir a sua ficcionalidade resultante dessa compósita narrativa que marca a literatura visionária portuguesa.

Dentre as suas possíveis fontes, muito se atribui a *Navegação de São Brandão* a estrutura diegética do *Conto de Amaro*. Em linhas gerais, estende-se por uma viagem marítima a aventura peregrina de uma personagem indo ao encontro do paraíso terrestre. Claro está ser esse tema derivado de uma herança mais ampla da literatura irlandesa, difundido, ao que tudo indica, pelas redes monacais cistercienses³⁹⁴. Não obstante, são salutares as diferenças entre ambas as histórias, principalmente quando observadas as suas «sequências ou painéis» narrativos³⁹⁵.

Para nós, interessa sobretudo percebermos os reflexos de um paradigma representativo que vai aparecendo em concomitância ao processo de racionalização da experiência navegacional e, por conseguinte, ao encontro de novas terras. Por outras palavras, teremos atenção às formas do imaginário das peregrinações ao outro mundo que gradativamente se adaptam a uma nova cosmovisão. Esse é o desafio que Maria Clara de

³⁹¹ Também conhecida por *Codex Alcobacensis* 266. A sugestão da redação anterior já aparece no estudo de Otto Klob (1901).

³⁹² Otto Klob (1901: 505).

³⁹³ Carlos Alberto Veja (1987: 18) define o códice como uma compilação de «best sellers»: «son textos que formarían parte del conocimiento general de cualquier persona culta y piadosa del tiempo».

³⁹⁴ Richard Kinkade (1974) traçou com mais detalhes a influência não só da *Navegação de São Brandão*, mas também de outros *immrama* no *Conto de Amaro*, como veremos adiante.

³⁹⁵ Cf. Elsa Maria Branco da Silva (*in Amaro*, 1998: 245). Também é da autora a edição crítica portuguesa que iremos consultar neste trabalho.

Almeida Lucas apontava para o conjunto da literatura visionária: «disfarçar o real», sem perder a relação com o presente, ou seja, este outro mundo, para a expectativa do leitor, deveria ser uma imagem apreensível³⁹⁶.

Amaro é apresentado como um «homem bõo», que apenas tinha «grã desejo de veer o parayso terreall». Certa feita, em sonho uma voz lhe anuncia que Deus recebera as suas orações e, para tal, deveria seguir algumas indicações: ir até a ribeira do mar, «mete te ã hũa nave e vay te hu te Deus quiser guyar»³⁹⁷. Já a versão castelhana o eleva a «ombre santo e de buena vida, rico e poderoso»³⁹⁸. No fundo, trata-se da mesma personagem. O termo «homem bõo» não deve ser impeditivo a uma condição de abundância, mesmo porque Amaro vende «todollos bões que avya» e ainda guarda o suficiente para as despesas da viagem. Mais tarde voltará a ser senhor de terras. Por conseguinte, devemos enquadrar essa circunstância dentro de um ideal de prosperidade, a ser melhor compreendido no desfecho da narrativa com a projeção de uma cidade ideal.

Já o enquadramento como santo traz variações interessantes entre as versões ibéricas. Em *La vida del bienaventurado San Amaro*, tal definição se mantém do início ao fim: é uma prévia condição. Nem por isso devemos reduzi-la ao exercício dos milagres, posto a santidade estar melhor relacionada à ideia de exemplo devocional ou mesmo de vida religiosa. Nesse sentido, até o uso do «homem bõo», no *Conto de Amaro*, na sua mais ampla acepção não descartaria a referência ao hábito monástico, como sugere Hilário Franco Júnior³⁹⁹. O ponto é que, na narrativa portuguesa, Amaro não é santo, mas torna-se um.

A primeira vez que lhe é atribuída a qualificação de santo surge em um momento paradigmático do enredo. Para entendê-lo, recapitulemos brevemente as suas etapas. A viagem de Amaro e de seus companheiros – a sua «cõpanha»⁴⁰⁰ – se faz intercalada por ilhas, cada qual concentrando um motivo específico. De uma habitada por leões e outras bestas indomáveis⁴⁰¹, passamos a dos cinco castelos, povoada por gente de «maas condições»⁴⁰². Já a terceira, localizada próxima ao «Mar Ruyvo», é denominada por

³⁹⁶ Maria Clara de Almeida Lucas (1986: 12).

³⁹⁷ Amaro (1998: 264).

³⁹⁸ Carlos Alberto Vega (1987: 95). Consulto a edição castelhana estabelecida por este autor.

³⁹⁹ O historiador salienta ser uma possibilidade e, quando muito, nunca um uso exclusivo do vocabulário monástico (Franco Júnior, 2012: 52).

⁴⁰⁰ Também não passa despercebido a Hilário Franco Júnior (2012: 33) o uso do termo companheiro, «*cum panis*», muito ligado ao estilo de vida monacal.

⁴⁰¹ Segundo a narrativa, havia um «torneo» no dia de São João e muitos desses animais morriam. Tal referência é aproximada ao *immrama* de *Malduino*, por Richard Kinkade (1972: 522).

⁴⁰² Amaro (1998: 266).

«Fonte Clara» e, apesar dos atributos paradisíacos, uma «dona» lhe recomenda a saída, antes que os «deleitos» e «viços» da terra corrompam a frota⁴⁰³. A seguir, após enfrentar os desafios do «mar quoadhado», desembarcam na «Insoa Deserta», com apenas uma abadia terrificada novamente por «alimaryas» selvagens⁴⁰⁴. Na mesma noite, aconselhados por um ermitão, seguem rumo «contra hu nace o sol» e logo encontrarão uma ilha generosa nos seus adjetivos, onde se edificou o mosteiro do «Val de Flores», lugar este em que, enfim, Amaro será reconhecido como santo⁴⁰⁵. Adiante, seguirá sozinho pelas etapas que o levarão diretamente ao paraíso terrestre, cuja representação espacial nos exigirá um pouco mais de atenção.

Por esse breve resumo conseguimos perceber como o enredo é composto por desafios e superações até chegar ao Vale das Flores e nele encontrar o frade Leomites – personagem enigmática e repleta de intertextualidades na sua figuração⁴⁰⁶ –, que é quem o irá abençoar e, por conseguinte, atribuir santidade a Amaro. No encontro, Leomites, auxiliado previamente pela visão de um anjo, assume conhecer o seu trajeto de vida «e per quantas coytas passaste»⁴⁰⁷ e, como um instrumento divino, indicará as novas direções rumo ao almejado paraíso. A seguir, com particular simbolismo, ambos são cercados por cinco dóceis leões que, por sua vez, rogam pela benção do nosso protagonista: «E Amaro ergeo a mão e beenzê os e logo os lyoões forõ muy ledos e hyam trebelhando porque os beẽzera aquell homẽ sancto»⁴⁰⁸. Até o fim da narrativa, somente será reforçada a sua condição de santo.

Decerto, é a superação das adversidades do caminho que torna Amaro santo, ou seja, é a viagem que o santifica. Alguns críticos já sublinharam a condição perigosa da travessia marítima, mas não propriamente encantada ou maravilhosa⁴⁰⁹. De fato, o efeito

⁴⁰³ Amaro (1998: 267).

⁴⁰⁴ Amaro (1998: 267).

⁴⁰⁵ Amaro (1998: 270).

⁴⁰⁶ Leomites era «velho que toda sua cabeça era cãa e elle era de muy grandes dias» (Amaro, 1998: 270). Richard Kinkade (1972: 522) vê semelhanças na figuração do eremita nos *imrrama*, mas também com o Paulo eremita da *Navegação de São Brandão* ou mesmo com personagens das novelas de cavalaria. Carlos Alberto Veja (1987: 47) observa, em particular, características semelhantes na postura confidente de Leomites com a do ermitão da *Demanda do Santo Graal*, assim como evoca por seus traços Nasciano, o ermitão amigo de leões do *Amadis*. O autor também não descarta alusões a São Francisco de Assis.

⁴⁰⁷ Amaro (1998: 270). A versão castelhana, como vimos, antecipa certas características de Amaro que são apenas reveladas em construção na edição portuguesa. O reconhecimento de uma trajetória de vida conturbada é igualmente expressa logo nas suas primeiras linhas, juntamente com uma explicação do seu nome: «E este ombre avía nombre Amaro, que quiere tanto dezir como cosa llena de amargura» (Vega, 1987: 95).

⁴⁰⁸ Amaro (1998: 270).

⁴⁰⁹ Podemos ver essa leitura, por exemplo, em Elsa da Silva (*in* Amaro, 1998: 247) e em Vega (1987: 41).

de realidade que costura a progressão do movimento da viagem se aproxima da experiência da marinharia, diferentemente do que víamos, por exemplo, na *Navegação de São Brandão*, onde a navegação se desenvolvia etérea e atravessada por um caudal de imagens alegorizantes, como grifos lutando ou colunas de cristal. O mar do *Conto de Amaro* se oferece de forma mais razoável e plausível.

As condições do embarque, contudo, mais se assemelham do que diferem entre as histórias de Brandão e Amaro. Mas há uma breve nuance. Os sete pares de «irmãos» do conto irlandês passam a ser «dezasseis mancebos grandes e arryzados»⁴¹⁰. A versão castelhana é ainda mais funcional, destacando a «compaña» e os «criados»⁴¹¹. Se nada nos é indicado nesse início sobre um prévio inventário ou relação de bens e mantimentos da frota, ao longo do trajeto se torna constante o problema do abastecimento. Na primeira ilha, recebem água e pão. Na ilha Deserta, um ermitão lhes oferece «pam e fruyta e augua doce»⁴¹². No Vale das Flores, Leomites fornece «muito pam e muito pescado e muita fruyta»⁴¹³. Perante a turbulência do mar coalhado ainda vemos que Amaro, para salvar a embarcação, «mãdou tomar quantos odres trazia em que trazia vinho e augua e vinagre, assy como he de costume de trazerẽ homens que andam sobre mar»⁴¹⁴.

Frisemos, sobretudo, uma atitude de marinharia, a necessidade prática de abastecimento que movimenta e motiva o desembarque nas ilhas, aquele gesto de «ver que terra era aquella», «deitar aly as ancoras» e navegar com uma «naao»⁴¹⁵. Já não avançamos pelos ciclos temporais alegóricos da *Navegação de São Brandão*. Até as portas do paraíso, entre travessias e estadias, se passarão cerca de 170 dias. Faz-se a viagem em linha reta, em direção ao Oriente, contra o nascer do sol. Não seria forçoso admitir que chegaremos, finalmente, em algum lugar próximo ou na própria Terra Santa. Partindo do «Mar Ruyvo», a singradura perfaz quatro dias até o mosteiro de «Flor de Donas», de onde seguirá o breve curso restante a pé. Geograficamente, o paraíso é análogo às indicações bíblicas do Éden⁴¹⁶.

Ainda no que toca a travessia marítima, poderíamos questionar a verossimilhança realista com a irrupção distópica do cenário oferecida pelo episódio do «mar quolhado».

⁴¹⁰ Amaro (1998: 265).

⁴¹¹ Vega (1987: 97).

⁴¹² Amaro (1998: 269).

⁴¹³ Amaro (1998: 271).

⁴¹⁴ Amaro (1998: 268).

⁴¹⁵ Amaro (1998: 271).

⁴¹⁶ Carlos Alberto Vega (1987: 42) aponta para um equívoco cartográfico comum da época, no qual se considerava o mar Morto uma extensão do mar Vermelho.

A imagem parece ser mais um dos ecos do «*mare harenosum*» da *Carta do Preste João*, exposta pela ótica da intransponibilidade⁴¹⁷. Retomemos o seu fio narrativo: Amaro e os companheiros embarcam da Fonte Clara e, imersos na escuridão da noite, perdem completamente a orientação, «per guisa que ñ sabyam já contra quall parte do mudo eram»⁴¹⁸. Pela manhã, pressentem haver sinais de terra⁴¹⁹, mas logo se veem encalhados nessa aleivosa superfície. Enquanto isso, avolumam-se no horizonte sete naus, cada qual em titânica batalha entre homens e bestas marinhas, «e ãtravã dentro ã aquellas sete naaos e tiravã de dentro dellas os homẽes mortos que hy jaziam, que morryã cõ fome, e comyã nos. E eram tantas que ñ há homẽ que as podesse cõtar»⁴²⁰.

Apesar da ferocidade, a figuração das bestas não extravasa os limites do plausível: «eram fortes e esquivas, e eram mayores que cavallos»⁴²¹. Entretanto, há evidentemente uma potencialização sobrenatural da veemência das ações, proporcional ao impacto salvífico que, subsequentemente, irá ser promovido. Certa feita, Amaro apela em oração a Virgem Maria – figura central no eixo ideológico do enredo – para que intercedesse na situação exposta⁴²². Como ordinário na versão portuguesa, a intervenção se realiza por meio de um sonho – diferentemente da adaptação castelhana que incute em todos os excertos relativos às visões o fator da vigília. Trata-se não somente de uma aparição, mas de um conjunto de elementos significativos dispostos em uma mais ampla cena:

⁴¹⁷ «Entre outras coisas maravilhosas que cabem em sorte à nossa terra, está o mar arenoso, sem água» (Ramos, 1998: 73). Em nota, Manuel João Ramos (1998: 131) explora algumas ramificações imagotípicas do «mar arenoso» como, para além de outras fontes, na *Crônica*, de Otto de Freising (séc. XII), nas *Viagens*, de John de Mandeville ou na *Descrição das Maravilhas*, de Jordano de Séverac (ambas do século XIV). Em outras versões europeias aparecerá explicitamente como «*mare coagulatum*», segundo aponta Hilário Franco Júnior (2012: 35).

⁴¹⁸ Amaro (1998: 267).

⁴¹⁹ A expressão utilizada é: «bem creo que somos perto de terra» (Amaro, 1998: 267).

⁴²⁰ Amaro (1998: 267).

⁴²¹ Amaro (1998: 267).

⁴²² «Rraynha coroada dos altos ceos que se chama estrella do mar, meezinha dos peccadores! Castello forte e basticado de todo bem, vogada dos mizquinhos filhos de Eva maldicta! Oo porto de saude, rreme[dio] dos que andam em periigos (...)» (Amaro, 1998: 267). O apelo a Maria no contexto marítimo pode ser visto também nas *Cantigas de Santa Maria* (séc. XIII), atribuídas a Afonso X, muito especialmente na intitulada *Muit' amar devemos em nossas voontades* (36), cujo contexto, à semelhança das narrativas visionárias, se dá pela travessia do mar da Bretanha por um abade e os seus companheiros: «Pois viron o perigo tal, gemendo e chorando/ os santos todos a rogar se fillarom, chamando/ por seus nomes cada ùu deles, muito lles rogando/ que os vëessen acorrer polas ssas piedades.// Quand' est' oyu un sant' abade, que na nave ya,/ disse-lles: "Tenno que fazedes ora gran folia,/ que ides rogar outros santos, e Santa Maria,/ que nos pode desto livrar, sol nona ementades".// Quand' aquest' oyrom dizer a aquel sant' abade,/ enton todos dun coraçõ e dũa voontade/ chamaron a Virgen santa, Madre de piedade,/ que lles valvess' e non catasse as suas maldades» (Afonso X, 1959: 107-108).

E veo a elles hũa nobre dōzella muy fremosa vestida muy nobremente, que no mūdo nō avia tal. E vinha muy bem acōpanhada de muita cōpanha e de muy fremosas donzellas vestidas rrycamēte e coroadas de flores, cantādo muy altas vozes e muy saborosas hũu canto que se soe de cantar ã na Igreja de Deos (...) E ante aquellas donzellas ãdava gram proçissom de donzees menynos, e ãra todos de hũa hidade, muy bellas criaturas. E traziam todos vestiduras como o[s] angos. E todas estas cōpanhas serviã aaquella donzella. E parecia a Amaro que todallas lumieiras do mūdo eram aly e que todo o mundo acendiã. E per esta donzella bem devemos de entēder que era Madre do Rrey dos Ceeos⁴²³.

Nota-se a sugestão litúrgica de uma procissão, sublinhada primeiramente pelo movimento – «E veo a elles» –, e logo reforçada pela entoação de cânticos e pela espacialização dos grupos em blocos. Neste aspecto, a figura de Maria assume a centralidade do cortejo, desdobrando-se na companhia das donzelas e, adiante, dos jovens meninos. Reparemos que o vestuário é um signo relevante na descrição, muito embora não seja apreensível em nenhum aspecto (cor, textura, etc.). Das donzelas se distinguem as coroas de flores e dos meninos a semelhança de anjos, traços estes muito discretos que reivindicam da memória cultural a impressão definitiva. Já Maria não apresenta nenhum adereço em concreto. Os seus contornos são imprecisos, mesmo indizíveis, «no mūdo nō avia tal». O que, de fato, marca a sua imagem é uma superlativa luminosidade, «todallas lumieiras do mūdo», recurso hipotipótico possível para ilustrar a divindade.

Com efeito, tal representação onírica encontrará rebatimentos quando Amaro for contemplar, apenas porta a fora, o paraíso terrestre. Nesses passos finais, haverá um período de clausura no mosteiro de Flor de Donas, como se os hábitos monacais o preparassem definitivamente para a próxima revelação. Quem o guiará adiante será Valides, interessante personagem, eremita das montanhas do Sinai e única conhecedora da mirífica vereda. Também tem por sobrinha Brizida, a quem Amaro, antes de subir a almejada montanha, abençoará a vestimenta branca. Na perspectiva de Richard Kinkade, faz uma alusão a Santa Brígida, da Irlanda⁴²⁴.

Em termos específicos, o paraíso terrestre é um castelo fortificado incrustrado no topo de uma serra. O primeiro olhar é o que estipula a sua área: «em rredor mais de cinco legoas»⁴²⁵. Na versão castelhana, a precisão é substituída pelo espaço de «una grand jornada»⁴²⁶. Haverá mais diferenças entre ambas no detalhamento descritivo, apontando

⁴²³ Amaro (1998: 267-268).

⁴²⁴ Richard Kinkade (1974: 523). Para um estudo sobre o papel feminino no *Conto de Amaro*, destaco a leitura de Elsa Maria Branco da Silva (*in* Amaro, 1998: 255), que recupera dos *echtrai* irlandeses a mesma «função mediadora de uma dimensão transcendente» ocupada pela generalidade das suas personagens mulheres.

⁴²⁵ Amaro (1998: 277).

⁴²⁶ Vega (1987: 111).

para um contingenciamento da edição alcobacense. Vejamos o passo seguinte, cujo foco se estabelece nas torres que perfazem a divisa do castelo. No *Conto de Amaro* são delineadas muito timidamente pela materialidade e pela policromia: «eram de pedra marmore e parfilios, e hũas pedras erã brancas e outras verdes e outras vermelhas e outras pretas»⁴²⁷. Reparemos agora a profusão acumulativa de *La vida del bienaventurado Amaro*:

eran todas de oro fino e las torres de rubis e de piedras muy preciosas e la cerca era otrosí de muchas naturas, las unas verdes, las orras jaldas, otras indias, otras blancas, otras bermejas, otras prietas, otras azules, otras çafi[r]es, otras esmeraldas e otras muchas que ombre no podría contar⁴²⁸.

Parece ser evidente que ambos os quadros derivam da representação de Ezequiel sobre o Éden, também fonte primeira do devaneio esotérico da *Carta do Preste João*⁴²⁹. Entretanto, a releitura do *Conto de Amaro* ligeiramente se afasta de um vínculo imediato, apresentando, por sua ordem, o recurso ao mármore. Considerando a disposição mais ampla do conjunto descritivo, nomeadamente a imensa tenda «ẽ arcos toda aa rredor», erguida em frente à porta do paraíso que, por sua vez, ostentava «hũu alpender cuberto de abobeda muy alta», não seria forçoso admitir a alusão a um claustro monástico ou, como sugere Hilário Franco Júnior, ao próprio mosteiro de Alcobaça⁴³⁰.

Dadas as dimensões perimetrais do espaço e a aparência da fortaleza, a narrativa continua seguindo um modo esquemático de apresentação de cidade, avançando agora para o que as cartilhas retóricas denominariam por qualidade da terra e, doravante, aos costumes locais. Amaro, como sabemos, tem a sua permissão de entrada negada pelo

⁴²⁷ Amaro (1998: 277).

⁴²⁸ Vega (1987: 111-112).

⁴²⁹ «Na delícia do pomar de Deus nasceste./ Em relação a toda a pedra preciosa te enredaste:/ Sardónica e topázio e esmeralda/ E carbúnculo e safira e jaspe/ E prata e ouro e jacinto/ E ágata e ametista/ E crisólito e berilo e ónix./ E de ouro encheste os teus tesouros/ E as tuas arrecadações/ Desde o dia em que nasceste» (Ezequiel 28, 13). Talvez a versão castelhana tenha recorrido à discriminação das pedras por influência da *Carta do Preste João*. Se falta a explicação do significado simbólico – ónix para coragem, safira para castidade, esmeralda contra a embriaguez, etc. (Ramos, 1998: 91) –, adiante, como veremos, terá o cuidado de explicar a simbologia das cores branca e vermelha trajadas pelas virgens.

⁴³⁰ Como nos explica o autor, a própria dinâmica da ordem cisterciense era constituída por essas aproximações edênicas, visíveis nos motivos orgânicos que compõe a ornamentação dos seus claustros: «Todo mosteiro é, nas palavras do principal cisterciense, São Bernardo, “um autêntico Paraíso”» (Franco Júnior, 2012: 31). Indo mais além, sugere uma referência direta ao mosteiro na descrição dos arcos, «talvez inspirados nas impressionantes galerias com arcos ogivais do recente claustro de Alcobaça, concluído em princípios do século XIV» (Franco Júnior, 2012: 44).

«porteiro» do paraíso: «Amigo, não entrarás dentro que ainda não [h]as tẽpo»⁴³¹. Mas o pode contemplar de longe e, por essa contemplação, os primeiros elementos apreendidos – a seguir à árvore de Adão – são esboços idealizados da flora, das águas e do clima.

E Amaro vyo dentro tantos prazeres e tantos sabores e tãtos viços, quantos nõ poderya contar nenhũu homẽ do mũdo. E quãtas arvores no mũdo avya, todas aly estavã e erã muy altas sobejamẽte, e todas eram cubertas de folhas e cheas de fruytas; e as hervas erã verdes e cõ flores e cheiravã tam bem que non hã homem que o podesse contar nõ dizer. Aly estavã muitos lavatoryos feitos a grande nobreza. E aly nõca era noyte nõ chuva nõ frio nõ quentura, mas aly era muy bõo tenperamẽto⁴³².

O quadro é composto pelo jogo de forças entre o que se pode ver e o inapreensível. A visão é demarcada principalmente pelo reforço do advérbio «aly», para além da impressão da abundância pictórica dada por «muy», «cheas», «muitos» ou «tam». Ao mesmo tempo, há um forte apelo sensorial que procura preservar o mistério sobre a imagem do paraíso, internalizando-o. Assim, mesclam-se cores, volumes, essências e, na sequência da narrativa, sons de pássaros e instrumentos musicais.

Sem muita novidade, os *topoi* paradisíacos se revelam pela fertilidade do solo, salubridade da água e equilíbrio climático. Não obstante, sairão desse modelo ilustrativo as futuras representações do que se julgará por novas terras, a serem permeadas paulatinamente pela apreensão concreta da novidade – tema este que, para todos os efeitos, voltará a ser explorado no nosso próximo capítulo. Por conseguinte, desse conflito irá se nutrir o império do exotismo, com traços que já se desvelam no *Conto de Amaro*. Um passo adiante, descreve-nos uma horta e tenhamos atenção a presença das laranjas, que, seguindo o apontamento de Maria Clara de Almeida Lucas⁴³³, recentemente tinham sido introduzidas em Portugal pelos árabes: «E todollos canpos jaziã estrados de flores e de maçãas e de larãjas e de todallas outras fruytas do mũdo»⁴³⁴.

A idílica visão do paraíso se encerrará simulando brevemente uma dinâmica social. A mesma imagem do sonho, acima comentada, será rebatida e funcionalizada por diferente movimento. Os meninos angélicos reaparecem, agora «vestidos de panos vermelhos e brancos e verdes», tangendo «guytarras e vyollas e outros estormẽtos» e entoando os louvores a Virgem, para quem são convergidas as ações da cena. As donzelas,

⁴³¹ Amaro (1998: 277).

⁴³² Amaro (1998: 278).

⁴³³ Maria Clara de Almeida Lucas (1986: 90).

⁴³⁴ Amaro (1998: 278).

por sua vez, «tragiam vestiduras brancas e vermelhas»⁴³⁵. De fato, é preciso ponderarmos o uso das cores não exclusivamente como um elemento estético, mas, sobretudo, indicado a uma simbologia litúrgica⁴³⁶. A versão castelhana é mais esclarecedora nesse ponto, dividindo-as em dois grupos: umas «vestidas de vestiduras blancas como el sol, e otras de vestiduras bermejas como la sangre»⁴³⁷.

A Virgem, para concluirmos esse quadro, é renovada como «hũa dona muy grande e muy fremosa, das mais bellas criaturas do mũdo». Continua sendo difusa a sua tangibilidade, diferentemente da função que passa a ocupar na dinâmica do lugar: «aaquella dona serviã todallas outras e aguardavãna como senhora»⁴³⁸. Em lampejos, Amaro pode vê-la deambulando pelas diversas tendas do paraíso, sendo agraciada com água e toalhas brancas pelas donzelas, o que indica não apenas uma ideia de contemplação, mas também de construção ou de rotina de trabalho. Retenhamos essa ideia para a subsequente leitura da cidade de Trevilles, onde se encerrará o *Conto de Amaro*.

Antes, a focalização narrativa retornará ao nosso protagonista, enquanto novamente interage com o mirífico porteiro. Então, descobrirá que o prolongamento temporal da visão do paraíso se estendeu, de forma abismal, por «duzêtos e ses[s]enta e sete annos»⁴³⁹. Impõe-se, assim, um duplo movimento cronológico na narrativa. Da gradação fásica da viagem passamos a essa suspensão atemporal mítica. Laura Paes de Vasconcelos define essa distinção entre o tempo da memória e o do esquecimento, reforçada também pelo fato de Amaro seguir sozinho pela última vereda. Essencialmente, conhecer o paraíso é «um desejo de anulação do tempo», porventura imune à doença ou à morte⁴⁴⁰.

A versão castelhana se encerra aqui, enquanto a portuguesa se desdobrará em um último quadro: a construção da cidade de Trevilles⁴⁴¹. Trevilles é, por sua vez, a projeção empírica do paraíso terrestre. O eixo ideológico que sustenta a sua fundação é, sob o ponto de vista da racionalização da experiência da viagem ao desconhecido, povoar e tirar frutos

⁴³⁵ Amaro (1998: 279).

⁴³⁶ Sobre essa perspectiva, remeto ao estudo de Ana Maria Machado (2010).

⁴³⁷ Vega (1987: 115).

⁴³⁸ Amaro (1998: 279).

⁴³⁹ Amaro (1998: 279).

⁴⁴⁰ Laura Paes de Vasconcelos (2001: 350).

⁴⁴¹ Segundo a narrativa, Trevilles tem esse nome porque foi fundada no lugar de três vales (Amaro, 1998: 281). Entretanto, Carlos Alberto Vega (1987: 36) não descarta uma alusão a Treviri, cidade francesa cujo patrono seria São Marus.

do novo espaço, ou seja, projetar fortuna. Como Preste João, Amaro será «senhor desta cidade».

Ao voltar do paraíso, retorna justamente aonde havia se separado dos seus companheiros. Na altura, durante o pranto da despedida, lamentavam o abandono do «nosso senhor Amaro que nos tirou das nossas terras e leixou nos ã terras estranhas, desensparadas como orfãaos». Surge, então, Valides e, como emissora dos desígnios divinos, impinge motivação e anuncia o chamado à fundação de uma nova cidade – «E elles assy ffezerom, e foy aly depois muito rryca cidade»⁴⁴². Agora estava Amaro, subtraído pelo tempo mítico, reconhecido apenas pela antiga «caronica» que provava a sua santa identidade. Trazia consigo uma «escudela»⁴⁴³ de terra do paraíso e, desse tanto, ergueria, enfim, Trevilles, como último legado antes de desaparecer.

”Amigos, querya aqui poborar; ajudade me!” E entõ começou a deitar da terra que trouxera do parayso terreal que cheirava mais e melhor de todallas cousas do mûdo. E entom aquelles seus naturaas fezerõ aly muy nobres casas e muitas viinhas e pumares e muitas ortas, e creciã aly as arvoreaas e hũu anno mais que em outro logar em cinco. E depois que as gentes souberõ que tam bõoa terra era aquella, vierõ aly pavo[r]ar, e a muy poucos dias foy ali muy grande cidade e muy rryca, e Amaro era senhor desta cidade⁴⁴⁴.

Novamente notamos como a idealização do espaço coaduna a contemplação com o exercício coletivo do trabalho, recompensando o efetivo esforço com a riqueza produzida. Ao plano espiritual se soma o desejo material, e por esses entrecruzamentos vamos conseguindo prever a fermentação do imaginário das explorações marítimas e do significado histórico da ação de povoar ou *catōquesame(n)* (κατοικήσαμεν), como víamos desde os remotos tempos do *Périplo de Hanão*.

Em suma, retenhamos dessa leitura crítica do *Conto de Amaro* três pontos essenciais atinentes ao percurso e a consolidação das narrativas de viagens, em um período histórico que começa a responder pela expansão navegacional e a projeção de novas terras. O primeiro ponto compreende o exercício da viagem como uma ação peregrina glorificante. Não uma viagem introspectiva, mas sim percorrida pelo espaço indômito do além-fronteiras. Entrelaça-se nesse ato uma ideia de demanda, cuja

⁴⁴² Amaro (1998: 277).

⁴⁴³ Hilário Franco Júnior (2012: 47) recupera a etimologia da palavra, fazendo uma analogia ao Santo Graal e, por conseguinte, a sua demanda: «Amaro saiu com uma porção de terra numa *escudella*, palavra do século XIII vinda do latim *scutella*, diminutivo de *scuta*, “gamela”, por sua vez derivada, no mesmo século, de *camella*, “vaso de madeira usado em certos sacrifícios”, como de certa forma era o graal da Demanda, cálice usado na Última Ceia e que teria recolhido o sangue de Cristo crucificado».

⁴⁴⁴ Amaro (1998: 280-281).

influência de uma prosa aventureira pode ser atribuída, inclusive, na figuração das personagens.

A viagem, como vimos, não se apoia absolutamente pelos contornos maravilhosos dos enredos de acento mais alegorizante, mas também pela plausibilidade do caminho em trânsito. Esse é o segundo ponto que destaco, jogando luzes a uma expectativa de realidade em que o *Conto de Amaro* procurou se estabelecer. Essa experiência racionalizada, devedora de um empréstimo semântico da marinharia, é formada por indícios de registro de inventário, problemas de abastecimento e, um pouco mais difuso, por distâncias asseguradas por uma geografia corrente, como no caso do mar Vermelho.

Por fim, essa tendência ao real – com as devidas ressalvas – também irá ganhar corpo nas aproximações entre o paraíso e a cidade. Partindo da imagem de um castelo, o modelo estratégico adotado para a descrição do paraíso respeita, como salientei, a sugestão retórica da hierarquia espacial do *laudibus urbium*, perpassando a sua localização, as condições da sua fortaleza, a qualidade da terra e os costumes locais. Além disso, é pela dinâmica do movimento, da atividade coletiva, e não meramente pela contemplação do divino, que a mensagem ideológica do *Conto de Amaro* é colocada. Trevilles, essa dobra alcançável da eternidade, é a coroação do trabalho.

Com efeito, para vislumbrarmos com mais concretude o imaginário medieval das cidades representado nas narrativas de viagens e, em paralelo, destacarmos os traços dominantes de uma mais ampla arquitetura discursiva de tais narrativas no contexto português, avancemos para o texto que encerrará este capítulo, manifesto pelo título de *Diário da Jornada do Conde de Ourém ao Concílio de Basilea*. Situemo-nos, agora, em um relato de circunstâncias diplomáticas redigido, ao que tudo indica, na primeira metade do século XV. Evidentemente, a nossa expectativa de leitura se aquieta – ao contrário do que se esperava do *Conto de Amaro* – por um conjunto nocional plausível e inventariante sobre a viagem. Porém, a questão que estimula esta análise é justamente verificar e interpretar a insistência de modelos descritivos mais complexos, derivados, em última instância, dos desdobramentos das linhas de força da periplografia e das peregrinações.

4. *Diário da Jornada do Conde de Ourém*: descrever a cidade

O final do século XIV, para retomarmos o nosso fio condutor, foi marcado por uma série de convulsões sociais determinantes para o destino português. O êxito na batalha de Aljubarrota (1383-1385) alçou ao poder D. João I, sombreando a

hereditariedade das linhas sucessórias reais, posto ser, como era sabido, filho bastardo. Também em resposta a quaisquer hesitações populares perante tal circunstância, implementam-se novas formas de visibilidade governamental que, a largo passo, centralizam as irradiações culturais em torno das figuras da Corte⁴⁴⁵.

Assim, resgatando o «triunfo romano» das cerimônias públicas, conforme a expressão de Ana Maria Alves⁴⁴⁶, a dinastia de Avis, aos poucos, adaptou-se à transição de um modo de viver cavaleiresco, amuralhado na distância dos castelos, sóbrio em sua religiosidade pudorosa, para o calor e a corporeidade dos paços urbanos⁴⁴⁷. Já na virada para o século XV, a cultura se exibia por outras diversas manifestações, como no caso da literatura e a «hibernação», segundo João Gouveia Monteiro, da lírica trovadoresca, dando espaço ao predomínio da cronística panegírica, a prosa laudatória da pessoa real⁴⁴⁸. Também é o tempo dos retratos, das pinturas de cavalete ou, com maior profundidade, da perpetuação histórica da imagem⁴⁴⁹. De forma mais ampla, foi o tempo da cultura cortesã e esse novo olhar, inequivocadamente, terá o seu reflexo nas narrativas de viagens, como veremos a seguir.

O Diário da Jornada do Conde de Ourém ao Concílio de Basilea nos oferece um minucioso quadro de costumes da primeira metade do século XV, descrito sob a ordem do relato de uma viagem ocorrida entre os anos de 1436 e 1437. Pouco mais sabemos sobre a data da sua redação ou sobre a sua autoria. A lógica textual nos inclina a aceitar que o seu autor esteve presente na imensa comitiva ao Concílio encabeçada por D. Afonso, 4.º Conde de Ourém, em representação do seu tio, o rei D. Duarte, pois é sob a focalização interna de um narrador autodiegético que a prosa se desenvolve⁴⁵⁰. Em um estudo recente, Martha Schaffer avança com a hipótese de ter sido escrito alguns anos após a viagem, já pelos finais do século XV, talvez pelas mãos de Pedro de Sousa, autor

⁴⁴⁵ Cf. João Gouveia Monteiro (1998: 90).

⁴⁴⁶ Ana Maria Alves (1986: 13).

⁴⁴⁷ Sublinhemos o papel central que teve D. Filipa de Lancastre nos novos paradigmas culturais da Corte. Segundo Manuela Santos Silva (2018: 169), foi ela responsável por inculcar novos valores morais e, inclusive, mais pacíficos, em detrimento ao espírito bélico promovido pelos Avis. Destaca-se, também, seu conhecimento religioso, encomendando, por seu turno, uma tradução portuguesa da Bíblia.

⁴⁴⁸ João Gouveia Monteiro (1998: 91).

⁴⁴⁹ Para uma leitura mais ampla sobre as artes representativas nesse contexto da virada do século, ver Madalena Braz Teixeira (2004).

⁴⁵⁰ Cf. Aida Fernanda Dias (*in* *Diário*, 2003: 9). É da autora também a edição a ser utilizada nesta tese, tributária da publicação de António Caetano de Sousa, de 1746. Tive atenção também com o estabelecimento do texto feito por Martha Schaffer (2015), cotejando os manuscritos da Biblioteca da Ajuda – encontrado por Arthur Askins em 2006 – e o da Biblioteca da Real Academia de la Historia de Madrid.

de um outro testemunho do Conde por terras estrangeiras⁴⁵¹. Ainda jovem nos tempos da jornada a Basileia, Pedro de Sousa poderia ter compilado posteriormente anotações dispersas, posto não ser improvável (mas também não documentado) que o seu pai, Martim Afonso de Sousa, estivesse presente na comitiva. De todo modo, é cedo para lhe atribuir o autógrafo do texto.

O percurso entre Lisboa e Basileia perpassa cerca de 120 cidades, com duração aproximada de um ano. Pela notação exposta, entre deslocações e estadias, acompanhamos a comitiva a cruzar as fronteiras portuguesas pela altura da Guarda, atravessar os reinos de Castela e de Aragão, embarcar de Barcelona até Pisa e depois marchar sempre ao norte, superando heroicamente as intempéries dos Pireneus. A permanência se prolonga por cinco meses em Basileia, quando o relato se volta aos jogos políticos, às alianças e às intrigas costuradas nessa cimeira que, na sua real importância, definiu o futuro da cristandade. Por fim, percorrerá o curso do rio Reno até sugerir um trajeto de retorno, mas o documento nos chegou inconcluso. Segundo o cronista Rui de Pina (1440-1523), era intenção do Conde seguir até Jerusalém⁴⁵².

Temos em mãos, conforme se anuncia, um “diário”⁴⁵³. Tal função é rigorosamente assumida em excertos itinerantes, como podemos ver logo nas suas primeiras linhas. Feito um apontamento sumário do seu conteúdo – «Como o Conde d’Ourem foy ao Concilio de Basilea e o que passou no caminho, e assi ao Papa» –, nenhum proêmio interpõe-se ao fôlego largo do traçado da comitiva até as bordas da fronteira com Castela:

Aos onze dias por andar de Janeiro, partio o Conde d’Ourem de Lixboa pera fora da terra e foi dormir a Castanheira, que são sete legoas, esteve hi hum dia, que foi domingo; e ao outro dia foi dormir a Alcoentre, que som quatro legoas; e ao outro dia foi dormir a Corruquel, que são cinco legoas; e ao outro dia foi dormir a Leyrea, que são cinco legoas; e ao outro dia, que foi de Sancta Maria de Fevereiro e foi o primeiro dia do dito mês; e ao outro dia foi dormir a Pombal, que são cinco legoas; e ao outro dia foi dormir a Penela, que som quatro legoas, e esteve hi, ao outro dia, que foi domingo, com ho Iffante Dom Pedro; e ao outro dia foi dormir a Alousã, que sãa três legoas; e ao outro dia foi a Granol, que sam quatro legoas; e ao outro dia foi a Gouvea, que sam cinco legoas; e ao outro dia foi à cidade da Guarda, que saam cimquo legoas, e esteve hi ao outro dia, que foi sabado; e ao domingo e hà segunda-feira foi ao Sabugal, que sam cimquo legoas, e esteve hi; ao outro dia foi a Alfayates, que sam três legoas; e ao outro dia foi a Fonteguinaldo e que he o primeiro lugar de Castella⁴⁵⁴.

⁴⁵¹ Martha Schaffer (2015: 181). A *Carta de Pedro de Sousa* pode ser consultada em Lita Scarlatti (1980).

⁴⁵² Conforme se lê na *Crónica de D. Duarte*, o Conde D’Ourem «se despedio do Concilio e com sua companhia foy visitar ho Sepulcro Santo de Jerusalem» (Pina, 1977: 508).

⁴⁵³ Em circunstâncias muito específicas, o horário também é noticiado: «eram duas oras e meya depois de meyo-dia, porque escreveo dalli por hum seu arauto a El-Rey de Portugal» (Diário, 2003: 55).

⁴⁵⁴ Diário (2003: 17).

Excetuando a menção ao encontro com o Infante D. Pedro – cuja relação, em poucos anos, sofreria trágica reviravolta⁴⁵⁵ –, temos apenas o delineamento faseado do itinerário, estanque no pretérito perfeito, oferecendo-nos, por conseguinte, as distâncias médias percorridas pela comitiva, não muito variáveis ao longo de toda viagem. Dessa escrita de apelo instrumental emergirá, entre traços dispersos e composições ricamente elaboradas, o retrato de algumas das principais cortes europeias do seu tempo.

O *Diário* deve ser enquadrado, segundo a sua intencionalidade, como um périplo periegético, ou seja, o registro de uma viagem por terra, muito embora haja um excerto breve por mar. Deriva da mobilidade desse ponto de vista terrestre uma particular interação entre sujeito e espaço, mas também a herança quase imemorial de modelos descritivos, como vimos acompanhando ao longo desta tese. No que tange à representação urbana, sem dúvida o principal foco da periegeese, nota-se a reiteração de uma disposição visual hierárquica, a começar pelas linhas distantes de uma primeira topografia, muitas vezes acompanhada pela silhueta das fortalezas, quando as há, como é o caso das cidades italianas de Florença – «Outrossim, esta cidade está assentada muy bem em terra cham e muy bem cercada de bom muro e bem forte e boas as portas e bem fechadas»⁴⁵⁶ – e de Pisa – «Outrosi, esta cidade está assentada em hum valle muy grande e este valle jaz antre duas serras muy grandes e o muro he muy forte»⁴⁵⁷.

Decerto, será sempre sintética a apresentação topográfica das cidades do *Diário*, diferentemente do que ocorrerá com as fortalezas. Essas, quando presentes, exigem pormenorização estratégica do narrador, atento não só a materialidade da construção, mas à organização geral da defesa. Destaco dois exemplos. O primeiro é o da cidade de Setagoas, em Aragão, sublinhada a sua capacidade de resistência: «o castello he tão forte que, como alçassem huma porta de pao que he feita por engenho, defenderse há per tempo perlonguado que ho nom poderam filhar, salvo se o esfaimarem»⁴⁵⁸. Reparemos no uso do superlativo, «tam forte», melhor explorado no seguinte excerto, relativo à cidade portuária de Sam Fileu (atual Sant Feliu de Guíxons, presumo), também no condado aragonês:

E este lugar he muy bem murado de forte muro derredor do muro, a de fora, huma alçaçova muy alta que nom podem passar nem entrar ao dito loguar, salvo per pontes de

⁴⁵⁵ Com gradativos conflitos que chegariam em seu estopim na batalha da Alfarrobeira (1449). Sobre a batalha, ver Lita Scarlatti (1980).

⁴⁵⁶ *Diário* (2003: 37).

⁴⁵⁷ *Diário* (2003: 32).

⁴⁵⁸ *Diário* (2003: 19).

pao, e dezião que em huma ora encheria aquella aalçaçova d'agoa por tal guisa que era a villa mui forte pera se defender⁴⁵⁹.

Tanto a altura quanto a solidez da estrutura são realçadas na imagem, fazendo uso, por sua vez, de reiteraões – «murado, muro» – e, por meio de um vocabulário de negação – «nom podem passar nem entrar» –, a demonstração da intransponibilidade da fortaleza. De ordem estratégica também são os comentários sobre a urbanização dos lugares, o número de fogos e vizinhos ou a condição das ruas. Frull, na Provença, se destaca por ter «boas ruas», ao passo que Setagoas, por motivos de segurança, tem o caminho «tão estreito e tam fragoso (...) que bestas carreguadas nem homens a cavallo nom podem ir, salvo hum antre outro»⁴⁶⁰. Contudo, o que salta às retinas do nosso narrador é, sem dúvida, a presença das águas.

Em um nível essencial, as águas são pontuadas pelo desenho hidrográfico que alimenta determinado lugar. Por vezes, o narrador se permite a uma explicação mais elaborada sobre a qualidade dos rios, como quando se atêm ao degelo alpino e as variáveis entre seca e cheia do rio Rim (Reno) que cruza a Basileia. É um rio «larguo» que exigiu uma ponte «de longuo duzentas e quinze passadas» e «de larguo seis passadas». No inverno – e é justamente nele que a comitiva chega – há pouco fluxo porque «estão as aaguas coalhadas», salvo por onde vai a «vea d'agoa» que, veementemente, «vay daar tamanha pancada na ponte que parece que a quer derribar»⁴⁶¹. Antes, quando passaram por Florença, também foi a força das águas que chamou a sua atenção, em particular a engenharia do seu aproveitamento a partir de moinhos e todo um sistema produtivo derivado deles.

E per hum cabo desta cidade vai hum rio dentro, que vai ter a Veneza, que som trinta legoas, e estão em elle muitos moinhos e mais humas cazas, em que está huma rodada, em que fiam seda, que tem mais de duas mil dobadoiras e mais de dez mil fusos, que huns nom faz ã senam torcer e outros a fiar e outros a dobar; e, como quebra algum fio, loguo entendem e isto todo per arteficio d'agoa. Esta rodada he d'altura que do pee até cima tem quatro sobrados; e em huma casa d'outro cabo está huma serra que serra os paos por grossos que sejam, e d'outra parte está outra casa em que moem totalas especias; e a fundo desta casa está outra, em que moem espadas e alimpão armas e todo se faz per engenho d'agoa. E esto era huma cousa fermosa de ver⁴⁶².

⁴⁵⁹ Diário (2003: 28).

⁴⁶⁰ Diário (2003: 19).

⁴⁶¹ Diário (2003: 58-59).

⁴⁶² Diário (2003: 40).

O plano descrito se reverbera na simulação do movimento. São enumeradas de forma escalar um conjunto amplo e sucessivo de ações, como: «fiar», «torcer», «dobrar», «quebrar», «serra», «moem» e «alimpão». Reparemos no uso dos tempos verbais, o infinitivo e o presente do indicativo denotando a simultaneidade da ação e da descrição e mesmo a sentença final apela à sugestão de continuidade do pretérito imperfeito – «E esto era huma cousa fermosa de ver». Junto a isso temos a espacialização na forma adverbial recorrente de «esta», «desta», mas também com a instalação do sujeito vidente no espaço, determinando uma dinâmica referencial a partir «d’outra parte» ou «a fundo». Conforme a acumulação que o timbre retórico oferece ao excerto, avolumam-se medições e detalhamentos superlativos com as «duas mil dobadoiras» ou os «dez mil fusos» que compõem o moinho, através do «artefício» e do «engenho» das águas.

Com efeito, as águas continuam ocupando papel central nos aspectos que provêm a qualidade de vida dos núcleos urbanos, assim como o inventário de mercadorias recorrentemente enfatizado ao longo da jornada. Basileia, por exemplo, para além de ser o palco do Concílio, é apresentada antes como um celeiro: «Outrosi, esta cidade estaa assentada em terra chãa, he muy boa cidade, muy beem farta de pão e de vinho e de carnes e pescados e totalas outras cousas e boom mercado». E, como prova de tal fartura, o narrador acrescenta o seu testemunho: «e nesta cidade vi hum dia sete carretas carreguadas de ovos e oyto carreguadas de pão»⁴⁶³. Já Barcelona, para termos uma visão conjunta do sentido de riqueza e de abundância comercial, é alçada sob indeterminações superlativas: «Esta cidade he muy ryca, enfindamente, e muy abastada de totalas cousas, *scilicet*, de panos, tambem de coor como de linho, e doutras muitas mercadorias»⁴⁶⁴.

Ao nos determos sobre esses exemplos que impulsionam os signos variados da prosperidade, podemos distinguir uma certa tendência hiperbólica, cuja matriz discursiva não apenas se projeta pelo método de observação empírica, atinente à condição participante do narrador, mas também a um mais remoto imaginário simbólico. A concepção do espaço urbano medieval, como conclui Martin Locker, é devedora, em última instância, de um desdobramento imagético do paraíso entre jardins e palácios⁴⁶⁵. O autor reforça o papel dos relatos de peregrinos nessa migração representativa, pelo que não estamos distantes das virtualidades do *Conto de Amaro*. Alguns lugares descritos no

⁴⁶³ Diário (2003: 58).

⁴⁶⁴ Diário (2003: 25).

⁴⁶⁵ Martin Locker (2018: 8).

Diário reverberam com clareza esse impulso ao maravilhoso, como podemos ver sob os «paços d’El Rey» de Valência:

Estes paços sam mui fermosos, com boas camaras bem repartidas e têm dentro muy boas ortas, *scilicet*, huma capella d’El Rey muito fermosa com sua orta e tem dentro laranjeiras e murta que estão antremetidas, *scilicet*, a murta com as laranjeiras e humas polas outras que he huma cousa fermosa de ver; e em estes paços andão leoens e três cervos e três hemas muito grandes⁴⁶⁶.

A arquitetura do espaço se faz, sobretudo, por elementos exógenos da naturalidade ibérica ou já pela fermentação ideológica do exotismo. Delineado entre a sugestão da fartura das «boas ortas», o desenho elaborado das murtas com as laranjeiras (de origem árabe, como já vimos) e a exuberância da posse dos animais selvagens – especialmente os leões⁴⁶⁷ –, essa imitação de um *locus amoenus*, de alusão edênica, suspende nosso narrador em um arrebatamento estético reiterado no elogio «huma cousa fermosa de ver».

Explorando ainda o tema das construções monumentais, o *Diário* se debruçará com particular interesse nas diversas catedrais espalhadas pela vereda percorrida. Neste ponto, a questão a ser observada é como a profusão do detalhamento espacial encontra ecos na memória de um paraíso urbanizado, acastelado sob uma materialidade exuberante. Separo um excerto sobre a Sé de Pisa, visitada nos finais de junho de 1436:

Outrosi, a Sé desta cidade he das fermosas e de boas pinturas que se podem achar em cidade do mundo e mais he toda de pedra marmore e as mais fermosas portas que se podem achar em See, porque som d’arame e mais he a See ladrilhada de lascas que som de pedra marmore, e tem o melhor lavrado frontal principal que podem achar em See, de muy fermosas pinturas; e mays tem huma crasta muy boa que assi he ladrilhada como a sobredita. E, quando entram per huma porta da dita crasta a de dentro, está todo o outro mundo figurado, *scilicet*, como padecem os maos no Inferno e os bons no Paraiso⁴⁶⁸.

Devemos ter atenção, primeiramente, às sugestões de perspectivas tão bem elaboradas pelo nosso narrador, impulsionando assim o efeito de realidade. Do lado de

⁴⁶⁶ *Diário* (2003: 20).

⁴⁶⁷ A mitologia cristã acerca do significado dos leões é ampla e variada. No Velho Testamento costuma aparecer, de forma proverbial, como sinal de perigo, por vezes como desígnio punitivo: «E ele lhe disse: Porque não obedeceste à voz do Senhor, eis que, em te apartando de mim, um leão te ferirá. E como dele se apartou, um leão o encontrou e o feriu» (1 Reis 20, 36, edição ACF). A tradição judaica terá um particular significado ao Leão de Judá, apropriado como uma referência a Jesus no livro do Apocalipse (5, 5) «a raiz de Davi», aquele que terá a permissão para abrir os sete selos. Na hagiografia, entre outros exemplos, aparecerá na iconografia de São Marcos e São Jerônimo, conforme revela a consulta ao *Dicionário de símbolos* (Chevalier e Gheerbrant, 1994: 401-402).

⁴⁶⁸ *Diário* (2003: 34).

fora, sobreleva-se o trabalho do mármore na fachada, disposto pelos substantivos derivados de ações: «ladrihada», «lavrada» ou também as «lascas». É de se destacar o «arame» da porta, presumivelmente bronze, para além das pinturas que, doravante, aparecerão sob a estampa de um «mundo figurado». Passamos antes pelo claustro (ou «crasta») até entrarmos, por um movimento compassado, no interior da nave principal da Sé. Esse movimento simula presença para o leitor – «E, quando entram per huma porta da dita crasta a de dentro» –, prepara-o para a composição imagética que, afinal, irá redefinir a construção do espaço: a representação do Inferno e do Paraíso.

Em Florença, evidentemente, não passará despercebida a sua catedral, forrada por «pedra marmore e jaspe», com «huma torre muito alta e bem fermosa», de onde o desejo ascensional se alcança após a escalada de «466 degraos». Vista do seu topo, a estratégia descritiva se volta novamente para as perspectivas, por onde se «vê totalas casas que estão darredor e a gente que passa de huma parte pera outra, assi como espelhos (...)»⁴⁶⁹. A essa cenografia pública, o *Diário* reservará um minucioso retrato de costumes locais. De situações comezinhas à fauna social dos bastidores das redes de poder, irão ganhando forma os atos performáticos da comitiva portuguesa e, conseqüentemente, a figuração da sua principal personagem, o Conde de Ourém.

A ocupação do espaço, posto ser este o campo temático que nos interessa, é construída pela articulação de diversos elementos que promovem, em última instância, o impacto da visualidade na esfera pública. Para além do massivo cerimonial religioso, devemos ter em conta uma complexa exposição do poder aristocrático através de brasões e símbolos heráldicos incrustados sobre a fachada urbana, estendendo a percepção diária como um ritual. A essas «civic liturgies», como denomina Brigitte Bedos-Rezak⁴⁷⁰, aproximemos a marcha das comitivas, descrita conforme a sua exuberância. Separo, em particular, a entrada do Conde de Ourém na cidade de Basileia, pormenorizadamente reportada, tendo em vista o capital político que evidentemente enovelava a circunstância:

E trazia o Conde vestido hum sayo brocado e três pajens de sayos chapados, com botas de barbamte, e todos seus vestidos como libré, que elle dera em Bollonha, *scilicet*, òs fidalgos e seos escudeiros e pajes e alguns officiaes do Conde; este levavam jacas e jornees e a outra gente levavam sayas à maneira d'apertadas. E assi entraram em Basillea todos juntos, os susoditos. E, amtes que cheguassem à cidade, quanto podia ser huma meya legoa, mandou o Conde que todos aquelles que traziam sayos apertados fossem todos traz elle, *scilicet*, dous e dous a pares e assi foram huns atras outros. E hum homem que os regia e os escudeiros hiam ante o Conde e foram assi per ordenança até à pousada

⁴⁶⁹ *Diário* (2003: 37).

⁴⁷⁰ Brigitte Bedos-Rezak (1994).

do dito Senhor. Outrosi, antes que o Conde entrasse na dita cidade, vieromno receber arcebispos e bispos e doutores e todollos prellados que hi estavam, no dito Concilio, e cavaleiros e outra muita gente da dita cidade. E, antes que cheguassem à porta da cidade, começaram as charamellas do Conde de tanjer e assi levarom o Conde muy homradamente pela cidade até à sua pousada⁴⁷¹.

Muito atento à dinâmica coreográfica da comitiva, a cena pode ser segmentada entre uma situação preliminar, a composição oficial e, por fim, o desfile triunfal pela cidade. No primeiro momento, são espacializados em dispersão ou «todos juntos» os seus principais artífices, muito embora o plano descritivo imponha uma hierarquia regimentada pelo Conde e ramificada pela generalidade das posições sociais (fidalgo, escudeiro, outros oficiais, pajens). Nas portas da Basileia, é D. Afonso quem ordena nova disposição, emparelhando atrás de si, de «dous e dous», aqueles que «traziam sayos apertados». Os escudeiros tomam a dianteira, ao lado de «hum homem que os regia». No plano final, agrupa-se a comitiva com figuras públicas que estavam «no dito Concilio», sempre antes da entrada na cidade, e é o tanger das «charamellas» que anuncia o derradeiro desfile.

A força retórica da imagem é, sobretudo, alçada pela textura e pela simbologia do vestuário das personagens da comitiva. D. Afonso se diferencia dos demais ao ostentar «brocado» em seu «sayo», ao passo que os seguintes usam apenas os «chapados». Para além da confecção das roupas, um outro pormenor se aviva na narrativa: os «sayos apertados», evidenciando uma distinta forma de exibição corporal no seio da Idade Média. António de Oliveira Marques relembra o conflito moral (e jurídico) que, desde o século XIV, se impôs em Portugal e na Europa em torno da sensualidade de uma ascendente moda cortesã⁴⁷². Das antigas opas neutralizadoras do volume dos corpos⁴⁷³, um frescor vestuário era progressivamente absorvido pelas classes dominantes, a começar pelo encurtamento das saias⁴⁷⁴. Em breve, viria o tempo das calças, fazendo com que o homem assumisse a verticalidade das suas pernas, «quais colunas do seu templo»,

⁴⁷¹ Diário (1993: 56-57).

⁴⁷² Ainda em 1340, segundo António Oliveira Marques (1981: 35), as Cortes de Santarém tentaram reprimir a exuberância da moda cortesã, sem surtir efeito prático.

⁴⁷³ Mesmo sendo evidente o uso de roupas mais condizentes a essa moda cortesã, o Conde de Ourém opta, zelosamente, por usar perante o Papa «uma oppa brocada, empenada de finas martas, que lhe dava polos pees» (Diário, 2003: 38).

⁴⁷⁴ Os trajes militares também passam pelo mesmo processo, substituindo gradativamente a malha de ferro pelo «arnês branco» ou armaduras que se modelam ao corpo do cavaleiro, a partir da segunda metade do século XIV, como aponta João Gouveia Monteiro (2004: 25).

acompanhando assim o crescimento simultâneo da altura das catedrais góticas, belo paralelo este feito por Margarida Braz Teixeira⁴⁷⁵.

A ostentação vestuária era, como sabemos, sinal de prosperidade. Entrando em Bolonha, onde no dia seguinte encontraria o Papa, sabemos que o Conde vestia um «sayo brocado», assim como os três pajens que o acompanhavam, cujo preço era de «sete marcos de prata cada sayo»⁴⁷⁶. Nada que se compare, claro está, à mitra do Sumo Pontífice, avaliada em «sete mil dobras»⁴⁷⁷. A caminho de Barcelona, o luxo aragonês podia ser medido no traje de um grupo de mulheres que «traziam vestido senhas cheyas d'ouro, muy fermosas, e mais senhas oppas d'escarlata vermelha empenadas de martas e, de fundo, suas cotas de velludo verde e outras joyas muitas»⁴⁷⁸. Em suma, a profusão descritiva que permeava o imaginário do outro mundo, agora podia ser contemplada não muito distante das bordas das fronteiras.

Com efeito, o traje é uma marca essencial da figuração de D. Afonso, o 4.º Conde de Ourém, realçando a permeabilidade de uma atitude tanto cortesã quanto cavaleiresca. Assim, vemos como o mesmo hábil diplomata, reconhecido por «fallar bom latim»⁴⁷⁹ e versado em quase todas as danças de salão⁴⁸⁰, pode, em meio a uma situação turbulenta sobre o mar, imponente em seu «arnes» bradar «com muy gram prazer cuidando que aviam de pelejar»⁴⁸¹ e, igualmente intrépido, sempre se manter em sua «besta» enquanto atravessavam o inferno gelado dos Alpes. Neste ponto, o narrador é estratégico, porquanto volta o discurso para o seu leitor: «E sabeis que alguns, quando chegam a este mosteiro, vêm ja tam estanguidos de frio nas bestas (...); e taes passam por esta montanha que lhe caem os dedos das maons e dos pees com frio» e arremata, lembrando que a glória daquela superação o aproxima de Aníbal, que em seu tempo saiu vitorioso do mesmo desafio alpino⁴⁸².

Para além dos desafios, não seria forçoso admitir uma certa estratégia compositiva alusiva a uma memória literária, não necessariamente pela ideia de demanda, mas por

⁴⁷⁵ Margarida Braz Teixeira (2004: 316).

⁴⁷⁶ Diário (2003: 38).

⁴⁷⁷ Diário (2003: 41).

⁴⁷⁸ Diário (2003: 21).

⁴⁷⁹ Diário (2003: 53). Acrescentando um pormenor, Lita Scarlatti (1980: 166) avança com a hipótese de D. Afonso ter sido formado pelo eminente latinista Fernão D'Alvares, hipótese essa contestada por Luís Adão da Fonseca (2004: 252).

⁴⁸⁰ Há um episódio pitoresco no qual o Conde, após dançar no salão do paço do Duque de Saboia, passou por leve constrangimento quando «fizeram huma dança ao seu modo e o Conde nom soube dançar àquelle modo e sayose da dança» (Diário, 2003: 54).

⁴⁸¹ Diário (2003: 30).

⁴⁸² Diário (2003: 51).

projeções episódicas, como quando conversa com um ermitão na montanha. Tal conversa logo se envereda para um teor exemplar ao retratar um segundo «irmitão», um alemão que «tinha os cabellos da cabeça e da barba que lhe davam pella cinta, e as unhas das maons e dos pees que eram muy compridas», cuja qualidade havia sido a abnegação material. Repartira seus bens entre criados e pobres e, após longa viagem, encontrara em uma lapa no alto daquela montanha o seu paraíso.

Um quadro de costumes locais era uma premissa retórica, conforme vemos na hierarquia temática inscrita nos manuais sob o tópico do *laudibus urbium*. Nosso anônimo narrador, como destaquei nesta leitura, obedece com sua escrita a modelos estruturais tipificados que, de forma eficaz, auxiliam no registro histórico do documento. A construção dessa memória é a invenção do nosso espaço literário, com o abuso de uma recursividade estilística visual, efrástica e sinestésica, condensando junto à revelação empírica cartográfica da expansão dos horizontes imagens contaminadas pelo devir existencial ou meramente apelativo ao gosto do leitor. Assim, percebemos a confluência tanto de um imaginário confabulado pelos desdobramentos das peregrinações quanto pelas diretrizes orientadoras da escrita periplográfica.

É, de toda forma, a perpetuação da memória a principal razão enunciativa do *Diário*. Por isso Aida Fernanda Dias⁴⁸³ o toma como conceito-chave para defini-lo como um «roteiro-memória», por partir do percurso concretamente efetuado a construção dos signos relevantes, e como uma «memória histórica», por um lado panegírica e por outro de mérito oficial, abordando assuntos de Estado, sobretudo em tão particular circunstância como foi a do Concílio. Das suas resoluções novos tempos se avizinhariam, principalmente para o destino de Portugal.

Para além da divergência entre papistas e concilistas, e da irresoluta situação acerca da divisão entre as Igrejas do Ocidente e do Oriente – levando ao isolamento ortodoxo e a conseqüente queda de Constantinopla em 1453 –, em torno desses principais eixos havia, em particular, duas questões de interesse português. A primeira era sobre a posse das ilhas Canárias, que, depois de anos de instabilidade jurisdicional, culminou em uma derrota diplomática da comitiva do Conde de Ourém e foi oficializada em nome de Castela. Já a segunda foi considerada um triunfo, com a aquisição da *Rex regum*, a “bula das Cruzadas”, que permitia a Portugal o avanço militar sobre os territórios da África

⁴⁸³ Aida Fernanda Dias (2004: 273).

islâmica⁴⁸⁴. Paralelamente, Gil Eanes atravessava o cabo do Bojador, dando início à revolução cosmogônica deflagrada pelas explorações marítimas coloniais, tema do nosso próximo capítulo.

*
* *

Essencialmente, cada texto selecionado no presente capítulo representa uma vertente compositiva das narrativas de viagens, naquilo que consideramos como o prelúdio histórico à era das grandes navegações. Por um lado, vimos o desdobramento das peregrinações tanto no seu empirismo à Terra Santa quanto na sua alegoria do paraíso; por outro, vimos a escrita dos périplos perspectivada ora pelo mar, ora pela terra. Para uma síntese preliminar, retenhamos agora alguns argumentos resultantes de uma visão em conjunto dessa seleção.

O primeiro ponto é a sua literariedade. A construção do espaço literário, tal qual se apresenta em cada texto, foi explorada por uma gama de recursos estilísticos que demonstram uma tendência discursiva para a representação de um novo real. A novidade, esse ponto central das expectativas das narrativas de viagens, encontra o seu referente concreto, certamente, na exposição visual do espaço retratado. Destacamos a mobilidade de perspectivas e de focalizações, mas também, promovida pelo discurso descritivo, a intensidade de acumulações, enumerações, gradações, amplificações, no fundo, hipérbolos que almejam o maravilhamento e toda sua profusão sensorial.

Ao mesmo tempo, a paulatina desconstrução de uma cartografia mítica é o segundo ponto a retermos nesta síntese. Nosso *corpus*, em certa medida, estimula o confronto com a tangibilidade conhecida do mundo. A Terra Santa tem o seu papel histórico nas fronteiras entre os planos terrestre e celeste, por onde a atitude e a escrita peregrina reverteram, por exemplo, na suspensão do registro a um tempo mítico. Porém, agora é a própria geografia conhecida que se afugenta pela aventura exploratória, como assistimos nas extremidades das ilhas Afortunadas, segundo o relato de Giovanni Boccaccio. O estímulo a uma tensão narrativa dessa zona fronteira do imaginário encontrará paralelos históricos na periplografia, como vimos em Hanão. Para além da

⁴⁸⁴ Para uma introdução sobre o papel de Portugal no Concílio de Basileia, ver António Manuel Martins do Vale (2004).

linha do horizonte é o sentido de deslocação do *Conto de Amaro* e, sob a ordem de um real-maravilhoso, o próprio *Diário* do Conde de Ourém.

Nesse sentido, a racionalização de critérios é o terceiro ponto que destaco. Começamos lembrando o impacto do vocabulário da marinharia propulsionando o efeito de realidade e a instrumentalização didascálica do relato, desde a tormenta marítima da *Vida de São Teotónio*, mas inclusive em narrativas alegóricas como o *Conto de Amaro*. Atentemo-nos também à sistematização da escrita perante uma nova experiência, consolidada pela disposição de tópicos temáticos devedores, por sua vez, da prática periplográfica. No modelo sumário oferecido por Giovanni Boccaccio nota-se uma predisposição à segmentação do olhar científico através da geografia topográfica, da botânica e da agricultura, da antropologia social e cultural. Em textos voltados à cidade, o modelo descritivo se baseia na disposição retórica do *laudibus urbium*, largamente explorado no registro do *Diário* do Conde de Ourém e, pelas confluências do paraíso urbanizado, no *Conto de Amaro*.

O quarto e último ponto incide justamente sobre a questão do paraíso ou, melhor colocado, como uma domesticação do devir existencial e escatológico através da realidade apreendida. Resulta desse processo a atribuição de características tomadas de idealizações espaciais para descrever e interpretar a novidade e a diferença. Um utopismo urbano começa a se ramificar pelos relatos, principalmente em sua camada visível, revestido pela profusão descritiva de cores, volumes, materialidades e formas, códigos estes que passam a descrever castelos, roupas ou, simplesmente, os produtos culturais de uma nova sociedade.

Esses quatro argumentos – a literariedade, a plausibilidade cartográfica, a racionalização de critérios e a domesticação do maravilhamento – auxiliam em uma interpretação sincrônica das narrativas de viagens atinentes ao horizonte medieval português, mas também se configuram como eixos estratégicos compositivos da própria formulação de tais narrativas de viagens, principalmente quando projetadas ao nosso subsequente *corpus* de análise. Avancemos, portanto, a um conjunto de relatos resultantes da experiência navegacional que, em sua singularidade, testemunham o início efetivo do projeto colonial português na África subsaariana, na Ásia Índica e no Brasil.

Capítulo IV. Novos périplos, novas fronteiras: desdobramentos da escrita das viagens

A geografia mítica da Terra remonta a tempos imemoriais, evidentemente. Considerando apenas a matriz judaico-cristã, revemos na mensagem dos seus primeiros profetas imagens que, de certa forma, constituem a base de um imaginário fecundo e extenso ao longo do tempo. Da primeira idealização, ainda no livro do Gênesis, do jardim do Éden às suas releituras posteriores, vemos um constante delineamento desse espaço idílico chamado de paraíso terrestre. Isaías, por exemplo, ouvia-o com «voz de louvor»⁴⁸⁵, enquanto Ezequiel, sob o signo da bonança material e da fartura, via-o irrigado pelas águas sagradas com toda espécie de frutos, ininterruptamente oferecidos ao gozo dos honrados⁴⁸⁶.

De todo o modo, o paraíso terrestre, diferentemente do celestial, pressupunha uma localização concreta. O Oriente era a sua posição de excelência. Assim o encontrávamos no mapa-múndi de Isidoro de Sevilha – o conhecido «T e O» – onde os então três continentes se repartiam pelo entrecruzamento do mar Mediterrâneo com os rios Nilo e Don, envoltos de um mínguo oceano⁴⁸⁷. Ainda Duarte Pacheco Pereira, no seio da revolução cartográfica do século XVI, inclinava-se a compreender que as águas eram somente a sétima parte da terra⁴⁸⁸.

Para além dessa orientação, sobejamente duas teorias variaram ao longo da Idade Média em relação às características do paraíso terrestre. Alguns, como João Damasceno, notório pensador das causas divinas do século VIII, atribuíam aos inacessíveis montes a permanência do prezado jardim, onde as águas do Dilúvio não o tivessem alcançado. Pedro Lombardo, falecido em meados do século XII, apostava para além dos oceanos a persistência incorrupta da origem e destino da humanidade⁴⁸⁹. Tanto a sua projeção ascensional, compreendida não só pela altura dos montes, mas também pela verticalidade

⁴⁸⁵ Isaías (51, 3).

⁴⁸⁶ Ezequiel (47, 12).

⁴⁸⁷ Isidoro de Sevilha (1951: XIV, 338).

⁴⁸⁸ Duarte Pacheco Pereira (1988: 22).

⁴⁸⁹ Esses e outros exemplos podem ser vistos com mais profundidade em *Uma História do Paraíso*, de Jean Delumeau (1994: 55).

das árvores, quanto os confins do incógnito oceano foram dois paradigmas sobre o paraíso terrestre que, mesmo perdendo a sua força com o passar do tempo, deixaram o seu rastro pela memória literária posterior. É desse fio que o fluxo das peregrinações cristãs encontrou um caudal de imagens e projeções espaciais, depois mais amplamente espalhadas nas bases discursivas daquilo que identificamos como narrativas de viagens.

Não é preciso ir a tão longa distância para acharmos os fragmentos discursivos sobre o paraíso que servem de modelo para a construção do espaço literário. A *Crónica Geral de Espanha de 1344*, amálgama, como é sabido, de uma série de outros textos precedentes, imbuída de uma releitura vigorosa da Península Ibérica apresenta, sob uma estilização sensível, a natureza de uma terra desejada como mote da narrativa da Reconquista cristã ou, segundo Albano Figueiredo, sob a força de uma «(re)afectivização cristã do espaço ibérico»⁴⁹⁰. Vejamos um breve excerto:

Espanha he nobre per muytos ryos, avondada de muytas fontes e muy sã per bons aares. Em Espanha há muy altos montes e grandes serras, muytos e anchos valles e booscos de grandes proveytos. Em Espanha há terras muy chãas, campos muy largos que levam muytos fruytos assy tẽporãaos como sorodeos. Todallas cousas que os homeês pode cobiiçar pera se manteerem, todas som achadas em Espanha. Por todas estas nobrezas que dizemos que há em Ila, foron alguũs que disseron que Espanha era tal como o paraíso de Deus⁴⁹¹.

A descrição se alonga, entre outros caminhos, pelo inventário de «muytos vieiros de pedras preciosas, assy como çaffiras, robiis, balax, jagonças, jacintos e cristaaes e calçadonyas e outras de muytas naturas»⁴⁹², esgotando um imponderável visual por meio de uma linguagem superlativa e de ressonância anafórica. Particularmente, está em jogo a domesticação do paraíso e quais os instrumentos utilizados pelo discurso descritivo para evidenciá-lo, isto é, torná-lo visível aos olhos do leitor. No passo seguinte, veremos como esses recursos são empregados para a representação do espaço desconhecido, e é aqui que começamos a adentrar no *corpus* do presente capítulo.

Devemos sublinhar que não se trata propriamente de uma indiscriminada imersão ao paraíso terrestre o que se encontra no conjunto dos textos portugueses atinentes a esse alvorecer das explorações marítimas. Em relação aos relatos do mesmo período produzidos por Castela, como demonstrou Sérgio Buarque de Holanda, repletos de imaginativos *topoi* clássicos como fontes da juventude ou Eldorados, os portugueses

⁴⁹⁰ Albano Figueiredo (2005a: 192).

⁴⁹¹ *Crónica Geral da Espanha* (II, 2009: 39-40).

⁴⁹² *Crónica Geral de Espanha* (II, 2009: 41).

apresentam uma retenção empírica do olhar ou as tais «atenuações plausíveis», segundo propõe o sociólogo⁴⁹³. Uma das explicações avultadas recai sobre a experiência prática lusitana, iniciada pelas expedições insulares do século XIV e conduzida sistematicamente desde o século XV pela costa africana. Assim, menos o paraíso terrestre será uma fronteira geográfica do que uma pulsação da linguagem em descrever o inapreensível.

O que devemos sublinhar neste nosso preâmbulo é que, conforme Bertrand Westphall melhor colocou, o período medieval é marcado por uma narrativização da cartografia, prestes a se dissolver com a revolução espacial da era das explorações marítimas, cujos textos que serão analisados no presente capítulo registram o início desta gradativa viragem⁴⁹⁴. Da primeira compilação de testemunhos de viagens, emoldurada sob a efabulação cavaleiresca de Gomes Eanes de Zurara, passaremos para as dinâmicas do convés da frota de Vasco da Gama ao inaugurar a rota Atlântico-Índico, conforme a perspectiva do seu (suposto) escrivão, Álvaro Velho. Por fim, a pessoalidade do gênero diarístico será a base de um novo espaço de percepção, sumamente fronteiriço pela costa brasileira, tingido pela policromia descritiva de Pêro Vaz de Caminha.

Atentemos, sobretudo, ao indelével fator das águas no conjunto desses relatos, tanto na sua apropriação marinheira, medida e desvelada sob o pulso dos antigos périplos, quanto na sua construção simbólica, manjedoura de imaginários. Sublinhemos, pois, as relações entre espaço e sociedade atinentes aos lugares descritos, as formas de representação que se delineiam da experiência prática e da memória literária do registro escrito. Cada texto, circunscrito às suas particularidades, esvazia em seu pano de fundo certa mitologia geográfica, como as inabitáveis zonas tórridas do centro africano, o maravilhamento exotérico do Oriente ou mesmo o suposto encontro de uma terra prometida para além das margens do Atlântico. Estaremos defronte a uma viragem de cosmovisão que Bertrand Westphall não hesita em cunhar como o primeiro «spatial turn» do mundo moderno⁴⁹⁵.

⁴⁹³ Sérgio Buarque de Holanda (1969: 126).

⁴⁹⁴ Bertrand Westphall (2013: 30). Pensar no âmbito de uma narrativização é também atribuir um domínio temporal sobre o espacial, polos que se inverterão na mentalidade ocidental promovida pelas expedições marítimas. Luís Filipe Barreto (1983: 18) já propunha semelhante distinção entre a «barbárie medieval» e a revolução cartográfica do século XVI.

⁴⁹⁵ Bertrand Westphall (2013: 5).

1. *Crónica de Guiné*, de Gomes Eanes de Zurara: o mapeamento do território indicial

No ano de 1453 teria ficado pronta a *Crónica de Guiné*, de Gomes Eanes de Zurara (1410(?)-1474), ou, pelo menos, parte dela. Alguns indícios textuais sugerem uma redação mais tardia, talvez retocada após a morte do seu mais ilustre beneficiário, o Infante D. Henrique, em 1460⁴⁹⁶. Porém, em cerca de cem anos, viria a cair no esquecimento⁴⁹⁷, até Ferdinand Denis recuperar o seu manuscrito na Biblioteca Nacional de Paris, em 1837⁴⁹⁸. A partir daqui, inicia-se uma caudalosa saga de comentaristas inclinados a explicar as origens das explorações portuguesas, também europeias, da costa ocidental africana subsaariana. É sobre esse espaço indômito que iremos nos concentrar nos parágrafos seguintes.

Como é sabido, Zurara é quem herda o posto de guardador das escrituras do Tombo, por nomeação de D. Afonso V, sucedendo a Fernão Lopes, em 1454, tendo sido o seu continuador. É provável a intervenção do mestre naquela que deveria ser a terceira parte da crônica de D. João, revigorada sob os auspícios da cruzada contra os muçulmanos em território africano e o triunfo dos seus herdeiros, nomeadamente, a *Crónica da Tomada de Ceuta*, terminada pouco tempo antes, em 1450. Rememoram-se nela ações decorridas no ano de 1415, um vértice historiográfico para a leitura do processo expansionista colonial português. Com alguma estabilidade fronteiriça em relação a Castela⁴⁹⁹, parecia ser inequívoca a vocação de um pacto da cristandade ao confronto mediterrânico. A soma desses esforços irá delinear, paulatinamente, uma nova compreensão geoestratégica promovida pelos avanços meridionais costeiros, quando a viagem passa a provocar os limites do desconhecido. A superação do cabo do Bojador,

⁴⁹⁶ A hipótese mais provável é a de que a *Crónica de Guiné*, conforme a conhecemos hoje, seja a compilação de dois diferentes textos: um panegírico do Infante D. Henrique e uma reescrita dos trabalhos de um segundo autor, Afonso Cerveira, mencionado inclusive por Zurara. Sobre essa questão editorial, ver Álvaro Júlio da Costa Pimpão (1926).

⁴⁹⁷ Joaquim Barradas de Carvalho (1953: 37) sugere que, já em 1567, Damião de Góis parecia desconhecer a *Crónica de Guiné*.

⁴⁹⁸ Utilizarei para o presente trabalho a edição crítica de José de Bragança (1973), composta a partir desse manuscrito parisiense.

⁴⁹⁹ D. João, segundo o discurso que lhe é atribuído na *Crónica da Tomada de Ceuta*, ainda receava pela «pouca seguramça» das divisas com Castela, por isso hesitava para que «leixasse minhas fromtarias» sem o seu comando, caso enveredasse para a batalha de Ceuta. Por fim, acaba por partir (Zurara, 1915: 39). A edição aqui consultada é a de Francisco Maria Esteves Pereira.

em 1434, é o ponto de partida para a *Crónica de Guiné*, texto este que melhor retrata a dilatação deste processo.

A disposição cronística se faz por uma seleção de episódios de viagens decorridos ao longo de catorze anos, alcançando uma extensão territorial que, nos cálculos extremados do autor, chegam a 450 léguas do dito cabo⁵⁰⁰. Para melhor nos localizarmos, são difusos quaisquer relatos para além da foz do rio Geba, na atual Guiné-Bissau⁵⁰¹. Segundo ainda Zurara, nesse período saíram 51 caravelas de Lisboa, incluindo as expedições às ilhas atlânticas⁵⁰², cada qual a serviço dos seus Infantes, muito embora o protagonismo intelectual de toda a empreitada seja atribuído a D. Henrique⁵⁰³.

Sabe-se ter sido uma obra encomendada pelo próprio rei D. Afonso V, em prestígio ao Navegador⁵⁰⁴. Entretanto, é importante frisarmos o ambiente de circulação para o qual foi designada, corroborando ativamente uma visão belicista e expansionista em uma Corte dividida sobre tal assunto, dados os avultados custos dessas viagens e, sobretudo, os seus riscos, como bem tinha mostrado o fracasso em Tanger. Analisando esse contexto, Miguel Aguiar enquadrará a *Crónica de Guiné* como um «espelho de nobres», cuja defesa do projeto ultramarino reverberava pela exaltação de uma moral cavaleiresca⁵⁰⁵.

Nesse sentido, o argumento ideológico de Zurara se afasta ligeiramente da glorificação coletiva e aposta no mérito individual dos seus diversos protagonistas que, por meio de raptos e chacinas – testemunhos estes, claro está, de uma das grandes atrocidades civilizacionais da História –, almejam e se consagram como novos cavaleiros. A mudança paradigmática a ser observada nesse ponto é, como bem demonstrou Albano Figueiredo, o espaço da cavalaria migrar da terra para o mar. Assim, o percurso de consagração será trilhado não apenas pela virilidade das batalhas, mas também pela superação de circunstâncias de navegação adversas, resultando, inclusive, em exemplos de infortúnio e morte⁵⁰⁶. A *Crónica de Guiné*, voltada para a geografia das águas, ajuda-

⁵⁰⁰ Zurara (1973: 332).

⁵⁰¹ A expedição de Álvaro Fernandes, ocorrida por volta de 1446, essa que parece ser a que mais se distancia ao sul, avança «alem do Cabo Verde CX leguas». Os números, contudo, são pouco confiáveis, como assinala em nota José de Bragança (*in* Zurara, 1973: 368).

⁵⁰² A situação dos arquipélagos das Canárias, Madeira e Açores também consta no corpo cronístico.

⁵⁰³ Vale lembrar que de 1439 a 1448, ou seja, quase todo recorte temporal da *Crónica de Guiné*, Portugal estava sob a tutela do seu regente, o Infante D. Pedro.

⁵⁰⁴ O propósito é esclarecido por Zurara na sua carta ao rei D. Afonso V, entregue junto da redação da *Crónica de Guiné*, em 1453. Pode ser consultada na edição de José de Bragança (*in* Zurara, 1973: 3-5).

⁵⁰⁵ Miguel Aguiar (2018: 4).

⁵⁰⁶ Albano Figueiredo (2005b: 28-29).

nos a compreender como a figura do navegador absorve e transmuta em sua gênese o ideal da cavalaria.

Com efeito, concorrem no plano diegético a propulsão de atos heroizantes tanto pela ordem da batalha quanto pela dilatação do espaço revelado. Ainda nos capítulos introdutórios, Zurara condensa em cinco tópicos as motivações que levaram o Infante a promover a saga das viagens. O primeiro ponto se atém a um empirismo científico, o de «saber a verdade» sobre uma cartografia especulativa. O segundo é averiguar se haveria reinos cristãos em recônditas situações e, por conseguinte, estabelecer comércio de mercadorias. Os dois pontos seguintes são, sobretudo, marciais, atentos a inspeção do poderio inimigo e as estratégias para possíveis apoios locais. O quinto é a difusão da cristandade – «acrescentar em a santa fé de nosso senhor Jesus Cristo, e trazer a ela totalas almas que se quisessem salvar»⁵⁰⁷.

Tendo atenção a esse conjunto de motivações, não seria forçoso admitir uma continuidade estratégica discursiva que permita enquadrarmos a *Crónica de Guiné* no eixo da periplografia. Depreendem-se daqui dois pilares sob a ótica das ações de fundar, enquanto apreensão do espaço inaugural, e de povoar, cuja natureza melhor se assimila a intercâmbios ou imposições culturais. Neste último aspecto, a etimologia de povoar (*catōquesame(n)*) encontra a sua inclinação mais persuasiva e justifica, no projeto ideológico religioso da crônica, a escravização sistemática dos povos originários⁵⁰⁸.

Da periplografia também se origina a textualização do espaço, matizada aqui por uma ordenação antes historiográfica do que testemunhal da obra⁵⁰⁹. Ainda assim, as descrições de cada uma das viagens reportadas trazem a tônica apelativa da experiência real, como podemos ver no seguinte excerto, pouco antes do relato da morte do cavaleiro e navegador Nuno Tristão:

E passando per o Cabo Verde, foi mais avante LX leguas, onde achou um rio, em que lhe pareceu que deveria de haver algumas povoações; pelo qual mandou lançar fora dous

⁵⁰⁷ Zurara (1973: 45).

⁵⁰⁸ Há uma insistente necessidade de se justificar o somatório de violações cometidas pelos portugueses na empreitada exploratória e a base argumentativa utilizada é, sobretudo, a salvação promovida pela conversão evangélica. Em determinado passo, Zurara apela à simbologia dos *fidei oculis*, chamados aqui de «olhos do verdadeiro conhecimento», dando a entender a escravização como uma jornada peregrina à redenção espiritual: «Por certo, ainda que os olhos corporaes não conhecessem alguma parte desta bemaventurança, os olhos do verdadeiro conhecimento, que é a alma limpa com infinda gloria, recebidos em este mundo os santos sacramentos, com alguma pequena de fé partidos desta vida, em breve poderam conhecer o erro de sua cegueidade» (Zurara, 1973: 283).

⁵⁰⁹ Tal advertência deve ser levada em consideração na exegese da *Crónica de Guiné*, como propõe Joaquim Barradas de Carvalho (1953: 48).

pequenos bateis que levava, nos quaes entraram XXII homens, scilicet: em um dez, e no outro doze.

E começando assim de seguir pelo rio avante, a maré crescia, com a qual foram assim entrando, seguindo contra umas casas que viam á mão direita. E acertou-se que antes que saíssem em terra saíram da outra parte XII barcos, nos quaes seriam até LXX ou LXXX Guineus, todos negros e com arcos na mão⁵¹⁰.

O emprego dos tempos verbais pauta o movimento em execução, primeiramente pelo uso do gerúndio – «E passando», «e começando assim», «foram assim entrando», «seguindo» –, mas também pelo uso do pretérito imperfeito, conforme o adensamento da tensão narrativa – «crescia», «viam». A focalização chega a se introjetar na perspectiva da personagem, quando posiciona as tais casas «á mão direita» ou «viam á mão direita», ação simultânea ao instante da leitura. É de se destacar também o conjunto semântico das ações verbais – passar, ir, entrar, sair, começar, seguir, etc. – que alicerçam a dinâmica da cena.

No excerto, notamos a predileção ao registro inventariante, uma deriva histórica da periplografia. A medição das distâncias, a recorrência de quantificações ou mesmo o apontamento figurativo, de cariz antropológico, do outro – no caso, os «Guineus» – são desdobramentos de um olhar que calcula, sistematiza e assimila a novidade a um padrão de reconhecimento interpretável. Frisemos que tal vertente descritiva é, na globalidade da obra, pouco explorada⁵¹¹. Entretanto, por laivos dispersos, a *Crónica de Guiné* procura desvendar, quase que de forma indicial, esse mundo em mutação, por vezes completamente desconhecido, mas por outras até semelhante ao seu, como o desenho de um rio à maneira «de Mondego ou de Zezer»⁵¹², ou como o caso pitoresco das tartarugas: «E porque poderá ser que todos os que lerem esta historia não haverão conhecimento deste pescado, saiba que não são outra cousa tartarugas, senão cágados de mar, cujas conchas são tamanhas como escudos»⁵¹³.

O estranhamento da novidade e as tentativas de uma leitura cognoscível não conduzem, por sua vez, a um discurso descritivo maravilhoso. Ao mesmo tempo, há uma

⁵¹⁰ Zurara (1973: 360).

⁵¹¹ Sob o ponto de vista estrutural da *Crónica de Guiné*, podemos perceber a intenção de destacar alguns capítulos inventariantes como fechamentos do plano diegético. Entretanto, até pela difusa unidade de um tão compósito texto, tais capítulos acabaram por estar dispersos. Vemos, por exemplo, o capítulo LXXVI (76), intitulado «Como o autor começa de falar na maneira daquela terra», onde se discrimina, de forma muito sintética, a qualidade geral das habitações encontradas, a condição da fortaleza, assim como de alimentos, vestimentas e costumes locais. O capítulo seguinte é sob a mesma ordem inventariante, mas pautada sobretudo pela qualidade da terra, segundo a experiência de João Fernandes que, como mencionei acima, viveu sete anos entre os povos originários.

⁵¹² Zurara (1973: 147).

⁵¹³ Zurara (1973: 207).

sobrenaturalidade na assimilação da diferença derivada de um universo fantasista. Zurara chega a mencionar o testemunho de Marco Polo para esclarecer a recorrência da prática do canibalismo – «costume é de comerem uns aos outros»⁵¹⁴. Contudo, é pela animalização do outro que chegamos mais perto da maravilha, com homens que mergulham como «corvos marinhos»⁵¹⁵ ou lutam como um «poderoso touro»⁵¹⁶. Esse corpo exógeno também será a medida do espaço, dividindo o continente africano entre a «Terra dos Mouros» e a «Terra dos Negros»⁵¹⁷.

Afastemos por um instante o nosso olhar para a compreensão planisférica nesse crepúsculo medieval. Como vimos nos motivos que levaram o Infante a estimular as viagens, em primeiro lugar estava «saber a verdade» sobre os fundamentos do orbe. Já não era credível que São Brandão tivesse avançado pelo cabo do Bojador com duas galés sem que outros tivessem seguido o seu rastro, segundo se acreditava na altura⁵¹⁸, e mesmo o paraíso terrestre, utopia incrustada algures sobre um desconhecido horizonte, tornava-se apenas um *topos* desdenhoso na boca do fidalgo navegador Álvaro de Freitas: «mas vamos onde quiserdes, sequer até o Paraíso terreal»⁵¹⁹. Todavia, em torno de um planeta Terra laminado por nove esferas, em movimentos excêntricos, orbitava um subserviente Sol⁵²⁰.

O mapa do continente africano é concebido no seio dessas contradições. Enquanto o gradativo avanço pela costa ocidental, conforme acompanhamos pela *Crónica de Guiné*, propicia uma nova sistematização cartográfica nunca registrada, a África, em seu todo, é ainda o desenho imaginativo dos tempos imemoriais. Prevista em irrisória dimensão, supunha-se serem os limites dessa zona revelada «visinhos da terra do Egipto»⁵²¹. Daí se justificar, em parte, o equívoco dos navegadores ao acreditarem ser o rio Nilo a artéria na qual se adentra pelo interior da terra, cuja nascente se formava na Mauritânia, sob o degelo do monte Atalante e, seguindo o excerto extraído da *General*

⁵¹⁴ Zurara (1973: 212).

⁵¹⁵ Zurara (1973: 318).

⁵¹⁶ Zurara (1973: 260). Há vasta bibliografia sobre a questão da bestialidade ou da monstrosidade na caracterização do negro na *Crónica de Guiné*. Para um estudo introdutório e outras referências, ver Jerome Branche (2006) e Marcelo Fuentes (2018).

⁵¹⁷ A leitura do corpo como medida do espaço também foi assinalada por Luís Adão da Fonseca (1995: 16). Para uma perspectiva racial sobre o assunto, ver Josiah Blackmore (2009: 30).

⁵¹⁸ Zurara (1973: 43).

⁵¹⁹ Zurara (1973: 253).

⁵²⁰ Zurara (1973: 14). É uma referência ao sistema astronômico ptolomaico.

⁵²¹ Zurara (1973: 147).

*Estoria*⁵²², romperia subterrâneo o Saara até divisar a África da Índia, chegando, dessa forma, ao Oriente⁵²³.

Evidentemente seria cedo para admitir um caminho alternativo aos mares asiáticos, mas estavam abertas as portas da imaginação. A passagem pelo cabo do Bojador não é de toda suficiente para aplainar sobre a cartografia medieval uma extensão realista do continente africano. No entanto, serve para demover um conjunto de imagens perpetuadas na cosmovisão ocidental sobre uma *terra nullius* para além das suas fronteiras conhecidas⁵²⁴. Esse ponto de partida é bem resumido por Zurara:

Isto é claro – deziam os mareantes – depois deste Cabo não ha aí gente nem povoação alguma; a terra não é menos areosa que os desertos de Libia, onde não ha agua, nem arvore, nem herua verde; e o mar é tão baixo, que a uma legua de terra não ha de fundo mais que uma braça⁵²⁵.

Havia, portanto, uma projeção extensiva das zonas desérticas, até a completa inabitabilidade dos tórridos trópicos. Depreende das expedições uma série de correções a essa teoria, posto ser navegável e povoadas essas terras, inclusive nos seus mais recônditos ambientes. Trata-se aqui da «Terra dos Mouros», cujo avanço posterior revelaria o desabrochar da natureza tropical da «Terra dos Negros». São duas representações espaciais contrastantes, inclusive com nuances axiológicas na figuração do outro civilizacional. Nesse sentido, José da Silva Horta sublinha que, por não serem demarcadamente muçulmanos, haveria uma expectativa maior dos portugueses a uma sujeição evangelizadora dos povos subsaarianos⁵²⁶. A esse fato, podemos traçar um paralelo entre a secura descritiva dos primeiros avanços e a fertilidade paisagística da região de Guiné, melhor captada na seguinte passagem, sob o testemunho do navegador Dinis Dias:

E correram tanto avante que passaram aquela terra e viram outra mui desassemelhada daquesta primeira, porque esta era areosa e maninha, desacompanhada de arvores, como

⁵²² Cf. José de Bragança (*in* Zurara, 1973: 264).

⁵²³ «E que fez isto – pergunta Zurara sobre os feitos do Infante –, senão largueza de tuas despesas e o trabalho de teus servidores, movidos por virtuoso engenho, pelo qual tresmudaste nas fins do Oriente as cousas criadas e feitas no Ocidente?» (Zurara, 1973: 16). Álvaro Júlio da Costa Pimpão (1942: 14) aponta que, conforme a concepção geográfica da época, o continente africano era mais extenso de leste a oeste do que de norte a sul.

⁵²⁴ *Terra nullius* é como o Papa Nicolau V irá referir a toda extensão africana não cristã, legitimando a sua conquista e posse para os portugueses através da bula *Romanus Pontifex* (1455). Sobre o tema, ver Jerome Branche (2006: 47).

⁵²⁵ Zurara (1973: 50).

⁵²⁶ José da Silva Horta (1991: 83).

coisa em faleciam as aguas, e a outra viram acompanhada de muitas palmeiras e outras arvores verdes e formosas, e assim todos os campos da terra⁵²⁷.

Uma segunda expedição, capitaneada agora por Gomes Pires, voltaria cerca de um ano depois (1445) a mesma zona de transição. Reparemos no estímulo sensorial projetado pelo discurso, inclinando nossa recepção a uma mais idílica atmosfera através de um conjunto seletivo de adjetivações – «a bondade do seu fruto», «tão delicioso era», «algum gracioso pomar»:

Disseram depois alguns daqueles que ali eram, que bem mostrava o cheiro que vinha da terra a bondade do seu fruto, que tão delicioso era, que ali onde chegava, estando eles no mar, lhes parecia que estavam em algum gracioso pomar, ordenado a fim de sua deleitação⁵²⁸.

Com efeito, a exposição do espaço revelado pela *Crónica de Guiné* não apenas se baseia nesses resquícios de tonalidade idealizada⁵²⁹, mas apela, na sua orgânica geral, a novos modos de percepção e registro da novidade experienciada. Sob o pano de fundo da apreensão cultural e territorial da diferença, podemos realocar essa discussão a partir dos conceitos de espaço liso e espaço estriado, formulados por Gilles Deleuze e Félix Guattari⁵³⁰. A empreitada portuguesa se assenta em uma forma de matematizar o espaço, quantificando-o na medida de léguas e impondo marcos fronteiros sobre a terra. Desenham-na como o esboço de um corpo institucional legítimo para, a seguir, instaurar o seu domínio legal. O mar de 1440, como propõem metaforicamente estes autores, é a primeira pretensão de estriamento sobre o liso arquetípico que este mesmo mar simboliza⁵³¹.

A primeira demarcação imposta sobre o território africano estava relacionada justamente à navegação. Foi uma cruz, «uma cruz grande de madeira», cuja função prática

⁵²⁷ Zurara (1973: 142).

⁵²⁸ Zurara (1973: 255).

⁵²⁹ Um segunda ilha da Madeira é descrita também sob tais idílicos traços, cujo apelo às imagens paradisíacas é até mais evidente, demarcada pelos signos da abundância e fartura, pureza das águas e candura das aves, perfeição climática, tudo reforçado por uma retórica superlativa: «Esta segunda ilha acharam boa, especialmente de mui nobres aguas corredias, que levam para regar a qualquer parte que querem; e começaram ali de fazer suas sementeiras mui grandes, de que lhes vieram mui abastosas novidades. D'áí viram a terra bons ares e sadia, e de muitas aves, que no começo tomavam com as mãos, e assim outras muitas bondades que acharam na dita ilha» (Zurara, 1973: 347).

⁵³⁰ A exposição teórica aparece no quinto volume da obra *Mil platôs*, segundo a tradução consultada (Deleuze e Guattari, [1980] 2000: 157-189).

⁵³¹ Gilles Deleuze e Félix Guattari (V, 2000: 163).

se limitava a uma orientação de reconhecimento nas bordas do cabo Branco⁵³². A segunda também surge do mesmo propósito referencial, mas, pela leitura do cronista, torna-se uma inscrição de posse. É simultânea ao avanço pela zona tropical, quando pela selva a expedição de Dinis Dias resolve, «por certificação sua, acharem nas arvores entalhadas as armas do Infante, e isso mesmo letras em que estava o seu moto». Então, o narrador assume a voz do discurso: «Por certo eu duvido – diz o autor – se depois do grande poderio de Alexandre e de Cesar, foi algum príncipe no mundo tão longe de sua terra mandasse poer os malhões de sua conquista!»⁵³³. Destarte, a *Crónica de Guiné*, no que tange à materialidade do seu conteúdo, não deixa de ser também o testemunho documental e prova jurídica do futuro apossamento.

É interessante notar que a primeira prova ou «sinal de terra» que os portugueses levaram consigo deste novo território não foi nada mais substancial que umas «hervas», ainda frescas na mão de Gil Eanes, oferecidas ao Infante D. Henrique: «apanhei estas hervas que aqui apresento a Vossa Mercê, as quaes nós em este reino chamamos rosas de Santa Maria»⁵³⁴. Essa condição indicial da apreensão da novidade tem uma dimensão fundamental na proposta estética e ideológica da *Crónica de Guiné*; por isso se torna operativo pensá-la pela ótica não só do espaço estriado, mas também do espaço liso.

As vias de percepção no espaço liso são antes estabelecidas por «sintomas e avaliações» do que pela ordem das «medidas e propriedades»⁵³⁵. Ao descrever o modo de vida das comunidades locais, Zurara elenca um conjunto de comportamentos derivados de uma relação sensível com a natureza, cuja organização antagônica aos preceitos de civilidade europeia ilustra, para além da sua iminente carga depreciativa, uma nova experiência sobre o território, ou seja, uma nova espacialidade sobre ele. O relato de João Fernandes, destacado para uma imersão de sete anos sob o terreno, é uma síntese clara dessa novidade:

E todos andam como já disse, scilicet, em tendas, como seus gados, por onde lhe praz, sem alguma regra nem senhorio nem justiça, sómente cada um anda como quer, e faz o que lhe praz naquilo que pode. (...) E diz que não conhecem a parte onde a gente anda, senão levando olho no ceu e onde veem andar corvos e hussos francos, ali entendem que a gente é, que em toda aquela terra não ha caminho certo senão os da beira do mar⁵³⁶.

⁵³² E acrescenta Zurara (1973: 151) que «depois de muitos anos durou ali, e ainda hoje me dizem que está em seu proprio ser».

⁵³³ Zurara (1973: 274).

⁵³⁴ Zurara (1973: 55).

⁵³⁵ Deleuze e Guattari (V, 2000: 163).

⁵³⁶ Zurara (1973: 326-328).

Antes do domínio sobre a natureza, há uma integração com ela, promovida por esse fluxo de deambulação constante. O caminhar, base dessa efêmera orientação por terra, é, na dimensão antropológica desenvolvida por Francesco Careri, a primeira forma de «produção de sentidos» sobre o espaço, paralelo este que podemos traçar junto ao mapeamento inaugural dos portugueses sobre a África. Mesmo não intervindo diretamente na sua edificação física, a ação de caminhar suscita valorações utilitárias e estéticas, transformando culturalmente tal espaço⁵³⁷. No caso da *Crónica de Guiné*, tenhamos atenção a uma construção sintomática que pauta a produção desses sentidos espaciais.

O primeiro ponto é o incontornável problema de se depender das informações dos habitantes locais para a viagem por terra. Sendo a língua um obstáculo, a base da comunicação é um teatro de gestos ambíguos, «acenos»⁵³⁸ que estipulam distâncias imprecisas, «sinaes»⁵³⁹, cujo esforço interpretativo é ponderado pela possibilidade de ser uma armadilha militar, posto, é claro, a pouca disposição dos povos originários em colaborar com os invasores. Nesse aspecto, é exigida uma apuração dos sentidos do corpo para decodificar e remodelar esse espaço indicial, sobretudo pela mediação da audição e da visão.

No plano sensível, a audição situa os diversos personagens nas suas relações com o espaço desconhecido. Ao passo que orienta a movimentação do grupo, antecipa pelo som captado algumas dinâmicas sociais provenientes de possíveis aldeamentos próximos. Pela sua função geolocalizadora, a audição é um dos meios pelos quais se estabelece um conjunto de sintomas sonoros basilares à paisagem da *Crónica de Guiné*. Tais sintomas se revelam, por exemplo, a partir do ruído do uso de ferramentas ou da agitação de animais domesticados, como o zurrar de asnos e, conforme vemos no seguinte excerto, o ladrido de cães:

Mas tanto que foi noite, começaram de andar pela ilha sem alguma guia nem certo caminho por que se podessem encaminhar para alguma certa parte, sómente a qualquer ventura que lhes Deus quisesse ordenar, por assaz de mui asperos lugares, até que

⁵³⁷ Francesco Careri (2013: 51).

⁵³⁸ O trecho completo é o seguinte: «até que houve de cobrar um Mouro dioso, que por acenos lhe disse onde estava uma povoação dali acerca de duas leguas. Mas assim podera o espaço ser maior» (Zurara, 1973: 14).

⁵³⁹ «E o Mouro fez sinaes que eram em terra firme» (Zurara, 1973: 175).

chegaram a um lugar onde ouviram ladridos de cães, pelos quaes conheceram como estavam acerca da povoação⁵⁴⁰.

Nota-se a composição de uma atmosfera de ausência ou, para utilizarmos o conceito de Josiah Blackmore, a predominância de uma «landscape of negativity»⁵⁴¹, até o irrompimento de algum sinal diretivo. Sob a mesma lógica, outra matriz compositiva se manifesta pelos sintomas visuais. Nesse ponto, o «rastros», elemento constante na progressão narrativa, pode ser lido como um substituto precário à falta de um mapeamento territorial. Por ele, avaliam-se as direções a serem seguidas, a quantidade e a qualidade de presas em trânsito, dispostas entre homens, mulheres e crianças, para além do tempo que os separa do objetivo. Sorte quando ainda é um rastro «fresco»⁵⁴², quase tátil sobre o incógnito caminho.

Há, decerto, uma sugestão contrastiva entre a ausência e a presença ou, sob um ponto de vista conceitual, entre o claro e o escuro. A potencialidade imagética de tal contraste não passa despercebida ao cronista. A elaboração efrástica de determinadas passagens evidencia sua recursividade estilística verbo-visual. Reparemos na representação da luminosidade no seguinte excerto, juntamente ao apelo fático da interlocução com seus ouvintes:

E Álvaro Vasques, com os outros, andaram tanto que toparam de noite com rastro de Mouros; e não vos maravilheis porque digo de noite, que por ventura fareis duvida se se podia tal rastro conhecer entre as trevas da noite. Onde saibei que em aquela terra não há chuva semelhante a esta terra, nem os primeiros ceus não trazem turvação de nuvens semelhantes áquelas que vemos em esta parte do poente; e alem da claridade da lua, quando a aí ha, as estrelas de si mesmas dão tanta claridade, que bem se pode conhecer um homem com o outro, ainda que algum pouco estejam afastados⁵⁴³.

Aqui, em contrapartida a essa paisagem da negatividade – «não há chuva», «nem os primeiros ceus não trazem turvação de nuvens» – clarifica-se o potencial iluminativo, ora das luas, ora das estrelas, procurando estabelecer uma diferença ao referente geográfico português. Demarca-se, sobretudo, o outro lugar, onde a noite pode ser clara. A negação, sublinhemos esse aspecto, reforçada por diversas perspectivas ao longo da *Crónica de Guiné*, perfaz uma estética de representação que, para além de modelar

⁵⁴⁰ Zurara (1973: 357).

⁵⁴¹ Josiah Blackmore (2009: 47).

⁵⁴² «E indo assim uns e outros por sua via, disseram os da terra como achavam rastro de homens que por ali passaram, e ainda que lhes parecia fresco, no qual achavam rastro de mulheres e moços» (Zurara, 1973: 278).

⁵⁴³ Zurara (1973: 184).

diversas cenas ou quadros dinâmicos do seu plano diegético, alcançam as suas notas mais altas no espaço do campo das batalhas:

Mas já seja que os Mouros trouxessem aquela fortaleza, os Cristãos *não* lhe voltaram as costas, antes corregeram suas armas, e como homens fora de todo o medo, esperaram a vinda de seus contrários. Onde se começou entre eles a peleja mui grande: e sabei que as lanças e setas *não* estavam de folga, *nem* achavam arnez *nem* cota em que podessem fazer detença.

No campo *não* havia pedras de que se os Mouros muito podessem ajudar, e como eram desarmados, e os Cristãos poinham toda sua fortaleza em os ferir e matar, começaram-se os Mouros a sentir maguados e afastar-se dos nossos o mais que podiam⁵⁴⁴.

Como visto, nesse breve excerto pode ser destacada a incidência de recorrentes advérbios de negação, resultando em uma composição imagética por oposição: ao invés de trabalharem, as lanças «não estavam de folga»; ao invés de estarem defronte os opositores, os cristãos «não lhe voltaram as costas». Mas, sobretudo, mostra-nos o espírito cavaleiresco da intrepidez, da superioridade estratégica militar e a subsequente conquista sobre o inimigo nessa guerra de tonalidade religiosa. Em contrapartida, a *Crónica de Guiné* revela tendências ao discurso de evangelização e mercantilização, tendências vistas com muita concretude por Jerome Branche que temporaliza Gomes Eanes de Zurara em um arco «postmedieval»⁵⁴⁵.

Em suma, a *Crónica de Guiné* inaugura um novo recorte periodológico atinente às grandes explorações marítimas. Esta primeira imagem se revela justamente da transformação de um código axiológico cavaleiresco para o despontar de uma nova curiosidade sobre a natureza advinda do espírito do navegador. Entre esta ambivalência de forças, a narrativa de viagens se projeta tanto pelos sinais residuais das batalhas, do mapeamento indicial do confronto, quanto pela irrupção da novidade. Aqui, coparticipamos de um mundo em mutação, composto por uma paleta visual que apela aos sentidos por meio de uma vivacidade cromática, uma semântica de fartura e fertilidade, sem deixar de lado o deleite da contemplação.

Trata-se, pois, da construção de uma nova fronteira com o alargamento do horizonte promovido pela escrita do relato. Em poucos anos, as mudanças vão se tornando mais imperativas. Nas próximas décadas, cada avanço costeiro promovia uma revolução cartográfica e cosmológica, sobretudo com a travessia do então cabo das Tormentas, sob

⁵⁴⁴ Zurara (1973: 310). *Grifo nosso*.

⁵⁴⁵ Jerome Branche (2006: 38).

a capitania de Bartolomeu Dias. Vislumbrava-se o Oriente, concretizando a sua primeira expedição sob o comando de Vasco da Gama, algumas décadas depois, entre 1497 e 1499.

É o reporte dessa viagem o tema do nosso próximo tópico, com a *Relação* atribuída a Álvaro Velho. Diferentemente de Zurara, o seu autor é agente participante da expedição, resultando, assim, em um relato de calor testemunhal. Implica deste movimento um senso prático, por sua vez desdobrado na representação do espaço percebido e, de maneira mais ampla, na estratégia compositiva da narrativa da viagem, como veremos a seguir.

2. *Relação da Viagem de Vasco da Gama*, de Álvaro Velho: a assimilação da diferença

Somente de forma redutora compreendemos a expansão marítima portuguesa como um *continuum* histórico. Um olhar mais cauteloso identificaria alguns lapsos neste plano linear geoestratégico, a começar pelos dez anos que separam a expedição de Bartolomeu Dias (1487) e esta primeira viagem de Vasco da Gama. Entretanto, vale destacarmos as missões de reconhecimento por terra ocorridas nesse período, como a do frei António de Lisboa e Pêro de Montarroio e, pouco depois, a de Pêro de Covilhã e Afonso de Paiva, que, certamente, chegaram a Calecute⁵⁴⁶, cidade de que «el-rei tinha notícia» antes de 1497, conforme sinaliza Álvaro Velho⁵⁴⁷.

A dimensão da notícia, contudo, era incerta. Para além da suposta potencialidade comercial, a sua real conjuntura era muito de longe um riscado concreto. Tenhamos em conta que até a travessia de Bartolomeu Dias, a concepção ocidental sobre o Índico delimitava-se a um mar fechado, própria da cartografia ptolomaica⁵⁴⁸. Mais escasso seria o conhecimento sobre as rotas de navegação ou o regime dos ventos, cujo impacto podemos desvelar dos testemunhos de Álvaro Velho sobre a travessia a Calecute, particularmente a conturbada jornada do seu retorno até as «Índias Baixas» (ou seja, a

⁵⁴⁶ Sobre essas expedições, pode-se consultar as referências dadas por Fernão Lopes de Castanheda ([1554] 1979: I, 8).

⁵⁴⁷ Álvaro Velho (1989: 49). Utilizarei a edição estabelecida por Luís de Albuquerque.

⁵⁴⁸ Vitorino Magalhães Godinho (1990: 295) cita, por exemplo, a representação do oceano Índico no mapa-múndi de Leiden (1488).

África), dilatada entre cento e trinta e dois dias, enquanto o escorbuto dizimava os seus poucos sobreviventes.

Fora isso, longe de ser uma «rede estática», a Ásia era uma teia complexa de dinâmicas políticas e econômicas pouco atualizada no Ocidente dos fins de Quatrocentos⁵⁴⁹. A China, da dinastia Ming, sob as ordens do eunuco muçulmano Cheng He, já navegara nas primeiras décadas do século em extensão por todo oceano Índico, inclusive bordejando a costa africana oriental. Da expansão ao declínio do poderoso sultanato timúrida, até a ascensão dos otomanos em meados do século XVI – percurso este melhor redimensionado por Sanjay Subrahmanyam –, eram dadas pelos sultanatos locais as regras de um jogo comercial intenso e profícuo desde o golfo Pérsico pelas costas de Malabar⁵⁵⁰. Desse modo, Calecute, quando Vasco da Gama a encontrou, era apenas um residual reflexo do poderio islâmico, que «propagara-se, pela água, do mar Vermelho a todo oceano Índico», como o ilustra a expressão de Michael Pearson⁵⁵¹, tornando-se a base de confiabilidade em tempos ainda não regulados formalmente por direitos comerciais internacionais⁵⁵².

Ao mesmo tempo, os portugueses ainda nutriam a esperança de encontrar comunidades cristãs na Ásia, quem sabe militarmente estabelecidas, projetando uma extensão cavaleiresca cruzadística, inclusive com a retomada de Jerusalém, como sugere a leitura de um messianismo imperial sobre as ordens de D. Manuel⁵⁵³. Por esse fio, esperava-se o encontro com Preste João, referido por Álvaro Velho como um dado concreto, figura que, entretanto, desvanecia conforme a realidade se mostrava adversa. Neste ponto, Luís Filipe Thomaz supõe que as comunidades cristãs nestorianas da Ásia deveriam ter sido dizimadas pelo islã muito antes de atingirem qualquer status de potência bélica⁵⁵⁴.

Não foi à primeira vista que a realidade asiática se revelou aos olhos dos primeiros exploradores portugueses. Muito pelo contrário, o testemunho de Álvaro Velho, referente aos quase dois anos da expedição – de junho de 1497 a abril de 1499 – e compreendido

⁵⁴⁹ Sobre a conjuntura da Ásia medieval, acompanho a leitura de Sanjay Subrahmanyam (1995: 25).

⁵⁵⁰ Sanjay Subrahmanyam (1997: 99).

⁵⁵¹ Michael Pearson (2010: 99).

⁵⁵² Sobre este aspecto jurídico, ver Luís Filipe Thomaz (1994: 174).

⁵⁵³ A tese é controversa, mas apoiada por historiadores de renome como Luís Filipe Thomás (1994) e Sanjay Subrahmanyam (1995). Ascendendo ao trono por condições extraordinárias, D. Manuel, que viu seis candidatos ao trono morrerem, apoiava-se em um projeto imperial fundamentado na *Respublica Christiana*, respaldando a sua validade no trono.

⁵⁵⁴ Luís Filipe Thomaz (1994: 174).

por um plano de viagem entre Lisboa e Calecute, se enovela em difusas projeções ou mesmo por um ledó jogo de enganos. Refiro-me às constantes distorções culturais levadas a cabo pela expectativa de apreensão da diferença como semelhança, cujo resultado são as insistentes leituras equivocadas sobre um possível cristianismo rudimentar cultuado mundo a fora⁵⁵⁵. Em paralelo, é justamente para «ver e descobrir», como define Vasco da Gama o seu papel para o Samorim, que o propósito da sua expedição se manifesta⁵⁵⁶. Será sob o prisma desta *Relação* que avaliaremos a consistência e o contraste de tais observações no seio da representação do espaço e, por conseguinte, na estratégia compositiva da narrativa.

Primeiramente, é preciso alguma ponderação sobre a atribuição da sua autoria. O Ms. 804 da Biblioteca Pública do Porto, recuperado e editado por Diogo Kopke e António da Costa Paiva em 1838, é evidentemente uma transcrição posterior, com intervenções textuais explícitas do seu copista, talvez do século XVI⁵⁵⁷. Acresce-se a falta de autógrafo, mas as hipóteses de autoria já sugerida pelos dois filólogos ainda se mantêm sem demasiado ruído. Há intervenções autodiegéticas no plano textual da *Relação*, revelando, por exemplo, que no dia 28 de maio de 1498, «foi o capitão a falar a el-rei (o Samorim de Calecute) e levou consigo, dos seus, treze homens, dos quais fui um deles»⁵⁵⁸. Sabemos, ainda pelo texto, ser o autor tripulante da nau São Rafael, capitaneada por Paulo da Gama, uma das quatro que se seguiam⁵⁵⁹, reduzindo assim o retrato biográfico do escriba que, adicionada às informações cotejadas com Fernão Lopes de Castanheda⁵⁶⁰, resultam solidamente no perfil de Álvaro Velho, morador do Barreiro. E não muito mais se sabe sobre ele.

Situar-se na escrita é revelador de alguma importância social ostentada pelo nosso autor. Interessa-nos, sobretudo, a sua resposta imediata à experiência, a sua reação às

⁵⁵⁵ Um dos exemplos mais notáveis é a descrição de uma «igreja» em Calecute: «E outros muitos santos estavam pintados pelas paredes da igreja, os quais tinham diademas; e a sua pintura era em diversa maneira, porque os dentes eram tão grandes que saíam da boca uma polegada, e cada santo tinha quatro a cinco braços» (Velho, 1989: 55-6).

⁵⁵⁶ Velho (1989: 64).

⁵⁵⁷ Diogo Kopke e António da Costa Paiva (1838). É desse manuscrito também a base da edição que utilizamos aqui, a de Luís de Albuquerque.

⁵⁵⁸ Velho (1989: 53).

⁵⁵⁹ Eram elas as naus São Rafael, São Gabriel e Bérrio, para além de uma quarta para mantimentos. Apenas a São Gabriel e a Bérrio completaram a viagem, devido ao número reduzido da tripulação. No percurso da volta, próximos a Mombaça, diz Álvaro Velho (1989: 94) serem apenas «sete ou oito homens» em cada nau. As estimativas propostas por Luís Adão da Fonseca (1998: 87) apontam para cerca de 150 a 170 o número inicial da tripulação.

⁵⁶⁰ Refiro-me à *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* ([1554] 1979), precisamente na reedição do livro I.

intempéries, o rigor das suas medições e os modelos da sua paleta descritiva. Álvaro Velho deixa transparecer a consciência de narrar um grande feito; por isso a sua voz, por vezes, atinge o timbre grandiloquente e apelativo como quem se dirige a um auditório: «Todo este dia estivemos metidos nesta agonia, como tendes visto»⁵⁶¹.

Outro aspecto importante incide sobre a sua linguagem fluida nas práticas da marinharia e, dessa maneira, o efeito de realidade estimulado por ela. A familiaridade técnica é notável, caminho este que levou Kopke e Paiva a definirem o gênero do relato por roteiro⁵⁶². Costuma-se entender por roteiro um discurso instrumental atento a minudências cartográficas, súmulas de derrotas ou rumos de vento, próprio ao auxílio interpretativo de cartas de marear⁵⁶³. O tempo cronológico irá aproximá-lo aos diários de bordo; porém, parece excessivo considerar em sua gênese uma expansão de teor narrativo como se mostra no texto de Álvaro Velho. Daí haver um consenso crítico hoje que o nomeie por relação, compreendida por uma maior versatilidade estrutural, com uma pluralidade de manifestações discursivas tributárias de diversas tendências literárias.

Com efeito, subjazem a essas novas tentativas de definição genológica adaptações dos modos de representação do espaço oriundos da matriz periplográfica, parecendo estar em jogo aqui, fundamentalmente, desdobramentos tanto dos périplos universais – costeiros e cartográficos – quanto dos regionais – acionados pela intrusão perspectiva nas dinâmicas locais⁵⁶⁴. Agindo como polos opostos de uma escala gradativa, procura-se localizar o texto entre o universal e o regional, entre as dominantes do espaço e do lugar ou ainda entre o descritivo e o narrativo.

Um dos pontos fulcrais para entendermos essa continuidade discursiva das narrativas de viagens se apoia na construção do próprio movimento da viagem. Na *Relação*, notam-se variações ao longo da progressão narrativa. Nos primeiros passos, esses que compreendem um percurso relativamente conhecido até o cabo da Boa Esperança, o avanço sobre o espaço é referido por apontamentos dispersos sob o plano cronológico:

⁵⁶¹ Velho (1989: 70).

⁵⁶² O título completo definido pelos autores é o seguinte: *Roteiro da Viagem que em Descobrimto da Índia pelo Cabo da Boa Esperança fez Dom Vasco da Gama em 1497*.

⁵⁶³ Essa definição pode ser consultada, por exemplo, em Vitorino Magalhães Godinho (1990: 336) e em Luís de Albuquerque (*in* Velho, 1989: 6).

⁵⁶⁴ A distinção teórica para périplos universais e regionais é, conforme já vimos, de Michael Allain (1972: 17).

E uma quinta-feira, que eram três dias de Agosto, partimos em leste e, indo um dia com sul, quebrou a verga do capitão-mor; e foi dezoito dias de Agosto; e seria isto duzentas léguas da ilha de Santiago. E em vinte e dois do dito mês, indo na volta do mar ao sul quarta do sudoeste, achámos muitas aves, feitas como garções, e, quando veio a noite, tiravam contra o susueste muito rijas, como aves que iam para terra; e neste mesmo vimos uma baleia, e isto bem oitocentos léguas em mar.

A vinte e sete dias do mês de Outubro, vésperas de São Simão e [de São] Judas, que era sexta-feira, achámos baleias, e umas que se chamam cocas, e lobos-marinhos.

Uma quarta-feira, primeiro dia do mês de Novembro, que foi dia de Todos os Santos, achámos muitos sinais de terra, os quais eram uns golfãos que nasceram ao longo da costa. Aos quatro dias do dito mês, sábado antemanhã duas horas, achámos fundo de cento e dez braças ao mais. E, às nove horas do dia, houvemos vista de terra⁵⁶⁵.

Essa notação referencial segue um modelo simples da ordem do dia, orientação e medição costeira, ações de deslocação – «partimos», «indo», para além das habituais conjunções aditivas «e» – e a sinalização de alguma circunstância, apontada pelo uso recorrente de «achámos» e «houvemos vista». Particularmente na última passagem, tendo em vista a presumível novidade cartográfica, o registro exige maior grau de detalhamento, assente também na indexação das horas. Para a nossa localização planisférica, a passagem condiz com a fundação da ilha de Santa Helena, desvio longo resultante dos rumos dos ventos. Há, entretanto, como vemos nesse excerto, um lapso temporal entre os finais de agosto e de outubro bastante comentado acerca de um possível desvio mais à oeste, com a possibilidade da frota ter chegado muito próxima ao litoral brasileiro nesse ano de 1497⁵⁶⁶.

Quando passamos à costa oriental africana, a perspectiva passa a se concentrar especialmente sobre a terra. De povoados dispersos ou vilarejos rurais, surgem agora o vulto das primeiras cidades, primeiros polos comerciais das franjas do oceano Índico, e uma progressiva assimilação cultural, interracial e militar promovida pelas etapas dos aportamentos ou, como propõe Luís Adão da Fonseca, «escalas-tipo de referenciação do itinerário»⁵⁶⁷. Essa gradativa compreensão da diferença passa pela adequação comparativa aos modelos de racionalização que implicam, também, dos tópicos do *laudibus urbium*, como podemos ver na seguinte apresentação de Melinde:

⁵⁶⁵ Velho (1989: 9-10).

⁵⁶⁶ O ponto em questão são as mencionadas «oitocentas léguas em mar». Thomaz Marcondes de Souza (1959: 293) oferece duas hipóteses de leitura: ou é a distância até Lisboa, ou é erro do copista. Ser uma medição em relação ao Brasil seria imaginativo para altura.

⁵⁶⁷ Luís Adão da Fonseca (1998: 135) faz uma leitura da assimilação da diferença pelos portugueses a partir de cinco «escalas-tipo»: Ilha da Cruz, a janela do Índico; Zambeze, último reduto negro; Moçambique, o despontar do mundo islâmico; Melinde, a encenação da alteridade; e, por fim, Calecute.

Esta vila de Melinde está em uma angra e está assentada ao longo de uma praia, a qual vila se quer parecer com Alcochete; e as casas são altas e mui bem caiadas; e tem muitas janelas, e tem ao longo dela, da banda do sertão que está pegado com as casas, um palmeiral muito grande, e toda a terra derredor são lavouras de milho e outros legumes⁵⁶⁸.

A sùmula expositiva contempla em primeiro plano, conforme se anuncia, o desenho topogràfico do espaço amplo. Para a familiaridade da leitura, compara-o a Alcochete. Em seguida, dá atenção aos aspectos urbanísticos da cidade, cujo foco são as casas. Reparemos no elogio ao mencionar a altura, o cuidado – «mui bem caiadas» – e a extensão pressuposta pelas janelas. Nessas circunstâncias, Melinde se remodela, em alguma medida, a uma posição civilizacional equiparável à expectativa portuguesa. Ademais, a silhueta paisagística das zonas agrícolas desvela traços de abundância da economia local.

Se percebemos certa euforia na descrição de Melinde, já Mombaça se delineia por uma paleta de cores mais turva. No centro está o perigo que sofre a condição da cristandade no seu território, com o predomínio hostil dos «mouros»:

Esta cidade é grande e está assentada em um alto, onde bate o mar; e é porto onde entram navios cada dia; e tem à entrada um padrão; e tem na vila, junto com o mar, uma fortaleza baixa. E os que foram em terra nos disseram que viram andar pela vila muitos homens presos com ferros; e estes, segundo nos parecia, deviam de ser cristãos, porque os cristãos, nesta terra, têm guerra com os mouros (...).

Quis Deus, por sua misericórdia, que, quando fomos junto com esta cidade, logo todos os doentes que trazíamos foram sãos, porque esta terra é de muito bons ares⁵⁶⁹.

Aqui, os tópicos retóricos selecionados por Álvaro Velho são mais instrumentais do ponto de vista militar. A posição da cidade, a localização e a característica do porto, para além da referência à fortaleza, indicam pressupostos estratégicos em uma perspectiva de conflito que somente se acentua na descrição das dinâmicas sociais da cidade e no cativeiro de supostos cristãos. Não seria forçoso relacionar o último elogio às condições climáticas de Mombaça como um incentivo a uma futura ocupação do seu território.

Conhecer as formas de governação locais também passa a ser importante nessa inventariação tópica do espaço a si revelado. O primeiro aspecto sinalizado sobre Moçambique é justamente político: «Em este lugar e ilha, a que chamam Moçambique, estava um senhor a que eles chamavam sultão, que era como viso-rei»⁵⁷⁰. Evidentemente,

⁵⁶⁸ Velho (1989: 49).

⁵⁶⁹ Velho (1989: 42-43).

⁵⁷⁰ Velho (1989: 30).

por serem experiências de diálogo muito efêmeras, dos sistemas de governo locais apenas se podem extrair conjecturas. Também por isso, a interpretação do poder passa pela leitura da performance visual das principais lideranças, atenta aos modos de vestir, de se apresentar e, sobretudo, ostentar riqueza. Assim era caracterizado o rei de Melinde:

Primeiramente uma opa de damasco, forrada de cetim verde; e uma touca na cabeça, muito rica; e duas cadeiras de arame, com seus coxins; e um toldo de cetim carmesim, o qual toldo era redondo e andava posto em um pau; e trazia um homem velho por pajem, o qual trazia um terçado que tinha baínha de prata; e muitos anafis; e duas buzinas de marfim da altura de um homem, e eram muito lavradas e tangiam por um buraco que têm no meio; as quais buzinas concertam com os anafis no tanger⁵⁷¹.

O circuito do olhar desponta do traje da figura real, a da textura da opa e a da sugestão de ornamentação da touca – «muito rica». Se ignoram quaisquer traços fisionômicos do rei, posto se tratar aqui de uma espécie de termômetro das riquezas da terra. Interessam apenas esses elementos circundantes: a materialidade dos móveis, a qualidade dos tecidos, o uso da prata no «terçado» do velho pajem ou o marfim dos instrumentos musicais, estendendo seu comentário aos traços culturais locais⁵⁷². Pela mesma ordem se dará a apresentação do Samorim de Calecute:

El-rei estava em um patim, lançado de costas em uma camilha, a qual tinha estas coisas: um pano de veludo verde debaixo e, em cima, um colchão muito bom; e, em cima do colchão, um pano de algodão muito alvo e delgado, mais do que nenhum linho; e também tinha almofadas deste teor; e tinha à mão esquerda uma copa de ouro muito grande, da altura de um pote de meio almude, e era da largura de dois palmos na boca, a qual era muito grossa, ao parecer; na qual talha lançava bagaço de umas ervas, que os homens desta terra comem pela calma, a qual erva chamam atambor; e da banda direita estava um bacio de ouro, quanto um homem pudesse abranger com os braços, em o qual estavam aquelas ervas, e muitos agomis de prata, e o céu de cima era todo dourado⁵⁷³.

Como vemos, a presença do rei agora é solapada pela composição acumulativa do quadro. A metonímia do poder revelada pelo inventário de bens é sobejamente mais extensa, proporcional à dimensão de Calecute. Para além da enumeração dos objetos que o compõe, atenta-se a uma recursividade retórica que projeta a imagem em tons superlativos. Do «colchão muito bom» a um «pano de algodão muito alvo e delgado, mais

⁵⁷¹ Velho (1989: 46).

⁵⁷² É recorrente na *Relação* essa atenção à execução musical, tanto da frota quanto dos povos locais, causando inclusive o espanto de um racismo arquetípico de Álvaro Velho na passagem pela angra de Santa Helena: «e eles começaram logo a tanger quatro ou cinco flautas, e uns tangiam alto e baixo, em maneira que concertavam muito bem para negros, de que se não espera música» (Velho, 1989: 17).

⁵⁷³ Velho (1989: 57-58).

do que nenhum linho», a gradação das grandezas alcança a descrição das peças de ouro. À esquerda do Samorim uma «copa de ouro muito grande» e, para aproximar o seu leitor da exuberância de tal objeto, mede-o na «altura de um pote de meio almude», reforça-a tal medição com a «largura de dois palmos na boca» e finaliza condensando sua espessura como «muito grossa». Não muito diferente é a apresentação da segunda peça de ouro, o «bacio» que está à direita do rei, dando assim, inclusive, um equilíbrio compositivo ao quadro. Ao invés do escalonamento descritivo da primeira imagem, a sugestão superlativa se cristaliza quase como uma metáfora ao se dimensionar «quanto um homem pudesse abranger com os braços».

Como pudemos observar, há uma relação intrínseca entre a caracterização da personagem e o seu espaço circundante, chegando à diluição de qualquer individualização em prol de um espaço-objeto tanto mercantil quanto fabuloso. Dessa predileção hipotipótica a tornar visível tal espaço, a emulação da luminosidade é uma estratégia discursiva muito corrente em Álvaro Velho. São essas marcas estilísticas que vemos na ambientação dos palácios ou mesmo de algumas das casas, por vezes revelando certo deslumbramento com a novidade:

e o mouro o levou a sua casa, a um terraço que estava dentro nela, em o qual estava um estrado coberto de ladrilho, em que estavam alcatifas estendidas e dois castiçais, daqueles de el-rei, muito grandes; e estavam acesos, em cima deles, uns candeeiros grandes de ferro com azeite ou manteiga, e estavam quatro matulas em cada candeeiro, as quais davam grande lume⁵⁷⁴.

Esse excerto condiz com uma passagem em Calecute, enlevada pelo suspeito incômodo de tresnoitarem por terra. Tal casa surge como um espaço de acolhimento provisório e, da sumária descrição que nos faz, é esse conjunto de iluminação que se sobleva, composto por castiçais, candeeiros e matulas. Nota-se o reforço do seu dimensionamento, com a repetição exaustiva do adjetivo «grande», cujo efeito se direciona a um impacto visual sensível. De forma mais ampla, o recurso da luminosidade compõe uma estética cromatográfica, como pudemos observar acima também na profusão descritiva das vestimentas, entre cores e texturas.

Trata-se, decerto, de uma estratégia de composição sinestésica, razoada para diversos efeitos. Reparemos nas duas imagens seguintes. Ambas retratam um momento tenso sobre o mar, advindo da aproximação inimiga: «vieram a nós obra de setenta

⁵⁷⁴ Velho (1989: 61).

barcas com muita gente infinda, e [os homens] traziam davante um amparo de pano vermelho dobrado, como laudel muito forte»⁵⁷⁵ e «vieram a nós duas barcas grandes, à maneira de fustas, as quais traziam muita gente infinda; e vinham a remos, tangendo tambores e charamelas, e com estandartes nos topes dos mastros»⁵⁷⁶. A oração segue uma estrutura sintática equivalente: a ação da aproximação, a especificidade da frota adversa, o superlativo do perigo – «gente infinda» – e, por fim, uma variação entre cores ou sons.

Episódios narrativos como esses se avolumam no plano diegético da *Relação*. Maria Alzira Seixo melhor os classifica por «segmentos narrativos», unidades de conteúdo elaboradas, com alguma organicidade, entre uma breve introdução, um desenvolvimento aproximado a uma pequena trama e o seu desfecho, por vezes, moralizante. Particularmente, tais segmentos se apresentam, segundo a autora, por um «visualismo dinâmico»⁵⁷⁷, como bem se mostra na seguinte passagem:

Em esta noite seguinte, à meia-noite, vieram duas almadias com muitos homens, os quais se lançaram a nado, e as almadias ficaram de largo, e foram ao *Bérrio*, e outros vieram ao *Rafael*; e os que foram ao *Bérrio*, começaram de picar o cabre; e os que estavam vigiando cuidaram que eram toninhas e, depois que os conheceram bradaram aos outros navios. E outros estavam já pegados nas cadeias da enxárcia do traquete do *Rafael*; e, como foram sentidos, calaram-se e desceram abaixo e fugiram. Estas e outras muitas maldades ordenavam estes perros; mas Nosso Senhor não quis que se lhe dessem a bem, porque não criam nele⁵⁷⁸.

Ambientados na atmosfera noturna, a cena se desenrola por uma ação paulatina, embebida de algum suspense e perigo, com o avanço sorrateiro das tropas adversárias. Então, um particular uso do vocabulário da marinharia reforça o efeito de realidade – «picar o cabre», «cadeias da enxárcia do traquete» –, cuja finalidade é narrar o pressuposto ato de sabotagem, doravante, abandonado. O desfecho perpassa uma oração quase apenas verbal – «foram sentidos, calaram-se e desceram abaixo e fugiram» – assente em um dinamismo de movimento. Por fim, a conclusão moralizante, com apelo a justificativas de ordem da providência divina.

De forma mais abrangente, o espaço marítimo promove um pacto de leitura tenso, quase novelesco, resultante da disposição de Álvaro Velho à comoção. Sob o filtro da experiência prática, registram-se episódios de falta de controle da navegação,

⁵⁷⁵ Velho (1989: 82).

⁵⁷⁶ Velho (1989: 89).

⁵⁷⁷ Maria Alzira Seixo (1998: 102-103).

⁵⁷⁸ Velho (1989: 42).

derivas que se revertem em sucessivas apreensões – «a que nós havíamos grande medo». Acresce-se as referências à falta de mantimentos, dando um aspecto de privação peregrina à viagem – «e daqui andámos tanto pelo mar, sem tomarmos porto, que não tínhamos já água que bebêssemos nem fazíamos já de comer senão com água salgada»⁵⁷⁹. Ao descrever a longa travessia de volta pelo oceano Índico, já sem o auxílio de um piloto local, o conjunto imagético se torna apelativo, penitencial:

Andamos tanto tempo em este travessa, que três meses menos três dias gastámos nela; isto com muitas calmarias e ventos contrários, que em ela achámos; de maneira que nos adoeceu toda a gente das gengivas, que lhes cresciam sobre os dentes em tal maneira que não podiam comer; e isso mesmo lhe inchavam as pernas, e grandes inchaços pelo corpo, de guisa que lavraram [por] um homem tanto que morria sem ter nenhuma doença; da qual doença nos morreram em o dito tempo trinta homens, afora outros tantos que já eram mortos; e os que navegavam em cada nau seriam sete ou oito, e estes não eram ainda sãos como haviam de ser. Do que vos afirmo que se nos mais durara aquele tempo quinze dias, [a] andarmos por esse mar [de] través, que não houvera quem navegara os navios; e em tal ponto éramos que era já tudo composto⁵⁸⁰.

Há uma estética de reiteração que, ao passo que reforça a intensidade das imagens, enovela um ritmo à prosa. Logo na exposição inicial do tempo já se nota isso – «três meses menos três dias» –, cuja profundida sonora se conquista com uma aliteração mais extensa, reverberada na consoante oclusiva «t». Em seguida, temos: «inchavam as pernas, e grandes inchaços», «nenhuma doença; da qual doença morreram». Além disso, a autoridade do testemunho, demarcada nessa interlocução direta com o seu leitor – «Do que vos afirmo» –, sustenta a atmosfera de desamparo promovida pela força do mar. Nesse curto episódio de tragédia marítima, não seria surpreendente imaginar a sua resolução, novamente, sob a providência divina: «Quis-nos Deus por sua misericórdia dar tal vento que em obra de seis dias nos trouxe a terra, com a qual folgámos tanto como se fora de Portugal».

De modo geral, a análise semântica do espaço marítimo na *Relação* passa por evidenciar uma série de episódios ou excertos dispersos que produzem o efeito de disforia, cujas linhas imagéticas se estendem por uma retórica da comoção. Essa resposta afetiva ao lugar aduz à memória literária do discurso da peregrinação, conforme vimos ao longo deste trabalho, percorrida por um apelo à interiorização da sensibilidade ou

⁵⁷⁹ Velho (1989: 22-23).

⁵⁸⁰ Velho (1989: 94).

mesmo pela exaustão corporal recuperada pelas travessias simbólicas da literatura visionária.

Pensando ainda nestes desdobramentos do discurso da peregrinação e, mais especificamente, nas representações idealizadas do espaço, podemos nos questionar se haveria, em última instância, algum paralelo com as projeções de um paraíso terrestre. Decerto, a acumulação descritiva caracterizada, entre outros exemplos, em torno do Samorim, alude à efabulações de fontes inesgotáveis de riqueza. Corresponde, em alguma medida, à expectativa alimentada em torno da viagem, como quando interpretam os «bons sinais» de um comerciante em Moçambique ao referir que «para adiante, para onde nós íamos, havia muito; e que as pedras e aljôfar e especiaria eram tantos que não era necessário restagatá-los (*sic*) mas apanhá-los aos cestos»⁵⁸¹.

Ademais, de forma fragmentária ao longo do relato, o elogio da terra muitas vezes encontra nos *topoi* paradisíacos a sua melhor significação. Ao sair de Calecute sob pressão inimiga, a frota portuguesa encontra abrigo em uma ilha suficientemente distante e segura da costa indiana, em «uma terra alta mui graciosa e de bons ares». Em seguida, desembarcam e são acolhidos e guiados por um «homem mancebo» que os levam as fontes de água, «uma aguada de uma água muito boa». Completa o idílico cenário a abundância de bens consumíveis que provêm as embarcações com «muitas galinhas, e leite de vaca, e abóboras» e, sobretudo, a abundância de especiarias, no caso, a canela, «os quais levaram a uma mata em que havia infindas árvores dela»⁵⁸². Assim, ao passo que a revelação de uma imagem de mundo se tornava mais plausível, o paraíso terrestre se metamorfoseava por uma roupagem mais bem ajustada ao mercantilismo financeiro.

Em suma, a *Relação da Viagem de Vasco da Gama*, atribuída a Álvaro Velho, integra um seletto conjunto de relatos de caráter inaugural, isto é, responsáveis por medir e nomear uma primeira assimilação da diferença⁵⁸³. Como vimos, a escrita de tal assimilação, ou seja, a narrativa da sua viagem, apoia-se em modelos literários que se alteram e se renovam historicamente perante a mutabilidade do seu novo referente espacial, como por uma ordenação estratégica dos tópicos do *laudibus urbium* ou pelos

⁵⁸¹ Velho (1989: 29).

⁵⁸² Velho (1989: 86). Trata-se, segundo a nota de Luís de Albuquerque, das atuais ilhas Anjedivas.

⁵⁸³ Chamo a atenção para a toponímia instaurada pelos portugueses relativa aos episódios da viagem, como, por exemplo, a «ilha do Açoutado», um invulgar nome referente ao açoite de um piloto local visto com desconfiança pela frota. Também o «rio dos Bons Sinais», mencionado acima, ou a «Terra da Boa Gente» são nomes condizentes a ações ou expectativas referidas pela frota.

critérios de caracterização do outro mais ou menos dispendidos pela profusão descritiva⁵⁸⁴.

Além disso, é a própria exploração da linguagem que é levada ao seu limite ao ser instrumentalizada para a criação da novidade. Do efeito de realidade promovido pelo vocabulário prático da marinharia à dramatização tensiva da progressão narrativa, contrabalanceada pela providência divina, não se esgotam os recursos utilizados em um texto, claro está, de intencionalidade dúbia entre o registro burocrático e a comoção do leitor.

Álvaro Velho, na sua posição autodiegética, oferece-nos, como vimos, uma proposta descritiva muito além de uma súpula inventariante do visível. Torna-se, com efeito, um modulador do sensível, intensifica a partir da sua subjetividade a presença do indivíduo na sua relação com o espaço. Retenhamos essa operação para o próximo texto a ser analisado, posto seguir Pêro Vaz de Caminha a mesma introjeção sobre o espaço literário.

Por fim, avançando agora com um paralelo introdutório a sua *Carta do Achamento do Brasil*, ambos os textos relatam um semelhante eixo ideológico relativo ao apossamento ou apropriação de outras terras ao jugo da Coroa portuguesa. A expedição de Gama levava consigo três padrões a mando do rei, como menciona Álvaro Velho⁵⁸⁵, missão quase completamente fracassada, ora por destruição deles pelos povos locais, ora por falta de testemunho da sua colocação, como em Calecute. Por outra perspectiva, o fracasso da imposição de tais padrões é reflexo de uma estrutura política bem consolidada na maior parte dos territórios percorridos, ou seja, não há desbravamento seguido de posse em quase nenhuma terra visitada. No caso da expedição de Pedro Álvares Cabral, a configuração é completamente diversa e a centralidade da narrativa caminhiana, como o farei nas próximas páginas, se dará justamente em torno da ideia de uma nova fronteira e as suas implicações sobre o espaço literário.

⁵⁸⁴ Nesse ponto, refiro-me também a gêneros literários de circulação no contexto de produção da obra que, em alguma medida, são absorvidos pelo texto. Aponta-se, por exemplo, a estilemas tributários dos livros de linhagens, melhor sinalizados por Ana Paula Menino Avelar (2003: 73), como «era» ou «ámen» no início de algumas orações: «que era oito dias do mês de Julho da dita era de mil quatrocentos e noventa e sete, [seguinte] nosso caminho, que Deus Nosso Senhor deixe acabar em seu serviço, ámen» (Velho, 1989: 9).

⁵⁸⁵ Velho (1989: 85).

3. *Carta do Achamento do Brasil*, de Pêro Vaz de Caminha: escrever como fronteira

Avancemos à manhã do dia nove de março de 1500, quando saía de Lisboa a maior frota naval organizada pela Coroa portuguesa até a altura. As treze embarcações capitaneadas por Pedro Álvares Cabral, cada qual representando diversos conglomerados econômicos nacionais e estrangeiros⁵⁸⁶, tinham por objetivo consolidar a rota comercial com as Índias pelo perímetro africano, inaugurada em definitivo por Vasco da Gama no ano anterior, como vimos pelo testemunho de Álvaro Velho. Cabral levava consigo indicações redigidas a punho por Gama, sugerindo a larga volta pelo oceano Atlântico em busca de correntes de vento favoráveis à descida meridional⁵⁸⁷. Por essa extensão a oeste, assegurada pelo tratado de Tordesilhas, encontrariam, cerca de dois meses após a partida, terra para si incógnita.

Dos documentos que relataram a viagem, a *Carta* do escrivão Pêro Vaz de Caminha (1450-1500) é, sem dúvida, o de maior vulto⁵⁸⁸. Chegou às mãos de D. Manuel, o seu célebre destinatário, no ano seguinte, já como último testemunho do seu malfadado remetente⁵⁸⁹. Circulou com discreto destaque entre alguns cronistas do seu tempo e viria a cair em um limbo histórico até a sua recuperação no início do século XIX, passando a ser, desde então, a *Carta do Achamento do Brasil*, mote de uma série de especulações míticas e fundacionais sobre as origens do país⁵⁹⁰.

Escrita sob um pacto testemunhal, de um improviso repentino perante a emergência do novo espaço, a *Carta* narra, na força da sua oralidade⁵⁹¹, o período que se

⁵⁸⁶ Dentre elas, como esclarece João Fernando de Almeida Prado (1965: 28), a nau Anunciada, cujo financiador, o italiano Bartolomeu Marchione, seria mais tarde também membro do consórcio da extração do pau-brasil. Tal dado volta a nos situar sobre o papel estratégico de outras nações nas explorações portuguesas.

⁵⁸⁷ Sobre este documento, ver José Manuel Garcia (2015: 31).

⁵⁸⁸ Dos documentos conhecidos, somam-se ainda a *Carta do Mestre João*, um curto relato vincado na cartografia celeste da navegação por essa “ilha” revelada, e a *Relação do Piloto Anónimo*, já mais robusta, aparentemente baseada na *Carta* de Caminha, mas avançada pelos dias que seguem a expedição rumo às Índias.

⁵⁸⁹ Como relembra Jaime Cortesão, Caminha morre em um assalto à sua embarcação ainda no ano de 1500 (*in* Caminha, [1940] 2010: 103). Também será deste autor a edição crítica que utilizaremos neste trabalho, particularmente com o rigor da transcrição fac-similada do documento.

⁵⁹⁰ Para uma visão mais pormenorizada das releituras da *Carta* de Caminha a partir do século XIX, ver Maria Aparecida Ribeiro (2004).

⁵⁹¹ Como veremos, para além de um recorrente tom coloquial, também a forma da sua inscrição, conforme sublinha José Ariel Castro (2001: 70), ordena-se por «conglomerados gráficos próprios da

estende da fatídica partida até o avistamento de terra, adensando o seu relato sobre os dez dias seguintes de interrelação com os povos originários. Fixa em seu corpo textual tanto a revelação do desconhecido quanto instaura e cristaliza por ele o alargamento das fronteiras materiais e imateriais promovido pela Coroa portuguesa. O meu interesse reside justamente sobre esses aspectos estruturais, estéticos e pragmáticos que sustentam o texto caminhiano, perspectivando-o, na globalidade da presente investigação, na continuidade discursiva das narrativas de viagens.

Como ponto de partida, situemos o sujeito histórico por detrás da *Carta* na sua conjuntura enunciativa. Caminha herda do seu pai o cargo de mestre da balança da Casa da Moeda do Porto, função contábil e escritural exercida há mais de vinte anos e que nos inclina a pensar, na esteira de Jaime Cortesão, sobre o seu olhar inventariante, estimando a cada passo quantidades, volumes e distâncias⁵⁹². Nomeado para semelhante ofício na feitoria de Calecute, motivo primeiro do seu embarque, também é plausível ter sido ele o escrivão oficial da armada, razão que, em parte, explicaria o propósito do relato da viagem. Por escrivão de armada se compreendia o registro do fluxo financeiro de compras e vendas, os inventários de bens levados e adquiridos, assim como o apoio na distribuição de mantimentos e, na pior das hipóteses, os termos de falecimento dos tripulantes. Além disso, tal trabalho previa a redação de todos os relatórios oficiais a serem enviados ao monarca, tipologia documental que se assemelha à natureza da *Carta*⁵⁹³.

O modelo epistolar adotado, entretanto, seria melhor compreendido não como um imperativo de codificação do ato da palavra, mas sim, conforme propõe Clara de Macedo Vitorino, como uma derivação do ato da narração⁵⁹⁴. Isto é, apesar das suas semelhanças estruturais às convenções retóricas próprias a esse gênero em sua época – *salutatio*, *captatio benevolentiae*, *narratio*, *petitio* e *conclusio* –, a *Carta* se hibridiza na sua proposta comunicativa. Responde a circunstâncias de imprevisibilidade e, por um muito particular “à vontade”, deixa transparecer alguma vulgaridade expressiva cotidiana. Ao mesmo tempo, dialoga e se alicerça por linhas de força discursivas que dão forma às narrativas de viagens, como veremos a seguir.

oralidade», como: «depreto», «evermelho», etc. Também por isso opto por utilizar a edição fac-similada da *Carta*.

⁵⁹² Jaime Cortesão (*in* Caminha, 2010: 34).

⁵⁹³ Segundo ainda Jaime Cortesão (*in* Caminha, 2010: 17), mesmo faltando documentos que comprovem a oficialidade de Caminha nessa função, o plano diegético fornece sólidas pistas para esse ponto de vista, como a breve narrativa diarística do dia 29 de abril, quando o escrivão se recolhe na nau capitania, possivelmente, para a inventariação precedente ao seguimento da viagem.

⁵⁹⁴ Clara de Macedo Vitorino (1993: 159).

Em primeiro lugar, é notável a diferenciação de dois fluxos narrativos distintos na cronologia dos episódios. Da partida até o avistamento da terra, Caminha esboça genericamente aspectos da travessia marítima sem o ordenamento diarístico e minucioso marcado sobre a experiência *in loco* dos dez dias que se seguem aportados. Observando essa variação, José Ariel Castro vê o modelo de uma «carta-relatório» nos apontamentos introdutórios, escritos em um único fôlego, e uma «carta-diário» ao que se segue, com pausas intencionais e marcações de uma redação paulatina, induzida por advérbios de tempo – «hoje» e «ontem»⁵⁹⁵. Na esteira dessa classificação, aproximemos a leitura de Sílvio Castro que modula o contorno epistolar como uma forma «atípica», por vezes dissipando a exclusividade do seu destinatário a um público maior, quase ritmado por uma pulsação cronística, ou seja, pautado pela «preservação do tempo real» e sua «estabilização coerente ao tempo histórico» no ato da escrita⁵⁹⁶.

Com efeito, a *Carta* é aberta por uma brevidade de expressões retóricas que, em bom tom, anunciam a *humilitas* do narrador perante a escritura – «o saiba pior que todos fazer» – e um senso prático de empirismo fenomenológico, precisando que não irá reportar às informações «da marinhagem e simgraduras do caminho», levadas melhor a cabo pelos «pilotos», mas apenas escrever «caaquilo que vy e me pareço». Implica desse paradigma representativo uma ordem de estimativas que percorrerá toda narrativa desde os primeiros instantes do relato:

apartida de belem como vosa aleza sabe foy seg^a feira ix demarço. e sabado xiiij do dito mês amtre as biij e ix oras nos achamos amtre as canareas mais perto da gram canarea e aly amdamos todo aquele dia em calma avista delas obra de tres ou quatro legoas. e domingo xxij do dito mês aas x oras pouco mais ou menos ouemos vista dasjlhas do cabo verde. s. dajlha de sã njcolao seg.^o dito de p^o escolar piloto⁵⁹⁷.

As estimativas, de modo geral, resultam da instabilidade entre a incerteza de se constatar e o compromisso de se definir o referente. Não obstante, nessa cartografia inicial, pulverizada por uma toponímia doméstica, o movimento estimado se assenta em uma sequencialidade itinerante, periplográfica, com ações que oscilam entre ir, estar e ver. Sob a usual expressão «ouemos vista», anunciará, doravante, a revelação do novo espaço e, por ele, será desencadeado o segundo e mais extenso fluxo narrativo em torno da descrição da terra e dos seus habitantes:

⁵⁹⁵ José Ariel Castro (2001: 72).

⁵⁹⁶ Sílvio Castro (1985: 35).

⁵⁹⁷ Caminha (2010: 97).

neeste dia aoras de bespera ouuemos vjsta de tera s. primeiramente dhuũ gramde monte muy alto. e rredondo e doutras serras mais baixas ao sul dele e de trra chaã com grandes arvoredos. ao qual monte alto ocapitam pos nome omonte pascoal E aatera atera davera cruz. Mandou lamçar op rumo acharam xxb braças e ao sol posto obra de bj legoas de tera surgimos amcoras em xix braças amcorajem limpa⁵⁹⁸.

Esse ainda incipiente traçado topográfico é o primeiro quadro do avistamento. Vemos uma disposição compositiva excêntrica, principiada pelo referido monte, cuja centralidade é reforçada pela abundância superlativa – «gramde monte muy alto». Em seu entorno, há uma diluição visual entre as serras «mais baixas» e essa «trra chaã» com seus arvoredos que, prolongados a uma linha do horizonte, aludem à instauração de uma paisagem. Antes de medir, nomeia a terra, uma possessão simbólica já provocada neste instante inaugural, como voltaremos a discutir adiante. Por agora, detenhamo-nos um pouco mais sobre o prisma da focalização do narrador.

A precisão do relato, a sua fidedignidade, envolve não somente a reportagem do evento avistado, mas também as variáveis decorridas pelo ponto de vista. A *Carta* é uma narrativa de fronteira que, entre outras implicações, desponta de um olhar costeiro sobre a terra⁵⁹⁹. Avança-se pouco para além das bordas do espaço e muito do que se apreende provém de conjecturas assimiláveis, comparações cognoscíveis ao leitor, medições versáteis ilustradas não só pela segura de braças e de léguas, como pelo arrojado de tiros de besta, tiros de pedra ou mesmo do esquadrinamento de «jogos de mancal»⁶⁰⁰. Nesse sentido, Caminha é cauteloso ao perspectivar o seu referente, criando camadas para uma visualidade dinâmica. Para retermos isso em um passo concreto, aproximemos ao quadro inaugural acima exposto a notação topográfica conclusiva do texto. Já não refere a um instante preciso e sim a uma memória do olhar:

Esta trra S^{or} me parece que dapomta ã mais cont^a osul vimos ataa out^a pomta que cont^a onorte vem de que nos deste porto ouuemos vista. / sera tamanha que auera neela bem xx ou xxb legoas per costa. / traz ao longo do mar em algũas partes grandes bareiras delas vermelhas e delas bramcas e a terra por cima toda chaã e mujto chea de grandes aruoredos. / depomta apomta he toda praya parma mujto chaã e mujto fremosa. / pelo sartaão nos

⁵⁹⁸ Caminha (2010: 99).

⁵⁹⁹ Luciana Stegagno Picchio (1999: 20) iria mais longe ao dizer que toda a literatura de viagens é uma narrativa de fronteira, flutuando em uma zona híbrida de interrelação entre duas realidades diversas ou entre a memória e a expectativa do viajante.

⁶⁰⁰ O jogo de mancal, segundo Jaime Cortesão (*in* Caminha, 2010: 209), é jogado com bola e um pedaço de pau, o mancal, e, na sua extensão, previa cerca de oito a dez metros.

pareceo do mar muyto grande por que aestender olhos nõ podiamos vee se nõ tera earuoredos que nos parecia muy longa tera⁶⁰¹.

Conforme vemos, a partir da instauração de um ponto de vista e uma ponderação de suposições – «deste porto ouemos vista», «nos pareceo do mar (...) aestender olhos nõ podiamos vee» –, desvelam-se alguns dos principais tópicos de referência espacial, observados por todas as direções, hierarquizados pela (irrisória) extensão litorânea, pela qualidade da costa marítima e sua pincelagem cromática, até atingir as dimensões abundantes da floresta tropical. Ao se voltar para o continente – e o efeito de realidade nos convida a tal perspectivação –, dilui-se as fronteiras da tangibilidade por um «sartão» inalcançável à envergadura do olhar.

Ao passo que essa esquematização descritiva procura alçar delimitações ao campo de visão, razoada por extremos – «depomta apomta» –, escapa a esse controle uma projeção de grandeza e, por conseguinte, de deslumbramento caracterizada sobre a novidade da terra revelada. Acompanhamos gradativamente essa construção de base idealizante sempre quando se reporta a flora local – «os aruoredos sam muy mujtos e grandes e djmfimdas maneiras»⁶⁰², «antrese aruoredo que he tanto e tamanho e tam basto e de tamtas prumajeës que lhe nõ pode homẽ dar comto»⁶⁰³. Soma-se a essa tendência a inalcançável uma condição climatérica equilibrada e a fertilidade do solo, assim como a infinitude das águas, segundo se expõe igualmente no inventário final da *Carta*:

neela ataagora nõ podemos saber que aja ouro nem prata nem nehuña cousa de metal nem de fero. nem lho vjmos. / pero atra em sy he de muyto boos aares asy frios e etenperados coma dantre doiro e mjno por q̃ neste tempor dagora asy os achauamos coma os dela/ agoas sam muytas jmfimdas. E em tal maneira he graciosa que querendoa aproueitar darsea neela tudo per bem das agoas que tem⁶⁰⁴.

Frustradas em primeiro plano às benesses do provimento mineral, a terra vai sendo composta por uma ufanía maravilhante delineada não pela aceitação indiscriminada de um encontro do paraíso terrestre, mas antes pela «impressão de paradisíaco», conforme modula João Fernando de Almeida Prado⁶⁰⁵. Essa tendência efabulativa se estenderá, como é sabido, à figuração dos povos originários. Ademais, a *Carta* é vincada

⁶⁰¹ Caminha (2010: 147).

⁶⁰² Caminha (2010: 133).

⁶⁰³ Caminha (2010: 137).

⁶⁰⁴ Caminha (2010: 147).

⁶⁰⁵ João Fernando de Almeida Prado (1965: 48).

prioritariamente em sua função apelativa ou em sua atenção minuciosa aos «*stimuli*» do destinatário, recurso fundamental para entendermos também a disposição do seu espaço literário⁶⁰⁶. Por excelência, o imperativo sensível serão os estímulos visuais, criando, por sua vez, composições dinâmicas ou «cenas»⁶⁰⁷. Por elas, o leitor é convocado à presença do exuberante, dilatando o pacto referencial com artifícios retóricos ecoados, inclusive, do universo ficcional, como a típica locução expressiva das novelas de cavalaria: «aly verjees»: «aly verjees galantes pintados de preto evermelho e quartejados asy pelos corpos como pelas pernas»⁶⁰⁸. Essa «narrativa gráfica do corpo»⁶⁰⁹ e a sua dominante cromática irá culminar, por fim, nessa propulsão ecrástica de certas passagens do relato de Caminha:

traziã alguũs deles huũs ourjços verdes daruores que na cor querjam parecer de castinheiros se nõ quanto herã mais e mais pequenos e aqueles herã cheos dhuũs graãos vermelhos pequenos, que esmagandoos antre os dedos fazia timtura muito vermelha daque eles amdauam timtos e quanto se mais molhavã tanto mais vermelhos ficauam⁶¹⁰.

Nota-se, em paralelo, um olhar investigativo, de senso antropológico, ao reportar, com bastante curiosidade, a produção da cultura local e esses breves instantes de alumbramento hipotipótico ao saturar a imagem em busca do indizível – «fazia timtura muito vermelha daque eles amdauam timtos e quanto se mais molhavã tanto mais vermelhos ficauam». Tenhamos atenção ao fato de a condição indígena ser uma incógnita metafísica durante boa parte do tempo relatado. Sob esse encantamento cromático se juntavam diversos outros indícios maravilhosos no modo de se vestir – «huma cabeleira de penas de aues amarelas»⁶¹¹, «cheo de penas pegadas pelo corpo que parecia a setado coma sam sabastiam»⁶¹², etc. – e também no modo de se comportar e até de se higienizar, que a conclusão verossímil de Caminha, enquanto se supunha morarem no topo das árvores, era que: «me parece ajnda mais que sam coma aves ou alimareas monteses que lhes faz ho aar mjllhor pena e mjllhor cabelo que aas mansas»⁶¹³.

⁶⁰⁶ Como bem destaca José Augusto Seabra (2000: 66).

⁶⁰⁷ Maria Alzira Seixo (1991: 125) sublinha na *Carta* a recorrência de «cenas» que, diferentemente de «quadros», explicam melhor a dinâmica constante de ações descritas.

⁶⁰⁸ Caminha (2010: 121). Segundo Jaime Cortesão (*in* Caminha, 2010: 208), Carolina Michaëlis foi a primeira a notar essa apropriação retórica, ecrástica, comumente utilizada nas novelas de cavalaria.

⁶⁰⁹ Rogério Miguel Puga (2012: 79) recupera o conceito de narrativa gráfica do vocabulário antropológico.

⁶¹⁰ Caminha (2010: 127).

⁶¹¹ Caminha (2010: 103).

⁶¹² Caminha (2010: 111).

⁶¹³ Caminha (2010: 125).

Por sorte, de alguma efêmera incursão sobre o território, se pode constatar certas habitações e se confirmar a prerrogativa do estatuto humano dos indígenas, ainda que aprisionados no lapso cronológico de um tempo mítico, adâmico – «ajnocêcia desta jemte he tal que a dadam nõ seria mays quanta em vergonha»⁶¹⁴. É justamente essa dobra conceitual que inflará aquilo que podemos considerar como um discurso de posse, ministrado pelo frei Dom Henrique, articulando a «estorea da auanjelho» com a «nossa vijnda e do achamento desta trra»⁶¹⁵.

Tal pregação, por sua vez, não ocorre em terra firme, mas sim em um ilhéu costeiro, hoje completamente desaparecido e já na altura muito vulnerável às intempéries naturais. Segundo Caminha, havia certa insegurança para o desembarque do capitão; portanto o evento celebratório encontrou lugar adequado nesse ilhéu, «huũ jlheeo grande que na baya esta que de baixamar fica muy vazio pero he detodas partes cercado dagoa que nõ pode njmguem hir aele sem barco ou anado»⁶¹⁶. Sendo o espaço intermediário entre a costa e as embarcações – ou entre o desconhecido e o familiar –, o ilhéu flutua no oceano e, antes de ser uma metonímia da terra encontrada, é uma projeção discursiva por onde se esboçam os primeiros traços de uma nova fronteira material e imaterial⁶¹⁷. Sem o vínculo concreto com o «lugar antropológico»⁶¹⁸, e sigo com Marc Augé, ergue-se pela imaginação do seu referente, sendo melhor compreendido como um «não-lugar».

Nesse mesmo dia 26 de abril, uma segunda ação de posse é deliberada pela capitania ao ser concordado o envio das notícias do achamento da terra para Portugal. Possivelmente haverá uma relação com a própria redação da *Carta*, quem sabe sendo redigida a partir dessa data. O que nos interessa frisar aqui é a dimensão pragmática que o texto passa a assumir, tornando-se um instrumento jurídico legitimador da ocupação territorial. A *Carta* aglutina em seu corpo não apenas as primeiras impressões e especulações fenomenológicas sobre o espaço, mas o redefine, lançando-se como testemunho de apossamento.

Nesse aspecto, a representação que Caminha faz do espaço é implacável do ponto de vista da alteridade. Desde a imposição de um novo “batismo” nominal – «atera daverã cruz» –, há uma completa indisponibilidade de reconhecimento de domínio territorial dos

⁶¹⁴ Caminha (2010: 145).

⁶¹⁵ Caminha (2010: 113).

⁶¹⁶ Caminha (2010: 111).

⁶¹⁷ «A mediação que estabelece o vínculo dos indivíduos com o seu círculo no espaço do não-lugar passa por palavras, até mesmo por textos» (Augé, 2012: 83).

⁶¹⁸ Marc Augé (2012: 43) define o lugar antropológico a partir da sua dimensão geométrica estabelecida justamente por referentes concretos: as linhas fronteiriças.

povos originários. Mesmo no âmbito da linguagem, como já apontado por Leonardo Arroyo, há uma relevante impermeabilidade discursiva ao não transpor qualquer forma de autodeterminação desses povos⁶¹⁹. Ao mesmo tempo, cabe ao escrivão a invenção de uma idílica harmonia que culminasse, doravante, no massivo processo de acultramento promovido pela evangelização.

Se a cerimônia sobre o ilhéu se assemelha a um esboço especulativo, em breve veremos a consumação efetiva da tomada do território, no dia primeiro de abril, encerrando o processo fundacional que a *Carta* relata e legitima. Para entendê-lo na sua dimensão alegórica e pragmática, atentemos ao conjunto de intervenções que precedem o seu fim, ou seja, aos gestos do trabalho demarcatório. Essa «manufatura» da fronteira, como a chama Rui Cunha Martins, provêm de uma ressignificação da matéria endógena da terra, forjada para um segundo proveito de apossamento⁶²⁰. Tal processo é bem ilustrado na narrativa caminhiana, quando observamos os três passos da consagração da cruz: o seu talhamento material, a sua implantação estratégica e, por fim, a sua ritualização.

À interpretação desse movimento antecipa a ideia da instauração de uma dupla fronteira: a geográfica e a espiritual. Enquanto a primeira estria um novo mapa sobre o corpo da terra, a segunda recai como um pressuposto argumentativo da aproximação identitária dessa nova unidade. A cruz, entretanto, age em ambos os sentidos. No dia 28 de abril, Caminha relata que foi atribuído a dois carpinteiros confeccioná-la «dum pau», gesto prolongado sob a atenção de alguns indígenas interessados, como pressupõe o escrivão, nas ferramentas de ferro nunca vistas. O desdobramento dessa ação será encerrado no último dia da viagem, com o seu erguimento em zona costeira aberta «pera seer melhor vista»⁶²¹, segundo as ordens do capitão. Sendo a dimensão real do território uma incógnita, a nova fronteira começa por ser o raio de visão abrangido pela cruz.

A sequência narrativa dos episódios relacionados à cruz é modulada por efeitos de presença tanto a nível de dêiticos de localização – «daly», «aly», «diante», «hy», «debaixo» – quanto por ações verbais que oscilam entre o gerúndio e o pretérito. Sempre pautada pela ação quase épica de um sujeito coletivo ambíguo, posto ser dúbia a participação dos indígenas nesse processo, Caminha endoa as divisas epistemológicas

⁶¹⁹ Leonardo Arroyo (1978: 30).

⁶²⁰ Rui Cunha Martins (1998: 150).

⁶²¹ Caminha (2010: 141).

da invasão colonial sob um espaço pretensamente universal: a fronteira ilimitada da espiritualidade cristã:

trouemola daly cõ eses rrelegiosos e sacerdotes diante cantãdo maneira depreçisam. / herã já hy alguũs deles obra lxx ou lxxx e quando nos asy virã vjir / alguũs deles se forã meter debaixo dela ajudarnos. / pasamoloo rrio ao longo dapraya e fomola poer onde avia de seer que sera do rrio obra de dous tiros de besta. / aly andando nysto vijnjram bem cl ou mais. / chentada acruz cõ as armas e deuisa de vosa alteza que prim^o pregarom armarom altar ao pee dela. / aly disse misa o padre frey amrique aqual foy camtada e ofeçada per eses ja ditos. / aly esteuram cõ nosco aela obra de l ou lx deles asentados todos em giolhos asy coma nos⁶²².

Nessa «cenografia da fundação», utilizando a expressão de Gonzalo Aguilar e Mario Cámara, as estratégias de apropriação do poder político superam a incomunicabilidade entre estrangeiros e locais a partir da força das imagens. Essa instauração de um novo sagrado perpassa toda a sedução sensorial estimulada pela procissão, até a composição hierárquica derivada do culto dos símbolos impostos ou espontaneamente aderidos pelos indígenas, ao gosto da interpretação de Caminha. Nota-se, mais uma vez, que o discurso descritivo é composto por uma ordem visual centralizada, partindo da cruz e agora também das armas reais, um passo abaixo a figura eloquente do orador e, por fim, dissolvidos em uma unidade coletiva, todos os restantes, de «giolhos», na base desse «espaço piramidal»⁶²³.

Em relação à experiência do ilhéu, há uma ligeira, mas significativa mudança no protocolo cerimonial ao ser substituída a bandeira de Cabral, da Ordem de Cristo, pelas armas de D. Manuel. Acompanhando os discursos do frei Dom Henrique, da celebração individual da empreitada transatlântica passamos, nesse momento derradeiro da narrativa, à instauração limiar do Império, conquista em nome do rei por esse «voso prosegujmêto

⁶²² Caminha (2010: 141).

⁶²³ Gonzalo Aguilar e Mário Cámara (2017: 108). Podemos alargar essa leitura sobre uma composição piramidal do espaço para outros cenários descritos por Caminha. Como vimos acima, o quadro inaugural da terra, centralizado pelo monte Pascoal, traz semelhante disposição. Contudo, um paralelo mais enfático pode ser estabelecido no quadro do encontro de dois indígenas com Cabral a bordo da nau capitania. Reparemos na hierarquia visual encabeçada pela representação da Coroa, em nome do capitão, e os seus súditos. Da cadeira à alcatifa, é uma escala reforçada pelo detalhamento de objetos e a sua luminosidade. Na sua base estariam os indígenas, sem muito compreender ou aderir a essa codificação do poder: «ocapitam quando eles vieram estaua asentado em huã cadeira e huã alcatifa aos pees por estrado e bem vestido cõ huũ colar douro muy grande ao pesçoço. e sancho de toar e simam de miranda enjcolaa coelho e aires corea e nos outros que aquy na naao cõ ele himos asentados no chaão per esa alcatifa. / acemderam tochas e emtraram e nõ fizeram nhuã mençam de cortesia nem de falar ao capitam nem anjmguem. pero huũ deles por olho no colar do capitam e começou daçenar cõ amaão pera aterra e depois perao colar como que nos dezia que avia em tera ouro e tam bem vio huũ castical de prata e asy mesmo acenaua peraa tera e entã perao castical» (Caminha, 2010: 110).

tã santo e virtuoso que nos causou mais deusaçã»⁶²⁴. Selava-se assim o cumprimento de um destino, justificado na escatologia cristã e resultando na imposição de uma nova ordem fronteiriça inquestionável.

A «liminaridade» da fronteira, voltando à reflexão de Rui Cunha Martins⁶²⁵, ou aquilo que demarca o seu fim, conjuga-se pela dualidade do pertencimento ou não da sua esfera englobante. Fora, estabelece-se uma «suspensão temporal», com implicações inclusive legais que podem reordenar as regras sociais internas da sociedade delimitada. Assim, a terra nova, mesmo batizada e engolfada oficialmente pelo Império, ainda poderia ser um espaço de fuga – como no caso dos dois grumetes mencionados no final da *Carta* – ou o espaço impenetrável das casas dos indígenas que, do ponto de vista epistemológico, permite ao escritor reconhecer uma civilidade, senão a própria humanidade dos povos locais.

São os desdobramentos da expansão fronteiriça, para retermos uma imagem conclusiva da *Carta*, que afinal nos incitam a pensar nas formas de representação do espaço nessas novas narrativas de viagens compromissadas com uma cartografia para além da linha do horizonte. Vimos aqui uma abordagem múltipla, da descrição de uma topografia mais chã a uma desenvolva «arte corográfica», atenta aos pormenores mais expressivos da terra ou mesmo do outro⁶²⁶. Dessa exploração de focalizações e pontos de vista resulta o efeito de presença no leitor, para além, é claro, de uma cadência reiterativa, hesitante, com quebras de unidades narrativas que, em seu extremo, já apontam para tendências modernas do romance, como sugere Maria Alzira Seixo⁶²⁷. Reverberará ainda uma paleta policromática, profusa entre avolumamentos abundantes e inalcançáveis, cuja natureza da observação aludirá às circunstâncias mítico e religiosas que, por fim, refundam o espaço.

*

* *

⁶²⁴ Caminha (2010: 113).

⁶²⁵ Rui Cunha Martins (1998: 149).

⁶²⁶ A expressão é de Manuel Viegas Guerreiro (1992: 9), que aproxima Caminha da arte corográfica, baseando-se na distinção estabelecida por Ptolomeu entre geógrafos e corógrafos. Os primeiros inclinam-se na descrição das grandezas da terra, ao passo que, aos segundos, o foco incide sobre os seus pormenores, quase como um pintor.

⁶²⁷ Maria Alzira Seixo (1991: 122).

Os três textos analisados e interpretados neste capítulo têm em comum o testemunho de um ato inaugural sobre o espaço. Tal revelação atesta, pela força da experiência, uma nova dimensão do orbe terrestre, cujas fronteiras antes desconhecidas se imaginavam em especulações teóricas fartas de elementos maravilhosos, fantásticos ou apenas resultantes da ambivalência entre a vida mundana e a celestial. Das inabitáveis zonas tórridas do Equador, do mítico oceano Índico aos limites para além do Atlântico, todas as viagens reportadas aqui demoveram, cada qual a sua maneira, uma zona obscura na compreensão de um todo geográfico.

A visão de um paraíso terrestre, contudo, deixou o seu rastro na memória literária destes alvares da revolução cartográfica dos séculos XV e XVI. Não apenas como um projeto expedicionário ou uma ascese individual ou coletiva, mas também perseverada pela linguagem. Vimos a presença desta memória na construção de paisagens idílicas, de tonalidade abundante, conotada por cromatismos ou ainda por recursos visuais alçados para representar o enigma do indizível. Sobretudo, a presença de um deslumbramento perante a novidade, a essa condição afetiva de tendência maravilhante, a viagem é tributária das peregrinações.

No plano perceptivo, notamos, de fato, uma viragem escalar neste breve recorte de textos, cuja cronologia se estende por cerca de cinquenta anos. Em Gomes Eanes de Zurara, a transição de uma mentalidade cavaleiresca calcada na promoção das virtudes individuais vai gradativamente dando protagonismo ao espírito do navegador e, com ele, uma cosmovisão dilatada pela curiosidade. O resultado é, como vimos, a construção de um espaço ambivalente entre uma nulidade valorativa, cujo traçado se demarca pelo rastro da espacialidade das batalhas e o despontar da novidade. Sem descuidar do deleite no seu horizonte de recepção, tal novidade é promovida pelo apelo à fartura, à fertilidade, e estilizada por uma valoração imagética e cromática que, por vezes, desponta à intangibilidade hipotípica.

Já em Álvaro Velho a captação da novidade se dá de forma ligeiramente diferente. Claro está que são reportados espaços de maior disposição comercial, implicando dinâmicas urbanas mais familiarizadas ao seu horizonte de expectativas. Porém, o desvio ocorrerá justamente por essa inclinação em absorver e significar a diferença como semelhança. De todo o modo, em particular quando nos debruçamos sobre a corte do Samorim, aquela imagética ornamental que se transmuta entre vestuários, edifícios ou simples esboços descritivos remete a uma realidade desmedida. Quero com isto frisar a

perpetuação de modelos literários originados da imaginação do “outro mundo” como traços significantes deste novo espaço revelado.

Nesse sentido, a *Carta* de Pêro Vaz de Caminha segue igualmente entre estes interstícios da experiência prática e da imaginação, movimento que se torna dialético na história das narrativas de viagens. O passo que se avança é pela ênfase a uma pragmática de fronteira, isto é, relatar a instauração de uma polissemia de fronteiras materiais e espirituais, cujo instrumento de legitimidade passa pela verbalização literária. Como vimos, um dos exemplos recai, sob a bandeira de um desígnio transcendente, na evangelização que é reivindicada sobre um espaço relatado sob uma aura mitificada, reforçada por hipérboles, cromatismos ou tendências visuais hipotípicas.

Com efeito, o perfil do viajante gradativamente se adequa aos imperativos de uma nova mundividência, assim como a própria estrutura textual que o comporta. Podemos avançar pelas suas multifacetadas roupagens genológicas – crônicas, relações, roteiros, cartas, diários (apenas para ficarmos com o que debatemos acima) – e encontrar, decerto, como se renovam as linhas de força da periplografia e das peregrinações perante a emergência dos novos espaços. As sistematizações que vimos utilizando ao longo deste trabalho nos auxiliam nesta leitura, com a discriminação de campos temáticos, de estratégias do *laudibus urbium* adaptadas aos propósitos do relato ou mesmo de convenções de notação marinheira que simulam a sequencialidade itinerante, apontadas agora em conformidade à especificação de novos gêneros de registro.

No próximo capítulo, seguiremos o fio cronológico dos acontecimentos para aportarmos em uma última seleção quantitativa de relatos de viagens, mensurando seus novos desdobramentos estéticos e compositivos. Entre os séculos XVI e início do XVII, tempo em que iremos, por fim, nos situar, chegaremos à exaustão de um modelo representativo para uma viragem científica, uma especialização temática, antes pulverizada de forma intuitiva por estes relatos que vimos analisando. Livros de marinharia se autonomizarão, assim como tratados botânicos ou mesmo o gozo literário das histórias de naufrágio; cada veia se emancipará da sua artéria arquetípica de representação, e este será o nosso marco investigativo *ad quem*.

No seio dessas mudanças, assumirão papel fundamental as ordens missionárias e as suas constantes tentativas de sistematizar a volumosa correspondência textual dos seus inúmeros membros integrantes pulverizados por um cada vez maior corpo terrestre. Neste contexto, irão aparecer as primeiras *ars apodemica*, também conhecidas por *prudentia peregrinandi*, que, como já comentei na nossa introdução, resultam em rigorosos manuais

de viagens sob a intenção de se homogeneizar os difusos registros. Não serão, contudo, objeto de nossa leitura porque considero que a sua consolidação se dará, com mais nítido efeito, no período que se segue ao nosso *corpus* textual. Ainda assim, nas três narrativas de viagens que selecionei, todas orbitadas pelo tema da peregrinação e, por conseguinte, assentes em uma cosmovisão religiosa, veremos, cada qual a seu modo, sólidas estratégias compositivas oriundas do percurso histórico das narrativas de viagens.

Capítulo V. Novas peregrinações, novas utopias: formas do imaginário das narrativas de viagens

Um aspecto inegligenciável das narrativas de viagens, embora não se trate de uma regra, é o conceito de utopia. Esse neologismo criado por Thomas More (1478-1535) tinha por tradução simples a negação do *topos*, um não-lugar, mas não o confundamos com a releitura de Marc Augé, eventualmente utilizada ao longo desta tese. Antes, Augé define a ideia de lugar a partir de três pontos nevrálgicos: a identidade da comunidade, a interrelação dos seus habitantes e o histórico em comum resultante desses preceitos; e, conseqüentemente, o enquadramento do não-lugar opõe-se de forma diametral a eles⁶²⁸. Assim, para além de uma abstração subjetiva, o não-lugar é uma zona flutuante, intermediária, algo de passagem como um aeroporto ou uma rodoviária (os seus exemplos são da pós-modernidade), mas vimos no capítulo anterior como podemos pensá-lo em outras situações artificiais, lembrando, por exemplo, do ilhéu narrado por Pêro Vaz de Caminha, local fantasmático da primeira posse territorial do futuro Brasil. Aliás, o antropólogo francês é taxativo ao dizer que «o não-lugar é o contrário da utopia: existe e não alberga sociedade orgânica alguma»⁶²⁹.

Invertendo a definição de Marc Augé, assumimos a utopia a partir de uma projeção social, nunca verificável em sua existência concreta. Comumente é um termo associado ao ideal ou, pelo menos, um caminho até ele. Um ideal comunitário, com instituições sólidas fomentadoras da alteridade justa, ou seja, um sistema radicalmente contrário a uma norma vigente. Thomas More não se distanciou disso na sua *Utopia* (1516), tendo por base a sua Inglaterra do início do século XVI. Até a geografia encontrava um modo de se adequar a essa predileção ao perfeito, com exímios traçados simétricos ou insulares, Atlântidas recuperadas das utopias antigas da humanidade. Visto isso, ao pretendo significado de negação do espaço soma-se o do espaço ideal, criando uma tensão dialética da utopia e da eutopia, «o absolutamente outro como o perfeito», como conclui Marilena Chauí⁶³⁰.

⁶²⁸ Marc Augé (2012: 52).

⁶²⁹ Marc Augé (2012: 102).

⁶³⁰ Marilena Chauí (2008: 7).

Existe ainda uma segunda acepção para o termo que não corresponde apenas a essa experiência histórica despontada pela metáfora da cidade perfeita. Refiro-me, seguindo aqui Carlos Eduardo Berriel⁶³¹, a uma dimensão mítico-cristã, os atributos do reino dos Céus tomando parte da vida terrestre, claro está, por paraísos. A particularidade dessa leitura é, diferentemente da utopia de More, o alcance do espaço desejado conforme esse cipoal epistemológico que não se explica pela mera dualidade entre a realidade e a ficção. Eis uma das razões que, volto a repetir, inclinou-me a colocar no centro desta pesquisa as narrativas de peregrinação.

A viagem peregrina, tema deste último capítulo, assume em cada tempo e em cada cultura um significado particular, muito embora todas se assentem na individualização de uma experiência. Tentando encontrar uma síntese aplicável a um rol cosmológico mais amplo, o antropólogo Alan Morinis distinguiu seis eixos que suportam os motivos da ação peregrinante que, em tradução simples, seriam: i) por devoção (caso aplicável ao culto dos santos, por exemplo); ii) por motivos instrumentais (cura de doenças, promessas); iii) por normas (seguindo algum calendário religioso); iv) por obrigação (caso de Meca para os muçulmanos); v) por iniciação religiosa; e, por fim, vi) por errância, apenas pela vivência indeterminada do sagrado⁶³².

Em todos os casos, a peregrinação é regida por um duplo movimento no qual polos antagônicos constantemente são postos à prova na ontologia do viajante, orbitando entre o conhecimento e o mistério, o social e o ideal, o imperfeito e a perfeição, o mundano e o maravilhoso e, em última instância, o humano e o divino⁶³³. Somando-se a essa instabilidade o universo da representação literária, precisamente pela construção do seu espaço se espelhará, ao gosto de cada escritor-peregrino, a veia utópica que tanto particulariza este conjunto de narrativas.

Dada essa breve consideração inicial, partamos agora para um olhar mais incisivo sobre a recolha de textos que darão substrato a uma última reflexão sobre a gênese e a construção das narrativas de viagens. Para tal, selecionei três obras, todas relativas a percursos realizados por portugueses no Oriente na segunda metade do século XVI. Para além da bússola, partilham alguns imperativos da mundividência epocal, como a Contrarreforma e até mesmo uma certa brisa outonal oriunda de um desencanto tardio das explorações marítimas. Isso não impede, contudo, que todos os nossos autores não

⁶³¹ Carlos Eduardo Berriel (2005: 4).

⁶³² No original: devotional, instrumental, normative, obligatory, initiatory e wandering (Morinis, 1992: 9).

⁶³³ Alan Morinis (1992: 26).

projetem mundos possíveis, utopias abissais dobrando a constatação empírica, periplográfica, da terra.

São três peregrinações, cada uma redigida sob a paleta de um estilo próprio. A primeira, sob o título reduzido de *Itinerário da Terra Santa*, tem por seu autor o frei Pantaleão de Aveiro, monge franciscano imbuído por compromissos do sacerdócio a viver longa estadia em Jerusalém e arredores. Escreveu tal obra para a instrução e auxílio de irmãos e de outros curiosos pelas andanças no solo sagrado. Também por obrigações ordinárias viajou o padre Luís Fróis, jesuíta de Lisboa, e viveu o resto da sua vida nos confins do Oriente, de onde escreveu a obra que particularmente nos interessa neste trabalho, a *História do Japão*. Por fim, não haveria texto mais adequado do que a *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, para uma derradeira reflexão sobre as linhas de força discursivas componentes das narrativas de viagens.

Tenhamos atenção, por fim, em como cada um destes textos recupera e renova a matriz compositiva das narrativas de viagens, ora aperfeiçoando um método analítico descritivo, ora revigorando tal matriz a partir de novas tendências estéticas situadas entre um classicismo tardio, o maneirismo e o despontar de uma mundividência barroca.

1. *Itinerário da Terra Santa*, de Pantaleão de Aveiro: mensurar a memória

O Portugal do século XVI foi fértil em relatos à Terra Santa, não sendo muito diferente o caso de outros países europeus⁶³⁴. Pelo que os próprios textos nos revelam, as excursões eram relativamente organizadas, a oferta de transportes (em particular a travessia marítima desde Veneza à Jafa) era exequível inclusive a pessoas de diversos estratos sociais e o *tour* completo, com guias locais e hospedagem, cumprindo quase inteiramente com a previsão do viajante. Sabia-se quanto se pagava e podiam calcular o risco de andar por terras de então domínio muçulmano.

As razões para tal fluxo podem ser lidas por um conjunto variável de elementos religiosos, comerciais e políticos, a começar pela permissividade dos governos locais à liberdade de culto e a instauração e manutenção de diversas ordens monásticas em seu

⁶³⁴ Para outros exemplos, sugiro a listagem de relatos portugueses e estrangeiros levantada por Manuel Augusto Rodrigues (1971: 7).

território⁶³⁵. Acresce-se o contexto da Contrarreforma e o incentivo tridentino à veneração de relíquias e de indulgências nos lugares sagrados⁶³⁶, prática logo tornada abusiva, denunciada constantemente em seus exageros pelos relatos desses viajantes, não sendo diferente a leitura crítica feita por frei Pantaleão de Aveiro, autor que acompanharemos no presente tópico.

O sucesso do seu *Itinerário da Terra Santa* pode ser avaliado nas consecutivas edições de 1593, 1596, 1600, ainda uma quarta em 1685, duas na primeira metade do século XVIII⁶³⁷ e, por fim, a organizada por António Baião em 1927, a mais acessível ao manuseio atual⁶³⁸. Baião reproduz o texto *princeps*, elencado por 94 capítulos, talvez revisado pelo próprio autor. Em verdade, uma história repleta de dúvidas é o que nos resta da sua biografia. Talvez natural de Aveiro, não muito mais provado do que pela sugestão do seu nome. O seu nascimento está estimado em 1520, mas a data da morte é incógnita⁶³⁹. Para alguns, era cristão-novo⁶⁴⁰. Mais certos são os dados sobre a sua ordenação na casa franciscana do Algarve e o período no qual trilhou a viagem: saiu de Veneza em abril de 1563 e retornou à cidade em novembro de 1564⁶⁴¹, ou, por suas próprias palavras, «[e]stivemos na Terra Santa hum anno, & quafi oyto mezes»⁶⁴².

Como disse anteriormente, nesse período foi substancial a quantidade de relatos produzidos sobre as veredas sagradas, cujo polo central era Jerusalém. Apenas sob o título de itinerário, muito próximos de Pantaleão de Aveiro vemos os trabalhos, editados ou apenas manuscritos incompletos, de autores como: frei António Albergaria (anos 50), Mestre Afonso, Nicolau Orta Rebelo, Jorge Henriques e António Tenreiro (anos 60), podendo estender-se, entre outros, até frei Gaspar de São Bernardino (1611). Outras sugestões genológicas, digamos assim, aparecem pulverizadas por denominações de descrição, relação, tratado, livro, geografia sacra, corografia, topografia, lista a perder de

⁶³⁵ Segundo Rodrigues (1971: 22), nos tempos de Pantaleão de Aveiro, só a ordem franciscana mantinha 22 casas na Terra Santa.

⁶³⁶ Sobre o tema, ver Paula Almeida Mendes (2019: 59).

⁶³⁷ Inocêncio Francisco da Silva (1862: 337).

⁶³⁸ Será esta edição a utilizada neste trabalho, evidentemente.

⁶³⁹ As informações de Inocêncio Francisco da Silva nada se alteraram até hoje (1862: 336).

⁶⁴⁰ Essa questão teve algum debate. Charles F. Beckingham (1979: 164), autor de uma tradução do *Itinerário* em língua inglesa, afirma ser Pantaleão de Aveiro judeu, dado alguns indícios na forma de tratamento dos profetas do Velho Testamento, como «São Moisés», mas, sobretudo, pelo interesse em descrever a comunidade judaica no Oriente. Já Gérard Nahon (2011: 134) sugere que, no máximo, Pantaleão de Aveiro estava imbuído de um compromisso diplomático para coletar dados sobre os judeus exilados na Terra Santa.

⁶⁴¹ Charles F. Beckingham (1979: 162).

⁶⁴² Aveiro (1927: 432).

vista, chegando em novos descobrimentos ou apenas viagem à Terra Santa⁶⁴³. Tendo o mesmo objetivo de registrar a experiência aflorada pelos lugares sagrados, todas herdeiras de um filão histórico-literário do século IV⁶⁴⁴, as diferenças, quando muito, tornam-se nuances de pontos de vista.

Mais vale antes pensarmos nas motivações do viajante, se insuflados, em maior medida, de um espírito religioso, de uma tarefa diplomática ou estimulados apenas pelas curiosidades do mundo. Essa é a perspectiva de leitura que faz Luís Graça, muito embora tenha caído na tentação de encontrar uma melhor definição para os gêneros estampados nas obras. Assim, por exemplo, procurou aproximar itinerários de roteiros, sob a ordem de uma indicação cronológica de localidades, estimativas de distâncias e conselhos práticos ao leitor; conclusão esta, julgo eu, suficientemente abrangente para entendermos um conjunto muito amplo de narrativas de viagens⁶⁴⁵. Entretanto, lembremos que Jerônimo, ao anunciar que não pretendia escrever um itinerário (*odoeporicon*) dos lugares sagrados, procurava se desvincular justamente dessas diretrizes referenciais, apelando a uma diferente postura peregrina, vincada sobretudo na contemplação do espaço.

Para encerrar essa breve questão, gostaria de observar o itinerário não propriamente como um gênero literário, mas como um «*speech act*», ou seja, um ato de enunciação, segundo a acepção de Michel de Certeau. Em *The Practice of Everyday Life*, o autor postula tais atos pela sua função orientadora do discurso, tanto pela dominância de vetores estáticos na ordem representativa, o que chama de «*maps*», quanto por vetores móveis, orientações de movimentos a partir de indicações (vire à direita, siga em frente), denominados por Certeau de «*tours*»⁶⁴⁶, ou «*itinerarys*», na releitura que acompanho de Robert Tally Jr⁶⁴⁷.

Isso não implica que encontraremos no relato de Pantaleão de Aveiro a exclusividade de um discurso itinerante, caso tentemos associá-lo de forma rígida ao título sugerido. Todavia, veremos o seu uso recorrente como uma estratégia narrativa que aduz o seu leitor a uma presentificação no espaço, efeito de realidade potencializado pela mística peregrina.

Para nos aproximarmos do *Itinerário da Terra Santa*, consideremos antes a sua segmentação narrativa composta por quatro momentos distintos: i) o início da jornada em

⁶⁴³ Ver a lista de Manuel Augusto Rodrigues, já indicada acima (1971: 7).

⁶⁴⁴ Procurei dar alguns exemplos dessa origem na discussão do capítulo II.

⁶⁴⁵ Luís Graça (1983: 48).

⁶⁴⁶ Michel de Certeau (1984: 203-5).

⁶⁴⁷ Robert Tally Jr. (2013: 85).

Veneza, as primeiras diretrizes da viagem e um destaque minucioso à descrição da cidade; ii) a travessia marítima, o perigo dos naufrágios e a chegada ao porto palestino; iii) o relato dos lugares sagrados, esta a parte mais volumosa do texto, cujo raio de ação se estende de Jerusalém às suas mediações, alcançando a Síria e o Líbano, de onde inicia; por fim, iv) o regresso à Itália, após uma longa e resumida jornada costeira até o embarque em Trípoli.

Escrito provavelmente ao longo dos trinta anos que separam a viagem da sua publicação, a primeira motivação que nos oferece para a redação da obra, logo em seu prefácio, está interligada à memória ou «refrescar» a memória pela escrita e encontrar «spiritual consolação e particular gofto»⁶⁴⁸ na sua futura releitura. Essa propensão aparentemente individualizante do seu propósito inicial não o desloca de um compromisso com a objetividade:

porque minha intenção, não he escrever meditações, nem fazer exclamações, mas lómente relatar, & escrever o que vi, & andey, & folgar de o ter andado, & vilto; porq̃ queyra, ou não, hũa ora por outra fe me há de refrescar a memoria com coufas taõ fantas⁶⁴⁹.

Isso nos leva a um segundo ponto importante que é o valor da experiência: «[e] outras muytas coufas dizem, que não escrevo pelas não haver experimentado»⁶⁵⁰. É certo que Pantaleão de Aveiro se preocupava com os excessos narrativos promovidos pela boca popular, mas daquilo que pode ver, sentir, tocar e até mesmo levar consigo⁶⁵¹, parte comumente de uma prévia legitimação de outros textos, ou seja, as suas fontes. Menciona em dada altura o *Memorial das Cousas da Terra Santa*⁶⁵², presumivelmente um inventário dos lugares sagrados; não obstante, serão as próprias coordenadas geográficas expressas ou aludidas nas Sagradas Escrituras a base de parâmetro comprobatória.

Ao confiarmos na sugestão de João Marinho dos Santos, Pantaleão de Aveiro tinha consigo as lições da geografia analítica de João de Castro como um modelo de representação do espaço percebido⁶⁵³. Segundo o seu *Tratado da Sphera* (1548), nos

⁶⁴⁸ Aveiro (1927: IX).

⁶⁴⁹ Aveiro (1927: 129).

⁶⁵⁰ Aveiro (1927: 357).

⁶⁵¹ Relembro a passagem em que Pantaleão de Aveiro, munido «ás escondidas com hum picão», tenta retirar um pequeno pedaço de um penedo onde Cristo, segundo a tradição local, ajoelhou-se e orou (Aveiro: 1927: 276-7).

⁶⁵² Menciona em dada altura esse livro que consta no «cartorio de noffa cafa». Infelizmente não encontrei mais informação sobre essa referência (Aveiro, 1927: 300).

⁶⁵³ João Marinho dos Santos (1996: 51).

melhores exemplos «se descreuem os sitios, E demarcações de todas as terras do mundo conhecidas, & descobertas, E de caminho tambem se contão os costumes dos pouos E calidades das terras»⁶⁵⁴. Tal passagem muito se aproxima dos tópicos retóricos do *laudibus urbium*, ainda que numa dimensão cartográfica mais ampla, pois, como desenvolve no passo seguinte, «esta he a verdadeira, E perfeita Geographia, a qual principalmente consiste em demarcar as terras polla correspondencia que tem cada hũa ao ceo, com a diuida largura, E longura, E desta maneira se pode por em hũa breue carta, E pintura, todo o mundo»⁶⁵⁵.

De fato, o *Itinerário da Terra Santa* está longe de ser qualquer espécie de guia náutico ou carta de marear, com exceção (se muito) à breve travessia mediterrânea e um olhar mais alargado e inventariante das terras circunscritas⁶⁵⁶. Já no que tange ao grosso da tessitura narrativa, a terra firme, tomo o exemplo de Veneza para percebermos não somente o eco de João de Castro, mas a consolidação de uma modelização discursiva das narrativas de viagens, explicitamente nos indicando as ordens «do feu fitio, com da sua nobreza & do modo que tem os peregrinos para se embarcarem»⁶⁵⁷.

Pantaleão de Aveiro, contudo, parece tomar como referência aquela «Geographia antiga», segundo João de Castro, ao adornar o seu relato com efabulações e histórias o conteúdo descritivo⁶⁵⁸. Assim, opta por nos apresentar Veneza por uma breve síntese da sua fundação, fundada não por «rufticos pastores, como Roma, mas por «pelloas nobiliffimas», que em seus tempos áureos resistiram ao «cruel Attila Rey do Hunnos»⁶⁵⁹.

De resto – e não muito diferente será na descrição de outras cidades do *Itinerário da Terra Santa* –, Veneza é estimada em seu circuito por cerca de duas léguas, vazada por inúmeros rios, que não os nomeia, e as suas 450 pontes, «entre publicas, & particulares, a mayor parte dellas de pedra, & as outras de madeira»⁶⁶⁰. Estamos agora no seio da efervescência urbana e lhe desperta a atenção a fartura do mercado popular, «tudo tão barato, ã hũa galinha, qualí nunca pãffa de hũ real de prata»⁶⁶¹. Quanto aos edifícios, uma pincelada apenas sobre os mais suntuosos, com destaque a sua ornamentação, «&

⁶⁵⁴ João de Castro (1940: 95).

⁶⁵⁵ João de Castro (1940: 96).

⁶⁵⁶ Um exemplo dessa súmula cartográfica: «a lagoa Meothis tem fettenta legoas de comprido, & trinta de largo, & defte mar negro, ou Pontus Euxinus, ao mar Cafpio lão cento & vinte cinco legoas, na qual paragem vãõ muytos Reynos, & Provincias riquiffimas, a nõs de todo incognitas» (Aveiro, 1927: 22).

⁶⁵⁷ Aveiro (1927: 1).

⁶⁵⁸ João de Castro (1940: 26).

⁶⁵⁹ Aveiro (1927: 2).

⁶⁶⁰ Aveiro (1927: 3).

⁶⁶¹ Aveiro (1927: 3).

paços soberbissimos, cõ toda a forte de jaspes, & finissimos marmores, & outras muy preciosas pedras, de que cá não temos noticia»⁶⁶², o que, por sua vez, serve metonimicamente para nos apresentar a riqueza da cidade, «que quem não foubera magestade, poder, riquezas, & gravidade da Senhoria Veneziana, facilmente poderá julgar fer a tal pedraria falsa»⁶⁶³.

Com efeito, o apelo a uma profusa visualidade, com destaque a enumeração de matéria preciosa e essa tendência a suscitar a imaginação de uma novidade suntuosa ao leitor, condensa-se no ditado popular que encerra esse sumário descritivo: «Veneza quẽ não te vè, não te prefa»⁶⁶⁴.

Essa deambulação pela cidade, descrita a partir de quadros estáticos, aparece de forma diferente quando Pantaleão de Aveiro passa a registrar os interiores da catedral da Sé veneziana. Pela disposição em dar maiores detalhes sobre a construção, passamos a um relato em tempo real, com a inscrição do narrador que, paulatinamente, encaminha-nos pelo espaço: «entrando pela porta principal á mão direyta eflá hũa cafa fechada com muytas, & diferentes fechaduras, & cadeados». Adensam-se as minúcias descritivas, procurando ser fiel a cada detalhe percebido: «Aberta a primeira porta, & outras duas diante, fe entra em hũa cafa quadrada, feyta de aboboda, mas não muyto grande, a qual no alto tẽ hũa pequena frefta eflreyta, & com ferros dobrados, por onde entra algũa pouca claridade»⁶⁶⁵.

Assim, o método descritivo de Pantaleão de Aveiro oscila ao longo da sua obra nessa variação de atos de enunciação, na terminologia de Michel de Certeau, entre mapas e itinerários, como ainda veremos em outros exemplos. No entanto, será determinante o grau de envolvimento do narrador com o espaço para a intensificação da experiência promovida pelo discurso itinerante, sobretudo nas passagens em que a imaginação sacramental suspende o tempo histórico através da eternidade de um tempo mítico ou, por outras palavras, quando o peregrino encontra o seu local de adoração.

Após a estadia em Veneza, o nosso autor embarca sentido o porto de Jafa, atento à geografia circundante dos mares. O espaço agora irrompe de uma efabulação tanto sagrada quanto profana, como já víamos no *Epitáfio a Santa Paula*, de Jerônimo. Dessa forma, olhando à cidade de Patras, relembra o local do martírio de Santo André ou,

⁶⁶² Aveiro (1927: 3).

⁶⁶³ Aveiro (1927: 7).

⁶⁶⁴ Aveiro (1927: 7).

⁶⁶⁵ Aveiro (1927: 6).

passando pela ilha da Sapiência, evoca a história de Helena, «mulher de Menelao, Rey daquela parte de Grecia, quando do adultero Paris, não muyto contra sua vontade foy roubada»⁶⁶⁶. Adiante, por ser «inclinado a ver curiosidades», desviará o seu trajeto para conhecer o labirinto do Minotauro, em Creta, «& não vimos em todo aquelle caminho coufa de notar»⁶⁶⁷.

Essa abertura de rumo ficcional no relato aponta a uma tendência a propiciar o deleite do seu leitor e será acentuada nos perigosos trabalhos da conturbada travessia marítima. Retoma, para justificar as suas escolhas, os ensinamentos da Sagrada Escritura: «Qui navigat mare: enarrat pericula ejus, & audientes auribus nostris, admirabimur» ou, como o traduz na sequência, «o que navega pelo mar, conta seus perigos, & nós ouvindo-lhos contar nos maravilhamos»⁶⁶⁸. E a narrativa passa a ganhar nova elaboração retórica, de acento superlativo e acumulativo: «E efcreverey aqui hũa crudeliffima tormenta, que passamos na bocca deste Archipelago, indo do Zante para Candia, causada de hum deshumano sul, & grandes chuiveyros»⁶⁶⁹. Nada mais grave acontecerá, decerto, mas o *delectare* será sempre ponderado pelo *docere*, apontando as imprudências da tripulação, a cobiça que envenena o espírito e a providência divina resguardando o fiel dos seus abismos – arquitetura usual das narrativas de naufrágios, como pudemos acompanhar, ainda que de forma episódica, ao longo deste trabalho.

O desfecho da travessia se dará nas primeiras páginas da chegada ao porto de Jafa e o início do relato memorialístico, onde gostaria de me concentrar com maior atenção. Nesse momento, introduz-nos como irá relatar, dali em diante, a sua experiência de viagem:

Como minha ida a Hierufalem, não foy como peregrino, mas como morador, porq̃ allí me detreminey com o padre Bonifácio, quando em Roma me recebo por seu companhero: efcreverey aqui algum tanto mais largo, os lugares principaes da Terra Santa, pelos haver visto muytas vezes com muyta liberdade⁶⁷⁰.

O comentário tem duas implicações importantes. A primeira é sobre a sua postura, diferenciando uma prática peregrina desta sua imersão mais alongada nas vivências do

⁶⁶⁶ Aveiro (1927: 21).

⁶⁶⁷ Aveiro (1927: 40).

⁶⁶⁸ Aveiro (1927: 25). A passagem bíblica corresponde ao livro do Eclesiástico (43, 24). Na versão de Frederico Lourenço aparece ligeiramente diferente: «Aqueles que navegam no mar descrevem o seu perigo;/ E maravilhamo-nos com os relatos que nos chegam aos ouvidos».

⁶⁶⁹ Aveiro (1927: 25).

⁶⁷⁰ Aveiro (1927: 101).

espaço, recuperada em memória. Vale destacar que tal distinção é utilizada neste contexto específico; porém, não o dirime de um projeto peregrino, um estado de trânsito vital e aproximação ao sagrado, apresentado de forma salutar nas conclusões do *Itinerário da Terra Santa*, «por ver acabada a nossa peregrinação como desejavamos»⁶⁷¹. Uma segunda implicação tem efeito justamente sobre o tempo diegético, dado que os primeiros segmentos narrativos se ordenavam de forma diarística, atenta inclusive à precisão das horas⁶⁷²; e, agora, nesse relato memorialístico, tempo e espaço confundem-se na suspensão de um tempo mítico.

O tempo mítico deve ser entendido a partir da experiência que o peregrino internaliza no seu contato ou, mais profundamente, na sua comunhão com os eventos fundacionais dos lugares sagrados. De forma doutrinária, Pantaleão de Aveiro conduz o seu leitor a uma apreciação devocional, cuja finalidade é dissipar as fronteiras do passado e o realizá-lo na eternidade de um evento contínuo. Atentemo-nos na descrição seguinte, referente ao local onde Cristo foi ungido após a crucificação, segundo consta nos Evangelhos:

Bem se deve crer o pranto que naquelle lugar a rainha dos anjos faria (...). Lugar he este de tanta devoção, & efficacia, que jámais se pôde olhar, sem muy grande movimento interior d'alma, & ainda do corpo, quasi sempre acompanhado com lagrimas: porque de verdade, quando olhamos aquelle santo lugar, com confideração do que nelle se pallou, parece que vemos com os olhos corporaes ao divino corpo de nosso redemptor, lançado naquele chaõ, chagado, & enfangoentado, & cercado daquella fanta companhia⁶⁷³.

A vivacidade da cena é adensada pela acumulação adjetiva disfórica dos sinais da paixão, com alguma retumbância de sonoridade na sequenciação das ações – «lançado naquele chaõ, chagado, & enfangoentado, & cercado». Os advérbios também têm efeito na passagem – «este», «aquelle», «daquella» –, realizando *in loco* a presença fantasmática agora acesa nos olhos do peregrino, olhos corporais que parecem ver toda a narrativa no instante originário. Esse limite da naturalidade no qual estes olhos corporais – termo de

⁶⁷¹ Aveiro (1927: 552).

⁶⁷² A pontuação das horas tanto é feita pela notação medieval quanto pela precisão numérica. Andavam com relógios de bolso, como o menciona, mas o seu uso era proibido em terras muçulmanas: «Estes cacifes com seus brados, nos fervem de relógio, em especial de noite, digo à meia noite, porque os turcos, não nos permitem outros, pofo que ás escondidas temos relógio pequeno, que nos ferve dentro da calça» (Aveiro, 1927: 111).

⁶⁷³ Aveiro (1927: 119-120).

uso recorrente pelo autor – avançam, por meio da fé, sobre o plano da espiritualidade é de forma muito semelhante ao que Jerônimo denominava por *fidei oculis*.

A representação dos lugares sagrados exige um duplo movimento em que o visível é resultado de uma memória livresca deflagrada e legitimada por algum elemento indicial do espaço, «porque ainda que a Terra Santa está toda destruída, ou quasi, tem-se tão particular memória dos lugares, & cousas, de que a Sagrada Escritura faz memória, por serem escritas em pedras vivas»⁶⁷⁴. A palavra tomada como pedra viva é uma interessante metáfora que bifurca os modos de percepção da fé com a materialidade comprobatória do que se pode ver, tocar ou apenas experimentar através da viagem peregrina: «pouco vay em crer ou não, ser verdade a historia que sobre isso nos contaõ; mas todavia muytos tem ser verdadeyra: vendo os indicios tão manifestos»⁶⁷⁵.

Essa é a forma como a experiência, já em um sentido renascentista, influi nos relatos de peregrinação do século XVI ou, de outra forma, na concepção científica entrelinhada na obra de Pantaleão de Aveiro. Em busca da prova, apela ao cálculo, reivindica da geometria para imaginar como é ou deveria ter sido o espaço, estima o tamanho de um templo pela largura e comprimento dos seus pés, «não dos nossos pés comuns, mas dos que os geometricos usam na sua arte, que são muyto mayores»⁶⁷⁶. A partir disso, pode intensificar com a realidade palpável a introspecção espiritual:

São de caía de Pilatos ao Calvario mil oytocentos & sessenta passos bem medidos: no que se pôde considerar o immenso trabalho, que nosso Deos, & Senhor levaria, indo cuberto das chagas dos açoutes, que lhe deraõ, coroado de espinhos, que lhe trespassavaõ o calco da cabeça, com huma muyto pesada Cruz sobre seus divinos hombros⁶⁷⁷.

O autor demonstra humildade no uso dessas diferentes linguagens. Estimando o perímetro do mar da Galileia, pondera: «como sei pouco de geometria poderia me enganar»⁶⁷⁸. Na mesma linha, perante a engenhosidade da construção da igreja do Santo Sepulcro, assume não utilizar o vocabulário correto «por eu saber pouco de arquitectura: mas escrevelohey o melhor que puder, & o menos mal que fober usando de fingeleza, & engrandecendo a obra muyto menos do que he»⁶⁷⁹. Entretanto, isso não o redime de buscar uma leitura confiável, de científico embasamento, quando o «espanto» da

⁶⁷⁴ Aveiro (1927: 94).

⁶⁷⁵ Aveiro (1927: 94).

⁶⁷⁶ Aveiro (1927: 121).

⁶⁷⁷ Aveiro (1927: 232).

⁶⁷⁸ Aveiro (1927: 474).

⁶⁷⁹ Aveiro (1927: 112).

harmonia estética lhe assalta. Avancemos alguns passos, já a caminho de Damasco, quando se depara com um conjunto tumular que, segundo leu em «Jofepho das antiguidades»⁶⁸⁰, poderia ter sido do rei David:

E o que mais nos espantou foy não ferem alli poftiças, o ã não podia fer: mas lavradas no mefmo lugar, com terem as couceiras altas, & baixas muy grãdes, ã bẽ parecia fer impossivel poderẽ-fe alli meter, fazendo-fe fõra daquelle lugar, pela profunda dos encayxamêtos, o ã tudo muy bẽ notava hũ grande architecto Venefiano de muyto nome, ã levavamos cõnofco⁶⁸¹.

Utilizando um discurso indireto, cujo grau de detalhamento alcança um vocabulário técnico incomum ao seu estilo, Pantaleão de Aveiro pode justificar não apenas por impressões subjetivas, mas sim pela autoridade de um famoso arquiteto, a potência do mistério que envolve a retratada construção. Eis, portanto, como se manifesta, do ponto de vista da linguagem, uma tensão discursiva quando o autor, imbuído de um espírito crítico, depara-se com as suas próprias limitações epistemológicas que, ao fim e ao cabo, perturbam a representação fidedigna da realidade percebida.

Com efeito, o que está em jogo é a construção de uma estratégia descritiva que transpareça pela engenhosidade do verbo a contemplação experiencial do espaço, esse espaço sagrado e, porventura, idílico, cuja beleza se entrelaça entre as vias materiais e espirituais. Se apresentei alguns exemplos onde a solução encontrada por Pantaleão de Aveiro foi pela notação científica, em outros casos ocorre de maneira diferente, como quando relemos os seus esboços de paisagem. Em cima de um outeiro, entre Jerusalém e Belém, duas perspectivas se abrem:

He coufa maravilhofa, & muyto de notar, ã fe olhar para Hierufalem, fentis em voffã alma hũa compaffiva trifteta, & hũ não fey ã de melencolia, ã vos afflige, & cobre o coração: & pelo contrario, virando-vos para Belẽ, fubito fentis em vòs, & em voffã alma outro effeyto muy differente de efpiritual alegria: & uma brandura do amor de Deos, que vos caufa efpanto, o que algũas vezes em mim experimentey, ainda que miſero, & indigno peccador⁶⁸².

A ausência de referenciais concretos transporta a paisagem para um estado indicial, cujo complemento é, mais do que uma forma visual definida, uma sensação afetiva induzida ao leitor. Uma meditação contemplativa, um gosto pelo aprazível que

⁶⁸⁰ Aveiro (1927: 428). Flávio Josefo foi historiador e autor das *Antiguidades Judaicas*, publicadas no ano 94 da era cristã.

⁶⁸¹ Aveiro (1927: 430).

⁶⁸² Aveiro (1927: 306).

remonta as suas origens nos exemplos deixados por Cristo, segundo a interpretação de Pantaleão de Aveiro, lembrando-nos as passagens pelo Vale de Josafá: «mas noffo Redemptor fẽpre, ou quali fẽpre o fazia pelo monte, por lhe fer mais deleytofo, por caufa da vifta da Cidade, que tanto amava»⁶⁸³.

Um último aspecto que gostaria de destacar é que, em seu limite, a caracterização do belo encontrará os *topoi* do paraíso terrestre, nunca completamente desmistificado por Pantaleão de Aveiro, mas pontuado geograficamente com ressalvas de um breve parêntesis «(aonde segundo se crè, está vivo em carne, & em corpo mortal, & estará até o fim do mundo)»⁶⁸⁴. A par dessa dúvida, a referência ao paraíso é posta em conjunto de adjetivação bucólica e fértil:

Todo aquelle fitio de redor de Sidonia, Tyro, Acon, que fica mais atras de Tyro, & até Tripol, que he adiante de Baruthi, como direy, he como hum Paraifo Terreal, abundante de todos os pomares, & frutas, muytos canaveaes de açúcar, muytas arvores de efpinho, de fruta muyto mayor, & mais perfeyta, que a de cá, campos de grandes olivae, & vinhas⁶⁸⁵.

E encontramos o rebatimento dessa definição no seguinte excerto:

& como ficaõ muyto mais altos, que o Monte Sion, & a Cidade, & o Monte Olivete he todo occupado de verduras, oliveyras, figueyras, amendoyeras, & outras arvores, com muytos peceguyros: olhando-o da Cidade, tem hũa vifta muy aprafivel, & deleytofa a toda a peffoa: & muyto mais áquelles que contẽplam os grandes myfterios⁶⁸⁶.

A prudência com que narra a sua experiência, sem perder a dimensão devocional e as sugestões meditativas para a contemplação dos lugares sagrados, decerto nos ajuda a entender o sucesso editorial do seu *Itinerário da Terra Santa*. Estamos ainda nos alvares de uma revolução cartográfica e muito do que se estende para além da linha do horizonte é, como o diz, «a nós de todo incognitas». Jerusalém é, sem dúvida, o centro do mundo, mas o centro de Jerusalém é motivo de uma discussão acalorada, ora relida como o local da crucificação, ou três passos adiante, segundo reivindicam os gregos a uma capela de seu domínio⁶⁸⁷. Já o paraíso terrestre, cuja existência não é de todo contestada, situa-se melhor como um conjunto semântico de elogio bucólico, mesmo porque, com a tal

⁶⁸³ Aveiro (1927: 297).

⁶⁸⁴ Aveiro (1927: 384).

⁶⁸⁵ Aveiro (1927: 521).

⁶⁸⁶ Aveiro (1927: 296).

⁶⁸⁷ Aveiro (1927: 139).

prudência que o seu testemunho se assenta, é de se esperar que os portugueses, desbravando o mundo atrás do seu «timido ouro», encontrem-no e o redefinam no plano cartográfico.

Antes de avançarmos ao próximo texto, retenhamos do *Itinerário da Terra Santa* alguns dos seus pontos importantes para uma compreensão global das narrativas de viagens. Vimos, sob a sua estrutura textual, a continuidade expositiva de tópicos descritivos e campos temáticos, sobretudo quando voltados a dimensões de amplitude topográfica ou considerações mais localizadas nas hierarquias visuais urbanas. Partindo desta base, as variações começam a tomar forma na escrita de Pantaleão de Aveiro, a começar pelo efeito de realidade proporcionado pelo seu estilo científico e participativo, itinerante, em lugares nos quais deslumbramento e afeto se condensam. Uma certa dramaticidade desponta dos seus quadros martiriais, porém, como veremos nos dois relatos que completam este capítulo, ainda muito restrito em suas linhas viscerais ou, talvez melhor definidos, de linhas de tendência barroca.

Em suma, o *Itinerário da Terra Santa* consegue nos mostrar como a revolução epistemológica do cientificismo do século XVI, tributário das navegações, passa a fazer parte das linhas de força discursivas dos relatos de peregrinação, integrando a fé e o cálculo, a verdade e os seus limites plausíveis para o deleite e a comoção do leitor. A rigor, Pantaleão de Aveiro não foi peregrino, assim como Luís Fróis não o foi, posto ambos viajarem a cargo de compromissos monásticos, mas tal rigor é um imperativo dispersivo ao analisarmos o exercício espiritual em que viveram ou deixaram literariamente compostos em seus relatos. Sairemos do Oriente Médio, entretanto não de Jerusalém.

2. *História do Japão*, de Luís Fróis: por outros paraísos

De imaginações também é rica a memória da próxima terra a que iremos viajar, uma viagem conturbada por uma geografia imprecisa, notícias de uma ilha quase próxima, mas que nunca se chega, talvez a Wâkwâk do navegador persa Ibn Khordadzhbeh (886), melhor situada que a Aura Chersonesuse de Ptolomeu⁶⁸⁸. Contudo, a miragem ocidental ganha maiores contornos com o Cipango de Marco Polo, onde «Há hy ouro em

⁶⁸⁸ Sigo a contextualização histórica feita por Georg Schurhammer (1946: 488-90).

muy abastança», cobrindo suntuosos palácios reais, pedras preciosas e muitas «encantações»⁶⁸⁹ que iludiram os navegadores até, pelo menos, os tempos de Cristóvão Colombo. No plano histórico, Marco Polo refere a uma bem-sucedida invasão mongol no ano de 1298⁶⁹⁰, dando-nos, portanto, as primeiras diretrizes factuais deste «Ji-pan-ku», pronúncia chinesa para a terra do Sol nascente ou, simplesmente, Japão.

Em Portugal, o Japão chega antes como um delírio náutico. Conta Charles Boxer que o astrônomo florentino Toscanelli sugeria em 1470 ao rei D. Afonso V uma viagem sempre a oeste, mais curta que o trajeto africano-asiático (ainda nunca realizado), onde encontraria as riquezas já anunciadas outrora por Marco Polo⁶⁹¹. O plano seria eficaz, acreditava; porém, não houve avanços. De concreto mesmo apenas alguns anos depois, na *Suma Oriental* (1514), de Tomé Pires, a primeira referência a «Ylha de Jampon», destacando ainda o seu ouro e a sempre intempestiva jornada, já no mapa das explorações⁶⁹². Chegam os primeiros portugueses, como a melhor hipótese, por algum desvio de rota, em 1543. Talvez no ano seguinte tenha chegado Fernão Mendes Pinto⁶⁹³.

Essas informações poderiam estar na *História do Japão*, caso a intenção do seu autor, o padre jesuíta Luís Fróis (1532-1597), fosse algo mais abrangente do que a «história da conversão do Japão», como o anuncia em seu primeiro prólogo⁶⁹⁴, não obstante ser a projeção utópica uma das colunas da obra. Uma obra de encomenda, decerto, feita a convite de Claudio Acquaviva⁶⁹⁵, na altura Superior Geral da Companhia de Jesus, esperando de Fróis o mesmo êxito reconhecido nas inúmeras cartas publicadas da Ásia desde a década de 1550, o que, infelizmente, não ocorreu⁶⁹⁶. O monumental manuscrito, limado ao longo de dez anos e avolumado em mais de dois milhares de

⁶⁸⁹ Marco Polo (1922: III, fl. 59).

⁶⁹⁰ Georg Schurhammer aponta duas invasões, em 1274 e 1281 (1946: 494).

⁶⁹¹ Charles Boxer (1951: 2).

⁶⁹² Tomé Pires (2017: 161).

⁶⁹³ O estudo mais completo é este de Georg Schurhammer (1946), também aceito por Charles Boxer (1951). Entretanto, vale mencionar a posição contrária de Álvaro Júlio da Costa Pimpão (1947: 597), atribuindo ao ano de 1540 a chegada de Fernão Mendes Pinto ao Japão, baseado em uma carta autobiográfica do autor, de 1554 e, do mesmo ano, uma carta enviada pelo Padre Belchior a Ignacio de Loyola, dizendo ser Mendes Pinto conhecido pelos reis do Japão há catorze anos. Contudo, ao que tudo indica, hoje se aceita melhor a versão da chegada tardia do autor da *Peregrinação*. Para uma discussão mais atualizada, ver João Paulo Oliveira e Costa (1993: 18).

⁶⁹⁴ Fróis (1984: I, 1).

⁶⁹⁵ A carta foi emitida em 1582 em Roma e deve ter chegado a Fróis apenas em 1584. Em 1585, respondia a Acquaviva aceitando o convite, mas com algum receio, pois, como o diz: «carregarão sobre mim diversas e continuas infirmitades, já me não sinto com forças e disposição para fazer tão longa peregrinação» (Fróis, 1984: I, 400).

⁶⁹⁶ São cerca de 130 cartas publicadas, segundo o levantamento feito por José Wicki, cuja lista está disponível no prefácio da *História do Japão* (in Fróis, 1984: I, 38-42).

páginas atuais, teve apenas publicações parciais tardias⁶⁹⁷, antes desta edição crítica organizada por José Wicki⁶⁹⁸. As razões para tal infortúnio são basicamente de ordem editorial, como veremos adiante.

O projeto inicial concebido por Fróis contemplaria, em dois robustos volumes, o início da missão no Japão, com a chegada de São Francisco Xavier em 1549, até a conversão de D. Francisco de Bungo, em 1578, seguindo a parte final até 1589, concluindo, portanto, o espaço de quarenta anos. Entretanto, restando algum fôlego apesar da saúde frágil, o texto final se encerrará em 1593, no contexto das guerras entre Japão e Coreia. Um volume introdutório, hoje apenas preservada a sua ordenação capitular, forneceria um sumário útil sobre a terra, abrangendo descrições geográficas, costumes locais e diferenças culturais com a Europa, julgadas fundamentais ao conhecimento prévio dos futuros viajantes⁶⁹⁹. Em suma, temos com a *História do Japão* o registro mais completo do conturbado período da presença portuguesa no país ou, como chamou João Paulo Oliveira e Costa, do «século *namban*»⁷⁰⁰.

Com efeito, dá corpo a esta extensa obra uma arquitetura genológica multifacetada, com implicações evidentes nos modos de representação do espaço literário e, por conseguinte, corroborando com questões importantes para uma concepção mais ampla sobre a natureza das narrativas de viagens em geral. O primeiro ponto já se salienta com o título e a orientação de gênero sugerida por Fróis: uma história. Não muito diferente da crônica historiográfica medieval, uma história se desenvolve a partir da linearidade temporal, comumente anual, de acontecimentos interpretados sob a égide da “verdade” ou, pelo menos, daquilo que se pode comprovar. Devido à complexidade global dos eventos narrados, o autor estabelece ainda um segundo critério organizativo de ordem temático-espacial, distinguindo a ação missionária pelas principais cidades japonesas,

⁶⁹⁷ Em seu prefácio, José Wicki (*in* Fróis, 1984: I, 1) nos oferece uma síntese do percurso do manuscrito. Após os longos anos de esquecimento algures em Macau, foi o padre José Montanha, por volta de 1745, o responsável pela primeira cópia do documento, oferecida mais tarde a Academia de História de Lisboa. No começo do século XX, a *História do Japão* teve as suas primeiras publicações, todas parcelares da obra, a começar pela tradução alemã apenas da sua primeira parte, organizada por Georg Schurhammer.

⁶⁹⁸ As edições de José Wicki vieram à luz entre os anos de 1976 e 1984. Para simplificarmos as referências, utilizo a data final de 1984.

⁶⁹⁹ Presume-se que alguns dos 37 tópicos elencados na *Taboada* inicial podem ser vistos em outro trabalho de Luís Fróis, intitulado *Tratado das contradições e diferenças de costumes entre a Europa e o Japão*. Há uma edição recente organizada por Rui Manuel Loureiro (2019).

⁷⁰⁰ João Paulo Oliveira e Costa identifica um movimento histórico fulcral nesses anos referidos, testemunhados, grosso modo, pela transição entre a «medievalidade e a modernidade nipónicas» (1993: 7). Já o termo «*namban*», cuja tradução pode ser «bárbaro do sul», era utilizado pelos japoneses na altura para referir aos europeus. Em Fróis aparece um pouco diferente: «E para que soubesse que era bonzo do Nanban, id est, das partes da Índia» (Fróis, 1984: I, 160).

derivando dele a composição de núcleos de personagens, incluindo a sua própria presença a partir da sua chegada ao Japão em 1563.

Será, contudo, a simbiose narrativa com um caudal epistolar o que definirá melhor uma estrutura base da *História do Japão*. Para além de serem fonte diversa de fatos ocorridos, entrecruzamento polifônico de testemunhos vários, ora adaptados ao fluxo de escrita de Fróis, ora inseridos na íntegra de forma quase abrupta na diegese da obra, as cartas acionam particulares diretrizes assentes desde modelos inventariantes simples, outros de motivação geográfica, sociocultural, ou mesmo, em linhas mais estridentes, em recortes de crônicas de batalhas, narrativas de naufrágio ou epitáfios de tom hagiográfico. Sobressaem dessa multifacetada dinâmica essencialmente os parâmetros estipulados pelos regimentos internos da própria Companhia de Jesus; por isso alargarei ligeiramente o olhar sob este prisma institucional.

Devido a sua vocação missionária, desde o início houve uma preocupação salutar dos jesuítas em sistematizar a comunicação das cartas pelos seus principais polos institucionais⁷⁰¹. Já Ignácio de Loyola sublinhava na oitava parte das *Constituiciones* (1547-1551) da Ordem a dificuldade de unir os seus membros «tan esparcidos en diversas partes del mundo»⁷⁰²; daí a obrigatoriedade do envio sazonal (quadrimestral, depois anual), conforme a localização do remetente. O conteúdo devia ser parte inventariante, relatando entradas e saídas, falecimentos, condições da evangelização; mas também mensagens de «consolación y edificación»⁷⁰³ para um público cada vez maior. Dado o êxito progressivo destas narrativas de viagens, a matéria exigiu novos detalhamentos, levando o então secretário da Companhia, Juan de Polanco, a compor uma espécie de adendo intitulado *Reglas que deuen obseruar acerca del escribir los de la Compañia que están esparzidos fuera de Roma*⁷⁰⁴, onde encontramos mais pormenorizadas as tais indicações das *Constituiciones*, quase reverberando em uma poética epistolar.

De forma elucidativa, Ines Županov identifica dos trabalhos de Polanco quatro eixos de interesse textual que, a meu ver, serão fundamentais para a compreensão posterior da *História do Japão*. O primeiro reside numa perspectiva dialógica, mirando a comunicação didática e exemplar sobre os desafios da evangelização. É corrente na escrita de Fróis a recriação de debates sobre matéria espiritual entre padres e bonzos

⁷⁰¹ Para maiores detalhes sobre a chancelaria inicial da Companhia, o itinerário das cartas e o seu exaustivo processo editorial, ver, entre outros, Paul Nelles (2014) e Federico Palomo (2005).

⁷⁰² Ignacio de Loyola (1963: 556).

⁷⁰³ Ignacio de Loyola (1963: 561).

⁷⁰⁴ Juan de Polanco (1964).

locais, ricos em expressividade. A teatralidade, outro aspecto mencionado pela autora, em última instância beirará os limites da ficcionalidade, projetando figurações de heróis, subterfúgios miraculosos e representações motivadas do espaço. No fundo, ambos esses eixos compõem o plano da utopia, o terceiro ponto destacado por Županov, a comunidade espiritual vislumbrada pelos jesuítas, erguida sob os pilares da memória livresca de uma Jerusalém suspensa e irrigada pelo sangue dos mártires. Por fim, não menos importante é o eixo geoetnográfico que, para além de um compromisso inventariante, serviria com seus traços exóticos ao deleite do público⁷⁰⁵.

Com efeito, conhecer tais orientações epistolares não só nos ajuda a compreender os objetivos finais da *História do Japão*, mas também os seus incontornáveis problemas. O mais destacado deles é, sem dúvida, o estatuto do narrador. O distanciamento exigido pelo gênero historiográfico justamente minava a principal qualidade da escrita de Fróis, que era a transparência da sua sensibilidade e o poder de comoção da sua mensagem. Para resolver esse percalço, tentou, a princípio, transcrever na íntegra as cartas dos companheiros, criando um cenário polifônico um tanto abstruso. O resultado gerado foi um volume abissal de páginas espiraladas na repetição de temas, truncadas na linearidade cronológica dos fatos e duvidoso no que tange a veracidade dos fatos. Alessandro Valignano (1539-1606), padre visitador do Japão e responsável pela aprovação dos manuscritos, jamais se viu convencido com a obra, negando-lhe a permissão de edição e, de forma intempestiva, em dada altura assumiu a si a missão de escrever uma outra *História do Japão*, nunca a concluindo⁷⁰⁶.

Voltando a questão, vemos como o estatuto do narrador e a interferência autoral digladiam-se em busca da mais correta manifestação. Faço aqui um breve percurso. O distanciamento protocolar anuncia primeiramente um «Padre Luiz Froiz, portuguez»⁷⁰⁷, chegado ao porto de Yocoxiura na nau de Pedro da Guerra, no já mencionado ano de 1563. Um passo adiante, permite-se a um esboço discreto da situação desse duplo sujeito, não podendo seguir viagem por outras zonas do Japão, pois «assim como na lingua como nos costumes, que são infinitos, não estava ainda instruido»⁷⁰⁸. Em 1569, sem grandes alterações, desvela-se um breve perfil psicológico: «Havendo sinco annos que o Pe Luiz

⁷⁰⁵ Cada um desses eixos de interesse temático compõe os quatro capítulos que dão corpo ao *Disputed Mission*, de Ines Županov (2001). Procurei apenas registrar aqui o essencial que nos aproximará à leitura de Luís Fróis.

⁷⁰⁶ José Wicki (*in* Fróis, 1984: I, 12).

⁷⁰⁷ Fróis (1984: I, 325).

⁷⁰⁸ Fróis (1984: I, 335).

Froiz estava no Sacai, e já quazi com bem pouca esperança humana da sua restituição»⁷⁰⁹. Mudança mais brusca encontraremos na progressão do tempo, em particular no conteúdo da segunda parte da obra. Víamos anteriormente alguns laivos de uma intromissão mais subjetiva com a transcrição de cartas de sua autoria; entretanto, passamos a ter com maior intensidade um narrador autodiegético que não se abstém do testemunho próprio, aproximando-se do outrora notabilizado registro epistolar, como se nota na seguinte passagem sobre o exorcismo de uma senhora japonesa em Bungo, no ano de 1583: «Eu acertei de me achar ali e, chamando-me o Irmão do lugar onde estava, confesso que quando a vi, posto que a figura era muito rediculoza, não deixarão de se me arrepiar os cabelos da cabeça»⁷¹⁰.

Por outro lado, quanto aos fatos, diferentemente da circunstância imediata das cartas, o afastamento temporal na redação da *História do Japão* possibilitou a Fróis uma abordagem prospectiva da evolução das situações mencionadas ou «teleológica», como aponta Paula Hattori⁷¹¹. É exemplo disso a figuração positiva do daimio Oda Nobunaga (1534-1582) tendo como comparação a do seu sucessor, muito mais implacável contra a evangelização cristã, Toyotomi Hideyoshi (1537-1598). Sem embargo, do ponto de vista da coerência narrativa, geram-se novos problemas. Narrando Fróis episódios do ano de 1580, simula não saber o destino de Nobunaga, «e vai se mostrando tão vitoriozo que, se Deos lhe não cortar o fio da vida, parece que se fará cedo senhor de todo Japão»⁷¹², esquecendo-se que já o anunciara no fim do primeiro volume⁷¹³. Outro caso interessante é o da notícia da morte do irmão Damião, antigo companheiro de Francisco Xavier. Estamos acompanhando os acontecimentos do ano de 1578 quando, de súbito, abre-se um novo capítulo com a seguinte introdução:

Ainda que não hé proprio deste logar a digressão que agora farei, por tocar isto ao curso das couzas que acontecerão no anno de 1586, todavia, posto que seja cortar o fio da Historia, por haver acontecido agora estando eu escrevendo o capitulo precedente e ter a memoria fresca do que direi, o recito neste logar⁷¹⁴.

⁷⁰⁹ Fróis (1984: II, 259).

⁷¹⁰ Fróis (1984: IV, 22).

⁷¹¹ «Fróis tiene la posibilidad de marcar anticipaciones y releer el pasado en clave teleológica» (Hattori, 2017: 71).

⁷¹² Fróis (1984: III, 190).

⁷¹³ «e Nobunaga se ficou por senhor absoluto da monarquia de Japão, e prosperou com grandes victorias, poder e magestade 14 annos» (Fróis, 1984: II, 404).

⁷¹⁴ Fróis (1984: III, 79).

Claro está que o nosso autor se sentia impelido a transmitir uma mensagem edificante, transparente, sem os filtros de uma escrita padronizada pelos ditames do gênero historiográfico. Adiante, veremos outras manifestações deste estilo pujante, agora aplicados em função das linhas de força do espaço literário. Tal espaço, evidentemente, revela-se na tensão de uma experiência subjetiva (própria ou próxima) de trânsito sobre uma terra estrangeira e se oferece por imagens, aos olhos do leitor, tanto em aspectos inventariantes relativos a condições geográficas, costumes e cultura local quanto a projeções desse sujeito que observa e narra, incrustado na mundividência contextual de um paradigma religioso utópico.

Antes de tudo, o aspecto principal para entendermos a perspectiva de uma narrativa de viagens na *História do Japão* é a construção de movimento. Toda a tessitura diegética é cadenciada por breves sentenças que localizam os seus atores na sua constante deslocação. Na sua fórmula mais simples, apenas menciona o local e a data de partida (por vezes em luas, segundo a cosmologia local)⁷¹⁵, a distância percorrida e o próximo pouso. Em um nível um pouco mais elaborado, discrimina alguma informação sobre a qualidade do caminho, como vemos no seguinte excerto relativo a uma viagem circunstancial de D. Francisco de Bungo, o seu filho e mais alguns membros da Companhia:

e partirão do Usuqui a 3 de Outubro do anno de 1578. Foi o principe acompanhá-los athé humas ilhas que se chamão Fotó, 7 legoas dalli, e com bom tempo em dous dias ou tres chegarão a Çuchimochi. Foi el-rey por mar porque por terra são tres ou 4 jornadas por asperimos e difficultozissimos caminhos⁷¹⁶.

Pouco superamos uma diretriz meramente referencial do percurso. Não muito diferente será o próximo excerto, mas por ele se revela já alguma substância do relevo, alguma particularização da experiência perceptiva, mesmo porque é Fróis quem narra a passagem, transcrevendo uma carta própria do ano de 1569, quando se deslocou ao reino de Miaco (atual Quioto), então capital japonesa, indo a um esperado (e histórico) encontro com Oda Nobunaga:

⁷¹⁵ «Aos 15 dias da 6.ª lua se faz huma festa a hum idolo chamado Guivon» (Fróis, 1984: I, 242). A temporalização lunar não é apenas mencionada em eventos endógenos à cultura local, muito embora as primeiras referências o sejam. Ao longo do texto, percebemos como Fróis internaliza essa perspectiva, talvez resultado da maturação do tempo vivido no país e à adequação aos seus costumes, mas sempre procurando dar o seu referencial ocidental. «no primeiro dia da sua undecima lua, que era a tantos de Janeiro, comessou a tremer a terra» (Fróis, 1984: IV, 246).

⁷¹⁶ Fróis (1984: III, 38).

Embarcamo-nos naquelle lago de Vomi às 3 horas depois da meia noite e ao dia seguinte chegamos a hum logar dahi 13 legoas, e desembarcados caminhamos pelo reino de Vomi dous dias, e entramos pelos confins do reino de Mino, que pela maior parte hé terra chã e de poucos montes. Tem frescos arvoredos e grandes ribeiras d'agua que se passam em barcas; pelos caminhos achamos muitos idolos de pedra sem cabeças deitados em terra, porque Nobunaga os mandava tirar seos tabernaculos aonde estavão e lancá-los fora⁷¹⁷.

Mais importante é percebermos a disposição dessa imagem introdutória, cuja focalização externa capta apenas o essencial a nível topográfico, mas o capta conforme uma cartilha de tópicos descritivos familiar ao autor. Por sinal, explicita-a por duas vezes: a primeira esquadrinhando os arredores de Miaco: «O sitio, ou discripção das terras de Saica, parece inexpugnavel, porque por huma ou duas partes o cerca o mar, por outra hum rio caudalozo, e pela 4.^a huns montes mui altos e ingrimes que não tem mais que huma só entrada.»⁷¹⁸; a segunda mostra a versatilidade verbo-visual do termo, remetendo da Coreia «aos mappas que lhe trouxerão impressos da discripção e sitio da mesma terra»⁷¹⁹.

À sugestão da imagem deveríamos acrescentar um segundo elemento sobreposto aos tópicos descritivos, manipulado pelas intenções do autor. Em dada altura, Fróis irá visitar Canzuza, local de culto e de «grande romaria» entre os japoneses. Diz ser terra de adoradores de Arima, a rigor compreendido como o Deus cósmico do Budismo, mas o nosso padre nunca se empenhou em especificar as religiões nativas⁷²⁰. Sabendo ter ali um grande desafio à evangelização, passa a apresentar ao seu leitor a terra:

Nas terras de Canzuza, que dista pouco menos de meia legoa de Cuchinoçu, está junto da praia hum ilheo de pedra e rocha viva acompanhado de alguns pinheiros e arvores silvestres, combatido de continuas ondas que nelle vem quebrar sua furia. Antes de se chegar ao cume deste ilheo, que hé mui alto e de arzeoada grandeza, tem para a banda do mar hum antro ou furna, que parece a natureza alli produzio, com sua maneira de porta para se nelle entrar. E deste temerozo e horrendo logar tomou o demonio há muitos annos posse para nelle se fazer adorar⁷²¹.

Cumpre-se o objetivo programático de localização e caracterização da costa, dispondo inclusive pinceladas sobre a natureza da sua flora. Visto isso, é por sutis

⁷¹⁷ Fróis (1984: II 305).

⁷¹⁸ Fróis (1984: IV 175).

⁷¹⁹ Fróis (1984: V 543).

⁷²⁰ Como ponto de partida para uma discussão mais aprofundada sobre as diferenças entre o Budismo e o Xintoísmo na *História do Japão*, indico o trabalho de Mário Carneiro. Nota-se como Fróis, bem destacado por Carneiro (2013: 56), procura impingir, por vezes, uma interpretação cristã a Amida, tentando assim justificar a ocupação evangélica por legitimação *a priori*.

⁷²¹ Fróis (1984: III, 298).

perspectivas que se ambienta o leitor a assumir, adiante, ser este «temeroso e horrendo lugar». Refiro ao emprego de termos como «quebrar sua furia» na caracterização das ondas ou à projeção da altura do monte, não como um *topos* da ascensão mística, mas apenas como obstáculo. Também reforça tal imagem a obscuridade do «antro ou furna» que, em seu conjunto, projetam uma disforia sensorial aos seus leitores.

Partilho agora uma segunda passagem, composta por um viés idílico, ainda que de base conflituosa. Nesta, avançamos das formalidades estruturantes do sítio ou descrição da terra para melhor nos enquadrarmos em suas qualidades, pressupondo assim um inventário de bens e costumes locais. Estamos no conturbado ano de 1587, poucos meses antes da promulgação do primeiro édito contra a cristandade, a cargo de Toyotomi Hideyoshi. O excerto se refere a uma viagem ao reino de Fingo, precisamente em Yaçuxirò ou, em linguagem atual, Yatsushiro⁷²². O que vemos muito se explica por esse contexto: uma expectativa promissora da missionação perturbada pela resistência da cultura endógena:

Não poderia facilmente explicar a lindeza, frescura, graça e fertilidade daquela terra (...). Porque parece que se esmerou a natureza em Japão com maravilhoso artifício a pintar allí aquelle pano d'armar; e de quam boa e aprazível era a terra, tanto os inimigos da ley de Deos que a habitavão, erão mais terríveis e crueis. Tem rios muito fermozos e nelles abundantes trutas. O mar que lhe chega, huma legoa antes de entrar na povoação principal, que está situada ao pé da fortaleza, e para mayor segurança da terra, não se pode allí entrar nem subir senão com aguas vivas. A sementeira de trigo e cevada a perder de vista. Muitas varellas metidas em bosques de baixo de mui frescos e graciosos arvoredos; grande e suave melodia de passaros; montarias de cassa; e o bom e grosso da terra, a medula e nervos della, era possuida e habitada pelos bonzos, de que allí havia grande multidão⁷²³.

A sugestão imagética é prevista por um enquadramento artístico, efrástico, remetendo à metáfora da tapeçaria, o «pano d'armar», nessa relação entre natureza e artifício, com mais frequência desenvolvida na descrição de jardins⁷²⁴. Elenca-se a fertilidade da terra, a abundância das águas, a ilimitada fauna e flora que se alongam pelo horizonte, proporcionando, com «medula e nervos», um corpo idílico ou de ares

⁷²² Cf. nota de José Wicki (*in* Fróis, 1984: IV, 368).

⁷²³ Fróis (1984: IV, 368-369).

⁷²⁴ Como é sabido, os jardins japoneses sempre despertaram a curiosidade dos ocidentais, não sendo diferente o que se passou com Luís Fróis. Relembro aqui a sua admiração defronte do então renovado jardim de Miaco, já na maturidade dos seus trinta anos sobre o Japão: «Tem jardins de varias arvores, flores, tanques e pedras e de varias couzas em que trabalham imittar a natureza, e em extremo se recreão na perfeição destes jardins, os quaes não somente aos japões mas ainda aos nossos olhos são fresquissimos e de grande invenção e artifício» (Fróis, 1984: V, 525). Para um estudo mais minucioso da perspectiva de Fróis sobre os jardins, remeto ao recente trabalho de Cristina Castel-Branco e Guida Carvalho (2020).

paradisíacos. O discurso se arquiteta retoricamente em concisas sentenças, de adjetivação superlativa e a ritmo binário – «boa e aprazível», «terríveis e cruéis», «grande e suave», etc. –, trabalhado na sua exploração vocabular e, tomando como eixo central, uma boa dose de frustração por não ser tão desejada terra sequer pouso seguro para a missionação.

Com efeito, a *História do Japão* vai nos conduzindo por esta balança entre a euforia e a disforia, o maravilhoso e o trágico, a ordem e a desordem, polarizações estas com implicações fundamentais na representação do seu espaço literário. Passemos para um olhar mais circunscrito às dinâmicas internas dos lugares aventados por Fróis. De modo geral, poderíamos organizar esta leitura conforme uma escala de interesse do autor, a começar pelos amplos conjuntos urbanísticos e arquitetônicos referidos e perscrutados em sua obra, dispostos entre fortalezas, paços, templos e jardins. Fora isso, é de salutar destaque a sinalização de novas igrejas e seminários, acompanhando o crescimento da conversão cristã⁷²⁵; porém, em sua maioria, espelham em sua planta o desenho de uma profunda dificuldade missionária. A maioria das igrejas se faz de improviso sobre as casas, sem maiores recursos do que «pondo huma colcha velha em huma daquellas paredes de canas por ornamento, e huma cruz de papel alli pegada»⁷²⁶. Fróis não poupa a crueza dos detalhes inventariantes, muito menos uma recursividade retórica assente em metáforas, hipérboles e sarcasmo para apregoar aos olhos do seu leitor a calamitosa situação dos missionários:

As cazas de Japão, pelo inverno, posto que não são de pedra e cal, tem seos determinados abrigos e amparos para o frio; porque, alem de paredes de taboas ou terra, tem suas portas, seos tatamis e fogão aonde se aquentão. Esta, de tudo era carecida, porque pelo telhado se via o sol e a lua e as estrelas, e pouco menos chovia e nevava nella que na rua; paredes não as tinha mais que huma caniçada ao redor, sem portas nem mais taboada que a terra nua; e por vizinho propinquo outras privadas publicas, cujo fedor era tão intoleravel que apenas podião sofrer as pessoas que alli vinham ouvir pregação⁷²⁷.

Para tal leitura, com bastante liberdade, Fróis toma por base, como o refere, uma carta de 1561 do padre Gaspar Vilela, enviada de Miaco. A situação era particularmente difícil aos jesuítas nesta região sem porto, ou seja, sem a base comercial que foi desde

⁷²⁵ Em 1560, estima-se que havia já 30 mil cristãos no Japão. Em 1582, com as rotas comerciais consolidadas entre Macau e Nagasaki, chegamos a um número de 150 mil. Nem o édito de Hideyoshi foi suficiente para diminuir a progressão missionária, constando em 1596 um número na casa de 300 mil (Costa, 1993: 30, 42 e 58).

⁷²⁶ Fróis (1984: I, 157).

⁷²⁷ Fróis (1984: I, 190-191).

cedo a moeda de troca da estabilização da Companhia no país⁷²⁸. Privados de apoio político, a missão se arrastava a duras penas e é justamente este disfórico cenário que dá a tônica descritiva, negativada – as casas que «não são de pedra e cal», «paredes não as tinha», «sem portas nem mais taboadas» –, concatenada por uma listagem inventariante de desconfortos, radicais desamparos e, no seu extremo, alcançando uma tonalidade próxima ao grotesco – «cujo fedor era tão intolerável».

Em seu polo oposto, encontraremos os já mencionados centros urbanísticos japoneses. Neles se destacam a suntuosidade, a particularidade de edificações, as novas formas de medição por «*chons*» ou «*tatamis*», ou seja, todo um universo que causou aos olhos ocidentais, primeiramente, estranhamento. Ademais, Fróis pode acompanhar a ascensão e a queda de figuras como Oda Nobunaga, que deixaram um legado revolucionário. Criou cidades completas em tempo assombroso, como aquela construída em 1569 no reino de Vomi, a catorze léguas de Miaco, «a mais soberba e lustroza couza que nunca até ao tempo dizem se fez em Japão»:

A riqueza dos paços e camaras, a fermozura das janelas, o ouro que por dentro dellas reluzia, o numero das colunas de pao cubertas de acharão vermelho e outras todas douradas, a grandeza dos gudões para mantimentos, a invensão e frescura dos jardins com grande diversidade de arvores pequeninas, pedras toscas entre elles estimadas em muito, tanques, huns de pexes e outros de aves, as portas cubertas de ferro acharoadas de preto, as telhas de toda esta maquina e cazaria douradas pelas bordas, o numero de baluartes à roda com seos sinos para as vigias, a invensão dos novos e ricos paços, [que fez para o Dairi junto dos seus com suas cazas de recreação] e de grande numero de pinturas douradas pelas camaras, a frescura e longissimos espaços por onde a vista se estendia, de huma parte sobre aquella grande alagoa que lhe ficava ao pé, continuamente navegada de diversas embarcações, e da outra campos e varzeas a perder de vista entressachados com fortalezas e muitos logares e povoações, e sobre tudo a limpeza estranha em todo aquelle circuito⁷²⁹.

Vemos, no fôlego de um mesmo período, uma profusão de imagens não apenas de ordem enumerativa, mas sim resultantes de um movimento desencadeado por um ponto de vista fixo. Localizado o nosso referencial, saltamos às janelas ou o que por elas podemos perceber da parte interna do edifício e, sem cortes, volteamos a fachada, as colunas estruturantes e o espaço dos «guidões» – palavra essa assimilada da experiência

⁷²⁸ Coincidentemente, o ano de 1561 também marca uma mudança de paradigmas da Companhia em relação a sua atuação mediadora do comércio, segundo aponta Oliveira e Costa (1993: 29). Entretanto, vigor maior será notado dez anos depois com a construção do porto de Nagasaki e a exclusividade portuguesa da sua rota com Macau, como melhor explica Charles Boxer (1989: 2).

⁷²⁹ Fróis (1984: II, 255-256).

do estrangeiro⁷³⁰. Supomos estarmos próximos aos jardins, que irão ganhar algum detalhamento inventariante, até retornarem descrições de outros edifícios, por fragmentos: o material de uma porta, a qualidade das telhas, a exuberância reiterativa do dourado. Entre outros pormenores, tal conjunto descritivo terá o seu desfecho na sugestão de uma ampla paisagem, quase sem horizonte, com pinceladas de povoação e alusões a dinâmicas sociais.

Se elencarmos os campos de interesse dessa movimentação panorâmica – aqui ao empréstimo do vocabulário cinematográfico –, subjaz a riqueza material, o juízo estético e a agradabilidade da terra. Em seu conjunto, não seria forçoso associarmos tais tendências à memória mirífica dos tempos de Cipango, ou seja, mais uma dobra das projeções utópicas do paraíso terrestre.

Sem nos distanciarmos desse imaginário, aproximo agora um segundo excerto, de natureza muito semelhante ao primeiro. Estamos em 1586 acompanhando a visita de Gaspar Coelho, então padre Vice-Provincial do Japão, e de Luís Fróis, o seu intérprete, à fortaleza de Vozaca, na presença do seu construtor, Toyotomi Hideyoshi, o «Quambaco»⁷³¹. Contudo, saímos agora de um registro panorâmico e nos aprofundamos em um *travelling* muito bem executado, mostrando assim a versatilidade dos recursos de focalização desenvolvidos pelo nosso autor:

E Quambaco hia fazendo guia aos Padres como se fora hum homem particular, e no passar por alguns lugares aonde havia traves baixas, ao sobir e o mesmo foi depoés ao descer, elle se detinha e avizava a cada hum que passasse com tento para que não dessem com a cabeça em riba; e por sua propria mão hia abrindo pelo caminho as portas e janelas que achava fechada [s].

E desta maneira nos levou athé o oitavo sobrado, e em cada hum nos contava as riquezas que nelles tinha guardadas, dizendo: «Esta camara que aqui vedes está cheia de ouro, est'outra de prata, esta de retroz e de pessos de damasco, outra de peças de chanoyú, naquella estão catanas, adagas e armas ricas», etc.^a

(...)

Mostrou-nos tanta quantidade de caixões muito compridos fechados com cadeados, que sem duvida olhando huns para os outros ficavamos admirados, porque excedia o que viamos a imaginação do que se dantes cuidava. (...)

Mostrou-nos o lugar onde estava huma camara que tinha mandada fazer, toda de ouro (...)

Tendo subido devagar athé o quarto sobrado, disse que hiríamos cansados, que bebessesmos chá, o qual logo nos trouxerão com muita diligencia, E sobidos ao derradeiro

⁷³⁰ Espécie de loja. É uma palavra de origem indiana, segundo o *Vocabulario Portuguez* de Raphael Bluteau (1713: IV, 151).

⁷³¹ «Quambaco» ou «kanpaku» era um título utilizado para referir liderança política ou mesmo regência do imperador. Tanto Nobunaga e, por um período, também Hideyoshi reivindicaram a si esse cargo. (Costa, 1993: 11).

sobrado, no-lo mandou dar outra vez, e à descida outra. E o chá era do supremo de Jappam, tirado dos mais ricos vasos e que elle tinha em mayor estima.

Nesta ultimo sobrado está huma varanda lançada fora ao redor, e mandou-nos sahir a ella para vermos as obras que se fazião nas cavas da fortaleza e aquelles reynos do Goquinai, dos quaes, por ser em plaino, se vião algumas partes.

Estivemos naquella varanda e, pé hum bom pedaço e elle alli entre nós como outro particular.

Estava em baixo trabalhando toda aquella multidão de gente que temos dito e, levantando os olhos e vendo em cima da suprema parte da fortaleza tantos Padres, Irmãos e dogicos vestidos de preto, e entre elles estar Quambacudono, ficarão admirados. E dizia que nestas obras e nas do Miaco trazia tanta gente de trinta reynos; e apontando-nos com o dedo para os baluastres e gente que os vigiava, nos mostrava juntamente gudões extraordinariamente grandes e mui limpos, que estavam cheios de mantimentos para o gasto da fortaleza⁷³².

A ordem inventariante, sobreposta na exibição das suas riquezas particulares, é a mesma, assim como um desfecho paisagístico que, estruturalmente, é recorrente nos quadros descritivos de Fróis. Entretanto, há um imperativo verbo-visual composto de maneira diferente. Pelas mãos de Hideyoshi, indica-se o que se deve ver por gestos diretivos – «mostrou-nos», «apontando-nos com o dedo» –, presentifica-se a imagem através de recursos adverbiais – «esta camara que aqui vedes», vermos «aquelles reynos», «naquella varanda», «levantando os olhos e vendo em cima» – e, sobretudo, trabalha-se o efeito de presença desenvolvido sob a perspectiva itinerante do discurso descritivo. Para tal, Fróis reproduz detalhes do percurso, pequenos obstáculos a princípio supérfluos aos objetivos do relato, mas que, todavia, instauram a presença do corpo, por vezes cansado, por outras maravilhado com a dimensão faraônica do espaço percebido.

Certamente, no plano histórico, são circunstâncias paradoxais encontrarmos a simpatia de Hideyoshi com os cristãos e, pouco tempo adiante, o mesmo ditar o início de uma sistemática perseguição, cujo fim nem a *História do Japão* podia prever. Todavia, a resistência ideológica e política perseverava-se pela tensiva ocupação do espaço público ou, ampliando a questão, pelo processo de expansão de fronteiras, por onde o texto documental de Fróis também deve ser lido. Diferentemente das demandas apontadas no capítulo anterior, não era em nome da Coroa portuguesa a reivindicação do território, mas sim por uma imperial cristandade encabeçada por Roma. O primeiro aspecto que relaciona o espaço e a sua posse é a implementação das cruzes nas cidades japonesas, sempre em «um lugar publico aonde podessem fazer sua adoração»⁷³³. Constantemente vandalizadas, não muito diferente se manifestavam os jesuítas na depredação da cultura

⁷³² Fróis (1984: IV, 229-231).

⁷³³ Fróis (1984: V, 141).

local, como vemos, por exemplo, num dos argumentos do elogio fúnebre do irmão Luís de Almeida, notabilizado por destruir «grande numero de pagodes, em cujo lugar alevantava cruces»⁷³⁴.

Ainda no campo simbólico, frisemos a ocupação em sua vertente performática: as procissões. Um estudo focado na assimilação cultural dos jesuítas encontraria aqui fortes elementos entrelinhados na concepção idealizante de uma sociedade cristã pluralizada, desfilando pelas ruas da cidade. Estas festas apoteóticas que eram as procissões, apenas pensando na leitura de Fróis, são narradas em excessivo detalhamento, sem prejuízo de repetições de imagens. Sem nos estendermos muito nesse ponto, vejamos os cortejos fúnebres do padre Gaspar Coelho, da casa da Misericórdia à igreja matriz de Arima, no ano de 1590⁷³⁵.

Bem aparelhada a casa, limpa e consertada – assim é o seu início –, ambienta-se o espaço que «dava não pequena graça e lustre à procissão». Os 350 círios em mãos cristãs indefinidas inauguram uma solene marcha, seguidos por 200 meninos que, ao som de ladainhas, impunham uma imensa cruz. O terceiro bloco é o mais interessante e merece uma nota do autor: «Hé costume em Japão, quando morre hum pay de familias ou hum senhor de vassalos, raparem os filhos e criados a cabeça em sinal de dó, tristeza e sentimento», justamente o que se passava ali, nessa simbiose cultural. Serão dez blocos, aos moldes de batalhões, o todo da procissão. A descrição é maçante ao leitor: são dógicos de «sobrepeliz e velas», irmãos colegiais de «sobrepeliz e velas», padres de «sobrepeliz, estolas e velas», repetições a perder de vista que nos fazem lembrar das críticas de Valignano a Fróis, nosso «copioso e amplificativo» autor⁷³⁶.

Poucos eram os momentos de paz nesta segunda metade do século XVI, muito menos aos cristãos. Sem sair do tema das procissões, recuemos à mesma Arima do ano de 1576, com outro cortejo fúnebre. Já não se homenageia um antigo padre, mas uma liderança local convertida morta e, conseqüentemente, motivo do «infelice estado em que ficou a christandade», anunciado logo no título deste capítulo 110, que também relembra o «que aconteceu a dous homens que cortarão a principal cruz de Arima»⁷³⁷. A procissão dava-se pela seguinte ordem:

⁷³⁴ Fróis (1984: IV, 5).

⁷³⁵ Fróis (1984: V, 220-224).

⁷³⁶ Carta de Alessandro Valignano ao padre geral da Companhia Cláudio Acquaviva, de 1588 (*in* Fróis, 1984: I, 401).

⁷³⁷ Fróis (1984: II, 462).

E em logar das candeas que se costumão levar nas mãos (como a terra estava toda alvoroçada, porque os bonzos lhe não viessem fazer algum descortezia) os christãos de seo proprio moto vinhão todos de suas cazas com as espingardas às costas, murrões no braço, traçados e adagas na cinta, com lanças e nanguinatas, com arcos e aljabas de frechas, de maneira que nas cruzes, salmos e orações dos Padres era procissão devota e religioza, mas no aparelho e ordem com que os christãos hião nella parecia esquadrão de gente valeroza⁷³⁸.

O clima de hostilidade aparece nitidamente figurado na cena, nessa sobreposição militar ao cortejo religioso da procissão. A caracterização da marcha é executada pelo inventário de armas, ordenados como se preenchessem um único corpo: «espingardas às costas, murrões no braço, traçados e adagas na cinta». Em verdade, tal imagem consegue condensar de forma bastante sintética a ambivalência de forças projetadas sobre a ocupação do território. Na ponta extrema do alargamento da fronteira, claro está, temos apenas a condição da guerra. Os jesuítas não participavam diretamente, mas o seu resultado era crucial para a continuidade das missões, isto porque quase a totalidade das batalhas narradas contrapõe cristãos convertidos e outras lideranças locais. Vejamos o seguinte quadro, passado nos arredores de Sacai, em 1566:

e de huma janela alta vião os arrayaes estar assentados no campo, de huma parte estavam 15 mil homens, e da outra do tirano sete ou oito mil, com lustrozas armas e bons cavalos. Nos logares onde estavam alguns capitães christãos havia grandes bandeiras de campo com a cruz de Christo, ou com o nome de Jesus; e na primeira batalha permitio o Senhor que matassem a hum capital inimigo de sua santissima ley em breve espaço, e de quinhentos homens que allí morrerão, foi hum delles hum só fidalgo christão⁷³⁹.

Fróis tem o cuidado de definir a perspectiva e o enfoque do campo de batalha, situando o seu leitor em um espaço privilegiado de observação – «huma janela alta». A descrição que se segue é volumosa e cromática, porém, sucinta. Interessa-o o desfecho e atribuir a uma intervenção divina o inexplicável balanço final do combate. João Paulo de Oliveira e Costa chama a nossa atenção para a noção de «guerra santa», mais motivada pelos exemplos do Evangelho do que propriamente pelo vigor bélico⁷⁴⁰. Há, entretanto, uma tendência estilística de Fróis para se evidenciar um espetáculo, uma teatralidade, a força de uma ação que cativa o seu público, e é no detalhe dos gestos que encontramos a melhor expressão do nosso autor, como vemos neste breve excerto de uma batalha naval:

⁷³⁸ Fróis (1984: II, 464-465).

⁷³⁹ Fróis (1984: II, 174).

⁷⁴⁰ A intervenção divina, como lembra Oliveira e Costa (1999: 65), carrega essa memória medieval.

Punhão-se devotamente todos de joelhos na embarcação e com as mãos alevantadas entoavão o Pater noster, qui es in caelli[s], sanctificetur nomem tuum; e tornando-se a levantar, carregavão de novo os meios-falcões de bons pilouros, e tal tiro houve que dizem levou dez diante de sy. Os capacetes aparecião pelos ares feitos em pedaços, e elles devotamente se tornavão a pôr de joelhos a continuar o Pater noster⁷⁴¹.

A providência divina, também ao gosto das narrativas marítimas, agora se incorpora à linguagem da guerra. Reparemos na performance corporal captada pelo autor: a devoção de joelhos, os braços levantados, a oração, o extermínio adversário e a circularidade da ação ao voltarem a se postar de joelhos para reiniciar os ataques.

Sob o mote da intervenção divina poderíamos partir para um amplo conjunto semântico em torno da ideia do miraculoso, a continuar pelos perigos do mar e o apelo em oração tão poderosa «e de repente huma nevoa tão densa» desce para despistar os perseguidores corsários⁷⁴². Em Funai, interrompeu um terremoto, decerto obra do demônio⁷⁴³; e não seria exígua a lista de possessões extirpadas nesses cinquenta anos de peregrinações narrados por Fróis. Ademais, daria um capítulo à parte o inventário de relíquias, contas bentas, verônicas, Agnus Dei, objetos cuja função retoma a pragmática de cura dos tempos primitivos da Igreja. Caso comovente é o dos restos mortais de Jorão, cristão convertido martirizado, alçado como santo, motivo de um diálogo pedagógico entre um jovem japonês e um padre: «já que assim hé (conclui Simão, o jovem), eu hei de tomar huns pedacinhos da cabeça de Jorão e guardá-los hei»⁷⁴⁴.

As descrições dos martírios alcançam tons vertiginosos. Há exageros inclusive reportados pelos Superiores da Companhia. Por exemplo, há uma nota de Roma sobre uma muito emotiva carta do padre Antonino Prenestino – transladada esta para a *História do Japão* –, que narra a crucificação de Lucas Sósat, cristão convertido, morto na sequência de «lansadas», enquanto clamava o nome de Jesus. Tal nota, em italiano, advertia o escritor que, aquela «non he historia da publicarsi, perché è la morte in croce d'un christiano, ma condannato secondo le leggi del Giapone»⁷⁴⁵. Fróis parece não ter conhecido tal advertência.

Com efeito, dentro do vasto campo semântico do sofrimento, veremos na *História do Japão* sequências impressionantes de «*harakiris*», suicídios coletivos, extenuantes

⁷⁴¹ Fróis (1984: IV, 59).

⁷⁴² Fróis (1984: II, 260).

⁷⁴³ Fróis (1984: I, 139).

⁷⁴⁴ Fróis (1984: V, 407). Em 1589, Jorão foi crucificado em Bungo, junto com mais seis cristãos convertidos, um dos primeiros casos de martírio coletivo.

⁷⁴⁵ Nota de Roma mencionado por José Wicki (in Fróis, 1984: IV, 268).

mortificações, sobretudo no calendário da Páscoa, quando comumente «se disciplinarão por grande espaço derramando muito sangue e lágrimas»⁷⁴⁶ ou, em sinal de plena devoção, irmãos sobre as plantações, pela madrugada

despidos da cinta para riba, se punhão, de joelhos com as mãos alevantadas, a meditar na paixão de Christo N. Senhor ou nas penas do inferno, os quaes erão logo cubertos destes esfaimados e crueis mosquitos, e assim perseveravão huma e duas horas em os sofrer, sem fazerem nenhum movimento de sy; a huns lhe sahião do rosto gotas de sangue e outros ficavão com inchaços pelo corpo que parecião leprozos⁷⁴⁷.

Há aqui uma intenção estética enquadrada naquilo que alguns críticos chamam de literatura martirial, martiriologia ou menologia. Federico Palomo salienta essa tendência de horror penitencial na produção artística vinculada a Companhia de Jesus, dando-lhes, inclusive, publicidade e identidade própria⁷⁴⁸. Segundo o autor, há um rastro que se inicia nos idos do século XVI com a revelação de tumbas paleocristãs marcadas por sinais explícitos de sofrimento e tortura. Dado este mote, todos estes elementos corroboram para a suspensão a um tempo mítico, característica, como vimos, dos relatos de peregrinação. O Japão, como o concebe Fróis, materializa-se na projeção de uma nova Jerusalém e a refundação da Igreja primitiva, recuperada do seu purismo inicial, pois «Deos N. Senhor a quer[er] plantar esta sua nova Igreja de Japão com sangue de martyres, como sempre fez em os primitivos tempos»⁷⁴⁹. Mais do que isso, literalmente haverá uma colagem da história bíblica: os primeiros cristãos serão apedrejados na praça pública⁷⁵⁰, Paulo renegará a fé gentia e será dilatador das palavras de Cristo⁷⁵¹ ou ainda Bungo será a nova Jerusalém perdida, lamentada pelo profeta Jeremias⁷⁵².

A penitência corporal era resultado de condições sanitárias deploráveis, perseguições políticas ou mesmo a fome, mas não deixava de ser uma busca espiritual. Em dada altura, Fróis nos conta o quão presente era entre os membros da Companhia a espera do chamamento divino «pelo caminho da cruz e do martyrio» e acrescenta: «As cartas que huns se mandavão aos outros de Funay para o Usuqui não tratavão mais, que

⁷⁴⁶ Fróis (1984: II, 188).

⁷⁴⁷ Fróis (1984: I, 126).

⁷⁴⁸ Federico Palomo (2015: 9). Sobre a martiriologia na obra de Luís Fróis, ver também Paula Hattori (2017: 65).

⁷⁴⁹ Fróis (1984: II, 387).

⁷⁵⁰ Fróis (1984: I, 69).

⁷⁵¹ Fróis (1984: I, 82).

⁷⁵² Fróis (1984: V, 486).

de [se] exhortar para esta tão felice e ditoza hora»⁷⁵³. Afinal, o impulso viático e o sentido mais profundo da *História do Japão* é a peregrinação.

Peregrinação é um signo amplo e disperso. Por isso volto a circunscrever o sentido que nos interessa. Fróis o utiliza de diversas maneiras, alguns deles ligados ao alheio, ao distante – é «a nossa letra tão peregrina»⁷⁵⁴ –, ou seja, imperceptível aos olhos nipônicos. Peregrinas também são as terras – «região tam peregrina»⁷⁵⁵ – que o nosso autor tentou, no esforço de mais de dez anos, condensar na linearidade de um único texto, incessantemente esquadrinhando a sua geografia, o relevo e a textura do seu corpo. Nota-se neste modelo descritivo uma disposição de tópicos mais consolidada, espelhando não apenas as diretrizes epistolares da Ordem jesuítica, mas também uma racionalização de critérios que largamente será manifesta nas artes de viajar (*ars apodemica*).

Em paralelo, há uma valoração abrupta do espaço resultante de um estilo de época, uma tonalidade de contrastes que, ao passo que alça uma composição idílica a uma imaginação paradisíaca, desflora a diferença indomável pela qualidade das trevas. Tal tendência colabora com uma nova recursividade verbo-visual no universo representativo das narrativas de viagens. Soma-se a essa qualidade uma nova consciência de movimento, isto é, o eixo da sequencialidade itinerante operará por critérios mais elaborados no que tange à focalização da narração.

É, contudo, outra peregrinação, o *modus vivendi* «continuo e perpetuo»⁷⁵⁶, percebido apenas por «olhos interiores»⁷⁵⁷, que vai nos aproximar do seu sentido mais profundo e não seria forçoso associarmos aqui às viagens utópicas medievais, sem retorno – *peregrinatio ad amore eternum*. Fróis jamais voltou para Portugal, fez a sua casa no percurso trilhado. No fundo, desvelando algo do próximo e último tópico desta tese, talvez Fernão Mendes Pinto seja o seu contraponto. Na sua *Peregrinação*, Lisboa é um espectro civilizacional comparativo, até porque é de onde a escreve, pensando a viagem sob o recurso da memória. Então, neste espaço duplo, utópico, todas as cordas da ficcionalidade se esticam em torno de um projeto, primeiramente, estético.

⁷⁵³ Fróis (1984: III, 111).

⁷⁵⁴ Fróis (1984: III, 284).

⁷⁵⁵ Fróis (1984: IV, 269).

⁷⁵⁶ Fróis (1984: I, 307).

⁷⁵⁷ Fróis utiliza duas vezes o termo, apenas como oposição aos olhos do corpo (1984: IV, 272; V, 136).

3. *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto: o inimaginável

Quando parte finalmente rumo ao Oriente, no ano de 1537, Fernão Mendes Pinto embarca em uma armada composta por cinco naus, como refere, sendo uma delas capitaneada por um «Pedro da Sylua», de alcunha «Gallo», que levava consigo a ossada do seu emérito pai, Vasco da Gama⁷⁵⁸. Esta presença fantasmática nos situa na continuidade das explorações marítimas portuguesas, acompanhadas pelo nosso autor ao longo dos próximos 21 anos, e mais tarde memorizadas nesta obra cimeira intitulada por *Peregrinação*⁷⁵⁹, também limite deste meu trabalho.

Como pude explicar anteriormente, considerando os objetivos desta investigação em aproximar, sistematizar e interpretar as linhas de força estruturais da representação do espaço literário nas narrativas de viagens, com ênfase nos processos históricos que culminam no período das tais explorações, dado esse resumido contexto, não seria forçoso admitir que a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto se estabelece, do ponto de vista teórico e crítico, como um paradigma.

Refiro-me a uma capacidade de absorver no seu plano diegético toda a ramificação de perspectivas descritivas, da amplitude panorâmica à nervura de uma fenda, dos quadros da fauna social à maravilha do outro ou, pelos labirintos da mundividência da época, os interstícios entre o mimético e o simbólico. Não será exatamente a questão do ficcional que abordarei nesta leitura. A ficção, grosso modo, nos induz a uma oposição ao real, a uma espécie de contrato corrupto na ordem das representações. Julgo ser mais operativo pensarmos em formas do imaginário, como será melhor situado adiante.

Também deixarei em segundo plano alguns contributos importantes para a exegese da obra, como, por exemplo, a sua relação com a sátira e a novela picaresca. Evidentemente, são instigadoras as leituras atentas à desconstrução do *ethos* triunfal da saga portuguesa pelas peripécias de um lamentoso anti-herói, talvez até como consequência a sua condição de cristão-novo⁷⁶⁰ ou, desenvolvendo aqui as possibilidades de uma análise biografista, encontrarmos na figura de António de Faria um heterônimo de Mendes Pinto⁷⁶¹. Entretanto, tal debate nos levaria à pormenorização das

⁷⁵⁸ Fernão Mendes Pinto (1998: 16).

⁷⁵⁹ Utilizarei como base a edição de Adolfo Casais Monteiro (1998).

⁷⁶⁰ Sobre essa polémica, António José Saraiva (1961) parece concordar e, adiante, Rebecca Catz (1981) assume como fato ser Mendes Pinto cristão-novo. Para um argumento contrário, ver Aníbal Pinto de Castro (1984: 38).

⁷⁶¹ Assim o sugeria António José Saraiva (1961: 30).

caracterizações e figurações dessa soma de personagens dispostos pela trama narrativa, caminho que desvirtuaria o meu propósito. Assim, pela organicidade deste estudo, retenho o meu olhar sobre os elementos que aproximam a *Peregrinação* deste heterógeno grupo das narrativas de viagens.

Perdidos os seus manuscritos, pouco podemos apostar na concomitância entre o texto original e a sua consagração através da edição *princeps* de 1614, vinda a lume cerca de trinta anos após o desaparecimento de Mendes Pinto. Coube a Francisco de Andrade, então cronista-mor do Reino, o trabalho editorial e assumamos o quão amplo poderia ser tal trabalho, desde a interferência na segmentação capitular (226 ao todo), até mesmo em uma mais acentuada intervenção nos episódios testemunhais sobre Francisco Xavier, prestes a ser canonizado em 1622⁷⁶². Para uma maior desconfiança, lembremos do comentário do seu primeiro tradutor castelhano, Francisco de Herrera Maldonado (que, por sinal, transformou a *Peregrinação* em uma peça dramática), dizendo que o serviço de Andrade foi «tan imperfecto [...], que antes que corrigirle le ofendio de nueuo»⁷⁶³.

Outros problemas de fidelidade afloram sobre o corpo da *Peregrinação*, a começar pela dificuldade em distinguirmos as evidências testemunhadas pelo autor ao longo da sua saga ultramarina das meras elucubrações circunstanciais promovidas pela liberdade imaginativa de um narrador provedor do *spectaculum* ou do seu reforço contínuo da visualidade. Ademais, mesmo aquilo que se deduz como factual por vezes colide e se sobrepõe cronologicamente e, salvo o poder da ubiquidade, revela a intenção de Mendes Pinto em sumarizar a extensão da passagem portuguesa pela Ásia entre as décadas de 1530 e 1550⁷⁶⁴. Não aos moldes de uma crônica, a rarefação da inscrição do tempo é evidência de diferente projeto, assim como o protagonismo enigmático desse autor-narrador-personagem afasta por completo o enquadramento desta genologia⁷⁶⁵.

Dimensionar também a *Peregrinação* como um texto de matriz autobiográfica pode apresentar alguns equívocos. Certamente, o mundo revelado desponta da apreensão sensível de um eu empírico e narrativo; porém, pelas articulações do plano diegético, nota-se um desdobramento cujos sentidos se confundem na coletividade situacional ou,

⁷⁶² Sobre essa relação, ver Vítor Serrão (2017: 132).

⁷⁶³ Citado por Zulmira Santos (2017: 256). A tradução castelhana mencionada é a de 1620, intitulada: *Peregrinação: a historia oriental de las peregrinaciones*.

⁷⁶⁴ Para um estudo mais detalhado sobre a concomitância dos eventos históricos narrados na *Peregrinação*, ver Luís Filipe Thomaz (2017: 45-58).

⁷⁶⁵ Luís Filipe Thomaz (2017: 59) descarta esse enquadramento genológico utilizando tais argumentos e prefere uma definição mais abrangente: “uma obra filosófica, parenética e, ao fim e ao cabo, profundamente religiosa”.

em última instância, conforme João David Pinto-Correia, em um «nível pátrio»⁷⁶⁶. Outro ponto a ser considerado, como bem alerta Célia Carvalho, é o risco de nos apoiarmos em um conceito moderno de autobiografia, calcado na prioridade da autorreferenciação enunciativa, posto o protagonismo da história não ser exatamente a pessoa que a relata, mas sim a própria viagem⁷⁶⁷. A peregrinação, acrescento.

Vimos ao longo deste trabalho diferentes relatos de peregrinação. Tive atenção com esta variante dos registros de viagens, circunscrita à mentalidade cristã, por acionar algumas linhas de força fundamentais para a compreensão global das narrativas de viagens, como a imaginação sacramental, a subjetividade ascensional, a cartografia livresca, a suspensão cronológica dos fatos ou, puramente, uma ideia de paraíso acessível. Todas anteriormente tinham como destino alguma Terra Santa, diferentemente da obra de Mendes Pinto, onde nenhum destino concreto é mencionado. Deambula quase ao infinito, não como a *peregrinatio ad amore Dei* que alimentava o imaginário bretão da Alta Idade Média, mas seguindo um semelhante espírito anagógico. Não obstante, a sua incessante vereda de «trabalhos & infortúnios» nos direciona a uma emancipação da alma coadunada a uma trajetória de superação eminentemente mundana, como o refere António Mendes Ramos⁷⁶⁸.

A análise de António Mendes Ramos vai além e indica a presença de outros paradigmas de peregrinação presentes na obra. O autor retoma o seu modelo clássico, particularmente na sua releitura quinhentista, voltado para uma consecução de viagem e aventura, encadeada por ações e reversões no enredo, atenção não muito diferente das sugestões críticas que a aproximam, no plano formal, das novelas de cavalaria⁷⁶⁹ ou da sua sátira picaresca⁷⁷⁰ e, evidentemente, com implicações no sentido global da obra. Soma-se a isso a potência imagética das crônicas de batalha, a policromia das procissões e das marchas, os tenebrosos episódios de naufrágio, cada qual compondo um segmento narrativo coeso e, para alcançar o fio do meu raciocínio, toda versatilidade mimética e simbólica na descrição geoliterária do espaço.

Passemos diretamente ao texto. Dos seus diversos movimentos descritivos, começo por acompanhar em particular o afastamento completo do referente visual, superando o plano panorâmico e alcançando aquilo que podemos compreender como as

⁷⁶⁶ João David Pinto-Correia (1999: 175).

⁷⁶⁷ Célia Carvalho (1999: 34).

⁷⁶⁸ António Mendes Ramos (2011: 23).

⁷⁶⁹ Aníbal Pinto de Castro (1984: 48).

⁷⁷⁰ Entre outros, António José Saraiva (1961) e Rebecca Catz (1981).

estratégias de mapeamento do espaço percebido. Retomo, nesse sentido, a passagem em que o capitão Pero de Faria convoca Fernão Mendes Pinto para lhe dar notícias de uma situação militar no reino de Aarù. Passa-se na fortaleza de Malaca, em idos de 1539 ou 1540, e tenhamos atenção a este ponto de partida no qual, para enfatizar a magnitude do perigo, Mendes Pinto anuncia o risco de os portugueses perderem:

toda a banda do Sul, como he Malaca, Banda, Maluco, Çunda, Borneo, & Timor, a for do Norte, a China, Iapão, Lequios, & outras muytas terras & portos em que a nação Portuguesa, por seus tratos & comercios tem o mais importante & mais certo remedio de vida ã em todas as outras quantas saõ descobertas do cabo de boa esperança para diante, cuja grandeza he tamanha que se estende a terra por costa em distância de mais de tres mil legoas, como se poderã ver nos mapas & cartas que disso tratão, se sua graduação estier na verdade⁷⁷¹.

De um aqui-agora referencial, a gradação do olhar se estende para um conjunto amplo de territórios nos quais, em seu extremo, contemplam todo histórico empreendimento índico marítimo português, cuja menção ao cabo da Boa Esperança é de se salientar. Nota-se, inclusive, uma antecipação incongruente dos eventos, ou mesmo uma prolepse involuntária, visto que na altura do tempo diegético o Japão ainda não fará parte da rede comunicacional dos portugueses. Tal mundo, conforme o concebe no ato da escrita, é razoado pela estimativa de extensão, pelo apelo comprobatório da cartografia, mas deixa margem a uma indefinição, como se percebe pela sentença final, decerto suscitada pela consciência de um processo inconcluso sobre os limites geográficos da expansão.

De forma mais explícita, a sùmula topográfica anunciada logo ao frontispício da primeira edição elenca o rumo da viagem pelos reinos da China, Tartária, Sião, Calaminhão, Pegu, Martavão e se abre, como uma dobra da realidade, para «outros muytos reynos & senhorios das partes Orientais, de que nestas nossas do Ocidente há muyto pouco ou nenhũa noticia». Justamente estará neste jogo entre o conhecido e o imaginário a chave de leitura da obra, articulada pela demarcação da autoridade testemunhal do narrador e os dispositivos de sugestão para a participação do leitor nesta nova realidade descrita, os seus *alethemas*⁷⁷². Muito embora o empirismo científico tenha adaptado a cosmovisão medieval ao campo do plausível, alguns dos seus arquétipos

⁷⁷¹ Pinto (1998: 76).

⁷⁷² Assim define Luís Filipe Thomaz (2017: 44) o *alethema*: «destinada a induzir no leitor a impressão de que é verdadeiro e real tudo o que se lhe narra, pois tudo, pessoas, cousas e lugares, tem o seu nome, leva uma data e se passa num espaço definido».

assumem ainda uma função operativa na *Peregrinação*, como a releitura do paraíso terrestre, o *topos* da ilha dourada, a disformidade das gentes e dos animais e, sobretudo, o mistério do desconhecido, essa interminável floresta do inacessível.

A viagem de Mendes Pinto implica em uma transgressão de fronteiras geográficas e epistemológicas⁷⁷³. A transgressão, e recorro aqui a uma excêntrica aceção geológica, situa-nos antes na força marítima que avança e avassala a costa terrestre. Evidentemente, poderíamos relê-la como uma metáfora da violência colonial, entrelinhada pelas páginas da *Peregrinação*⁷⁷⁴, mas direciono o nosso olhar para a representação do mar, na zona de transferência entre o domínio náutico e o imaginário intangível:

continuamos nosso caminho por espaço de sete dias, no fim dos quais o tempo com a conjunção da lua noua nos saltou ao Sul, & ameaçandonos com chuueyros, & mostras de inuerno, veyo em tamanho crescimento, que nos foy forçado arribar em fim de roda com a proa ao rumo de Nornordeste por mar incognito, & nunca navegado de nação nenhũa, sem sabermos por onde hiamos, entregues de todo ao arbitrio da fortuna & do tẽpo⁷⁷⁵.

Destaca-se o recurso de um vocabulário prático que persuade o leitor à ambientação do espaço, tanto pela conjuntura do tempo – a «lua noua nos saltou ao Sul» – quanto pela ordem do movimento – «arribar em fim de roda com a proa ao rumo de Nornordeste». Tal segmento narrativo ainda se encerrará com uma salvação mediada por Francisco Xavier, tripulante da dita embarcação que, caracterizado como um santo, intervém por meio de orações para que a força das águas se acautele e o êxito da viagem se concretize. Acrescento mais uma passagem, também localizada nas bordas orientais:

Com tudo desta maneyra nos desamarramos desta triste restinga hum Sabbado dia de Natal do anno de 1547. & com hum só pedaço de colcha nos fomos ao som do mar para onde a agoa nos queria leuar, sẽ termos outro agulha, nem outra guia senão somente a esperança que leuauamos em Deos nosso Senhor⁷⁷⁶.

Como vemos, a cadeia de eventos se assemelha, partindo de uma orientação espaciotemporal para, a partir de um corte abrupto, uma suspensão completa da

⁷⁷³ Uma «revolução epistemológica» promovida pela aventura da experiência, como colocaria Maria Leonor Carvalhão Buescu (1986: 20).

⁷⁷⁴ Antes de ser uma crítica à expansão colonial, Mendes Pinto é um entusiasta do domínio português e cristão no Oriente, aconselhando, inúmeras vezes, o seu interlocutor sobre terras «proveitosas» mal fortificadas pelas comunidades locais (veja, por exemplo, o conselho sobre Ceilão no capítulo XX). Arnaldo Espírito Santo (2017: 201) cogita a hipótese de ser o nosso autor um «agente» de D. João III.

⁷⁷⁵ Pinto (1998: 675).

⁷⁷⁶ Pinto (1998: 553).

autonomia da navegação e uma imersão ao desconhecido, logo vertida em um irrequieto sentimento coletivo, apenas apaziguado na esperança da providência divina. Adiante, ceifadas algumas vidas, temos o conhecido modelo das narrativas de naufrágio na sua função didascálica, ilustrando com a punição os desvios éticos e morais sobrelevados, na globalidade da *Peregrinação*, pelo ângulo da cobiça. Mas recuemos um passo sobre esta interpretação e voltemos ao instante da tensão narrativa onde a progressão da viagem torna-se um campo aberto projetado ao desconhecido, ao imaginário.

Em busca da ilha de Calemply, este análogo Eldorado chinês, Mendes Pinto discorre o seu relato na seguinte ordem: «& seguimos nossa viagem por mar que nunca até então Portugueses tinham visto nem navegado. E indo nós assaz confusos cõ a imaginação destes perigos»⁷⁷⁷. Não seria forçoso concluir que o mar, quando percorrido na sua extensão incógnita, desabilita o sujeito (coletivo, como em todos os casos anteriores) de uma apreensão cognoscível do real ou o liberta para a assimilação de uma nova ordem representativa do espaço. Já vimos tal fórmula nas literaturas visionárias, na indeterminação referencial que precedia uma transgressão espacial rumo ao paraíso. Aqui, a transgressão, de fundo epistemológico, virá justamente da concretização deste imaginário no conjunto descritivo asiático. Vejamos com mais detalhes esta exposição.

A ordenação dos tópicos expositivos do espaço urbano, de modo geral, respeitará parceladamente o «sitio, grandeza, abastança, riqueza, & fertilidade»⁷⁷⁸, talvez já sugerido pelos livros de suporte informativo que utiliza na sua leitura, como o *Aquesendoo* ou a *Crónica dos oitenta reis da China*⁷⁷⁹. O confronto com tais guias nos induz a um movimento de «deambulação turística», já assinalado por Alberto Carvalho, mas, conforme ainda o autor, devem ser compreendidos através de uma transcendência da horizontalidade referencial, orientada «pelos caminhos da metáfora ascensional»⁷⁸⁰. Reparemos, por exemplo, a amplificação desses tópicos no enquadramento da cidade de Pequim, assente na «grandeza & sumptuosidade que tem em todas as suas cousas, como são soberbos edifícios, infinita riqueza, sobejissima fartura & abastança de todas as cousas necessarias, gente, trato & embarcações sem conto, justiça, gouerno, corte

⁷⁷⁷ Pinto (1998: 200).

⁷⁷⁸ Pinto (1998: 583).

⁷⁷⁹ Pinto (1998: 309).

⁷⁸⁰ Alberto Carvalho (1999: 175-177).

pacífica»⁷⁸¹. Em uma passagem anterior, não deixará de aludir a um imaginário paradisíaco ao destacar a «salubridade & temperamento dos ares»⁷⁸².

Antes de perscrutarmos este espaço interior, situo a minha reflexão nos estudos de Claude-Gilbert Dubois. «O imaginário», segundo o autor, «manifesta-se tanto na criatividade extrapolada dos limites realistas como nas tentativas realistas para apreender um objeto impossível»⁷⁸³. Diferentemente da ficção, Dubois afirma que o imaginário almeja o real, apresenta-se como realidade, mas de forma «oblíqua ou críptica de acordo com as regras de um simbolismo determinado»⁷⁸⁴. O conceito parece se aplicar a um recorte periodológico mais amplo do que o renascentista, embora tenha sido este o objeto da sua análise. Entretanto, é assaz funcional ao ser relido sobre o discurso da *Peregrinação*, isto porque Fernão Mendes Pinto quer dar à vista do seu leitor nada que suscite a sua desconfiança. Não pode ser um novo Marco Polo ou Mandeville, pois seu público consome notícias de terras ultramarinas há mais de cem anos. Preferirá, com esta habilidade que o consagrou, aditivar o plausível, atingindo o limite da verossimilhança pela hipérbole, já barroca⁷⁸⁵, de um hiper-real:

Em cada rua destas ha dez doze lanternas acesas postas encima dos mastos, paraque se veja quem passa de noite, quem he, para onde vay, & o que busca, paraq̃ pela manham se de razão de tudo ao Chaem, & esta quantidade de luminárias, vista assi juntamente de noite, he a mais fermosa cousa & mais para ver que quantas se podem imaginar. Em cada rua destas há hum sino de vegia, & quando se toca o da embarcação do Chaem, respondem os outros todos a elle com tamanho estrondo de vozes que nos ficamos pasmados de ouir hũa cousa quiça nunca imaginada dos homens, & de tanto concerto, & tão bom regimento⁷⁸⁶.

com muytas torres de cantaria laurada, & em todas curucheos de diversas pinturas, o qual muro em todo cima no lugar das ameyas era fechado todo em roda com grades de ferro, & encostados a ellas grande quantidade de idolos de diferentes figuras, de homens, de serpentes, de cauallos, de bois, de elifantes, de peixes, de cobras, & de outras muytas feiçoês monstruosas de bichos & alimarias nunca vistas em nenhũa parte, & todos estes de bronzo & de ferro coado, & algũs delles de estanho & de cobre a qual maquina vista assi toda por junto no modo & postura em que está era muyto notauel e apraziuel para ver do que ninguẽ pode imaginar⁷⁸⁷.

⁷⁸¹ Pinto (1998: 309).

⁷⁸² Pinto (1998: 284).

⁷⁸³ Claude-Gilbert Dubois (1995: 12). No mesmo sentido, Maria Leonor Carvalhão Buescu (1986: 21) sublinha que toda a estética renascentista é promovida pela «supremacia do real».

⁷⁸⁴ Claude-Gilbert Dubois (1995: 28).

⁷⁸⁵ Sigo aqui Maria Alzira Seixo (1998: 56), ao afirmar que o hiperbólico ou a vontade de impressionar, tendência dominante na *Peregrinação*, contém essa aproximação ao Barroco. Para uma leitura complementar, ver Catarina Fouto (2014).

⁷⁸⁶ Pinto (1998: 280).

⁷⁸⁷ Pinto (1998: 316).

Aproximo esses dois excertos para uma leitura conjunta. O contexto geográfico é a China, por volta de 1544⁷⁸⁸, e Mendes Pinto faz uma estalagem de cinco dias na cidade de Iunquinilau, onde pode descrever essa particular atmosfera urbana. A viagem seguirá para Pequim e entre as longas páginas que dedicou às «cousas notaveis» da metrópole, destaquei na segunda passagem o templo de Muxiparaõ, o «tisouro dos mortos». Em ambos os casos, um fio retórico discursivo instaura o campo visual sobre formas que superam o horizonte da imaginação do seu leitor, «para ver do que ninguém pode imaginar». Não pretendem, contudo, difundir rasgos fantasistas ou de qualquer outra ordem para além do plausível. Em sua estrutura, assemelham-se pelo recurso à hipérbole e pelo fôlego oralizado no encadeamento sucessivo das orações, mas também apresentam diferentes estratégias expositivas. Vejamos quais.

O mosaico miniaturizado das imagens do templo de Muxiparaõ aparece sem hierarquia visual, em plano único, ou, para utilizarmos a expressão de António José Saraiva, uma «cascata de imagens» de «profusão ornamental»⁷⁸⁹. Tais imagens, notemos, circulam pelo imaginário orientalista do monstruoso, mas apenas como um eco devidamente incrustado na ordem das representações artísticas. Já as ruas de Iunquinilau não serão delineadas pelo recurso da acumulação de referentes, e sim pela construção de um espaço geométrico esquadrihado pelo rebatimento de formas. A perspectiva projetada nos induz a confrontar dispositivos de estímulo sensorial, lanternas e sinos, sob variantes de distância, intensidade e altura, adensadas por uma presença mais demarcada da subjetividade enunciativa⁷⁹⁰.

Ainda sobre o rebatimento de formas, podemos descortinar das suas manifestações outros traços da estética de Fernão Mendes Pinto, com implicações diretas na representação do espaço literário. O imaginário, esse conceito que tomo como ponto de partida, exige-nos algum grau de imersão na mundividência epocal para tentarmos encontrar a natureza da sua codificação, como propôs Claude-Gilbert Dubois. O autor aponta para duas revoluções técnicas que se espraiaram pela concepção do mundo renascentista, ambas da ordem da reprodutibilidade: a imprensa e os espelhos. Não mais

⁷⁸⁸ Provavelmente um ou dois anos antes, mas a cronologia demarcada na *Peregrinação* é pueril, em particular nesse volume entre os capítulos LXXX e CXV.

⁷⁸⁹ António José Saraiva (1958: 47).

⁷⁹⁰ Complemento essa leitura com o comentário de Christine Zurbach (1999: 147): «um olhar que se assemelha àquele que encontramos na invenção e na encenação teatral, um olhar que cria a perspectiva e o ponto de vista, que teatraliza o seu objeto».

circunscritos a pequenas dimensões, os espelhos superaram a então duplicação do rosto para a multiplicação de grandes ambientes. Um fenômeno com implicações diretas na arte, da perspectiva angular da pintura até a simetria estrófica dos sonetos⁷⁹¹. Tenhamos em conta essa leitura para o seguinte excerto, referente a um encontro de lideranças asiáticas⁷⁹² na cidade de Lançame, quando irrompe com maior destaque a comitiva de um embaixador das terras de Moscoboy:

este trazia comsigo cento & vinte homens de guarda de frechas & panouras tauxiadas douro & prata, vestidos todos de couro escodado roxo & verde, & doze porteyros a cauallo com maças de prata, & doze quartaos a destro, todos com guarnições cramesins guarnecidas por cima de rendas de ouro & prata, entressachadas hũas pelas outras, & doze homens agigantados de estaturas muyto desacustumadas de grandes vestidos, como se pintão os faluagês, de pelle de tigre, cõ cada hum seu grãde libreo, presos todos com cadeas de prata (...) & doze moços pequenos em facas brancas selladas á estardiota, cõ selas de veludo verde, cõ hũas redes de prata por cima; & elles vestidos todos de hũa maneyra, cõ roupas curtas de citim roxo forradas de martas, & calças & chapeos do mesmo & cadeas douro a tiracolo de fuzis muito grossos, os quais doze moços eraõ todos iguais; & os mais fermosos dos rostos, & bẽ despostos dos corpos, & bem proporcionados dos membros que vy em minha vida, porque em nenhum delles auia qualquer defeito da natureza em que se lhe pudesse pòr tacha⁷⁹³.

O quadro é estruturado sob uma ordem simétrica, tendo como primeiro plano um pelotão de cento e vinte homens, subseqüentemente dividido, por harmonia matemática, em grupos de doze em doze. Seria forçoso admitir alguma intencionalidade numérica, como a associação aos apóstolos, muito embora o horizonte de expectativas seja motivado por tais simbolismos. Ressalto, entretanto, que a simetria, mais exatamente a proporção, contemplará um ideal de beleza aureolado sobre a perfeição do corpo, cara às cartilhas renascentistas⁷⁹⁴. Ainda vemos, no seu desfecho, o elogio ao grupo dos «doze moços

⁷⁹¹ Claude-Gilbert Dubois (1995: 42).

⁷⁹² Outra estratégia de mapeamento do espaço pode ser lida nessa passagem: «o Sornau de Odiaa, que se intitula Rey de Sião, cujo senhorio cõfina por distãcia de setecentas legoas de costa, como he de Tanauçarim a Champaa cos Malayos & Bardios & Patanes, & pelo sertão, co Passiloco & Capimper & Chiammay, & Lauhos, & Gueos, de maneyra que este somente tem dezassete reynos em seu senhorio (...) outro era o Rey de Mogores, cujo reyno & senhorio jaz por dentro do sertão entre o Coraçone que he jũto da Persia, & do reyno de Dely & Chitor (...)» (Pinto, 1998: 362).

⁷⁹³ Pinto (1998: 363).

⁷⁹⁴ Remeto ao *Comentário de Platão*, de Marcilio Ficino (1544), cuja definição de beleza é derivada da harmonia e proporção entre as partes, pautada pela ordem, modo e aparência: «Pois em primeiro lugar é preciso que cada membro do corpo esteja em seu lugar natural, isto é, que as orelhas, os olhos, o nariz e os outros membros estejam em seu lugar, e que os dois olhos estejam igualmente próximos do nariz, e que as duas orelhas estejam igualmente afastadas dos olhos. Mas essa paridade das distâncias, que pertence à ordem, não é suficiente, e cumpre acrescentar o modo das partes que atribui a cada membro o tamanho pretendido, levando em conta a proporção de todo o corpo. (...) Além disso pensamos que a aparência é necessária para que os traços das linhas e os esplendores dos olhos enfeitem a ordem e o modo das partes» (in Panofsky, [1924] 2013: 131).

pequenos», harmonizado pela disposição equidistante e justa medida dos membros, e enriquecido pela variedade de linhas, cores, texturas e objetos que não deixam de cumprir a função inventariante do relato.

Não obstante, proporcionalmente contrastiva é a representação destes outros «doze homens agigantados», ferindo a harmonia visual com suas «estaturas muyto desacostumada», fora os elementos disruptivos que remetem a uma brutalidade animalésca entre correntes e peles de tigre. Vista em seu conjunto, seria mais preciso afirmar que a comitiva do embaixador alcança, em suas variações eufóricas e disfóricas, um espetáculo de contradições, noção suficientemente esclarecedora para a leitura global da obra de Mendes Pinto, desde que bem situada. Digo isso porque nem sempre beleza e proporção se coadunam na *Peregrinação*. Lembremos, por exemplo, da estátua disforme do «terreyro das caveyras dos mortos», onde se vê:

o mais disforme & espantoso mōstro de ferro coado que os homēs podem imaginar, o qual tomado assi a esmo, se julgaua que seria de mais de trinta braças em alto, & seis de largo, & nesta tamanha disformidade era muyto bem proporcionado em todos os membros, saluo na cabeça, que era hum pouco pequena para tamanho corpo⁷⁹⁵.

Com efeito, a narrativa de viagem, na dimensão proporcionada pelo nosso autor, eleva sobre o grau informativo ou inventariante um elaborado sistema de apreensão sensível da realidade, transfronteiriço entre a palavra e a arte pictórica ou musical; mas, sobretudo, direcionado ao plano dos afetos na expectativa de recepção do seu leitor. Por essa linha, há uma vertigem pelos extremos, o feio se torna o horror, o belo o inimaginável; e a elegância da concisão e da brevidade do estilo se reverterá na amplificação, na acumulação, na conduplicação retórica do mundo visível. Vejamos, por exemplo, a que dimensão chega o retrato de uma crônica de batalha. Retenho aqui um excerto do assalto ao reino de Sião, em 1548, liderado pelo rei de Brama:

confesso que não me atreuo a saber dizer o como passou, porque pela terra corrião rios de sangue, o ar ardia em fogo viuo, a grita & a reuolta era tamanha que a terra parecia que se fundia, o desentoamento, & a dissonancia dos barbaros instrumentos, dos apupos, dos sinos, dos tambores & sestros, o estrondo da artilharia, & espingardaria, os vros dos cinco mil elifantes metião tamanho medo que quasi fazião perder o sentido, & o terreyro da banda de dentro da cidade (que jà estaua pelo Brama) cuberto todo de corpos mortos, & com rios de sangue por todas as partes, era hum tão horrendo espectaculo, que só a vista delle nos trazia tão pasmados, que andauamos como fora de nós⁷⁹⁶.

⁷⁹⁵ Pinto (1998: 368).

⁷⁹⁶ Pinto (1998: 576).

Reparemos que a cadeia histriônica de ações se faz por uma cristalização substantiva, o grito, o estrondo, os urros, sempre em crescente até se dissolver na abstração de um sentimento quase inatingível, imaginário. Justamente o reverso da harmonia pauta o movimento dinâmico apresentado, muito embora culmine em um letárgico descanso sobre o inamovível quadro da morte, este «horrendo espectáculo». Poderia me alongar pelos tantos outros exemplos de disforia trágica ilustrados na *Peregrinação*, sem esquecer os sacrifícios de Tinagogoo, a mutilação devocional dos corpos sobre rodas de carros «que parecia cousa muyto fora da natureza humana»⁷⁹⁷. Entretanto, não o era e muito menos aceitável seria acreditar que Mendes Pinto fez uma viagem somente aos labirintos do inferno. Há, decerto, um diálogo com as formas estéticas da martiriologia, já avultadas acima com Luís Fróis.

É improvável que o nosso autor tenha estado, de fato, no reino da Tartária, como o afirma nas longas páginas dedicadas a ela na *Peregrinação*⁷⁹⁸. Torna-se, assim, mais estimulante pensarmos que alguns dos seus conjuntos descritivos se baseiam em meras projeções idealizantes, fiéis somente ao exercício anagógico resultante da variedade de fortunas e percalços vividos e espacializados na sua narrativa. A cronologia rarefeita nos situa acerca do ano de 1544, e Mendes Pinto discorre uma minuciosa descrição do templo de Abicau nilancor, «deos da saude dos Reys». Destaco as suas primeiras linhas:

Neste terreyro que digo entre hum laranjal que no meyo delle estaua, cercado de hũa latada de era, & alecrim, & roseyras, com outras muytas diuersidades de eruas & flores que não ha nesta nossa Europa, estaua hũa fantastica tenda armada sobre doze balaustres de pao de canfora, enxerido cada hum delles em quatro troços de prata a modo de cordões de frades, mais grossos que hum braço, dentro da qual tenda estaua hũa tribuna rasa a modo de altar, guarnecida toda em roda de folhagem de ouro muyto fino, com hum guardapoo por cima a modo de sobreceo, marchetado de muytas estrellas de prata, & co Sol, & Lũa, & algũas nuuês, hũas brancas, & outras da cor daquellas que apparecem quando choue, todas feitas de esmalte, com tanto artificio, & tanto ao natural, que quasi se enganauão os olhos com ellas, parecendolhe que trazião agoa, & tudo o mais muyto perfeito, assi na proporçãõ como na pintura⁷⁹⁹.

Seguindo o curso do olhar, da sua exposição externa, desse ajardinado edênico, pausadamente ingressamos no interior do espaço, avaliando a sua composição de forma enumerativa, reduzida ao detalhe das cores, matérias e texturas, até atingirmos a

⁷⁹⁷ Pinto (1998: 479).

⁷⁹⁸ Cf. Luís Filipe Thomaz (2017: 58).

⁷⁹⁹ Pinto (1998: 356).

centralidade do altar, apurado em sua ornamentação, culminando esse nosso *travelling* a contemplar «hum guardapoo por cima a modo de sobreceço», cujo elogio merece uma atenção particular da nossa parte. Digo somente pelo fato de formalizar um ideal de beleza projetado, para além da já comentada proporção (aqui pensada no espaço e não no corpo), na imitação da natureza, em que «quasi se enganauão os olhos». Nos moldes que é colocada, a perfeição aspirada pela beleza será, ao fim e ao cabo, «algo de espiritual», como referia Marcilio Ficino, renovando Platão. Assim, não seria forçoso admitir que o movimento anagógico significativo do ato da peregrinação, em Fernão Mendes Pinto, será primeiramente estético.

Em suma, encerramos esta última leitura avançando por um caudal de imagens projetadas sobre expectativas desdobradas para além da linha do horizonte. Tal dobra é imperativamente acionada pelo espaço marítimo, de onde se desenrola toda a tensão que irá capacitar o viajante para a apreensão e o maravilhamento da novidade avistada. Essa estratégia narrativa ecoará de textos que considero ancilares a uma compreensão orgânica das narrativas de viagens, como as efabulações romanescas da literatura visionária que, por sua vez, remetem aos princípios condicionais dos primeiros relatos de peregrinação. A essa circularidade voltarei adiante nas conclusões finais deste trabalho.

Por agora, retenhamos um processo, a percepção desencadeada de um testemunho autoral que conduz o seu leitor a aceitar, no universo da plausibilidade, uma panóplia de novos referentes de mundo, beirando a utopia de uma «supercivilização», como indicou Jaime Cortesão⁸⁰⁰. Utopia como espelho crítico da sociedade ocidental no que tange à ordem pública, à eficácia das leis, para além de um magnetismo visual derivado, claro está, da profusão descritiva das linhas extravagantes dos paraísos terrestres. E isso se notará através da diversidade de campos temáticos abordados no plano diegético da *Peregrinação*, como a ação das batalhas, de cortejos militares, de procissões diversas, de dinâmicas urbanas dispostas pelo elogio simétrico, almejando a perfeição.

Dessa forma, cruzam-se as linhas de força das narrativas de viagens sobre uma composição estratégica do relato, o movimento da viagem, a invenção do espaço e os lugares prediletos da retratação do que é visto. Ao mesmo tempo, adentramos nessa zona de apreensão da realidade sob a órbita da ação peregrina e a consequente ressignificação afetiva desse espaço, onde estética e espiritualidade se fundem pela ordem do imaginário.

⁸⁰⁰ Jaime Cortesão (1965: 140).

*
* *

O questionamento prévio sobre as linhas de força que condicionam uma unidade discursiva das narrativas de viagens, contida especialmente ao recorte cronológico encerrado neste capítulo, nos levou a considerar o universo semântico e pragmático das peregrinações como um dos seus eixos centrais. Se, por um lado, aponto à importância dos seus aspectos gerais relacionando a viagem e a apreensão sensível do espaço percebido, por outro recorro a um conjunto deliberado de relatos de peregrinação para analisar e discutir como se constroem também a partir de uma macroestrutura compositiva de tais narrativas de viagens. Desse modo, com os três textos apresentados acima não apenas observamos qualitativamente os desdobramentos históricos das peregrinações, mas sim de todo o nosso campo de investigação.

Para chegarmos a uma definição de amplitude operativa sobre as peregrinações, partimos de um exemplo arquetípico, isto é, a deslocação devota à Terra Santa. Agora, passado mais de um longo milênio de quase ininterruptos testemunhos, retornamos com o frei Pantaleão de Aveiro para cotejarmos paralelos e renovações com aqueles primeiros movimentos do berço da cristandade advindos, por exemplo, de Egéria e de Jerônimo. Nota-se igualmente o impulso inicial da diluição do espaço segundo uma flutuação ou uma temporalidade mítica. O lugar sagrado enreda-se por camadas livrescas, devocionais e doutrinárias que, em sua realização no plano literário, abusam de estilemas retóricos que forçam o discurso descritivo à tangência da impossibilidade imaginativa. Porém, Pantaleão de Aveiro nos oferece também uma visão de mundo renovada do seu tempo, aproximando a essa leitura um despontar da racionalização de critérios que melhor se conforta com a averiguação comprobatória das imagens a nós revelada.

Ampliando esse último ponto, é preciso realocar os três relatos deste capítulo dentro de um novo contrato sobre a realidade derivado da revolução cartográfica e epistemológica que ocorria no rastro das navegações. Evidentemente, não o antecipo ao empirismo racional cartesiano, mas uma tendência racionalizante se demonstra em diversos outros aspectos, como a já comentada exigência de um método descritivo das viagens, tão bem explícita nesses três textos, sobretudo em Fróis e Mendes Pinto. Há uma predisposição à eficácia e ao planejamento, processo que vimos observando ao longo da tese sob os tópicos estruturantes do *laudibus urbium*. Entretanto, convém pensarmos aqui

na amplitude da geografia analítica ou no despontar das artes de viajar que, grosso modo, absorvem e expandem a disposição retórica do elogio à cidade quinhentista.

Luís Fróis é um exemplo central porque podemos avaliar uma sistematização seriada de descrições que percorrem a extensão da sua obra. Neste compromisso inventariante, o fôlego pormenorizado e versátil recorre a diferentes projeções da ordem do visível, sobretudo na comparação efrástica e mesmo na sugestão intermediática de mapas ou de outros recursos externos ao texto. Aperfeiçoa-se de igual modo a impressão de movimento, a focalização narrativa sob diversos ângulos, convocando o leitor a participar e quase a tirar as suas próprias conclusões sobre aquilo que é levado a observar.

Paralelamente, o Japão que Fróis nos convida a conhecer é profundamente corrompido pela sua devota idealização. Por vezes, sentimos que adentramos em uma efabulação espelhada dos tempos da «primitiva Igreja», onde apóstolos ainda rogam e são martirizados pelos mesmos capatazes de outrora. A construção literária desta utopia terá implicações no método descritivo do autor, na sua forma de conceber esta distendida narrativa de viagens, principalmente na valoração verbo-visual das diversas cenas que a compõe. Não seria apropriado nos distanciarmos das correntes estéticas que seduziam a performance escrita do nosso jesuíta, a começar por uma literatura martirial, bem ao gosto das produções inicianas.

De forma mais ampla, podemos destringer tendências maneiristas ou mesmo o despontar de uma vertigem barroca, principalmente quando chegamos à *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto. A sua estridência imagética nos conduz, inclusive, ao questionamento sobre os limites literários das narrativas de viagens, caso tenhamos como meta o seu enquadramento como gênero e a intenção de realidade como seu parâmetro – o que não é, evidentemente, o nosso caso. Antes, as narrativas de viagens são uma estratégia compositiva em função do espaço, como já antecipei minha posição no início desta investigação.

De todo o modo, com tal estridência imagética, Mendes Pinto nos provoca sobre a dimensão da realidade, desvelando sempre um passo além do apreensível, sem com isso arrebeitar as suas imagens em concepções meramente maravilhantes do mundo. A exploração no plano discursivo, independentemente da sua contestada factualidade, é estruturada conforme os ditames de um método descritivo historicamente elaborado e demonstrado desde as primeiras linhas desta pesquisa. Todavia, paira sobre a tangência simbólica das águas aquela dobra inimaginável desvelada, claro está, pelas acepções de um “outro mundo”.

Assim, a partir da recolha destes textos aproximados pela cosmovisão quinhentista tardia, cada qual apontando a particularidade de um ponto de vista sobre a ação de peregrinar, analisamos como se manifesta a continuidade discursiva das narrativas de viagens, tendo em vista uma mais larga historicidade estrutural. Visto isso, caberá às conclusões finais desta tese uma mais ampla seleção, aproximação e sistematização sobre essa mencionada orgânica de continuidade, cujas linhas de força se compõem pelos desdobramentos de périplos e peregrinações.

Conclusões finais

Para encerrarmos este percurso investigativo, faço agora uma síntese geral dos seus principais fundamentos, articulando e sistematizando prévias reflexões conclusivas parcialmente apresentadas ao longo do texto.

Reforço, primeiramente, que pouco me motivaram as tentativas para definir as narrativas de viagens como um gênero literário. A alargada cronologia na qual as trabalhei oferecia de antemão alguns problemas conceituais a essa definição como, por exemplo, a variabilidade estrutural, a ausência de uma deliberada “poética” e, sobretudo, uma tão ampla diversidade propositiva. Seria pouco eficaz tentarmos encontrar nelas uma mesma expectativa de leitura. Entretanto, considerando um basilar nível discursivo, notamos uma certa exclusividade enunciativa que nos induz a individualizar as narrativas de viagens de um conjunto mais vasto do universo literário. Este foi justamente o meu ponto de partida especulativo, quando me propus investigar relatos portugueses dos séculos XV e XVI.

A maturação da pesquisa me fez observar duas constantes ou duas linhas de força discursivas que davam corpo a tais relatos: uma incidindo sobre a escrita da viagem e a outra sobre a sua percepção/imaginação do espaço. Então, por um movimento retrospectivo, fui me afastando daquele recorte inicial e, selecionando de uma criteriosa produção textual aquelas que melhor iluminavam esses meus pontos de interesse, construí um percurso analítico cronologicamente dilatado, englobando a leitura crítica de 17 narrativas de viagens, para além de uma mais larga literatura de apoio. A seleção qualitativa expandida desse *corpus* não apenas dava maior embasamento à sinalização dessas constantes discursivas, como também me levou a distinguir e perscrutar a origem desses dois eixos centrais tanto na periplografia, no que tange à escrita, quanto nas narrativas de peregrinação cristã, acerca da ressignificação do espaço.

Os protótipos das narrativas de viagens remontam a tempos imemoriais e, evidentemente, dessa origem muito do que nos chega são imagens rarefeitas, resquícios de inscrição maculados por intervenções editoriais ou mesmo documentos fraudados. Ainda assim, daquilo que o crivo científico nos autoriza, é possível sublinhar padrões de escrita que já assentavam em certos modelos de representação o olhar dos antigos

viajantes. Da periplografia da Antiguidade herdamos, por exemplo, as coordenadas geoestratégicas da textualização do movimento no espaço.

A sequencialidade itinerante é, como vimos, promovida pelos recursos da linguagem que aduzem ao efeito de deslocação. É sobretudo um conjunto variável de verbos de movimento – partir, ir, chegar, etc. – e de advérbios temporais – depois, antes, etc. – que pauta um ritmo de viagem na escrita. Ademais, a recorrente instauração de um narrador autodiegético traz consigo outra forma de espacialização a partir do contraste entre o aqui e o distante. Os desdobramentos dessa focalização do plano diegético irão produzir, em última instância, descrições itinerantes ou mapeais, ou seja, participativas ou resultantes de esquematizações verbais cartográficas.

Com efeito, já a periplografia clássica nos indicava tendências a uma abordagem universal ou regional do espaço apreendido. Por um lado, o reporte da navegação costeira, mais interessado em medir e nomear a terra, e, por outro, as primeiras imersões exploratórias, revelando novas sensibilidades e tensões sobre a demarcação interna desse espaço. Aflora-se, nesse sentido, a arquitetura compositiva dos primeiros relatos que, ao longo do tempo, vão paulatinamente se remodelando a partir desta matriz originária: um inventário introdutório, uma trajetória toponímica com alguns dos seus percalços e, por fim, um balanço geral da expedição, sem se distanciar muito dos seus interesses militares e comerciais.

Paralelamente, a descrição do espaço urbano vai se particularizando nos modelos compositivos das narrativas de viagens. Derivada da literatura periegética, pode demonstrar como a sugestão retórica do *laudibus urbium* oferece uma escala de observação e uma distribuição de tópicos temáticos que auxiliaram continuamente a produção de tais narrativas, inclusive em suas vertentes mais deliberadamente alegóricas ou ficcionais. Ao nos debruçarmos sobre os seus avultados aspectos, podemos vislumbrar algumas das diversas raízes vocabulares científicas que enriquecem e, ao mesmo tempo, pulverizam as suas definições genológicas mais estanques.

O primeiro ramo dessa amálgama compositiva eclode dos prenúncios da geografia ou da arte topográfica. São ainda por contornos difusos essas indiciais manifestações: a silhueta de um monte, a natureza de uma planície ou as extensões aproximadas do espaço inaugural. Um passo a seguir, registra-se a cultura das águas: a possibilidade de movimento entre rios e portos, a salubridade agricultável, ou seja, a destreza do seu uso. Assim, do sítio e grandeza – expressões estas recorrentes nos relatos dos séculos XV e XVI – passamos à qualidade da terra, às dinâmicas sociais ou ao lugar propriamente dito

– cuja relação com os tratados médicos de Hipócrates pode trazer novas luzes aos modelos originários de descrição urbana⁸⁰¹.

Imbricada em uma incontida rede discursiva, a linguagem do viajante se caracterizará, desse modo, pela utilização de diferentes vocabulários especializados como recurso à representação da realidade. Por conseguinte, tal compromisso descritivo estabelece uma tensão entre a objetividade a ser retratada e as possibilidades ou limites de quem a redige. Pantaleão de Aveiro, em dada altura, opta pela transcrição da leitura de um arquiteto, já que se sente incapaz de oferecer ao seu leitor o rigor técnico requerido pela apreciação de um determinado monumento. Nas narrativas marítimas, é justamente o efeito do real causado pelo uso de expressões do universo da marinharia que nos realoca a sentir com proximidade a turbulência e a comoção posterior pela intervenção da providência divina, quando esta assim se encerra. O lugar sagrado, em última instância, é o espelho de um texto matricial.

De fato, ao observarmos, sistematizarmos e discutirmos as formas de representação do visível nas narrativas de viagens, tendo em conta uma perspectiva histórica evolutiva, podemos dimensionar também o processo formativo da escrita de viagens em Portugal. Desde os seus primeiros relatos, a experiência empírica reportada era devedora, muitas vezes, de uma retórica de impacto. O discurso descritivo se distendia da sua função meramente informativa, alcançando a eloquência de expressões acumulativas, gradativas, hiperbólicas, reparadas por aliteraões ou diversos outros recursos sonoros, visuais e sinestésicos para a potencialização de tal experiência.

Encontraremos, em paralelo, as influências de época como, por exemplo, um certo cromatismo simbólico tardo medieval ou as oscilações eufóricas e disfóricas do espaço promovidas por uma vertigem maneirista ou mesmo barroca, cuja extensão não pude analisar para além do seu mais breve alvorecer. Todavia, pelo menos até este nosso marco *ad quem*, com os olhos recuados ao passado, não seria forçoso admitir que há um modelo topofílico na base das narrativas de viagens portuguesas tributário, essencialmente, das peregrinações cristãs.

Para chegarmos a essa síntese, demonstrei ao longo desta tese certos desdobramentos fundamentais dos relatos de peregrinação, a começar pela estrutura axiológica das chamadas literaturas de visão. Das ruínas da Terra Prometida adoradas por Egéria ou Paula passamos para um metamorfoseado utopismo de outros paraísos

⁸⁰¹ Retomo especificamente o tratado de Hipócrates intitulado *Sobre as ares, as águas e os lugares*, comentado no capítulo II.

terrestres, reconstruções edênicas ou, simplesmente, a busca de um lugar sagrado que permita ao viajante a suspensão a um tempo imaculado, mítico. Assim, o espaço se confunde entre empirismo e memória. Uma memória, sobretudo, livresca, perpetuada por um conjunto de *topoi* literários que definem a sua representação idealizante.

Ao mesmo tempo, através deste nosso percurso diacrônico, vemos como esse imaginário expectante vai gradativamente se reformulando conforme a racionalização de critérios promovida por uma compreensão mais ampla do orbe terrestre. Já a alegorização de uma terra prometida segundo lemos na narrativa monástica do *Conto de Amaro*, diferentemente dos seus modelos literários prévios, projeta a exposição da sua utopia espacial dentro de uma possibilidade concreta de construção coletiva desse espaço. Assim, para além de ser oferecido como uma dádiva divina, temos uma domesticação do paraíso através do trabalho, da povoação, mais tarde adaptado à euforia do encontro de um “novo” mundo.

Analisando as consequências dessa domesticação do paraíso, é razoável observarmos como influem no horizonte de expectativas das narrativas de viagens quatrocentistas, quinhentistas ou mesmo posteriores, até quando a novidade da terra fosse revertida a um projeto de dominação colonial. Tal associação entre espaço mítico e apropriação político-cultural é mais que evidente na *Carta de Caminha*; contudo já se desvela na representação de abundância natural da Guiné de Zurara. Não obstante, incluí-se aqui o papel de uma Jerusalém primitiva na ordem de reconstrução do espaço, não apenas pela constante reivindicação da memória do seu próprio território, mas também promovido por projeções externas dessa utopia hierosolimita, como vimos, por exemplo, através do volumoso testemunho do padre jesuíta Luís Fróis sobre o Japão.

Todos são exemplos que expressam uma certa relação afetiva entre sujeito e espaço, cujos valores representativos procuram consagrar nos relatos o anseio por uma nova realidade idealizada. Decerto, muitos desses *topoi* paradisíacos são herança da mundividência da Antiguidade – como o temperamento climático, a salubridade do solo, abundâncias de metais preciosos, fontes da juventude, etc. –; porém, são profícuas as remodelações acarretadas pelo discurso das peregrinações cristãs em busca do seu lugar sagrado. Fundamentalmente, abre-se uma perspectiva de interiorização da experiência estética que, acionada pela imaginação sacramental, sugestionará uma forma de deleite sensível nessa fusão entre sujeito e espaço. Do ponto de vista estético, temos assim o prenúncio de uma fenomenologia da paisagem. Do ponto de vista axiológico, pauta-se, por sua vez, a compreensão da própria ideia de viagem.

Para além da interioridade perceptiva e valorativa consagrada pelo espírito peregrino, há, em seu polo oposto, toda uma cadeia de imagens igualmente recuperadas pelas históricas concepções materiais do lugar sagrado. No âmbito das narrativas de viagens aqui discutidas e analisadas, tanto a tradição veterotestamentária quanto o exotismo tardo medieval das lucubrações sobre o outro mundo colaboraram para incutir uma estética de profusão ornamental que ajudou a redefinir a arquitetura inventariante dos seus textos. Nesse sentido, nota-se a transposição dessa abundância verbo-visual, hipotipótica, não apenas na apreciação de igrejas e palácios, mas também em procissões, em marchas de guerra ou mesmo na figuração de determinadas personagens – lembremos, por exemplo, do Conde de Ourém ou do Samorim de Álvaro Velho.

Essencialmente, a captação da realidade pela lente conspícua das narrativas de viagens será margeada por uma fronteira muito sutil com a tangibilidade da imaginação. Das casualidades de inventário às emoções despertadas pela mais profunda experiência de viagem oferecida ao leitor, tudo desvela o impulso para controlar ou cartografar uma espécie de caos da diferença. Forçando esses limites fronteiriços, onde a expressão do indizível responde a um anseio pelo absoluto, em última instância se inaugurará o antes inimaginável, cuja melhor forma remeto à *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto.

Em suma, afastando ligeiramente os olhos para um plano geral do trabalho investigativo que aqui se encerra, sublinho um projeto concebido e contaminado pela própria matéria a qual se reporta, isto é, estruturado como uma cartografia literária. Não somente um percurso unidirecional avançado pelas vicissitudes do tempo, mas igualmente reversível, plástico, onde fosse possível suspender tal cronologia e encontrar associações enraizadas em uma mais ampla concepção sobre a natureza das narrativas de viagens.

Confrontando diferentes olhares sobre a representação da viagem através dos textos, encontramos, como vimos, semelhantes formas de textualização do movimento e da perspectiva sobre o espaço, semelhantes estratégias descritivas do mapeamento urbano e, sobretudo, semelhantes expressividades literárias que se inclinassem a dar a ver ao outro aquilo que, muitas vezes, mal poderia ser visto – diferentes mundos, paraísos terrestres, alumbramentos divinos ou apenas uma sigilosa rota comercial. Essas nervuras que dão energia a um corpo esquivo como o das narrativas de viagens, situo as suas origens nas linhas de força discursivas dos périplos e das peregrinações.

Claro está que a compreensão desses pontos nevrálgicos originários pressupõe a sua constante adaptação aos condicionantes epocais, às demandas que impulsionam o

horizonte de expectativa de cada relato e, por fim, até quando se mantêm funcionais na concepção de novas narrativas de viagens, quem sabe até a nossa contemporaneidade. Evidentemente, tais respostas exigiriam diferente carga de trabalho, mas, do que aqui fica exposto, podemos assegurar que tanto os périplos quanto as peregrinações exercem uma funcionalidade fundamental nos modelos representativos que culminam nesse, digamos, período de ouro das narrativas de viagens portuguesas em torno dos séculos XV e XVI.

Imagens

- ALEXANDER, Craig (2007). “The Bedolina Map: an Exploratory Network Analysis”. In: *Layers of Perception*. Proceedings of the 35th International Conference on Computer Applications and Quantitative Methods in Archaeology (CAA), Berlin, 2–6 April. Edited by K. Lambers and I. Herzog. Bonn: Posluschny, pp. 366-371.
- CASTI, Emanuela (2018). “Bedolina: Map or Tridimensional Model?”. In: *Cartographica: The International Journal for Geographic Information and Geovisualization*, vol. 53, nº. 1, pp. 15-35.

Fontes

- AMARO (1998). In: *Navegação de São Brandão nas fontes portuguesas medievais*. Edição crítica de Aires A. Nascimento. Lisboa: Edições Colibri.
- AVEIRO, Pantaleão de (1927). *Itinerário da Terra Santa e suas particularidades*. Revisto e prefaciado por António Baião. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- AVIENO (1992). *Orla marítima*. Introdução, versão do latim e notas de José Ribeiro Ferreira. 2ª edição. Coimbra: INIC/ Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra.
- BOCCACCIO, Giovanni (2011). “Narração dita de Giovanni Boccacio”. In: *Documentos sobre a expansão quatrocentista portuguesa*. Organização de Vitorino Magalhães Godinho. 2ª edição correcta e acrescentada. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 31-38.
- BRANDÃO (1998). In: *Navegação de São Brandão nas fontes portuguesas medievais*. Edição crítica de Aires A. Nascimento. Lisboa: Edições Colibri.
- CAMINHA, Pêro Vaz (2010). *A Carta*. Edição crítica, introdução e notas por Jaime Cortesão. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- CÍLAX (2008). “Périplo”. In: *Geógrafos griegos. Excílax de Carianda, Hannón de Cartago, Heraclides Crético, Dionisio, hijo de Califonte*. Edición de Julián Garzón Díaz. Oviedo: Krk Ediciones, pp. 109-169.
- Diário da Jornada do Conde de Ourém ao Concílio de Basileia* (2003). Apresentação e leitura de Aida Fernanda Dias. Ourém: Câmara Municipal de Ourém.
- EGÉRIA (1998). *Viagem do Ocidente à Terra Santa, no Séc. IV – Itinerarium ad loca sancta*. Edição de Alexandra B. Mariano e Aires A. Nascimento. Lisboa: Edições Colibri.
- FRÓIS, Luís (1984). *Historia de Japam*. Edição anotada por José Wicki, S. J. 5 volumes. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa.
- HANÃO (1994). *Périplo de Hanão*. Estudo introdutório, tradução do grego e notas de Victor Jabouille. Mira/ Sintra: Editorial Inquérito.
- HERÁCLIDES (2008). “Descrição da Grécia”. In: *Geógrafos griegos. Excílax de Carianda, Hannón de Cartago, Heraclides Crético, Dionisio, hijo de Califonte*. Edición de Julián Garzón Díaz. Oviedo: Krk Ediciones, pp. 200-218.
- JÉRÔME, Saint (2003). *Correspondance*, Tome V, Lettres XCVI-CIX. Texte établi et traduit par Jérôme Labourt. Paris: Les Belles Lettres.
- JERÓNIMO (1962). *Cartas de São Jerónimo*. Edición Bilingue. Introducción, versión y notas por Daniel Ruiz Bueno. Vol. 1 e 2. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos.
- JERÔNIMO (2020). “A peregrinação de Jerônimo e Paula”. Tradução de Maria Cristina da Silva Martins. In: *Translatio: Revista do Núcleo de Estudos de Tradução Olga Fedossejeva*, nº. 20. Porto Alegre, pp. 198-230.
- MARQUES, João Martins da Silva (1944). *Descobrimientos portugueses: documentos para a sua história*. Vol. I. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, pp. 77-80.
- MÜLLER, Karl (1855). “Descriptionis Graeciae”. In: *Geographi graeci minores. E codicibus recognovit prolegominis annotatione indicibus instruxit tabulis aeri incisus illustravit*. Paris: Editore Ambrosio Firmin Didot, pp. 97-110.
- PINTO, Fernão Mendes (1998). *Peregrinação*. Transcrição de Adolfo Casais Monteiro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- SHIPLEY, Graham (2011). *Pseudo-Skylax's Periplus: The Circumnavigation of the Inhabited World*. Text, Translation and Commentary by Graham Shipley. Bristol: Bristol Phoenix Press.
- VEGA, Carlos Alberto (1987). *Hagiografía y literatura. La vida de san amaro*. Madrid: El Crotalón.

- VELHO, Álvaro (1989). *Relação da Viagem de Vasco da Gama*. Introdução e notas de Luís de Albuquerque. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Vida de São Teotónio* (2013). Edição bilingue, com estudo introdutório de Aires A. Nascimento. Lisboa: Edições Colibri.
- Vida de S. Teotónio. Vitta Sancti Theotonii* (2012). Prefácio, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. 2ª edição. Coimbra: Igreja de Santa Cruz: Colégio de São Teotónio.
- ZURARA, Gomes Eanes de (1973). *Crónica de Guiné*. Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança. Barcelos: Livraria Civilização.

Bibliografia geral

- AFONSO X (1959). *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann. 3 volumes. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- AGOSTINHO (2000). *Confissões*. Tradução e notas de Arnaldo do Espírito Santo e Maria Cristina de Castro-Maia de Sousa Pimentel. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- AGUIAR, Miguel (2018). “As crónicas de Zurara: a corte, a aristocracia e a ideologia cavaleiresca em Portugal no século XV”. In: *Medievalista*, nº. 23, pp. 1-23.
- AGUILAR, Gonzalo; CÁMARA, Mario (2017). *A máquina performática: a literatura no campo experimental*. Tradução de Gênese Andrade. Rio de Janeiro: Editora Rocco.
- ALBURQUERQUE GARCÍA, Luis (2006). “Los ‘libros de viajes’ como género literário”. In: *Diez Estudios sobre Literatura de Viajes*. Edición de Manuel Lucena Giraldo y Juan Pimentel. Madrid: Instituto de la Lengua Española, pp. 67-87.
- ALBURQUERQUE GARCÍA, Luis (2011). “El ‘relato de viajes’: hitos y formas en la evolución del género”. In: *Revista de Literatura*, vol. 73, nº. 145, pp. 15-34.
- ALLAIN, Michael Louis (1977). *The Periplus of Scylax of Karyanda*. Ohio: The Ohio State University.
- ALVES, Ana Maria (1986). *As entradas régias portuguesas: uma visão de conjunto*. Lisboa: Livros Horizonte.
- ANDERSON, John (1988). “The Navigatio Brendani: a medieval best seller”. In: *The Classical Journal*, nº. 83, pp. 315-322.

- ARCOS PEREIRA, Trinidad; SANTANA SANTANA, Antonio. (2010). “El periplo de Hanón: una propuesta de interpretación”. In: *Latomus*, vol. 69, nº. 1, pp. 3-17.
- ARROYO, Leonardo (1971). *A carta de Pêro Vaz de Caminha: ensaio de informação à procura de constantes válidas de método*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Melhoramentos/ INL.
- AUGÉ, Marc (2012). *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Tradução de Maria Lúcia Pereira. 9ª edição. São Paulo: Papirus.
- AVELAR, Ana Paula Menino (2003). *Visões do Oriente: formas de sentir no Portugal de Quinhentos*. Lisboa: Edições Colibri.
- BARBETTI, Claire (2011). *Ekphrastic Medieval Visions: A New Discussion in Interarts Theory*. New York: Palgrave Macmillan.
- BARRETO, Luís Filipe (1983). *Descobrimentos e Renascimento: formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*. 2ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BARTHES, Roland (2004). “O efeito do real”. In: *O rumor da língua*. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, pp. 181-190.
- BAXANDALL, Michael (1991). *O olhar renascente: pintura e experiência social na Itália da Renascença*. Tradução de Maria Cecília Preto R. Almeida. São Paulo: Paz e Terra.
- BECKINGHAM, Charles Fraser (1979). “The Itinerário of Fr. Pantaleão de Aveiro”. In: *Biblos*, vol. 27. Coimbra: Revista da Universidade de Coimbra, pp. 161-169.
- BEDOS-REZAK, Brigitte (1994). “Civic Liturgies and Urban Records in Northern France 1100-1400”. In: *City and Spectacle in Medieval Europe*. Edited by Barbara A. Hanawalt and Kathryn L. Reyerson. Minneapolis: University of Minnesota Press, pp. 34-56.
- BENITO RUANO, Eloy (1951). “La leyenda de San Brandán”. In: *Revista de Historia de Canarias*, nº. 27, pp. 35-50.
- BERQUE, Augustin (2013). *Thinking Through Landscape*. Translated by Anne-Marie Feenberg-Dibon. New York/ London: Routledge.
- BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas (2005). “Utopia, distopia e história”. In: *Editorial da MORUS – Utopia e Renascimento*, nº. 2, pp. 4-10.
- BIANCHET, Sandra Braga; REZENDE, Antônio Martinez de (2014). *Dicionário do Latim essencial*. 2ª edição revista e ampliada. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- BÍBLIA. *Almeida Corrigida Fiel* (ACF). Acesso em «<https://www.bibliaonline.com.br>».

- BÍBLIA (2017). *Novo Testamento: Apóstolos, Epístolas, Apocalipse*. Volume II. Tradução do texto grego, apresentação e notas por Frederico Lourenço. Lisboa: Quetzal.
- BÍBLIA (2017). *Antigo Testamento: os livros proféticos*. Volume III. Tradução do texto grego, apresentação e notas por Frederico Lourenço. Lisboa: Quetzal.
- BÍBLIA (2017). *Antigo Testamento: os livros sapienciais*. Volume IV, Tomo 1. Tradução do texto grego, apresentação e notas por Frederico Lourenço. Lisboa: Quetzal.
- BLACKMORE, Josiah (2009). *Moorings: Portuguese Expansion and the Writing of Africa*. Minneapolis/ London: University of Minnesota Press.
- BLUTEAU, Raphael (1713). *Vocabulario Portuguez, e Latino*. Tomo IV. Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu.
- BONNET, Buenaventura (1943): “La expedición portuguesa a las Canarias en 1341”. In: *Revista de Historia*, nº. 9, pp. 112-133.
- BOXER, Charles Ralph (1951). *The Christian Century in Japan: 1549-1650*. Los Angeles: University of California Press.
- BOXER, Charles Ralph (1989). *O grande navio de Amacau*. Tradução de Manuel Vilarinho. 4ª edição. Lisboa: Fundação Oriente e Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau.
- BRANCHE, Jerome (2006) *Colonialism and Race in Luso-Hispanic Literature*. Columbia/ London: University of Missouri Press.
- BRANHAM, Joan (2012). “Mapping Sacrifice on Bodies and Spaces in Late-Antique Judaism and Early Christianity”. In: *Architecture of the Sacred: Space, Ritual, and Experience from Classical Greece to Byzantium*. Edited by Bonna D. Wescoat and Robert G. Ousterhout. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 201-230.
- BRAUDEL, Fernand (1987). *O mediterrâneo: o espaço e a história*. Tradução: Manuela Torres. Lisboa: Editora Teorema.
- BRAY, Dorothy Ann (1995). “Allegory in the Navigatio Sancti Brendani”. In: *Viator: Medieval and Renaissance Studies*, nº. 26, pp. 1-10
- BUESCU, Helena Carvalhão (1990). *Incidências do olhar: percepção e representação. Natureza e registo descritivo na evolução do romance romântico (Portugal, França, Inglaterra)*. Lisboa: Caminho.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1986). *Ensaio de literatura portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença.

- BURGESS, Jonathan (2019). "Travel Writing and the Ancient World". In: *Cambridge History of Travel Writing*. Edited by Nandini Das and Tim Youngs. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 19-32.
- BUTOR, Michel (1974). "Travel and Writing". In: *Mosaic: An Interdisciplinary Critical Journal*, vol. 8, nº. 1, pp. 1-16.
- CAIN, Andrew (2010) "Jerome's Epitaphium Paulae: Hagiography, Pilgrimage, and the Cult of Saint Paula". In: *Journal of Early Christian Studies*, nº. 18, pp. 105-139.
- CAMÕES, Luís de (2000). *Os Lusíadas*. Prefácio de Álvaro Júlio da Costa Pimpão; apresentação de Aníbal Pinto de Castro. 4ª edição. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros/ Instituto Camões.
- CAMPBELL, Mary Blaine (1988). *The Witness and the Other World: Exotic European Travel Writing, 400-1600*. London: Cornell University Press.
- CAMPBELL, Mary Blaine (1991). "'The Object of One's Gaze': Landscape, Writing and Early Medieval Pilgrimage". In: *Discovering New Worlds: Essays on Medieval Exploration and Imagination*. Edited by Scott Westrem. New York: Garland, pp. 3-15.
- CARDMAN, Francine (1982). "The Rhetoric of Holy Places: Palestine in the Fourth Century". In: *Studia Patristica*, nº. 18, pp. 18-26.
- CARERI, Francesco (2013). *Walkscapes: o caminhar como prática estética*. Tradução de Frederico Bonaldo. São Paulo: Editora G. Gilli.
- CAREY, Daniel (2019). "Advice on the Art Travel". In: *Cambridge History of Travel Writing*. Edited by Nandini Das and Tim Youngs. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 392-407.
- CARNEIRO, Mário Scigliano (2013). *A adaptação jesuítica no Japão do final do século XVI: entre a História de Fróis e o Cerimonial de Valignano*. Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre.
- CARVALHO, Alberto (1999). "Representação do espaço em *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto". In: *A vertigem do oriente: modalidades discursivas no encontro de culturas*. Organizado por Ana Paula Laborinho, Maria Alzira Seixo e Maria José Meira. Lisboa-Macau: Instituto Português do Oriente, Edições Cosmos, pp. 165-184.

- CARVALHO, Célia (1999). “Acerca da autobiografia na Peregrinação”. In: *O discurso literário da “Peregrinação”: aproximações*. Organização de Maria Alzira Seixo e Christine Zurbach. Lisboa: Cosmos, pp. 27-60.
- CARVALHO, Joaquim Barradas de (1953). "A Mentalidade, o Tempo e os Grupos Sociais". In: *Revista de História*, vol. 4. São Paulo: Universidade de São Paulo, pp. 37-68.
- CASEAU, Béatrice (2001). “Sacred Landscapes”. In: *Interpreting Late Antiquity: Essays on the Postclassical World*. Edited by Glenn Bowersock, Peter Brown and Oleg Grabar. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, pp. 21-59.
- CASSON, Lionel (1994). *Travel in the Ancient World*. Second Edition. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press.
- CASTANHEDA, Fernão Lopes de (1979). *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*. Livros I, II, III e IV. Vols. 1 e 2. Introdução e revisão M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão Editores.
- CASTEL-BRANCO, Cristina; CARVALHO, Guida (2020). *Luis Frois: First Western Accounts of Japan's Gardens, Cities and Landscapes*. Singapore: Springer Nature.
- CASTRO, Aníbal Pinto de (1984). “Introdução”. In: *Peregrinação de Fernão Mendes Pinto e itinerário de António Tenreiro tratado das cousas da China conquista do reino de Pegu*. Porto: Lello e Irmão Editores, pp. 5-70.
- CASTRO, João de (1940). *Tratado da Sphera, da geografia, notação famosa, informação sobre Maluco*. Prefácio e notas por A. Fontoura da Costa. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- CASTRO, José Ariel (2001). “Carta de Caminha, expedição de Cabral”. In: *Revista da Escola Superior de Guerra*, nº. 40, pp. 64-91.
- CASTRO, Silvio (1985). *A carta de Pêro Vaz de Caminha. O descobrimento do Brasil*. Introdução, atualização e notas de Silvio Castro. São Paulo: LP&M.
- CATZ, Rebecca (1981). *Fernão Mendes Pinto: Sátira e anti-cruzada na Peregrinação*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- CERTEAU, Michel de (1984) *The Practice of Everyday Life*. Berkeley: University of California Press.
- CHANIOTIS, Angelos (2009). “Travelling Memories in the Hellenistic World”. In: *Wandering Poets in Ancient Greek Culture: Travel, Locality and Pan-hellenism*. Edited by Richard Hunter and Ian Rutherford. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 249-269.

- CHAUÍ, Marilena (2008). “Notas sobre utopia”. In: *Ciência e cultura*, vol. 60, nº. 1, pp. 7-12.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain (1994). *Dicionário de símbolos*. Tradução de Cristina Rodriguez e Artur Guerra. Lisboa: Editorial Teorema.
- CIANCA, Jenn (2019). “Written by the Body: Early Christian Pilgrims as Sacred Placemakers”. In: *International Journal of Religious Tourism and Pilgrimage*, nº. 7, pp. 11-21.
- COLBERT, Benjamin (2020). “Description”. In: *The Routledge Research Companion to Travel Writing*. Edited by Alaisdar Pettinger and Tim Youngs. New York/ Oxon: Routledge, pp. 166-178.
- COLLOT, Michel (2013). *Poética e filosofia da paisagem*. Tradução de Ida Alves Ferreira. Rio de Janeiro: Ed. Oficina Raquel.
- CORBELLA, Dolores (1991). “«El viaje de San Brandán» una aventura de iniciación”. In: *Filología Românica*, nº. 8. Madrid: Editorial Universidad Complutense, pp. 133-147.
- CORTESÃO, Jaime (1965). “Fernão Mendes Pinto e o humanismo crítico”. In: *O humanismo universalista dos portugueses. A síntese histórica e literária*. Lisboa: Editora Portugália, pp. 119-192.
- CORTESÃO, Jaime (2016). *Os descobrimentos portugueses*. Lisboa: Alêtheia/ Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- COSTA, João Paulo Oliveira e (1993). *Portugal e o Japão: o século Namban*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- COSTA, João Paulo Oliveira e (1999). *O Japão e o Cristianismo no século XVI. Ensaios de história luso-nipónica*. Lisboa: Sociedade histórica da Independência de Portugal.
- COUTINHO, Jorge (2016). *Elementos de História da Filosofia Medieval*. Organização, introdução e revisão Álvaro Balsas, S.J. Braga: Axioma – Publicações da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa.
- CRAIG, Leigh Ann (2009). *Wandering Women and Holy Matrons: Women as Pilgrims in the Later Middle Ages*. Leiden/ Boston: Brill.
- Crónica Geral de Espanha de 1344* (2009). Edição crítica do texto português por Luís Filipe Lindley Cintra. Vol. II. 2ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- CRUZ, António (1984). “D. Teotónio, prior de Santa Cruz. O primeiro cruzado e primeiro santo de Portugal”. In: *Santa Cruz de Coimbra do século XI ao século XX – Estudos no IX centenário do nascimento de São Teotónio, 1082-1982*. Coimbra, pp. 21-57.

- CURTIUS, Ernst Robert (1995). *Literatura europea y Edad Media Latina*. Traducción de Margit Frenk Alatorre y Antonio Alatorre. Vols. I y II. Madrid: Fondo de Cultura Económica.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix (1997). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. 5 volumes. Coordenação da tradução Ana Lúcia de Oliveira. São Paulo: Editora 34.
- DELUMEAU, Jean (1994). *Uma história do paraíso: o jardim das delícias*. Tradução de Teresa Perez. Lisboa: Terramar.
- DELUMEAU, Jean (2009). *História do medo no ocidente: 1300-1800. Uma cidade sitiada*. Tradução: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia de Bolso.
- DEMERLIAC, Jean-Gabriel; MEIRAT, Jean (1983). *Hannon et l'empire punique*. Paris: Les Belles Lettres.
- DIAS, Aida Fernanda (2004). “O Diário da Jornada do Conde de Ourém ao Concílio de Basileia”. In: *Livro de Actas: D. Afonso, 4º Conde de Ourém e sua época*. Coordenação Carlos Ascenso André. Ourém: Câmara Municipal de Ourém, pp. 269-278.
- DIETZ, Maribel (2005). *Wandering Monks, Virgins, and Pilgrims: Ascetic Travel in the Mediterranean World, a.d.300–800*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press.
- DUBOIS, Claude-Gilbert (1995). *O imaginário da Renascença*. Tradução Sérgio Bath. Brasília: Editora UNB.
- DUBY, Georges (1979). *O tempo das catedrais: a arte e a sociedade 980-1420*. Tradução: José Saramago. Lisboa: Editorial Estampa.
- DUMVILLE, David (1976). “*Echtrae and Immram: Some Problems of Definition*”. In: *Ériu*, nº. 27, pp. 73-94.
- ESCRIBANO COBO, Gabriel e MEDEROS MARTÍN, Alfredo (2000). “El periplo norteafriano de Hannón y la rivalidad gaditano-cartaginesa de los siglos IV-III a.C.”. In: *Gerión*, n. 18. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, pp. 77-107.
- EUSEBIUS (1999). *Life of Constantine*. Translated with Introduction and Commentary by Averil Cameron and Stuart G. Hall. Oxford: Clarendon Press.
- FARELO, Mário (2019). “Entre o porto e a Sé. A presença italiana em Lisboa (séculos XIII-XV)”. In: *Culturas e dinâmicas nos portos de Itália e Portugal (sécs. XV – XVI)*. Coordenação de Nunziatella Alessandrini, Mariagrazia Russo e Gaetano Sabatini. Lisboa: CHAM, Centro de Humanidades da Universidade NOVA de Lisboa/ Universidade dos Açores, pp. 11-32.

- FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe (1987). *Before Columbus: Exploration and Colonization from the Mediterranean to the Atlantic: 1229-1492*. Pennsylvania: University of Pennsylvania.
- FIGUEIREDO, Albano António Cabral (2005a). *A crónica medieval portuguesa. Génesis e evolução de um género (sécs. XIV-XV): a dimensão estética e a expressividade literária*. Tese de doutoramento. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- FIGUEIREDO, Albano António Cabral (2005b) “Viagem, cavalaria e conquista na *Crónica de Guiné* de Gomes Eanes de Zurara”. In: *Modelo: Actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, pp. 25-33.
- FONSECA, Luís Adão da (1995). “The Discovery of Atlantic Space”. In: *Portugal the Pathfinder: Journeys from the Medieval Toward the Modern World 1300-ca. 1600*. By George D. Winius. Madison: Hispanic Seminary of Medieval Studies, pp. 5-18.
- FONSECA, Luís Adão da (1998). *Vasco da Gama: o homem, a viagem, a época*. Lisboa: Comissariado da Exposição Mundial de Lisboa de 1998.
- FONSECA, Luís Adão da (2004). “D. Afonso, Conde de Ourém, político e diplomata”. In: *Livro de Actas: D. Afonso, 4º Conde de Ourém e sua época*. Coordenação Carlos Ascenso André. Ourém: Câmara Municipal de Ourém, pp. 251-268.
- FONSECA, Luís Adão da (2009). ”Portugal e o Mediterrâneo, entre Castela e Marrocos: a formação da fronteira marítima nos séculos XIV-XV e a noção de espaço político descontínuo”. In: *Revista População e Sociedade*, nº. 17. Lisboa: Edições Afrontamento, pp. 45-60.
- FOUTO, Catarina (2014). “Revisiting Baroque Poetics in Fernão Mendes Pinto’s Peregrinação: The Hermeneutics of Worldview”. In: *Ellipsis*, nº. 12. American Portuguese Studies Association, pp. 65-89.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário (2012). “O Conto de Amaro, uma utopia medieval?”. In: *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº. 12, pp. 25-54.
- FRANK, Georgia (2000). *The Memory of the Eyes: Pilgrims to Living Saints in Christian Late Antiquity*. Berkeley: University of California Press.
- FRANZOI, Alessandro (2001). “L’epistola a Flaviano: un saggio di tecnica compositiva di Avieno ‘minore’”. In: *Lexis: poética, retórica e comunicaciones nella tradizione classica*, nº. 19. Venezia, pp. 289-300.
- FREIRE, José Geraldes (1984). "Problemas literários da Vita Sancti Theotonii". In: *Santa Cruz de Coimbra do século XI ao século XX: estudos no IX centenário do nascimento de S. Teotónio 1082-1982*. Coimbra: Comissão Executiva do IX Centenário do

- Nascimento de S. Teotónio, pp. 85-117.
- FRÓIS, Luís (2019). *Tratado das contradições e diferenças de costumes entre a Europa e o Japão*. Edição de texto e introdução Rui Manuel Loureiro. Lisboa: Livros de Bordo.
- FUENTES, Marcelo E. (2018). “*Crespo e Nuú e Negro: Gomes Eanes de Zurara and the Racialization of Non-Christians by Portuguese Authors*”. In: *Essays in Medieval Studies*, nº. 34. Virginia: West Virginia University Press, pp. 17-38.
- GARCIA, José Manuel (2015). *A descoberta do Brasil por Pedro Álvares Cabral: 600 anos da expansão portuguesa*. Lisboa: Coleção editada pelo jornal Público.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (1996). *Los viajeros medievales*. Madrid: Santillana.
- GARCÍA GARCÍA, Alice; TEJERA GASPAS, Antonio (2014). “La primera imagen de las Islas Canarias en la *Naturalis Historia* de Plinio el viejo”. In: *Revista Fortvnatae*, nº. 25. Laguna: Universidad de La Laguna, pp. 157-167.
- GARIN, Eugenio (1989). *Idade Média e Renascimento*. Tradução: Isabel Teresa Santos, Hossein Seddighzadeh Shooja. Lisboa: Editorial Estampa.
- GERMAIN, Gabriel (1957). “Qu’est-ce que le périple d’Hannon? Document, amplification littéraire ou faux integral?”. In: *Hespéris*, nº. 44, pp. 205-248.
- GODINHO, Vitorino de Magalhães (1990). *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar: séculos XIII-XVIII*. Lisboa: Difel.
- GÓMEZ ESPELOSÍN, Francisco Xavier (1996). “Relatos de viajes en Grecia”. In: *Indagación: revista de historia y arte*, nº. 2, pp. 15-34.
- GONZALBEZ CRAVIOTO, Enrique (2014). “En torno a la transmisión antigua del Periplo de Hannon”. In: *Anuario de Estudios Atlánticos*, nº. 60, enero-diciembre. Gran Canaria: Cabildo de Gran Canaria, pp. 489-513.
- GONZÁLEZ PONCE, Francisco (1992). “El principio unidireccional en el «periplo» de Avieno y sus repercusiones en la crítica textual”. In: *Anuário de estudos filológicos*, nº. 15. Cáceres: Universidad de Extremadura, pp. 125-134.
- GONZÁLEZ PONCE, Francisco (2008). *Periplógrafos griegos I. Épocas Arcaica y Clásica 1: Periplo de Hanón y autores de los siglos VI y V a.C.* Zaragoza: Pressas Universitarias de Zaragoza.
- GRAÇA, Luís (1983) *A visão do oriente na literatura portuguesa de viagens: os viajantes portugueses e os itinerários terrestres (1560-1670)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- GRAN AYMERICH, Juan (1979). “Prospeções archéologiques au Sahara atlantique”. In: *Antiquités Africaines*, nº. 13. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, pp. 7-22.
- GREIMAS, Algirdas Julien (1981). *Semiótica e Ciências Sociais*. Tradução de Álvaro Lorencini e Sandra Nitrini. São Paulo: Cutrix.
- GUERREIRO, Manuel Viegas (1992). *A carta de Pero Vaz de Caminha lida por um etnógrafo*. Lisboa: Edições Cosmos.
- GUREVITCH, Aron (1991). *As categorias da cultura medieval*. Tradução de João Gouveia Monteiro. Lisboa: Caminho.
- HALM, Carolus (1817). *Rhetores latini minores: ex codicibus maximam partem primum adhibitis*. Leipzig: B. G. Teubneri.
- HAMON, Philippe (1981). “Rhetorical Status of the Descriptive”. In: *Yale French Studies*, nº. 61. Yale: Yale University Press, pp. 1-26.
- HANSEN, João Adolfo (2006). “Categorias epidícticas da ekphrasis”. In: *Revista da USP*, nº. 71. São Paulo: Universidade de São Paulo, pp. 85-105.
- HATTORI, Paula Hoyos (2017). “La escritura de epístolas y su uso como fuentes documentales en la Historia de Japam (1585-1593) del jesuita Luís Fróis: análisis comparativo de un episodio”. In: *Revista Histórica*, vol. 41, nº. 1, pp. 43-79.
- HEFFERNAN, James (1991). “Ekphrasis and Representation”. In: *New Literary History*, vol. 22, nº. 2. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, pp. 297-316.
- HERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Fremiot (1992). “Algunas diferencias entre la *Vita Sancti Brendani* y la *Navigatio Sancti Brendani*”. In: *Fortunatae: Revista Canaria de Filología, Cultura y Humanidades Clásicas*, nº. 3, pp. 287-304.
- HERÓDOTO (2000). *Historias*. Introdução, versão do grego e notas de Maria de Fátima Silva e Cristina Abranches Guerreiro. Lisboa: Edições 70.
- HERÓDOTO (2019). *Historia*. Tradução de J. Brito Broca. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- HIPÓCRATES (1997). “Sobre los aires, aguas y lugares”. In: *Tratado hipocráticos*. Traducción, introducciones y notas por Juan Antonio López Férez. Madrid: Gredos, pp. 23-42.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1969). *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Segunda edição revista e ampliada. São Paulo: EDUSP.

- HORTA, José da Silva (1991). “Primeiros olhares sobre o Africano do Sara Ocidental à Serra Leoa (meados do século XV – inícios do século XVI)”. In: *O confronto do olhar: o encontro dos povos na época das navegações portuguesas (séculos XV e XVI)*. Organização de Luís de Albuquerque, António Luís Ferronha, José da Silva Horta e Rui Manuel Loureiro. Lisboa: Caminho, pp. 73-129.
- HUNT, Edward (1997). “Constantine and Jerusalem”. In: *The Journal of Ecclesiastical History*, n.º. 48, pp. 405-424.
- HUNTER, Richard; RUTHERFORD, Ian (2009). “Introduction”. In: *Wandering Poets in Ancient Greek Culture: Travel, Locality and Pan-hellenism*. Edited by Richard Hunter and Ian Rutherford. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 1-22.
- ISIDORO DE SEVILLA (1951). *Etimologías*. Versión castellana de Luís Cortés y Góngora. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos.
- JACOB, Christian (1991). “Aux confins de l'humanité: peuples et paysages africains dans le Périple d'Hannon”. In: *Cahiers d'Études Africaines*, vols. 121-122, n.º. 31, pp. 9-27.
- JANZEN, Waldemar (1973). “Geography of Faith: Christian Perspective on the Meaning Places”. In: *Studies in Religion*, n. 3, pp. 166-182.
- JESCHKE, Marlin (2005). *Rethinking Holy Land: A Study in Salvation Geography*. Pennsylvania: Herald Press.
- KAASA, Jenicke Stensvaag (2019). “Travel and Fiction”. In: *Cambridge History of Travel Writing*. Edited by Nandini Das and Tim Youngs. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 474-487.
- KINKADE, Richard P. (1974). “La evidencia para los antiguos inmigrantes irlandeses en la literatura medieval española”. In: *Actas del Quinto Congreso Internacional de Hispanistas*. Bordeaux: Université de Bordeaux, pp. 511-525.
- KLOB, Otto (1901). “A Vida de Sancto Amaro: texto português do XIV^e siècle”. In: *Romania*, vol. 30, n.º. 120, pp. 504-518.
- KOPKE, Diogo; PAIVA, António da Costa (1838). *Roteiro da viagem que em descobrimento da índia pelo cabo da Boa Esperança fez dom Vasco da Gama em 1497*. Porto: Typographia Commercial Portuense.
- KUEHN, Julia; SMETHURST, Paul (2015). *New Directions in Travel Writing Studies*. New York: Palgrave Macmillan.
- LANCIANI, Giulia (1997). *Sucessos e naufrágios das naus portuguesas*. Lisboa: Caminho.

- LE BOZEC, Yves (2002). “L'hypotypose: un essai de définition formelle”. In: *L'Information Grammaticale*, nº. 92, pp. 3-7.
- LE GOFF, Jacques (2010). *O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente medieval*. Tradução de António José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70.
- LENOBLE, Robert (1990). *História da ideia de natureza*. Tradução: Teresa Louro Pérez. Lisboa: Edições 70.
- Liddell, Scott, Jones *Ancient Greek Lexicon (LSJ)*. Acesso em: «<https://lsj.gr/wiki>».
- LIMOR, Ora (2006). “‘Holy Journey’: Pilgrimage and Christian Sacred Landscape”. In: *Christians and Christianity in the Holy Land: From the Origins to the Latin Kingdoms*. Edited by Ora Limor and Guy G. Stroumsa. Turnhout: Brepols, pp. 321-354.
- LJUNGBERG, Christina (2017). “Reading as Mapping”. In: *The Routledge Handbook of Literature and Space*. Edited by Robert T. Tally Jr. New York/ London: Routledge, pp. 95-105.
- LOCKER, Martin (2018). “The Secret Language of Movement: Interior Encounters with Space and Transition During Medieval Pilgrimage”. In: *Place and Space in the Medieval World*. Edited by Meg Boulton, Jane Hawkes and Heidi Stoner. New York/ Oxon: Routledge, pp. 1-11.
- LÓPEZ ESTRADA, Francisco (1984). “Procedimientos narrativos en la Embajada a Tamorlán”. In: *El Crotalón: Anuario de Filología Española*, nº. 1. Madrid.
- LOTMAN, Yuri (1982). *Estructura del texto artístico*. Tradução de Victoriano Imbert. Madrid: Ediciones Istmo.
- LOYOLA, Ignacio (1963). *Obras completas de San Ignacio de Loyola*. Transcripción, introducciones y notas de Ignacio Iparraguirre, S. I. Segunda edición, notablemente corregida y aumentada. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos.
- LUCAS, Maria Clara de Almeida (1986). *A literatura visionária na Idade Média portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- MACCORMACK, Sabine (1990). “*Loca Sancta*: The Organization of Sacred Topography in Late Antiquity”. In: *The Blessings of Pilgrimage*. Edited by Robert Ousterhout. Urbana: University of Illinois Press, pp. 7-40.
- MACHADO, Ana Maria (2010). “A coloração hagiográfica: entre a luz e a escuridão”. In: *Cores. Actas do VII Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*. Organizado por Isabel de Barros Dias e Carlos F. Clamote Carreto, pp. 57-68.

- MACKLEY, Jude (2008). *The Legend of St Brendan: A Comparative Study of the Latin and Anglo-Norman Versions*. Leiden/ Boston: Brill.
- MARAVAL, Pierre; DÍAZ Y DÍAZ, Manuel Cecilio (1982). “Égérie”. In: *Journal de Voyage (Itinéraire) et Lettre sur la B. Égérie*. Paris: Les Belles Lettres.
- MARQUES, António H. Oliveira (1981). *A sociedade medieval portuguesa: aspectos da vida cotidiana*. 4ª edição. Lisboa: Sá da Costa.
- MARQUES, José (2001). “Peregrinos e peregrinações medievais do ocidente peninsular nos caminhos da Terra Santa”. In: *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*. Vol. II. Porto: Faculdade de Letras do Porto, pp. 101-122.
- MARTÍN FERREIRA, Ana Isabel (2006). “Mitos y leyendas de la literatura greco-latina sobre viajes: a propósito de la *Navigatio Sancti Brendani Abbatis*”. In: *Cuadernos del Cemyr*, nº. 14, pp. 11-36.
- MARTÍNEZ, Marcos (2001). “Boccaccio y su entorno en relación com las islas canarias”. In: *Cuadernos de Filología Italiana*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, pp. 95-118.
- MARTÍNEZ LORCA, Andrés (2015). *Filosofía Medieval. De al-Farabi a Ockham*. Madrid: El País.
- MARTINS, Mário (1951). *Peregrinações e livros de milagres na nossa Idade Média*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- MARTINS, Paulo (2016). “Uma visão periegemática sobre a écfrase”. In: *Clássica. Revista Brasileira de Estudos Clássicos*, vol. 29, nº. 2, pp. 163-204.
- MARTINS, Rui Cunha (1998). “Das fronteiras medievais às fronteiras historiográficas: liminaridade; transgressão; obesidade”. In: *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 38, nºs. 3-4. Porto, pp. 145-160.
- MATIJAŠIC, Ivan (2016). “Scylax of Caryanda, Pseudo-Scylax, and the Paris Periplus: reconsidering the ancient tradition of geographical text”. In: *Mare Nostrum: estudos sobre o mediterrâneo antigo*, nº. 7. São Paulo: EDUSP, pp. 1-19.
- MATTHEWS, John (1967). “Continuity in a roman family; the Rufii Festi of Volsinii”. In: *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, nº. 16, September. Stuttgart: Franz Steiner, pp. 484-509.
- MAZZI, Maria Serena (2018). *Los viajeros medievales*. Traducción de Francisco Campillo García. Madrid: Machado.

- MCINERNEY, Jeremy (2012). “Heraclides Criticus and the Problem of Taste”. In: *Aesthetic Value in Classical Antiquity*. Edited by Ineke Sluiter and Ralph M. Rosen. Leiden/ Boston: Brill, pp. 243-264.
- MEJÍA RUIZ, Carmen (1998). “El libro del Infante don Pedro de Portugal: estudio crítico y problemas de transmisión”. In: *Revista de Filología Románica*, n.º. 15. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, pp. 215-232.
- MENDES, Paula Almeida (2019). “‘Viagens do corpo’ e ‘viagens da alma’ à luz da literatura de espiritualidade em Portugal (séculos XVI-XVIII)”. In: *Via Spiritus*, n.º. 26, pp. 51-82.
- MONTEIRO, João Gouveia (1988). “A literatura dos príncipes de Avis”. In: *Revista Vértice*, n.º. 5, pp. 89-104.
- MONTEIRO, João Gouveia (2004). “Granada ou Marrocos? O 4.º Conde de Ourém e as opções expansionistas da nobreza de Quatrocentos, no contexto da arte militar da sua época”. In: *Livro de Actas: D. Afonso, 4.º Conde de Ourém e sua época*. Coordenação Carlos Ascenso André. Ourém: Câmara Municipal de Ourém, pp. 23-51.
- MORINIS, Alan (1992). “Introduction: The Territory of the Anthropology of Pilgrimage”. In: *Sacred Journeys: The Anthropology of Pilgrimage*. Edited by Alan Morinis. Westport: Greenwood Press, pp 1-30.
- NAHON, Gérard (2011). “Saudade: Portuguese Testimony to Jewish Nostalgia in Jerusalem and the Galilee in the Sixteenth Century”. In: *Hispania Judaica Bulletin*, n.º. 8, pp. 125-147.
- NELLES, Paul (2014). “Chancillería en colegio: la producción y circulación de papeles jesuitas en el siglo XVI”. Traducción del inglês de Saúl Martínez Bermejo. In: *Cuadernos de Historia Moderna*, Anejo XIII, pp. 49-70.
- PALOMO, Federico (2005). “Corregir letras para unir espíritus. Los jesuitas y las cartas edificantes en el Portugal del siglo XVI”. In: *Cuadernos de Historia Moderna*, Anejo IV, pp. 57-81.
- PALOMO, Federico (2015). “António Francisco Cardim, la misión del Japón y la representación del martirio en el mundo portugués altomoderno”. In: *Revista Histórica*, vol. 39, n.º. 1, pp. 7-40.
- PANOFSKY, Erwin (2013). *Idea: contribuição à história do conceito da antiga teoria da arte*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes.
- PATH, Howard Rollin (1950). *The Other World: According to Descriptions in Medieval Literature*. Cambridge/ Massachusetts: Harvard University Press.

- PEARSON, Michael N. (2010). “Mercados e comunidades mercantis no oceano índico: situar os portugueses”. In: *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Direção de Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto. Tradução de Miguel Mata. Lisboa: Edições 70, pp. 93-114.
- PELLEGRINI, Sandro (1998). “Nuevos documentos sobre Nicolo da Recco, un genovês en Canarias”. In: *XII Coloquio de Historia Canario-Americana*. Gran Canaria: Cabildo Insular de Gran Canaria, pp. 544-558.
- PEÑATE RIVERO, Julio (2015). “La poética del relato de viaje entre la Edad Media y el siglo XXI”. In: *Letras*, vol. 1, nº. 71, pp. 41-62.
- PEREIRA, Duarte Pacheco (1988). *Esmeraldo de situ orbis*. Introdução e anotações históricas por Damião Peres. 3ª edição. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- PÉREZ PRIEGO, Miguel Ángel (1984). “Estudio literario de los libros de viajes medievales”. In: *Revista EPOS*, nº. 1. Madrid: UNED, pp. 217-239.
- PERRIN, Éric (1994). “Héracléidès le Crétois à Athènes: les plaisirs du tourisme culturel”. In: *Revue des Études Grecques*, vol. 107, fascicule 509-510, Janvier-juin, pp. 192-202.
- PERRONE, Lorenzo (2006). “‘Rejoice Sion, Mother of All Churches’: Christianity in the Holy Land during the Byzantine Era”. In: *Christians and Christianity in the Holy Land: From the Origins to the Latin Kingdoms*. Edited by Ora Limor and Guy G. Stroumsa. Turnhout: Brepols, pp. 141-174.
- PICCHIO, Luciana Stegagno (1999). *Mar aberto: viagens dos portugueses*. Lisboa: Caminho.
- PIMPÃO, Álvaro Júlio da Costa (1926). “A ‘Crónica da Guiné’ de Gomes Eanes de Zurara”. In: *Biblos*, vol. 2. Coimbra: Revista da Universidade de Coimbra.
- PIMPÃO, Álvaro Júlio da Costa (1942). *Crónica dos Feitos de Guiné*. Prefácio, seleção e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- PIMPÃO, Álvaro da Costa (1947). “Resenha crítica de «Descobrimento do Japão pelos portugueses no ano de 1543, de Georg Schurhammer»”. In: *Biblos*, vol. 27. Coimbra: Revista da Universidade de Coimbra, pp. 594-597.
- PINA, Rui de (1977). *Crónicas de Rui de Pina*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão.
- PINTO-CORREIA, João David (1999). “A construção do colectivo na Peregrinação: percursos e significados”. In: *O discurso literário da “Peregrinação”: aproximações*.

- Organização de Maria Alzira Seixo e Christine Zurbach. Lisboa: Cosmos, pp. 169-188.
- PIRES, Tomé (2017). *Suma Oriental*. Edição de Rui Manuel Loureiro. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, Fundação Jorge Álvares.
- POLANCO, Juan (1964). “Reglas que deuen obseruar acerca del escribir los de la Compañía que están esparzidos fuera de Roma”. In: *Monumenta Ignatiana*. Tomus I. Volumen 22. Romae, pp 542-549.
- POLO, Marco (1922). *Marco Paulo: conforme a impressão de Valentim Fernandes, feita em Lisboa em 1502*. Introdução e índices por Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional.
- POPEANGA, Eugenia (1991). “El viaje iniciático. Las peregrinaciones, itinerarios, guías y relatos”. In: *Filología Románica*, nº. 27. Madrid: Ed. Universidad Complutense, pp. 27-37.
- PRADO, João Fernando de Almeida (1965). *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Estudo crítico de J. F. de Almeida Prado, texto e glossário de Maria Beatriz Nizza da Silva. Rio de Janeiro: Agir.
- PRETZLER, Maria (2009). “Travel and Travel Writing”. In: *The Oxford Handbook of Hellenic Studies*. Edited by Georges Boys-Stones, Barbara Graziosi and Phiroze Vasunia. Oxford: Oxford Press, pp. 352-363.
- PUGA, Rogério Miguel (2012). “‘Amansar’ o selvagem edénico: a retórica do achamento do Brasil na Carta de Pêro Vaz de Caminha”. In: *Romance Studies*, vol. 30, nº. 2, pp. 75-84.
- PULLAN, Wendy (2005). “‘Intermingled Until the End of Time’: Ambiguity as a Central Condition of Early Christian Pilgrimage”. In: *Pilgrimage in Graeco-Roman & Early Christian Antiquity: Seeing the Gods*. Edited by Jaś Elsner and Ian Rutherford. Oxford: Oxford University Press, pp. 387-410.
- QUARTAPELLE, Alberto (2018). “El «loco vuelo» de los hermanos Vivaldi en 1291”. In: *Revista de Historia Canaria*, n. 200. Tenerife: Universidad de la Laguna, pp. 227-249.
- QUINTILIANO, Marco (2013) *Institutio oratoria*. Introdução e tradução de Rosalina Pires Galego Marques. Lisboa: Traduvários.
- RAMOS, António Mendes (2011). *A Peregrinação e a peregrinação de Fernão Mendes Pinto*. Olhão: Gente Singular Editora.

- RAMOS, Manuel João (1997). *Ensaio de mitologia cristã: o Preste João e a reversibilidade simbólica*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- RASCHIERI, Amedeo (2007). “Da Avieno a Rutilio Namaziano: spettatori e poeti del mondo tardo-antico”. In: *Cahiers du Centre Gustave Glotz*, nº. 18. Liège: Éditions de Bocard, pp. 389-402.
- RIBEIRO, Maria Aparecida (2004). *A carta de Caminha e seus ecos: estudo e antologia*. Coimbra: Angelus Novus.
- RODOLPHO, Melina (2010). *Écfrase e evidência nas letras latinas: doutrina e práxis*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- RODRIGUES, Manuel Augusto (1971). “Aspectos da presença árabe no «itinerário da terra santa» de fr. Pantaleão de Aveiro”. In: *Separata das Actas do IV Congresso de Estudos Árabes e Islâmicos*. Leiden: Brill, pp. 3-49.
- RODRÍGUEZ WITTMANN, Kevin (2018). “Las Islas Afortunadas como frontera hacia lo desconocido. Un estudio desde la cartografía medieval”. In: *Revista Vegueta*, nº. 18. Las Palmas: Universidad de las Palmas de Gran Canaria, pp. 233-255.
- RYAN, Marie-Laure (2012). “Space”. In: *The Living Handbook of Narratology*. Edited by Peter Hülm et al. Hamburg: University of Hamburg. Acesso em: <<http://ihn.sub.uni-hamburg.de/index.php/Space.html>>.
- RYAN, Marie-Laure (2016). *Narrating Space/ Spatializing Narrative: Where Narrative Theory and Geography Meet*. Columbus: The Ohio State University Press.
- SAID, Edward (2008). *Orientalismo*. Traducción de María Luisa Fuentes. Barcelona: Debolsillo.
- SANTO, Arnaldo Espírito (2017). “Imagens do Oriente na *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto”. In: *Peregrinação, 1614*. Organização de Isabel Almeida. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, pp. 191-202.
- SANTOS, João Marinho dos (1996). *Os portugueses em viagem pelo mundo: representações quinhentistas de cidades e vilas*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- SANTOS, Zulmira (2017). “Escrita pelo mesmo Fernão Mendes Pinto”. In: *Peregrinação, 1614*. Organização de Isabel Almeida. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, pp. 253-276.

- SARAIVA, António José (1958). *Fernão Mendes Pinto*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- SARAIVA, António José (1961). “Fernão Mendes Pinto ou a sátira picaresca da ideologia senhorial”. In: *Jornal do Foro*, vol. 3. Lisboa: Separata da História da Cultura em Portugal.
- SCARLATTI, Lita (1980). *Os homens de Alfarrobeira*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- SCHAFFER, Martha (2015). “Na update and a new perspective on *Diario da Jornada do Conde de Ourem*”. In: *EHumanista*, nº. 31. Santa Barbara: University of California, pp. 171-232.
- SCHMITT, Jean-Claude (2006). “‘De l'espace aux lieux’: les images médiévales”. In: *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public*, 37^e congrès. Mulhouse, pp. 317-334.
- SEABRA, José Augusto (2000). “Descoberta do Outro na carta de Pêro Vaz de Caminha”. In: *Camões: revista de letras e culturas lusófonas*, nº. 8, pp. 63-71.
- SEBASTIÁN YARZA, Florencio (1945). *Diccionario Griego-Español*. Barcelona: Editorial Ramon Sopena.
- SEIXO, Maria Alzira (1991). “Sinais de terra: o texto e o mundo”. In: *Mare Liberum*, nº. 2, pp. 121-130.
- SEIXO, Maria Alzira (1998). *Poéticas da viagem na literatura*. Lisboa: Edições Cosmos.
- SELTER, Bert (2010). “Through the Looking Glass of Memory: Reading Avienus”. In: *Quaderni Urbinati di Cultura Classica*, vol. 95, nº. 2, pp. 113-130.
- SÉNAC, René (1966). “Le périple du Carthaginois Hannon”. In: *Bulletin de l'Association Guillaume Budé: Lettres d'humanité*, nº. 25, pp. 510-538.
- SERRA RÀFOLS, Elías (1961): “Lancelotto Malocello en las Islas Canarias”. In: *Congreso Internacional de História dos Descobrimientos*. Lisboa, pp. 1-14.
- SERRÃO, Vítor (2017). “Arte e peregrinação na diáspora portuguesa no tempo de Mendes Pinto”. In: *Peregrinaçam, 1614*. Organização de Isabel Almeida. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, pp. 131-180.
- SEVERIN, Tim (1978). *The Brendan Voyage: A Leather Boat Tracks the Discovery of America by the Irish Sailor Saints*. New York: McGraw-Hill Book Company.
- SCHURHAMMER, Georg (1946). “Descobrimento do Japão pelos portugueses no ano de 1543”. In: *Anais da Academia Portuguesa de História*, série 2, volume 1. Lisboa.

- SILVA, Inocêncio Francisco da (1862) *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Tomo VI. Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 336-337.
- SILVA, Manuela Santos (2018). *A rainha inglesa de Portugal: Filipa de Lencastre*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- SIMMEL, Georg (2013). *Filosofía del paisaje*. Versión de Mathias Andlauer. Madrid: Casimiro Libros.
- SIVAN, Hagith (1988). “Who was Egeria? Piety and Pilgrimage in the Age of Gratian”. In: *Harvard Theological Review*, n.º. 81, pp. 59-72.
- SMITH, Catherine Delano (1982). “The Emergence of ‘Maps’ in European Rock Art: A Prehistoric Preoccupation with Place”. In: *Imago Mundi: The International Journal for the History of Cartography*, n.º. 34, pp. 9-25.
- SMITH, Jonathan (1987). *To Take Place: Towards Theory in Ritual*. Chicago: The University of Chicago Press.
- SOBRAL, Cristina (2005). “O modelo discursivo hagiográfico”. In: *Modelo. Actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*. Organização de Ana Sofia Laranjinha e José Carlos Miranda. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 97-107.
- SOUZA, Thomaz Marcondes de (1959). “A primeira viagem de Vasco da Gama à Índia”. In: *Revista de História*, vol. 19, n.º. 40, pp. 289-301.
- SPITZER, Leo (1949). “The Epic Style of the Pilgrim Aetheria”. In: *Comparative Literature*, n.º. 3, pp. 225-258.
- SPITZER, Leo (1955). “The ‘Ode on a Grecian Urn’ or Content vs. Metagrammar”. In: *Comparative Literature*, vol. 7, n.º. 3, pp. 203-255.
- SQUIRE, Michael (2015). “Ecphrasis: Visual and Verbal Interactions in Ancient Greek and Latin Literature”. In: *Classical Studies, Ancient Rhetoric and Educational Culture*. Oxford: Oxford University Press, pp. 1-35.
- STAGL, Justin (2002). *A History of Curiosity: Theory of Travel 1550-1800*. London/ New York: Routledge.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay (1995). *O império asiático português, 1500-1700. Uma história política e económica*. Tradução de Paulo Jorge Sousa Pinto. Lisboa: Difel.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay (1997). *The Career and Legend of Vasco da Gama*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TALLY JR., Robert T. (2013). *Spatiality*. London/ New York: Routledge.

- TEIXEIRA, Madalena Braz (2004). “O traje na época do 4.º Conde de Ourém”. In: *Livro de Actas: D. Afonso, 4º Conde de Ourém e sua época*. Coordenação de Carlos Ascenso André. Ourém: Câmara Municipal de Ourém, pp. 311-328.
- THOMAZ, Luís Filipe (1994). *De Ceuta a Timor*. 2ª edição. Lisboa: Difel.
- THOMAZ, Luís Filipe (2017). “As religiões e a Religião na obra de Fernão Mendes Pinto”. In: *Peregrinação, 1614*. Organização de Isabel Almeida. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, pp. 43-130.
- THOMPSON, Carl (2011). *Travel Writing*. London/ New York: Routledge.
- TORCHIA, Joseph (2013). *Restless Mind: “Curiositas” & the Scope of Inquiry in St. Augustine’s Psychology*. Milwaukee: Marquette University Press.
- TUAN, Yi-Fu (1980). *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio-ambiente*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel.
- TUAN, Yi-Fu (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel.
- TURCHI, Peter (2004). *Maps of the Imagination: The Writer as Cartographer*. Texas: Trinity University Press.
- VAIRO, Giulia Rossi (2013). “O genovês Micer Manuel Pessanha, Almirante d’El-Rei D. Dinis”. In: *Medievalista*, nº. 13, pp. 1-15.
- VALE, António Manuel Martins do (2004). “O conde de ourém e a política de D. Duarte junto a Santa Sé”. In: *Livro de Actas: D. Afonso, 4.º Conde de Ourém e sua época*. Coordenação de Carlos Ascenso André. Ourém: Câmara Municipal de Ourém, pp.173-188.
- VASCONCELOS, Laura Paes de (2001). “A visão e o tempo na narrativa hagiográfica: o Conto de Amaro.”. In: *Sobre o tempo. Actas do II Colóquio da Secção Portuguesa da AHLM*. Coordenação de Paulo Meneses. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, pp. 343-357.
- VILLALBA I VARNEDA, Pere (1985). “El périplo en la Antigüedad”. In: *Boletín del Museo Arqueológico Nacional*, Tomo III, nº. 1. Madrid, pp. 43-49.
- VITORINO, Clara de Macedo (1993). “Convenção e Ficção. Ensaio sobre a Carta de Pêro Vaz de Caminha”. In: *Mare Liberum*, nº. 6, pp. 155-163
- VIVÉS, Juan Luis (1947). “Arte de hablar – *de ratione dicendi*”. In: *Obras Completas*. Primeira translacion castellana integra y directa, comentarios, notas y un ensayo biobliografico por Lorenzo Riber. Vols. I y II. Madrid: M. Aguilar Editora.
- VON MARTELS, Zweder (1994). *Travel Fact and Travel Fiction: Studies on Fiction*,

- Literary Tradition, Scholarly Discovery, and Observation in Travel Writing*. Leiden/
New York: Brill.
- WALSH, Paul (1988). “The Rights and Wrongs of Curiosity (Plutarch to Augustine)”.
In: *Greece & Rome*, n.º. 35, pp. 73-85.
- WEINGARTEN, Susan (2005). *The Saint’s Saints: Hagiography and Geography in
Jerome*. Leiden/ Boston: Brill.
- WESTPHALL, Bertrand (2013). *The Plausible World: A Geocritical Approach to Space,
Place, and Maps*. Translated by Amy D. Wells. New York: Palgrave Macmillan.
- ŽUPANOV, Ines G. (2001). *Disputed Missions: Jesuit Experiments and Brahmanical
Knowledge in Seventeenth-century India*. Oxford: Oxford University Press.
- ZURARA, Gomes Eanes de (1915). *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*.
Edição de Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- ZURBACH, Christine (1999). “Fernan Mendez Pinto. Comedia famosa en dos partes.
Uma variação temática por Antonio Enríquez Gómez”. In: *O discurso literário da
“Peregrinação”*: aproximações. Organização de Maria Alzira Seixo e Christine
Zurbach. Lisboa: Cosmos, pp. 143-168.